

Digitized by the Internet Archive
in 2022 with funding from
Memoria Estatistica do Brasil



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO
EXERCÍCIO DE 1981

RELATÓRIO

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

336.181
B823d
5

BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO
Exercício de 1981

RELATÓRIO

APRESENTADO AO EXCM. SENHOR MINISTRO DO ESTADO CHEFE
DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PELOS SENHORES ANTONIO DELIM NETTO, PELA SECRETARIA
GERAL DE ECONOMIA E FINANÇAS, FERNANDO DE OLIVEIRA

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
E A SITUACÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

SUMÁRIO

P Á G I N A S

APRESENTAÇÃO	3 a 6
--------------------	-------

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PRÓLOGO	8
CURSOS, CONFERÊNCIAS E PALESTRAS	9 a 16
INSTRUÇÕES NORMATIVAS, PORTARIAS MINISTERIAIS E OFÍCIOS-CIRCULARES	18 a 24
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	26 e 27
DELEGACIAS REGIONAIS DE CONTABILIDADE E FINANÇAS.	29 e 30
EDIFÍCIO-SEDE DA SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE IN TERNO	32 e 33
ANEXOS - INDEXAÇÃO	35 a 82

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	84 a 113
BALANÇO FINANCEIRO	114 a 119
BALANÇO PATRIMONIAL	120 a 127
OPERAÇÕES REGISTRADAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	128 a 131
BALANÇO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.	134 a 147
QUADROS DEMONSTRATIVOS	148 a 157
GRÁFICOS	158 a 170

MATÉRIA EXTRAÍDA DE FONTES DA ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA DA UNIÃO	172 a 185
PROGRAMAÇÃO E DESEMPENHO DE CAIXA DO TESOURO ...	186 a 201
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	202 a 212
DESEMPENHO DA ECONOMIA	213 a 231

SUMARIO

PAGINAS

APRESENTAÇÃO 2

Parte I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PROLOGO	8
CONGRESSO, CONFERENCIAS E PALESTRAS	15
INSTRUCOES ADMINISTRATIVAS, PORTARIAS MINISTERIAIS E DECRETOS	24
EQUIPAMENTOS E ITENS	27
DECRETOS, PORTARIAS E CONTRATO DE EMPRÉSTIMO	30
REGISTRO DA SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE DA TAXA	32
ANEXOS - PRODUCAO	32

Parte II

A EXECUCAO DO ORCAMENTO E A

SITUACAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA FEDERAL

A EXECUCAO DO ORCAMENTO	113
ORCAMENTO FINANCEIRO	114
ORCAMENTO PATRONAL	120
ORCAMENTO RESERVADO NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	121
BALANCO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRACAO IMOBILIAR	122
ORCAMENTO DEMONSTRATIVOS	123
ORCAMENTO	124

MATERIA EXTRAORDINARIA DE FOMENTO DA

AREA ECONOMICA FINANCEIRA

ORCAMENTO PUBLICO RESTRITO AO USUO	125
ORCAMENTO E DESEMPENHO DE CADA DO TENDIMENTO	126
ADMINISTRACAO TRIBUTARIA	127
DESEMPENHO DA ECONOMIA	128

Comissão de Estudos e Pesquisas Sociais do IUPERJ
Rua da Lapa, 140 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 25-1111

Este é um livro de estudos e pesquisas sociais.

apresenta

Introdução

Este livro apresenta os resultados das pesquisas realizadas no âmbito do projeto de pesquisa sobre a situação social e econômica da população brasileira, com ênfase na região metropolitana do Rio de Janeiro.

O estudo foi desenvolvido sob a orientação do Prof. Dr. [nome], com a colaboração de uma equipe de pesquisadores e assistentes de pesquisa. Os dados foram coletados através de questionários aplicados em domicílios e em locais de trabalho, além de entrevistas individuais e em grupo.

Metodologia

Amostragem

A amostra foi selecionada através de um processo aleatório simples.

Instrumentos

Foram utilizados questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas.

Os dados foram analisados estatisticamente.

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Professor ANTONIO DELFIM NETTO
DD. Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da
Presidência da República

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o
presente

RELATÓRIO

consubstanciador das atividades administrativas e técnicas de
sempre desenvolvidas pela Secretaria-Central de Controle Interno ao lon
go do exercício de 1981.

Permita-se-nos de início consignar o registro de
que, doravante, o Relatório das Atividades Administrativas e o
Relatório sobre a Execução do Orçamento e a Situação da Adminis
tração Financeira Federal, até então independentes, passarão a
constituir, simplificada e, um só volume, subdividido em
duas partes distintas, assim:

RELATÓRIO

PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

Nenhum sacrifício se imporá, contudo, à exposi
ção dos atos e fatos administrativos e de gestão orçamentária,



financeira e contábil, dentro dos campos respectivos.

Nossa preocupação fundamental, no aspecto das atividades administrativas desenvolvidas em 1981, permaneceu no rumo da implementação dos instrumentos definidos pelo novo modelo de controle interno objeto do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979.

Oferecemos a Vossa Excelência, neste instante, os documentos que constituem os Balanços Gerais da União do exercício financeiro de 1981. Essas peças, produzidas segundo normas específicas, compõem a prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em virtude de preceito da Constituição, deve apresentar ao Congresso Nacional.

O conjunto de tais peças se desdobra deste modo:

I - (1º Volume) - BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO, com preendendo:

- a) Balanço Orçamentário, onde se refletem as receitas previstas e as despesas autorizadas, postas em confronto com as realizadas e identificando o resultado obtido;
- b) Balanço Financeiro, que espelha as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários e as disponibilidades financeiras;
- c) Balanço Patrimonial, que demonstra o Ativo e o Passivo Financeiro, o Ativo e o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.

II - (2º Volume) - DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA DESPESA: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Tomos, em que se espelha a Despesa Autorizada, a Despesa Realizada e as posições de Restos a Pagar e de Créditos não Utilizados;

III - (3º Volume) - BALANÇOS DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, onde se demonstram

os resultados incorporados aos Balanços Gerais da União; e

IV - (4º Volume) RELATÓRIO das Atividades Administrativas (Parte I) e sobre a Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal (Parte II), objeto do presente livro e em cumprimento à exigência do artigo 29, § 2º, do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967.

A Secretaria-Central de Controle Interno deseja deixar aqui gravado seu melhor reconhecimento a todos os órgãos e entidades e, em especial, às criaturas, de qualquer nível ou hierarquia, cuja prestimosa colaboração permitiu fosse nossa tarefa levada a bom termo, — e dentro do prazo constitucional.

Por derradeiro, Senhor Ministro, a par de nosso permanente propósito de servir, a gratidão de quem tem recebido de Vossa Excelência inconfundíveis demonstrações de estímulo ao trabalho a cargo de nossas equipes e onde se somam, também, os esforços de quantos atuam no sistema de controle interno, de todos os Poderes da República.

Respeitosamente,



FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário Central de Controle Interno



PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

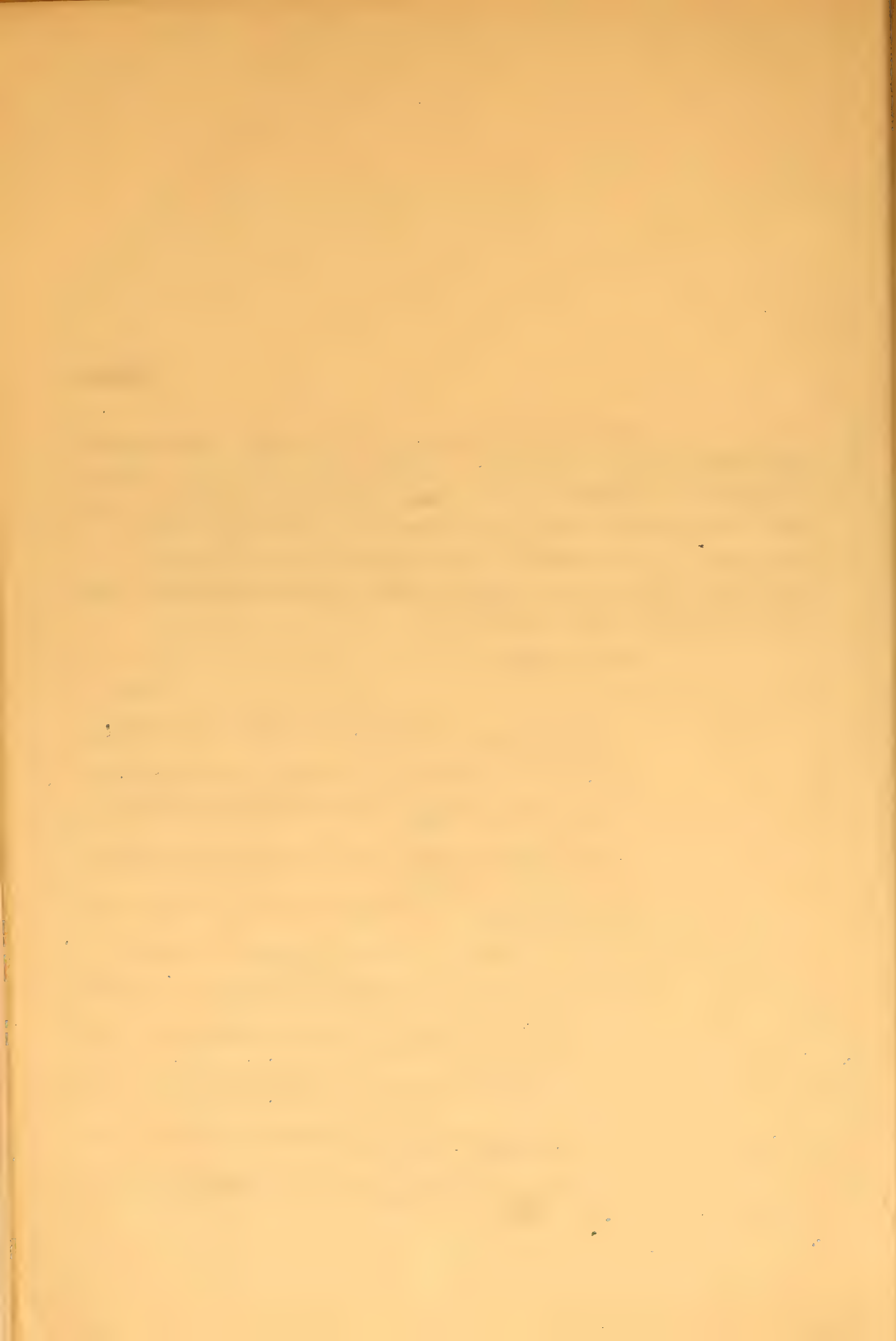


PRÓLOGO

Já no final do ano de 1979, porém, preponderantemente durante todo o exercício de 1980 e de 1981, foi intensa e profícua a emanção de Leis, Decretos, Decretos-Leis, Portarias e Instruções Normativas que tiveram por escopo definir a estrutura, o funcionamento e os objetivos do novo Sistema de Controle Interno, que abrange as áreas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria.

Assim, tivemos:

- . a Portaria nº 3, de 18 de setembro de 1979, da IGF/SEPLAN/PR;
- . o Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979;
- . a Instrução Normativa SCCI/SEPLAN/Nº 001/80, de 9 de abril de 1980;
- . a Instrução Normativa SCCI/SEPLAN/Nº 002/80, de 10 de abril de 1980;
- . os Decretos nºs. 85.233 e 85.234, de 6 de outubro de 1980;
- . a Lei nº 6.856, de 18 de novembro de 1980;
- . a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/Nº 003/80, de 18 de dezembro de 1980;
- . a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/Nº 001, de 2 de fevereiro de 1981;
- . a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/Nº 002, de 12 de fevereiro de 1981;
- . a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/Nº 003, de 23 de fevereiro de 1981;
- . a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/Nº 004, de 3 de setembro de 1981;



- . a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/Nº 005, de 26 de outubro de 1981;
- . a Portaria nº 148, de 4 de novembro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da SEPLAN.

Todos esses instrumentos, sustentáculos do sistema recém-criado, careciam, como acontece a qualquer matéria nova, de divulgação, de explicações, de ensinamento.

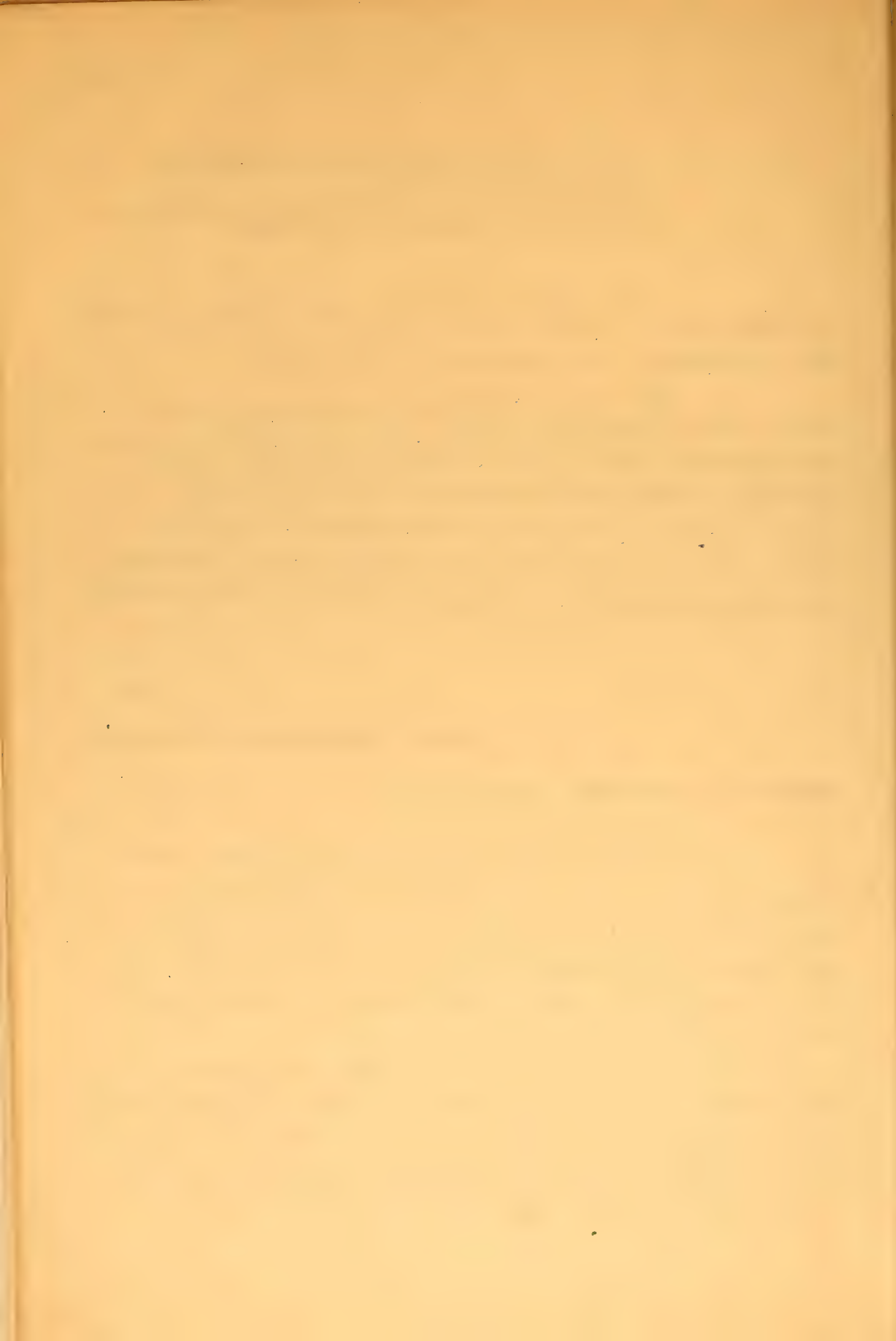
Não é de estranhar, por conseguinte, ter sido o ano de 1981 marcadamente didático para os dirigentes do Sistema de Controle Interno, que tiveram a oportunidade, durante o exercício passado, de defrontar-se com pessoas de todo o Brasil, ministrando cursos, proferindo conferências, palestras e aulas e emitindo pareceres sobre o Sistema que, de desconhecido, logo foi assimilado e muito bem aceito, por todos quantos tiveram possibilidade de o conhecer.

CURSOS, CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

Auditório da SEPLAN/PR - Brasília, DF

Nos dias 2 e 3 de fevereiro de 1981 foi oferecido um curso com o objetivo de difundir e debater a execução da política do Governo Federal nas áreas de orçamento, monetária, execução financeira e controle interno. Foram convidados como participantes os técnicos, responsáveis e dirigentes das esferas de planejamento, orçamentação, monetária, contabilidade e administração financeira.

A par da exposição de temas como Orçamento Fiscal, Orçamento Monetário, Programas da SAREM, Programas Especiais, Empresas Estatais, Banco do Brasil-Agente Financeiro da União e Programação Financeira foi também explicado e debatido o Controle Interno, através da coordenação do Secretário-Geral



tral de Controle Interno, e da Dra. Sumie Butuem, então Secretária de Contabilidade da SECIN, hoje Secretária de Controle Interno da SEPLAN/PR.

Justiça Eleitoral - Brasília, DF

Em 10 de abril de 1981 o Dr. Geraldo da Costa Manso, Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, oficializou convite à Secretaria de Contabilidade da SEPLAN para que, através de sua equipe, ministrasse curso intensivo básico de Contabilidade Pública para funcionários dos diversos Tribunais Regionais Eleitorais. Coordenado por esta Secretaria-Central de Controle Interno e promovido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público com a colaboração do próprio Tribunal Superior Eleitoral, o curso foi realizado na FUNCEP-Fundação Centro de Formação do Servidor Público, no período de 11 a 22 de maio de 1981, sob inteiro comando da Dra. Sumie Butuem.

O objetivo foi o de propiciar treinamento para possibilitar a implantação de serviço de contabilidade nos Tribunais Regionais Eleitorais, visando à incorporação de balancetes da Justiça Eleitoral ao Balanço Geral da União.

As aulas foram ministradas em período integral, compostas de exposições teóricas e de exercícios práticos, tendo sido o seguinte o conteúdo programático:

PARTE TEÓRICA	PARTE PRÁTICA
a) Orçamento Público Despesa Execução Orçamentária Execução Financeira	a) Controle b) Elaboração/Preenchimento c) Escrituração d) Balancetes Mensais e) Tomada de Contas
b) Contabilidade Noções Básicas Contabilidade Pública Balancetes Mensais Demonstrativos	
c) Legislação	

Os resultados obtidos foram excelentes, por traduzirem o efetivo treinamento de 45 servidores, representando 23 Estados e o Distrito Federal.

Congresso de Técnicos Contabilistas e Orçamentistas Públicos do Estado de São Paulo - Caraguatatuba, SP

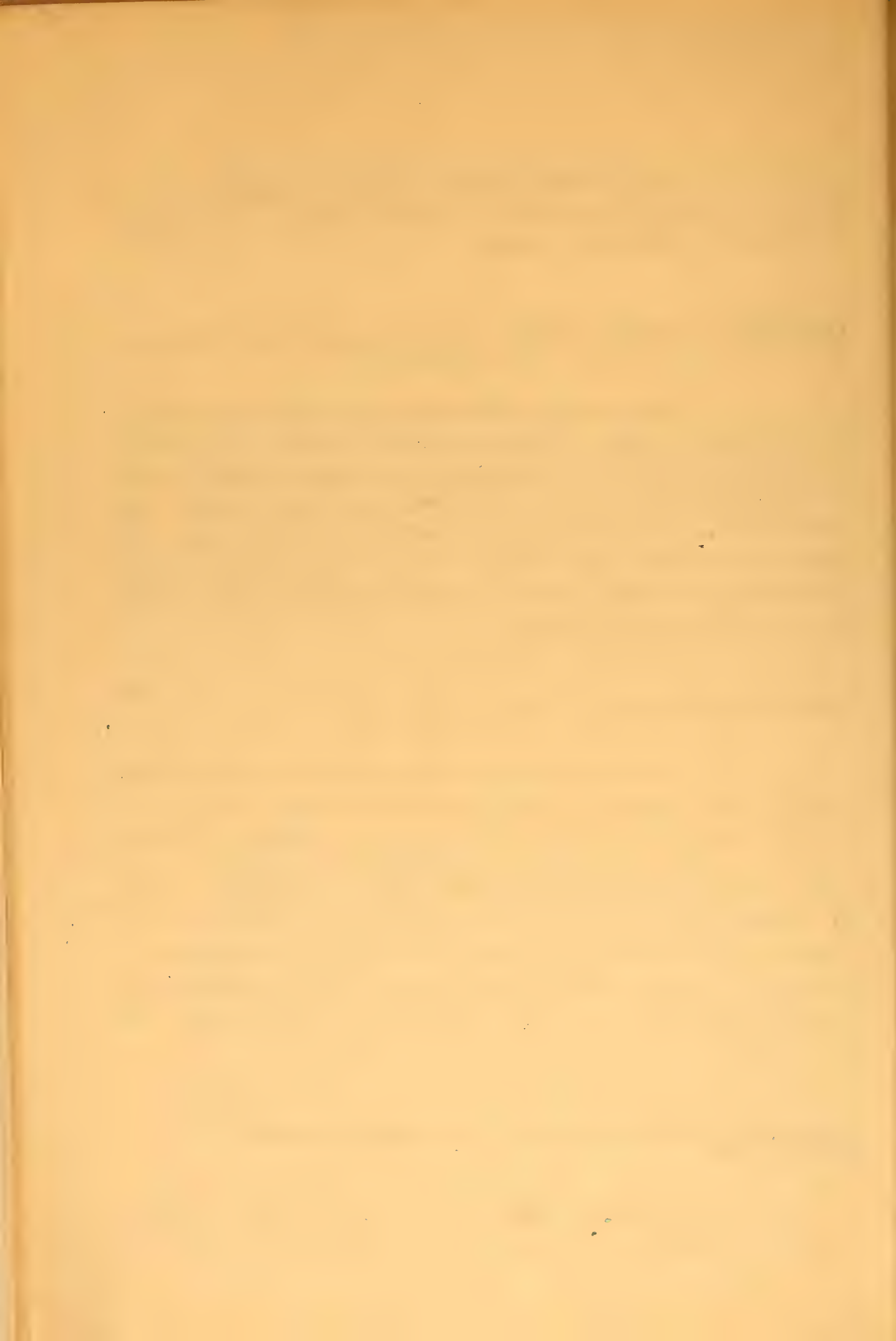
Na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, em 7 de maio de 1981, o titular da SECIN proferiu conferência no Congresso de Técnicos Contabilistas e Orçamentistas Públicos do Estado de São Paulo, promovido pela Associação dos Contabilistas e Orçamentistas Públicos do Estado de São Paulo. Foi ótima oportunidade para divulgar os novos instrumentos legais atinentes a esta área, através da exploração do tema "O Controle Interno na Esfera Federal".

Escola de Guerra Naval - Rio de Janeiro, RJ

Na Escola de Guerra Naval no Rio de Janeiro, compondo o corpo docente do Curso Superior de Guerra Naval, o Secretário-Central de Controle Interno teve a oportunidade de dirigir-se a oficiais superiores da Marinha e do Exército, bem como a representante do Corpo Diplomático do Itamarati. Durante este auditório de tão alto nível foi proferida, em junho de 1981, a aula "Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria", quando, através da exposição teórica e debates, foram ainda uma vez difundidos os propósitos do Sistema de Controle Interno vigente.

Seminário de Auditoria Interna das Empresas Estatais Brasília, DF

Atendendo a convite do Instituto dos Auditores do Brasil - Regional Rio, que promovia, em Brasília, DF, o 3º



minário de Auditoria Interna das Empresas Estatais, tivemos oportunidade, em 10 de julho de 1981, de explicar o atual tratamento, mais rigoroso, de despesas impugnadas e de inscrição em conta de "Restos a Pagar", quando escolhemos para tema de conferência a "Auditoria Interna na Área Federal - Função do Decreto-lei nº 1.815/80".

Auditoria Interna das Entidades Vinculadas ao MIC Brasília, DF

No I Encontro de Auditoria Interna das Entidades Vinculadas ao Ministério da Indústria e de Comércio, realizado em Brasília no mês de agosto, o titular da SECIN teve a oportunidade de discorrer sobre as "Diretrizes do Sistema de Controle Interno para os Órgãos Setoriais, em Particular, e para os Órgãos e Entidades Governamentais, em Geral". Foi gratificante poder contar com o auditório da FUNCEP bastante interessado em conhecer os novos propósitos e modelos de trabalho desta área.

Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda Brasília, DF

No período de 28 de setembro a 2 de outubro, sob o patrocínio da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, foi realizado, no auditório da FUNCEP-Fundação Centro de Formação do Servidor Público, o "Ciclo de Estudos, Debates e Orientações nas Áreas de Administração Financeira, Contabilidade e Processamento de Dados", com o objetivo de desenvolver e aprimorar o potencial técnico dos participantes das Intenções-Setoriais de Finanças.

Na abertura do Ciclo o Secretário-Central de Controle Interno ministrou palestra sobre "A Implantação do Novo Sistema de Controle Interno", divulgando e instruindo sobre os atuais modelos e procedimentos do Sistema de Controle Interno.



Sistema Federal de Orçamento - Brasília, DF

De 28 de setembro a 18 de dezembro de 1981, foi ministrado, em Brasília, Curso de Programação Orçamentária, organizado pelo Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico-CENDEC e o Instituto de Programação e Orçamento-INOR, do Instituto de Planejamento Econômico e Social-IPEA.

O objetivo do curso foi capacitar os participantes a:

- a) identificar as relações entre os principais conceitos de economia do setor público e os conceitos macroeconômicos;
- b) relacionar a Programação Orçamentária com os outros instrumentos de política econômica e o processo de planejamento;
- c) descrever o processo orçamentário;
- d) elaborar, analisar e avaliar propostas orçamentárias; e
- e) avaliar os resultados da execução orçamentária.

A clientela do Curso, de nível superior, foi composta de servidores atuantes no Sistema Federal de Orçamento, em todo o Brasil.

As aulas foram ministradas, na parte relativa ao tema "Execução Orçamentária e Financeira", pelo Dr. Mauro Rômão de Siqueira (Coordenador) e Dra. Maria Helena Pinho Bonfart. O tema "Contabilidade Pública" foi conduzido por Dra. Sônia Butuem (Coordenadora), Dra. Adaly Gonçalves Carvalho, Dr. Sérgio Sebastião Marques da Mota e Dr. Antonio Eduardo Wernick de Souza.

V SENOP - Recife, PE

De 8 a 13 de novembro de 1981 teve lugar em Reci



foi o V SENOP - Seminário Nacional sobre Orçamento Público. Esse encontro, que já vem se tornando tradicional, contou com mais de 1000 participantes, oriundos de áreas federais, estaduais e municipais de orçamento e finanças, que tiveram a possibilidade de aperfeiçoar e atualizar seus conhecimentos em teoria e técnica orçamentária. A conferência proferida na ocasião pelo titular da Secretaria-Central de Controle Interno — "Governo Federal — Novo Sistema de Controle Interno da SEPLAN", foi alvo de grande interesse e ótima receptividade do auditório.

Tribunal de Contas do Estado da Bahia Salvador, BA

A convite do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, patrocinando o 1º Seminário Nacional sobre Desburocratização dos Tribunais de Contas, surgiu, de novo, no mês de novembro, a possibilidade de informar sobre o Sistema de Controle Interno. Naquele evento, ocorrido em Salvador, uma platéia bastante selecionada, ao ouvir a palestra "Auditoria de Programas" sensibilizou-se ao conhecer os propósitos norteadores do trabalho que esta SECIN está se empenhando em realizar. E aliciou a semente da plena integração do sistema de controle externo, a cargo de todos os Tribunais de Contas de todo o Brasil e dos sistemas de controle interno do campo do Executivo Federal, sob responsabilidade das Secretarias de Controle Interno dos Ministérios e Órgãos Civis e das áreas equivalentes dos Ministérios Militares.

Caixa Única e BRA\$CHEQUE - Brasília, DF

"A nova concepção do Controle Interno, inclusive o BRA\$CHEQUE", foi conferência proferida em Brasília, em 1º de novembro de 1981, a convite da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, a seguir

to do Deputado Adhemar de Barros Filho. A palestra realizou-se em Reunião Plenária daquela Comissão e despertou grande interesse, principalmente quanto à idéia inovadora da "caixa única", ainda não implantada, mas à qual dedicamos um bom tempo de trabalho no ano de 1981, inclusive elaborando anteprojeto-de-lei sobre a matéria e a respectiva exposição de motivos.

Atualização em Orçamento e Finanças - Brasília, DF

A convite do Dr. Jackson Guedes, Presidente da FUNCEP-Fundação Centro de Formação do Servidor Público, tivemos o prazer de voltar àquela entidade, desta feita para termos por ouvintes 36 funcionários públicos da área de programação orçamentária ou de execução financeira.

No curso de Atualização em Orçamento e Finanças ali realizado, pudemos explanar àqueles servidores, em 27 de novembro de 1981, o tema "A Função do Controle Interno".

CENAFOR - São Paulo, SP

Ainda mais uma vez no mês de novembro, e desta feita na Capital de São Paulo, na medular e respeitável Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional-CENAFOR, ao proferir a palestra de encerramento da Reunião de Coordenação a Nível Central das Comissões de Administração e Contabilidade dos Mecanismos de Participação das Entidades Supervisionadas do Ministério da Educação e Cultura, o dirigente da SECIN pôde registrar o entusiasmo dos participantes ao se inteirarem das metas de trabalho até então atingidas na área do Controle Interno e daquelas a que nos propomos atingir no decorrer da implantação do novo perfil do controle.

Instituto do Açúcar e do Alcool - Rio de Janeiro, RJ

No Auditório do Instituto do Açúcar e do Alcool, situado no Rio de Janeiro-RJ, sob os auspícios da Fundação Centro de Formação do Servidor Público-FUNCEP, novamente a convite do Dr. Jackson Guedes, digno presidente daquela entidade, o dirigente da SECIN teve a oportunidade de voltar a desenvolver o tema "Governo Federal - O Novo Sistema de Controle Interno".

A mensagem, proferida a 19 de dezembro de 1981, encontrou auspiciosa ressonância do atento auditório.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS, PORTARIAS
MINISTERIAIS E OFÍCIOS-CIRCULARES

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/Nº 001,
DE 2 DE FEVEREIRO DE 1981

A primeira Instrução Normativa do ano de 1981 teve por finalidade disciplinar a composição dos processos de tomada e prestação de contas da Administração Federal, relativamente ao exercício financeiro de 1980.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/Nº 002,
DE 12 DE FEVEREIRO DE 1981

A Instrução Normativa nº 002/81 teve o objetivo de atualizar o "Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta", aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 8 de março de 1969, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SCCI/SEPLAN/Nº 001, de 9 de abril de 1980.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/Nº 003,
DE 23 DE FEVEREIRO DE 1981

A Instrução Normativa nº 003/81 foi expedida com função disciplinadora: definir "Despesas de Exercícios Anteriores", quais sejam as sujeitas a reconhecimento da Secretaria-Central de Controle Interno.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/Nº 004,
DE 3 DE SETEMBRO DE 1981

A quarta Instrução Normativa expedida pela SECIN visou a atualizar procedimentos implantados através da Instrução Normativa SCCI/SEPLAN/Nº 002, de 10 de abril de 1980, com a inclusão de códigos para preenchimento do formulário "Demonstrativo da Despesa Autorizada (DA)", objeto de seu Anexo VIII, folhas 09/12.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/Nº 005,
DE 26 DE OUTUBRO DE 1981

A última das Instruções Normativas de 1981 foi expedida para delegar competência a Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente, para que procedessem à inscrição, em Restos a Pagar, de despesas empenhadas e não pagas, observada a disciplina da Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/Nº 003, de 18 de dezembro de 1980.

PORTARIA MINISTERIAL Nº 148,
DE 4 DE NOVEMBRO DE 1981

A Portaria Ministerial nº 148 do Sr. Ministro de Estado-Chefe da SEPLAN/PR foi o instrumento de que se valeu o CISET/SEPLAN para que lhe fossem remetidos, a tempo hábil de encerramento das atividades do exercício financeiro de 1981, os documentos ali discriminados. Essa Portaria se aplica não apenas às demais Secretarias de Controle Interno das Pastas Civis e aos órgãos de igual competência dos Ministérios Militares e dos Poderes Legislativo e Judiciário, de sorte a possibilitar, no decorrer do prazo, a preparação dos Balanços Gerais da União.

REGIMENTO INTERNO DAS CIsET's E ÓRGÃOS EQUIVALENTES

Submetida à apreciação dos Srs. Secretários de Controle Interno e dos titulares dos Órgãos de equivalente atribuição, a minuta de regimento interno das CIsET's colheu ótimas sugestões, que foram aproveitadas, tanto quanto possível, na redação do instrumento - padrão definitivo.

No exercício passado tivemos a satisfação de ver publicadas Portarias no Diário Oficial de 29 de dezembro aprovvando os regimentos internos de seis CIsET's, quais sejam:

- 1 - Portaria nº 270, de 18 de novembro de 1981 - Agricultura
- 2 - Portaria nº 953, de 25 de novembro de 1981 - Transportes
- 3 - Portaria nº 280, de 30 de novembro de 1981 - Saúde
- 4 - Portaria nº 590, de 09 de dezembro de 1981 - Justiça
- 5 - Portaria nº 1.556, de 21 de dezembro de 1981 - DASP/PR
- 6 - Portaria nº 198, de 23 de dezembro de 1981 - SEPLAN/PR

OFÍCIOS-CIRCULARES EXFEDIDOS EM 1981

SECIN/SEPLAN/CIRC/Nº 001, de 6 de janeiro de 1981

ASSUNTO: Tribunal de Contas da União - Exigência Solicita providências para cumprimento do item b (transcrito) do voto do Exmº Sr. Ministro Arnaldo Prieto, nos termos da decisão proferida pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, em sessão de 04/12/80.

SECIN/SEPLAN/CIRC/Nº 00002, de 12 de janeiro de 1981

ASSUNTO: Solicitação (faz)

Oferece listagem das empresas públicas obtida junto à Secretaria de Controle das Empresas Estatais-SEST, para solicitar o cumprimento das medidas relacionadas à ocupação, por servidores da Administração Federal, de imóveis residenciais localizados no Distrito Federal (Decreto nº 85.633, de 08/01/81-D.O. 09, seguinte).

SECIN/SEPLAN/CIRC/Nº 00003, de 15 de janeiro de 1981

ASSUNTO: Reunião (convida)

Convoca os dirigentes das áreas de controle interno para reunião promovida pela Secretaria-Geral da SEPLAN e pela SECIN com o propósito de difundir e debater a aplicação da política do Governo Federal para o exercício de 1981, no campo de orçamentação, monetário, de execução financeira e de controle interno.

SECIN/SEPLAN/CIRC/Nº 00004, de 19 de janeiro de 1981

ASSUNTO: Expediente (cópia)

Encaminha cópia do ofício nº 116, de 16 de janeiro de 1981, do Sr. Secretário de Pessoal Civil do DASP, que responde às indagações formuladas através do ofício SECIN/Nº 131, de 17 de dezembro de 1980, a respeito da opção a ser feita por servidores quanto ao seu respectivo regime funcional.

SECIN/SEPLAN/CIRC/Nº 00005, de 20 de janeiro de 1981

ASSUNTO: Expediente (cópia - encaminha)

Transmite cópia do ofício nº 027, de 19 de janeiro de 1981, recebido do dirigente da CISET/MINTER, juntamente com exemplar da E.M. nº 016/79-CDE, aprovada em 29 de outubro de 1979 pelo Exm^o. Sr. Presidente da República, a propósito da utilização, pelas empresas estatais, dos incentivos fiscais relacionados ao FINOR e ao FINAM.

SECIN/SEPLAN/CIRC/Nº 00006, de 24 de março de 1981

ASSUNTO: Proposta Orçamentária - 1982

Solicita providências para que a proposta orçamentária para 1982 considere as despesas de pessoal das Secretarias de Controle Interno na forma habitual, até que seja implementada a Secretaria-Central de Controle Interno, a qual se transfeririam posteriormente.

SECIN/SEPLAN/CIRC/Nº 00007, de 20 de maio de 1981

ASSUNTO: Cadastro Geral

Oferece questionários-modelo a serem preenchidos, visando a obter homogeneidade no levantamento de dados necessários para o cadastramento geral dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

SECIN/SEPLAN/CIRC/Nº 00008, de 30 de junho de 1981

ASSUNTO: Balanços-Gerais da União/1980

Oferece exemplares dos Balanços-Gerais da União relativos ao exercício de 1980, elaborados pela SECIN.

SECIN/SEPLAN/PR/CIRC/Nº 00009, de 21 de agosto de 1981

ASSUNTO: Regimento Interno das Ciset's e Órgãos Equivalentes.

Oferece minuta de regimento-padrão das Ciset's e estabelece prazo para encaminhamento de sugestões.

SECIN/SEPLAN/PR/Nº 00010, de 27 de outubro de 1981

ASSUNTO: Solicitação (faz)

Solicita seja dispensado o ofício de encaminhamento para permitir maior racionalidade na entrega, ao órgão central, dos balancetes mensais, seus demonstrativos e documentos afins.

SECIN/SEPLAN/PR/Nº 00011, de 29 de outubro de 1981

ASSUNTO: Regimento Interno - Ciset's e Órgãos Equivalentes.

Oferece segunda minuta de regimento-padrão das Ciset's, calcada nas sugestões recebidas dos órgãos setoriais de controle interno e equivalentes.

SECIN/SEPLAN/PR/CIRC/Nº 00012, de 4 de novembro de 1981

ASSUNTO: Regimento Interno - Ciset's e Órgãos Equivalentes.

Solicita substituição de folhas no regimento-padrão encaminhado com o oficio-circular nº 011, para corrigir redação omissa daquele documento.

SECIN/GAB/SEPLAN/CIRC/Nº 00013, de 5 de novembro de 1981

ASSUNTO: Balanços-Gerais da União. Encerramento do Exercício Financeiro de 1981.



Transmite cópia da Portaria nº 148, de 4 de novembro de 1981, pela qual o Sr. Ministro de Estado-Chefe da SEPLAN/PR disciplina medidas visando a concluir os balancetes orçamentário, financeiro e patrimonial de sua Pasta, e solicita seja observado o tópico 3 daquela Portaria, que se aplica especificamente aos órgãos setoriais de controle interno e equivalentes.

EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS



Rememore-se que o Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, no Capítulo VII - Do Processamento de Dados, assim estabelece:

"Art. 16 - Os órgãos e entidades da administração federal que disponham de equipamentos de processamento de dados, próprios ou sob locação, colocarão seus serviços à disposição dos Ministérios e Órgãos, em todo o território nacional, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a fim de que seja obtida a pronta execução dos programas adjudicados aos sistemas de planejamento e controle."

Por sua vez, o Capítulo X - Das Disposições Especiais contém a seguinte disciplina:

"Art. 23 - Os atuais recursos humanos e materiais, instalações e bens à disposição das atuais Inspetorias Seccionais de Finanças nos Estados, núcleos de Contabilidade e órgãos de atribuições equivalentes são transferidos para a Secretaria Central de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República."

Embora o propósito de se evitar ao máximo a aquisição de novos equipamentos processadores de dados, nossos técnicos identificaram a necessidade de três unidades de maior porte (COBRA, modelo C-530-1530), que deverão substituir as atualmente instaladas (COBRA, modelo 400) em São Paulo-SP, no Rio de Janeiro-RJ e em Brasília-DF (SECIN/SEPLAN). Os atuais compu-

tadores, de menor porte, serão retirados e distribuídos aos Ministérios das Comunicações, da Justiça e da Saúde, dentro do programa de uniformização do parque eletrônico disponível perante todas as áreas do controle interno.

A encomenda dos equipamentos já foi feita à "COBRA-COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.", através da Nota de Empenho nº 187, de 26 de novembro de 1981 e no valor de Cr\$96 milhões, com prazo de entrega previsto para 30 de abril de 1982.

Desnecessário seria o registro de que tal operação foi efetivada após consulta prévia à Secretaria Especial de Informática - SEI, consoante Certificado nº 152/SS/81, de 03 de novembro de 1981, por ela emitido.

DELEGACIAS REGIONAIS
DE CONTABILIDADE E FINANÇAS



A Secretaria Central de Controle Interno está desenvolvendo todo o esforço possível no sentido de que as Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças, em cada capital brasileira, comecem a operar efetivamente a partir do segundo semestre de 1982.

As providências relacionadas a esse propósito envolvem o reestudo de fluxos administrativos e técnicos até aqui adotados pelas inspetorias-seccionais de finanças e os núcleos de contabilidade analítica mantidos pelos Ministérios Cíveis nos Estados e que cederão lugar à Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças, sob hierárquica subordinação à SECIN/SEPLAN/PR.

O Ofício SECIN/SEPLAN/PR nº 003, de 06 de janeiro de 1982, por nós dirigido ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO - que nos auxiliará nesse programa -, ilustra melhor tal propósito, motivo pelo qual vamos deixá-lo aqui transcrito:

"Senhor Presidente

Acuso o recebimento de seu expediente nº E.DS-001/82, de hoje, capeando Proposta número P-047/81 da SERCON, cujas especificações dos Sistemas SIAF e SISCNS, bem como os prazos de execução, implantação dos Sistemas e elaboração de Interfaces de Conversão, desde já merecem nossa concordância, nos termos da opinião manifestada, verbalmente, nesta data, pelo Doutor Fernando Mejdalani Neves.

Com relação à eventual necessidade de recur



sos materiais para implementação dos serviços nos Estados (Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças em todas as capitais brasileiras), não temos condições, no momento, de dimensioná-los, — o que esperamos poder fazer durante a fase de desenvolvimento dos trabalhos.

Aguardamos, em decorrência, a elaboração do orçamento técnico e a documentação contratual a que seu expediente se reporta.

Registramos, nesta oportunidade, a reiteração de nosso melhor agradecimento por mais esta colaboração técnica oferecida pelo SERPRO e que irá permitir, dentro de breve tempo, a realização dos trabalhos, a nível Brasil, a cargo da Secretaria-Central de Controle Interno.

Apresentamos a Vossa Senhoria, ao ensejo, os protestos de nossa sempre distinta consideração e estima.

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Resp. pela Secretaria-Central de
Controle Interno

A Sua Senhoria o Senhor
Doutor JOSÉ DION DE MELO TELES
MD. Diretor Presidente do Serviço Federal de
Processamento de Dados - SERPRO
Brasília-DF"

EDIFÍCIO-SEDE DA SECRETARIA
CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

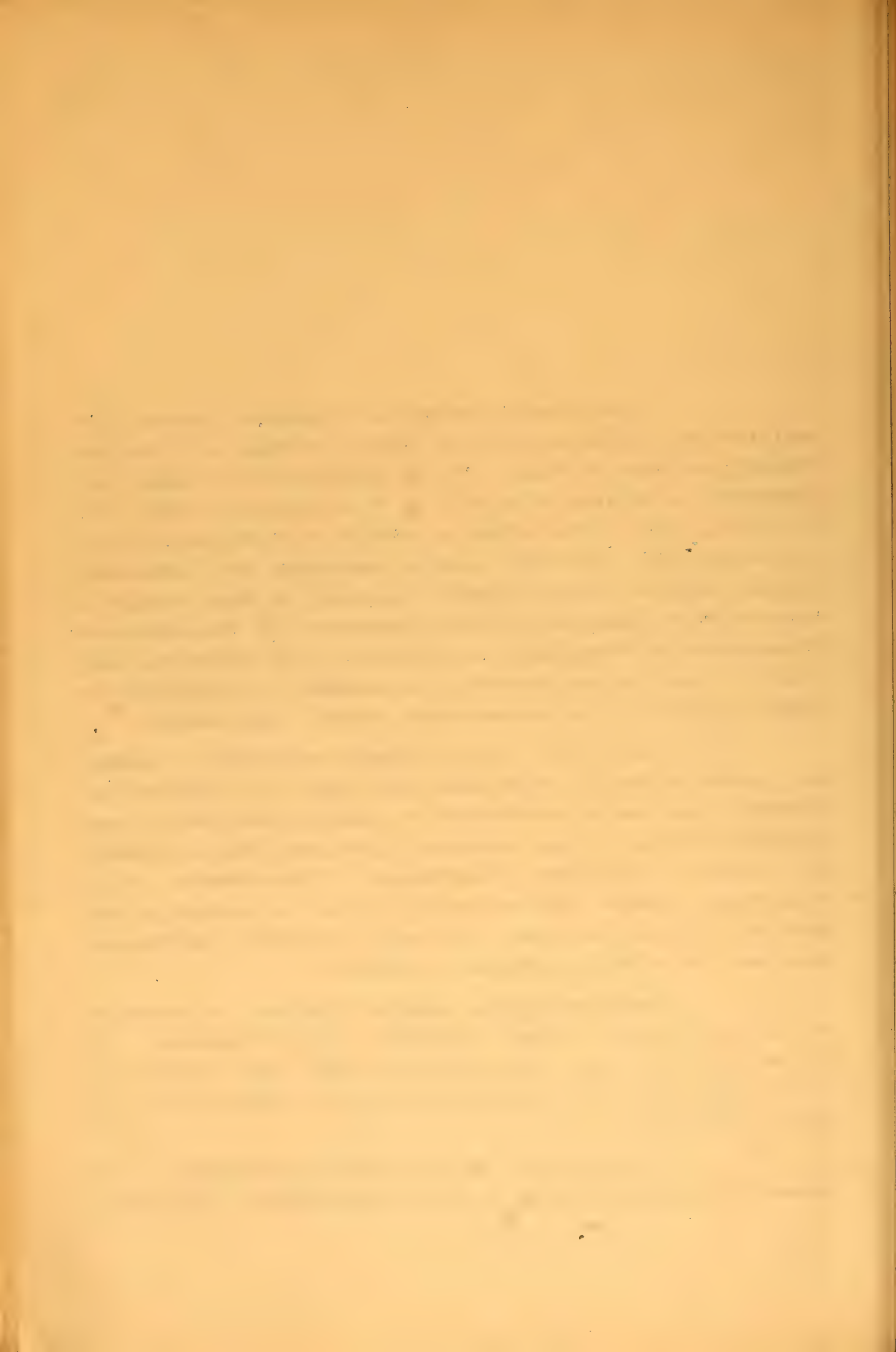


A Secretaria Central de Controle Interno vem ansiosamente aguardando que seja feita a entrega do Edifício "Hertz", no Setor de Rádio e TV, em Brasília-DF. Em razão, mais precisamente, do Decreto nº 86.863, de 19 de janeiro de 1982 (D.O. de 20), cuja ementa "altera o Decreto nº 79.208, de 07 de fevereiro de 1977, que dispõe sobre a composição das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superior da Tabela Permanente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e dá outras providências", — mais se faz presente a necessidade de instalação dos órgãos da SECIN, cuja implementação central urge ultimar.

Desde 1980, porém, estamos enfrentando obstáculos, embora a atenção demonstrada pelo Setor de Engenharia da SEPLAN/PR, que vem se desdobrando em esforços para dotar aquele prédio de aspecto mais condigno à funcionalidade da Repartição, dentro da sobriedade aconselhável. O Departamento de Administração, também, não tem medido esforços no sentido de que tudo seja provido, em termos de móveis, utensílios, instalações, telefones, divisórias, cortinas e carpetes.

Lamentavelmente, surgiram problemas de estrutura do edifício que lhe afetam a segurança. Lajes trincadas, pilares em desnível, vigas apresentando fissuras e até pilares atingindo seqüelas da obra original feita sem os requisitos de segurança confiável.

O agravamento atual de todos os anteriores problemas técnicos de engenharia ou de construção nos faz dar a



conhecer muito recentemente, quando o Senhor Diretor-Geral do Departamento de Administração desta SEPLAN/PR, Dr. José Clemente de Moura nos forneceu "Nota" a respeito.

Nossa resposta àquela Autoridade foi preparada no mesmo dia, 01 de março de 1982, nos seguintes termos:

"Tomamos conhecimento dos problemas técnicos supervenientemente ocorridos no Edifício "Hertz", onde se localizará a Secretaria-Central de Controle Interno.

Embora fosse nosso desejo instalar nossa Repartição naquele prédio, dentro do menor tempo possível, somos obrigados a reconhecer que o evento recomenda prudência. Assim, ficamos na expectativa da vistoria técnica já solicitada, que aconselhará por certo as medidas necessárias à segurança do edifício e de suas futuras instalações. Na realidade, conforme pudemos verificar pessoalmente, em visita feita hoje, há evidentes rachaduras na estrutura de lajes e até algumas vigas (no 2º subsolo) foram comprometidas, em talvez um terço de sua resistência, perto dos pilares, já que foram perfuradas de fora para fora, para que os canos de água as atravessassem. Até um leigo percebe isso.

Ficamos aguardando, assim, o resultado das prontas medidas adotadas pelo Departamento de Administração, cuja cautela está aqui demonstrada, no sentido de que se garanta absoluta segurança à construção. Nosso agradecimento, pois, a toda a equipe que vem se preocupando com a solução dos sérios percalços surgidos e que retardam a entrega do imóvel à Secretaria-Central de Controle Interno.

Em 01/março/82

a) FERNANDO DE OLIVEIRA
Secretário-Central de Controle Interno"

Não temos qualquer perspectiva a respeito da data em que a Secretaria Central de Controle Interno poderá ver sua instalação física consolidada. Até lá, cumpre esperar.

ANEXOS



ANEXOS - INDEXAÇÃO
(POR ORDEM CRONOLÓGICA)

PÁG.	DATA	INSTRUMENTO LEGAL
36/41	02/02/81	Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR - 001
42/43	12/02/81	Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR - 002
44/46	23/02/81	Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR - 003
47/48	03/09/81	Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR - 004
49	26/10/81	Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR - 005
50/52	04/11/81	Portaria Ministerial nº 148
53	23/12/81	Portaria Ministerial nº 198
54/82	-	Regimento Interno da Ciset/SEPLAN

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/Nº 001, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1981

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, e tendo em vista a Resolução nº 206, de 27 de novembro de 1980, do Tribunal de Contas da União, resolve:

E X P E D I R a presente Instrução Normativa com a finalidade de disciplinar a composição dos processos de tomada e prestação de contas da Administração Federal, relativamente ao exercício financeiro de 1980.

I - DA TOMADA DE CONTAS

2. O processo de tomada de contas será constituído dos seguintes elementos básicos:

- a) relação dos agentes responsáveis (Mod. 1);
- b) demonstrativo dos créditos autorizados (Mod. 2);
- c) demonstrativo da execução da despesa (Mod. 3);
- d) balancete financeiro (Mod. 4);
- e) balancete patrimonial (Mod. 5);
- f) demonstrativo sintético da movimentação do material no almoxarifado (Mod. 6);

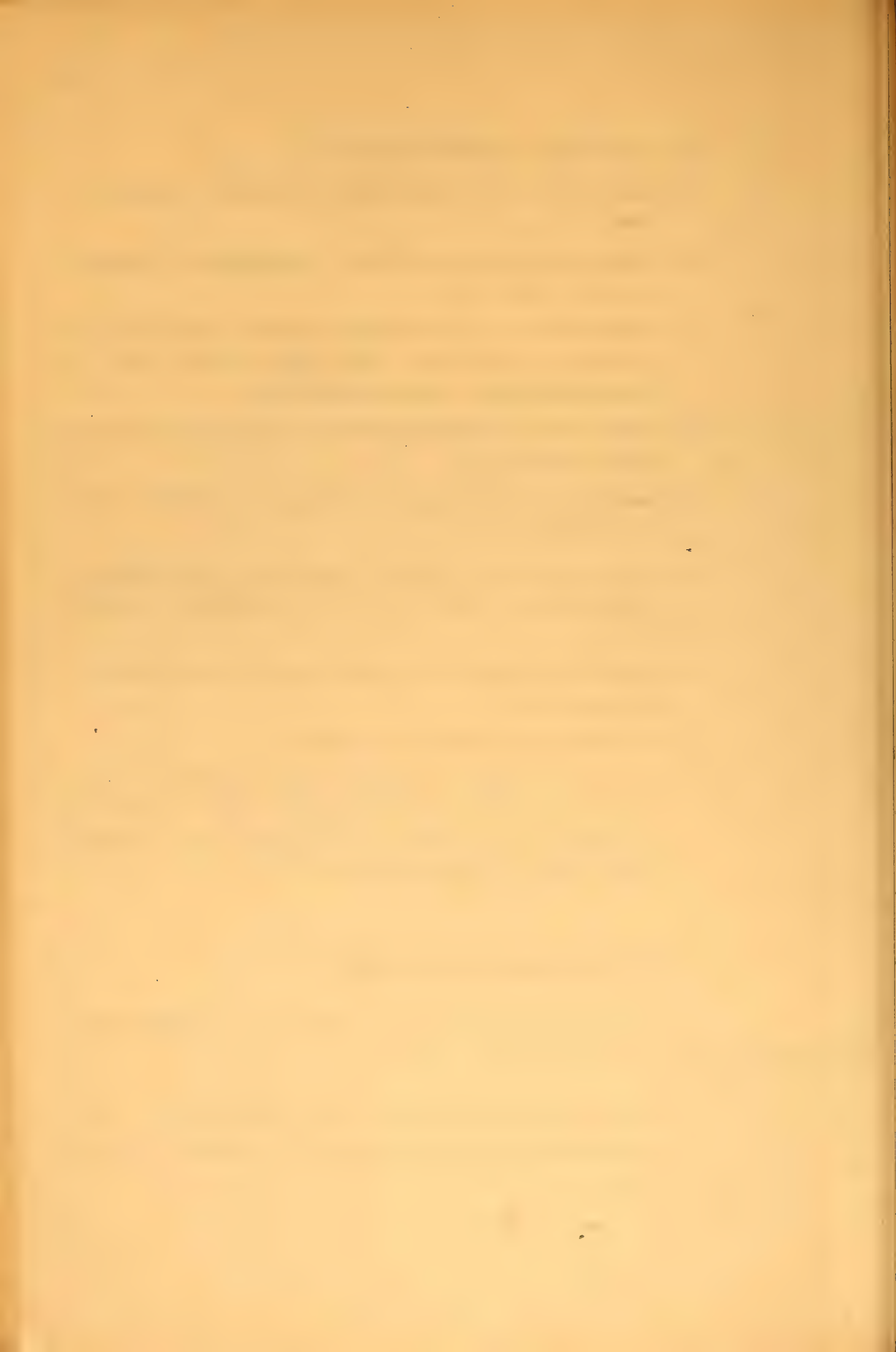


- g) conciliação bancária (Mod. 7);
- h) demonstrativo dos convênios, acordos e ajustes - (Mod. 8);
- i) demonstrativo dos auxílios, subvenções e contribuições (Mod. 9);
- j) demonstrativo das responsabilidades inscritas no período ou exercício e não regularizadas até o levantamento das contas (Mod. 10);
- l) demonstrativo dos pagamentos de inativos e pensionistas (Mod. 11);
- m) demonstrativo da receita e despesa de fundo especial (Mod. 12);
- n) extrato bancário ou confirmação do saldo bancário referente ao último dia útil no período ou exercício;
- o) relatório do gestor, quando previsto em normas regulamentares;
- p) relatório do tomador de contas; e
- q) parecer do órgão de contabilidade analítica, relativo à observância das instruções que regulam o levantamento das contas e à situação dos responsáveis perante a Fazenda Pública.

II - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

3. O processo de prestação de contas será constituído dos seguintes elementos básicos:

- a) relação dos responsáveis, com indicação de CPF, natureza da responsabilidade e o período de cada um;



- b) relatório anual do administrador;
- c) cópia das alterações de normas que regem a entidade, ocorridas no exercício;
- d) balanços e demais demonstrações financeiras ou contábeis exigidas em leis e regulamentos;
- e) demonstrativo de receita e despesa dos fundos especiais, com discriminação da origem dos recursos e a natureza das aplicações;
- f) parecer dos órgãos internos da entidade que devam emitir pronunciamento sobre as contas; e
- g) relação dos dirigentes e servidores em débito - (Mod. 13).

III - DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

Os órgãos que tenham a seu cargo a contabilização de operações sujeitas a tomada e prestação de contas deverão manter devidamente arquivada a respectiva documentação comprobatória, bem como os registros e controle relativos aos seguintes elementos:

- a) limites para realização de investimentos;
- b) limites para importação direta e compra ou locação de produto estrangeiro no mercado interno pelo Setor Público Federal;
- c) admissão e remuneração de pessoal;
- d) concessão de residências funcionais;
- e) locação de imóveis residenciais;
- f) utilização de veículos de representação;
- g) remuneração de dirigentes;
- h) composição do capital social com especificação da participação acionária da Administração Federal.

- i) participação no capital de outras sociedades;
- j) convênios com instituições oficiais para aquisição ou financiamento de casa própria a dirigentes e servidores;
- l) convênios relativos ao fornecimento de mão-de-obra a outras entidades;
- m) utilização indireta de pessoal, mediante convênios e contratos;
- n) tetos fixados para consumo de combustíveis;
- o) contratos firmados;
- p) licitações realizadas;
- q) bens móveis e imóveis;
- r) almoxarifado;
- s) extratos bancários do período;
- t) operações de financiamentos internos e externos de bens e serviços;
- u) mercadorias apreendidas;
- v) orçamentos e suas alterações; e
- x) parecer e relatório dos auditores independentes, se houver.

IV - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

5. As contas de recursos vinculados a fundos ou programas especiais, bem como as referentes a recursos ordinários, bens e valores, de responsabilidade do mesmo gestor ou administrador, deverão ser apresentadas num único processo, desde que instruídas, detalhadamente, com os elementos dos itens 2 e 3, quando for o caso.



6. O disposto nesta Instrução não se aplica a fundos especiais cujas normas legais e regulamentares estipulem forma específica de apresentação de tomadas e prestações de contas.

7. As prestações de contas dos Fundos de Investimentos (Decreto-Lei nº 1.376/74), obrigatoriamente apresentadas em processos autônomos, conterão, no que couber, os elementos básicos indicados no item 3, elaborados ou providenciados pelo agente financeiro.

8. Integrarão, ainda, as prestações de contas dos Fundos de Investimentos, desdobradas por setor, quando aplicável, as seguintes peças de responsabilidade do administrador do órgão supervisor:

- a) relatório das atividades do Fundo;
- b) demonstrativo da execução dos orçamentos de comprometimento; e
- c) demonstrativo dos projetos aprovados e sua fundamentação, por exercício, com indicação do respectivo valor e entidade beneficiária, evidenciando as parcelas liberadas.

V - DOS PRAZOS

9. Os processos de tomada e de prestação de contas da Administração Federal, devidamente instruídos, deverão ser colocados à disposição dos órgãos de auditoria no prazo de 90 (noventa) dias antes das datas determinadas para entrega dos processos ao Tribunal de Contas da União, salvo disposição em contrário.

10. Nos casos de falta de prestação de contas, de qualquer desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para



a Fazenda Pública, deverá ser organizada tomada de contas especial, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da comunicação do fato pela autoridade competente ou de sua observação pelo próprio órgão de contabilidade analítica, encaminhando-se o processo assim constituído aos órgãos de auditoria, para os procedimentos de sua alçada.

FERNANDO DE OLIVEIRA

Respondendo pelo Expediente da
Secretaria-Central de Controle Interno



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/Nº 002, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1981

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 1 de dezembro de 1979, resolve:

EXPEDIR a presente Instrução Normativa com o objetivo de atualizar o "Plano de Contas Único para os Órgãos da Administração Direta", aprovado pelo Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SCCI/SEPLAN/Nº 001, de 09 de abril de 1980.

É criada, com a respectiva função, a conta:

2.06.07.xx.xx - Recurso Diferido

DEBITE

na Divisão de Bancos e Correspondentes-DIBAN, em contrapartida com a conta "2.08.12.xx.xx - Cota Concedida", pelo saldo de cotas liberadas e que corresponde a antecipação de cota para o exercício financeiro seguinte;

CREDITE

nas unidades de contabilidade analítica (ISF's e NC's), em contrapartida com as contas:



- a) 2.08.13.xx.xx - Cota Recebida, pela parcela não utilizada e que corresponde a antecipação de cota para o exercício financeiro seguinte; e
- b) 2.08.18.xx.xx - Sub-Repasse Recebido, pela parcela não utilizada e que corresponde a antecipação (sub-repasse) para o exercício seguinte.

SALDO

Devedor, na Divisão de Bancos e Correspondentes -
DIBAN (MF);

Credor, nas demais unidades de contabilidade.

ENCERRAMENTO

pela inversão dos lançamentos indicados em "DEBITE" e "CREDITE" à vista da "Liberação de Cota" expedida pela Comissão de Programação Financeira e na "Nota de Movimentação de Recursos Financeiros", onde tenha sido efetuada a devida dedução.


FERNANDO DE OLIVEIRA

Respondendo pelo expediente da
Secretaria-Central de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1981

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, II, do Decreto-Lei nº 1815, de 09 de dezembro de 1980, resolve:

EXPEDIR a presente Instrução disciplinadora de "Despesas de Exercícios Anteriores".

I - DA CARACTERIZAÇÃO

2. São "Despesas de Exercícios Anteriores" e, portanto, sujeitas a reconhecimento da Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN, as dívidas decorrentes de compromisso de exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento e, especificamente, segundo o artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

- a) despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não se tenham processado na época própria;
- b) restos a pagar com prescrição interrompida; e
- c) compromissos advindos após o encerramento do exercício correspondente.

II - DA INDIVIDUAÇÃO DOS DISPÊNDIOS

Os processos relativos a despesas que devam onerar a dotação "Despesas de Exercícios Anteriores", no exercício de reconhecimento da dívida, serão instruídos com os seguintes dados, no âmbito de cada Ministério ou Órgão:

- a) demonstrac o do crédito orçamentário do exercício gerador da despesa, com identificac o do saldo não utilizado;
- b) importância a pagar, nome do credor e data de vencimento do compromisso;
- c) justificacão da não emissão de empenho prévio da despesa (art. 60 da Lei n  4.320/64), quanto   hipótese da alínea a do item 2; e
- d) justificacão do motivo pelo qual não foi possível conhecer, no devido tempo, para oportuno empenho da despesa, o compromisso cujo reconhecimento se pretende, na hipótese da alínea c do mesmo item 2.

4. O Secretário de Controle Interno ou a autoridade de igual competência, nos Ministérios e órgãos, se manifestar  pela reconhecimento ou não do dispêndio realizado, no processo constituído na forma do inciso 3:

- a) se impugnada a despesa, devolvê-lo-    origem, com imposi o de responsabilidade; e
- b) se de acordo, encaminhá-lo-    Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN, a fim de que, reconhecida a d vida, seja a seguir autorizada a emissão de empenho   conta de "Despesas de Exercícios Anteriores", ainda que se trate de dota o atribuída ao próprio Ministério ou  rg o.

5. Os Restos a Pagar com prescri o interrompida, a que se refere a letra b do item 2, ter o o tratamento indicado na Instru o Normativa SECIN/SEPLAN/N  003, de 18 de dezembro de 1980 (D.O.U. 22, seguinte), em seu Título II - RESTOS A PAGAR.

III - DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES

Estão sujeitos à disciplina desta Instrução:

- a) as unidades da administração direta dos Ministérios e Órgãos;
- b) as autarquias criadas por lei;
- c) os fundos especiais autônomos de que trata o artigo 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (Reforma Administrativa), com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969; e
- d) qualquer entidade da administração indireta, sob supervisão ministerial, que, beneficiada com transferência de recursos à conta do Orçamento, evidencie compromisso cujo reconhecimento implique a utilização de crédito orçamentário referente a "Despesa de Exercícios Anteriores".

FERNANDO DE OLIVEIRA

Respondendo pelo expediente da
Secretaria-Central de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, DE 03 DE SETEMBRO DE 1981

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, resolve:

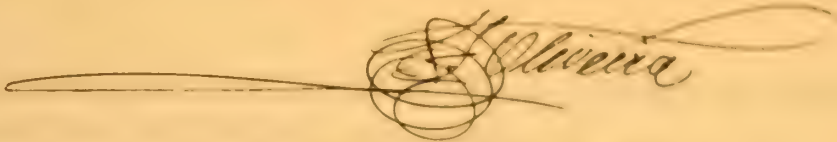
EXPEDIR a presente Instrução Normativa visando a atualizar procedimentos implantados através da IN/SCCI/SEPLAN/Nº 002, de 10 de abril de 1980, com a inclusão dos códigos seguintes no preenchimento do formulário "Demonstrativo da Despesa Autorizada (DA)", objeto de seu Anexo VIII, folhas 09/12, a fim de incluir no tipo de movimento de dotação os seguintes códigos:

- 18 - ACRÉSCIMO NO QDD (Quadro de Detalhamento da Despesa) e
- 28 - REDUÇÃO NO QDD, ambos quando houver remanejamento por portaria da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF/SEPLAN/PR) sem abertura de créditos adicionais;
- 19 - SUPLEMENTAÇÃO AUTOMÁTICA, quando decorrente do excesso de arrecadação, de recursos vinculados e
- 29 - CANCELAMENTO DE SUPLEMENTAÇÃO AUTOMÁTICA, quando eventualmente feita acima do limite admissível.

2. As operações referentes aos códigos 18 e 28 serão registradas no Demonstrativo da Despesa Autorizada (DA) e

dos códigos 19 e 29, além de figurar nesse demonstrativo, implicarão procedimentos contábeis e conseqüente reflexo no Balanço Mensal (BM).

3. Fica sem efeito a Instrução Normativa sem número publicada no D.O. de 01 de setembro de 1981. Seção 1.ª, página 16.448.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'F. Oliveira', is written over a horizontal line. The signature is stylized with loops and flourishes.

FERNANDO DE OLIVEIRA
Resp.pela Secretaria-Central de
Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/Nº 005, DE 26 DE OUTUBRO DE 1981

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º do Decreto-Lei nº 1.815, de 09 de dezembro de 1980, resolve

DELEGAR competência a Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente para, no corrente exercício financeiro de 1981, proceder à inscrição, em Restos a Pagar, de despesas empenhadas e não pagas, observada a disciplina da Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/Nº 005, de 18 de dezembro de 1980.



FERNANDO DE OLIVEIRA
Resp.pela Secretaria-Central de
Controle Interno

Portaria n.º 148 , de 04 de novembro de 1981

O Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, no uso de suas atribuições legais e considerando ser imprescindível adotar medidas que assegurem o encerramento do exercício financeiro de 1981, com vistas à elaboração dos Balanços-Gerais da União, a cargo da Secretaria-Central de Controle Interno, nos termos dos artigos 11, V, e 21 e parágrafos, do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, resolve:

EXPEDIR a presente norma disciplinadora do encerramento das atividades do exercício financeiro de 1981, através da fixação dos seguintes prazos de entrega de documentos à Secretaria de Controle Interno-CISET/SEPLAN/PR:

I - até 15/12/81:

- a) Nota de Destaque de Crédito e de anulação;
- b) Nota de Provisão e de anulação;
- c) Nota de Movimentação de Recursos Financeiros;
- d) Ordem Bancária e de Pagamento.

II - até 22/12/81:

- a) Nota de Empenho e de anulação;
- b) Nota de Pagamento de Despesa Orçamentária.

III - até 05/01/82:

- a) relação de notas de Empenho emitidas e não pagas cuja despesa seja passível de inscrição em Restos a Pagar, nos termos do Decreto-Lei nº 1815/80 e Instrução Normativa nº 003, de 18/12/80, da SECIN/SEPLAN/PR;
- b) relação de Restos a Pagar cancelados por insubsistentes, assim entendidos, os compromissos não amparados pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 1815/80 e explicitados no Título "II - Restos a Pagar" da IN-SECIN/SEPLAN Nº 003/80;
- c) prestação de Contas de suprimento de fundos com despacho conclusivo do ordenador de despesa;
- d) relação de saldos do exercício em poder do suprido;

IV - até 15 de janeiro de 1982, o inventário de material em estoque e de outros bens patrimoniais existentes em 31 de dezembro de 1981;

V - até 16 de fevereiro de 1982, o balanço das entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

2. A Secretaria de Controle Interno-CISET/SEPLAN/PR recusará, vencidos os prazos, a recepção dos documentos aqui identificados.

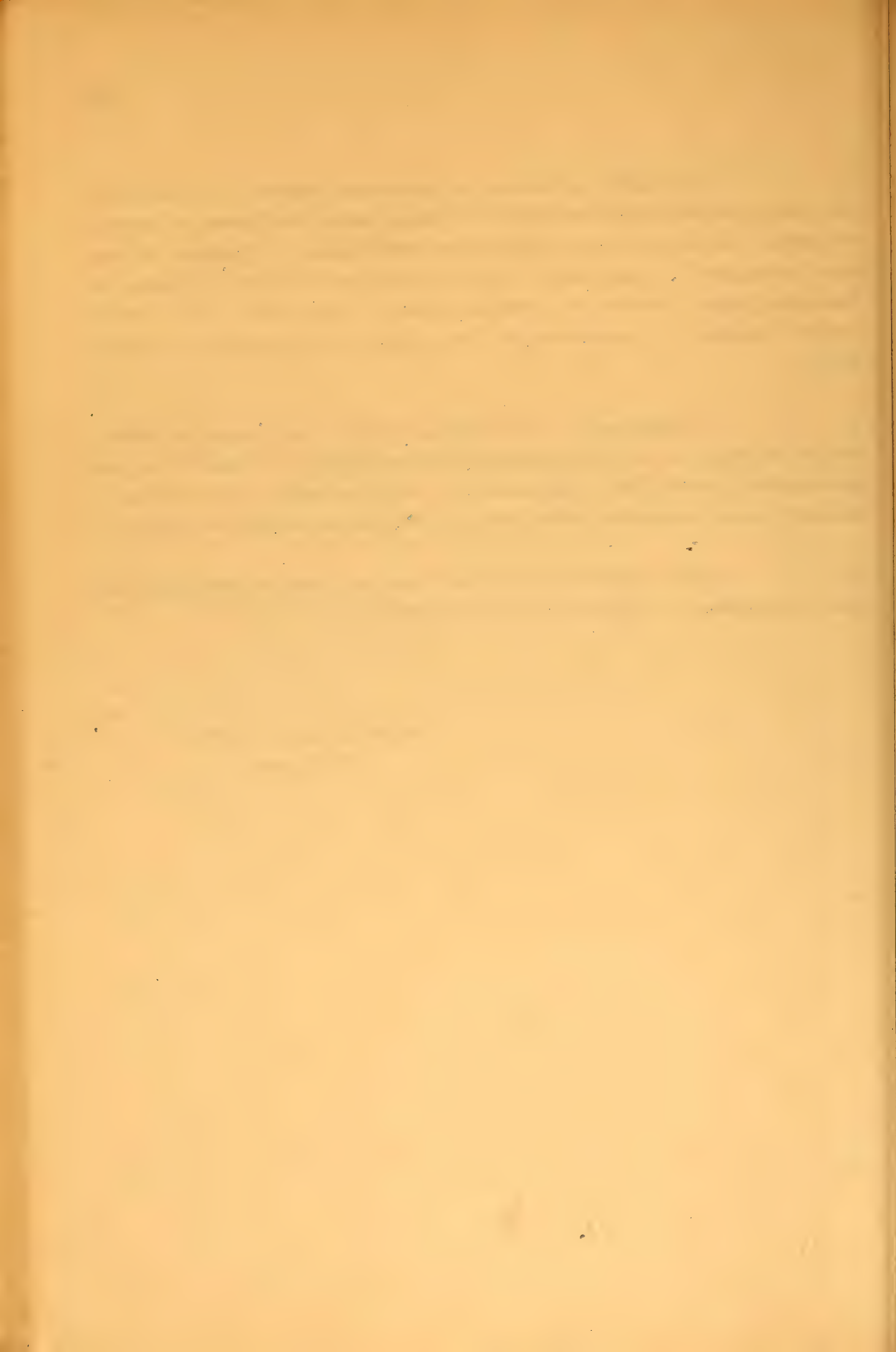
3. Os órgãos setoriais de controle interno e equivalentes adotarão medidas adequadas ao cumprimento uniforme da presente norma, no âmbito dos respectivos Ministérios e Órgãos, de sorte a assegurar o cumprimento, pelo órgão-central dos sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, do prazo constitucional de apresentação das contas do Presidente da República.

4. É competente a Secretaria-Central de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República para expedir instruções complementares eventualmente necessárias e decidir sobre assuntos relativos aos Balanços-Gerais da União.

5. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTONIO DELFIM NETTO

Ministro



Portaria n.º 198 , de 23 de dezembro de 1981

O Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do artigo 2º do Decreto nº 85.234, de 06 de outubro de 1980, resolve

A P R O V A R o Regimento Interno da Secretaria de Controle Interno-CISET, que a esta acompanha.

2. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTONIO DELFIM NETTO
Ministro

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO-CISET

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º - A Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR), órgão setorial dos sistemas de administração financeira e de contabilidade, diretamente subordinada ao titular da Pasta, tem por finalidade:

- I - assessorar o Ministro de Estado-Chefe no âmbito de sua competência;
- II - operar como órgão de apoio à supervisão ministerial de que trata o Título IV do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, salvo no aspecto da realização de auditoria, prevista na letra h do parágrafo único de seu artigo 26, cuja atribuição é exclusiva do órgão-central;
- III - elaborar com a Secretaria-Geral o cronograma de desembolso financeiro das unidades da SEPLAN/PR para aprovação superior, bem como acompanhar-lhe a execução;
- IV - superintender no âmbito setorial as atividades dos sistemas de administração financeira e de contabilidade;

- V - executar o acompanhamento físico-financeiro de projetos e atividades a cargo de unidades subordinadas à SEPLAN/PR e respectivas entidades da administração indireta e fundações, todas com sede no Distrito Federal e que envolvam aplicação de recursos públicos de qualquer origem, inclusive os decorrentes de contratos ou convênios;
- VI - produzir operações de contabilidade analítica dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados por unidade orçamentária ou administrativa localizada no Distrito Federal;
- VII - oferecer ao Ministro de Estado-Chefe e ao Secretário -Geral balancetes contábeis, posições orçamentárias, financeiras e patrimoniais e, ainda, relatório de acompanhamento físico-financeiro de programas a cargo da Pasta ou sob sua supervisão;
- VIII - realizar a contabilidade sintética no âmbito da SEPLAN/PR através dos elementos colhidos pela própria Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças no Distrito Federal e dos remetidos pelas Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados;
- IX - fornecer ao órgão-central os elementos necessários ao levantamento dos balancetes mensais e Balanços - Gerais da União, nos prazos estabelecidos;
- X - promover a inscrição de despesas legalmente empenhadas em conta de restos a pagar das unidades cuja contabilização esteja a cargo da Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças no Distrito Federal;
- XI - opinar sobre proposta de abertura de crédito adicional e de alteração do quadro de detalhamento da despesa da SEPLAN/PR;

XII - acompanhar as atividades econômico-financeiras das empresas públicas, sociedades e outros organismos de cujo capital o Tesouro Nacional participe, direta ou indiretamente e, especialmente:

a) fiscalizar o pontual recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, ou a observância da exata destinação prevista em lei, dos dividendos e lucros atribuídos à União;

b) proceder, anualmente, ao levantamento da totalidade do capital investido pela União nas entidades referidas, dos dividendos por ele produzidos no exercício, e respectiva destinação, e proceder à análise qualitativa e quantitativa das isenções e subsídios fiscais concedidos a essas entidades;

c) manifestar-se, previamente, nos casos de subscrição ou aquisição de ações de capital por parte da União, bem como, nos de alienação ou transferência das que já lhe pertençam;

XIII - indicar nomes para composição do conselho fiscal das entidades vinculadas à SEPLAN/PR;

XIV - apresentar ao Ministro de Estado-Chefe relatório anual das atividades administrativas do exercício financeiro;

XV - realizar estudos para formulação de diretrizes e desempenhar funções de orientação, coordenação e controle financeiro;

XVI - conhecer os relatórios e certificados de auditoria

produzidos pelo órgão-central e realizar as diligências necessárias, previamente ao pronunciamento ministerial a que se refere o artigo 82 do Decreto-Lei nº 200/67;

- XVII - analisar minutas de contrato, convênio, ajuste, alteração, aditivo ou obrigação convencional de que resulte dispêndio de recursos públicos;
- XVIII - realizar outras atribuições direta ou indiretamente relacionadas ao harmônico desenvolvimento das atividades a seu cargo e manter estreita cooperação junto ao órgão-central dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 2º - A Secretaria de Controle Interno-CISET tem a seguinte estrutura:

I - Secretaria de Administração Financeira-SAFIN

a) Divisão de Controle Orçamentário-DICOR:

1. Seção de Controle Orçamentário-Administração Direta
2. Seção de Controle Orçamentário-Administração Indireta

b) Divisão de Controle Financeiro-DIFIN:

1. Seção de Controle Financeiro-Administração Direta
2. Seção de Controle Financeiro-Administração Indireta

- c) Divisão de Acompanhamento Físico-Financeiro-DMII
 - 1. Seção de Acompanhamento Físico-Financeiro-Administração Direta
 - 2. Seção de Acompanhamento Físico-Financeiro-Administração Indireta

II - Secretaria de Contabilidade-CREDE

- a) Divisão de Escrituração Orçamentária e Financeira-DESOF:
 - 1. Seção de Escrituração Orçamentária e Financeira-Administração Direta
 - 2. Seção de Escrituração Orçamentária e Financeira-Administração Indireta
- b) Divisão de Escrituração Patrimonial-DEPAT:
 - 1. Seção de Escrituração Patrimonial-Administração Direta
 - 2. Seção de Escrituração Patrimonial-Administração Indireta
- c) Divisão de Análise-DINAL:
 - 1. Seção de Análise-Administração Direta
 - 2. Seção de Análise-Administração Indireta

III - Secretaria de Processamento de Dados-DAPRO

- a) Divisão de Organização e Sistemas-DIORS
- b) Divisão de Análise e Programação-DINAP
- c) Divisão de Processamento-DIPRO
- d) Divisão de Análise e Informações-DANIN
- e) Banco de Dados-DABAN

IV - Divisão de Apoio Administrativo-DIAPA

- a) Seção de Administração de Créditos
- b) Seção de Material e Serviços
- c) Seção de Pessoal
- d) Seção de Reprografia

V - Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças no Distrito Federal-DECOF

a) Divisão de Operações Financeiras-DIOFI:

- 1. Seção Orçamentária e Financeira
- 2. Seção de Acompanhamento Físico-Financeiro

b) Divisão de Operações Contábeis-DIOCO:

- 1. Seção de Receita
- 2. Seção de Despesa
- 3. Seção de Tomada de Contas

c) Seção de Processamento de Dados-DADOS

d) Seção de Apoio Administrativo-APOIO.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 3º - A Secretaria de Administração Financeira-SAFIN, compete supervisionar e coordenar o acompanhamento da execução orçamentária e da movimentação de recursos financeiros de qualquer natureza e identificar os resultados obtidos.

§ 1º - A Divisão de Controle Orçamentário-DICOR, compete orientar e dirigir o acompanhamento da execução do orçamento controlando-lhe o movimento de forma sistêmica.

I - A Seção de Controle Orçamentário-Administração Direta, compete:



- a) acompanhar a execução do orçamento e créditos adicionais evidenciando os passíveis de abertura no exercício seguinte;
- b) manifestar-se sobre proposta de abertura de créditos adicionais e de alteração do quadro de detalhamento da despesa;
- c) fornecer relatórios técnicos;
- d) sugerir normas e procedimentos para as atividades de controle orçamentário; e
- e) manter cadastros e manuais atualizados de codificação e classificação orçamentária.

II - À Seção de Controle Orçamentário-Administração Indireta, compete:

- a) acompanhar a execução do orçamento e créditos adicionais evidenciando os passíveis de reabertura no exercício seguinte;
- b) manifestar-se sobre proposta de abertura de créditos adicionais e de alteração do quadro de detalhamento da despesa;
- c) fornecer relatórios técnicos;
- d) sugerir normas e procedimentos para as atividades de controle orçamentário; e
- e) manter cadastros e manuais atualizados de codificação e classificação orçamentária.



§ 2º - A Divisão de Controle Financeiro-DIFIN, compete orientar e dirigir o acompanhamento da aplicação de recursos financeiros controlando-lhe o movimento de forma sistêmica.

I - A Seção de Controle Financeiro-Administração Direta, compete:

- a) acompanhar a execução financeira do orçamento e créditos adicionais;
- b) registrar especialmente os dispêndios decorrentes de contratos, convênios e outros ajustes bilaterais;
- c) fornecer relatórios técnicos; e
- d) sugerir normas e procedimentos para as atividades de controle financeiro.

II - A Seção de Controle Financeiro-Administração Indireta, compete:

- a) acompanhar a movimentação dos recursos financeiros transferidos às entidades da administração indireta;
- b) registrar especialmente os dispêndios decorrentes de contratos, convênios e outros ajustes bilaterais;
- c) fornecer relatórios técnicos; e
- d) sugerir normas e procedimentos para as atividades de controle financeiro.

§ 3º - A Divisão de Acompanhamento Físico-Financeiro-DAFIF, compete orientar e dirigir o acompanhamento físico-financeiro de projetos e atividades.

I - À Seção de Acompanhamento Físico-Financeiro-Adminis -
tração Direta, compete:

- a) realizar o acompanhamento físico-financeiro de pro -
jetos e atividades evidenciando-lhes os resultados;
- b) registrar a execução físico-financeira de contra -
tos, convênios e outros ajustes bilaterais; e
- c) sugerir normas e procedimentos para as atividades
de acompanhamento físico-financeiro.

II - À Seção de Acompanhamento Físico-Financeiro-Adminis -
tração Indireta, compete:

- a) realizar o acompanhamento físico-financeiro de pro -
jetos e atividades evidenciando-lhes os resultados;
- b) registrar a execução físico-financeira de contra -
tos, convênios e outros ajustes bilaterais; e
- c) sugerir normas e procedimentos para as atividades
de acompanhamento físico-financeiro.

Art. 4º - À Secretaria de Contabilidade-CREDE, compete su -
visionar e coordenar os serviços de contabilidade e em especial
elaborar balancetes de receita e despesa mensais e acumulados, a fim
de evidenciar as operações ocorridas no período e até o período, com
base nos elementos recebidos ou produzidos.

§ 1º - À Divisão de Escrituração Orçamentária e Financeira
DSOF, compete orientar e dirigir a contabilização dos atos e fatos
da gestão orçamentária e financeira.

I - À Seção de Escrituração Orçamentária e Financeira-Ad -
ministração Direta, compete:

- a) examinar e incorporar balancetes, balanços e cor -
respondentes demonstrativos oriundos das Delega -
cias-Regionais de Contabilidade e Finanças e fun -
dos especiais autônomos;

- b) consolidar em balancetes e balanços sintéticos as peças de que trata o inciso anterior;
- c) oferecer sugestões para permanente atualização do Plano de Contas Único da União.

II - À Seção de Escrituração Orçamentária e Financeira-Administração Indireta, compete:

- a) examinar e incorporar balancetes, balanços e correspondentes demonstrativos oriundos das entidades vinculadas;
- b) consolidar em balancetes e balanços sintéticos as peças referidas no inciso anterior; e
- c) oferecer sugestões para permanente atualização dos planos de contas das entidades.

§ 2º - À Divisão de Escrituração Patrimonial-DEPAT, compete orientar e dirigir a contabilização das operações patrimoniais.

I - À Seção de Escrituração Patrimonial-Administração Direta, compete:

- a) examinar e incorporar balancetes, balanços e demonstrativos oriundos das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças e fundos especiais autônomos;
- b) consolidar em balancetes e balanços sintéticos as peças de que trata o inciso anterior;
- c) elaborar ao fim de cada exercício financeiro o balanço setorial do Ativo e Passivo evidenciando as variações patrimoniais ocorridas; e

- d) oferecer sugestões para permanente atualização do Plano de Contas Único da União.

II - À Seção de Escrituração Patrimonial-Administração Indireta, compete:

- a) examinar e incorporar mensalmente balancetes, balanços e demonstrativos oriundos das entidades vinculadas;
- b) consolidar em balancetes e balanços sintéticos, as peças referidas no inciso anterior;
- c) elaborar ao fim de cada exercício financeiro o balanço setorial do Ativo e Passivo evidenciando as variações patrimoniais ocorridas; e
- d) oferecer sugestões para permanente atualização dos planos de contas das entidades.

§ 3º - À Divisão de Análise-DINAL, compete orientar e dirigir a análise de peças contábeis levantadas, propondo as medidas oportunas ao saneamento de posições anormais, ociosas ou passíveis de aperfeiçoamento.

I - À Seção de Análise-Administração Direta, compete:

- a) analisar balancetes, balanços e demonstrações contábeis da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração direta;
- b) analisar as aplicações à conta de fundos e programas especiais; e
- c) sugerir a realização de auditoria ou inspeção quando os elementos analisados o aconselharem.

II - À Seção de Análise-Administração Indireta, compete:

- a) analisar balancetes, balanços e demonstrações contábeis da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das entidades vinculadas;
- b) analisar as aplicações à conta de fundos e programas especiais;
- c) sugerir a realização de auditoria ou inspeção quando os elementos analisados o aconselharem; e
- d) coligir, como subsídio aos trabalhos a seu cargo, planos de contas e manuais de administração financeira de entidades da administração indireta.

Art. 5º - À Secretaria de Processamento de Dados-DAPRO, compete supervisionar e coordenar os serviços de processamento de dados, de acordo com a programação definida pela Secretaria-Central de Controle Interno.

§ 1º - À Divisão de Organização e Sistemas-DIORS, compete planejar, dirigir e executar as atividades de organização e métodos e desenvolvimento de sistemas relativos às áreas de administração financeira e contabilidade, em especial:

- I - proceder ao acompanhamento da aplicação de métodos e procedimentos administrativos definidos pela Secretaria de Processamento de Dados do órgão-central;
- II - aplicar os projetos de sistemas de informações em articulação com as Secretarias envolvidas;
- III - realizar os trabalhos de adaptação de sistemas objetivando eliminar eventuais distorções;
- IV - sugerir modificação de métodos e procedimentos administrativos objetivando racionalizar a execução; e
- V - sugerir a implementação de sistemas de informações visando à resolução de problemas de ordem técnica.

§ 2º - À Divisão de Análise e Programação-DINAP, compete apresentar, dirigir e executar o desenvolvimento dos sistemas eletrônicos e, notadamente:

- I - definir com os usuários os fluxos de informação e níveis de gerência dos sistemas;
- II - aplicar a metodologia disciplinadora da utilização de "software" de uso em banco de dados;
- III - divulgar informações técnicas junto às unidades responsáveis pelo desenvolvimento do sistema de processamento de dados, inclusive as modificações ocorridas nos sistemas de operação;
- IV - controlar os sistemas em operação;
- V - apoiar a equipe técnica responsável pelo desenvolvimento do banco de dados;
- VI - utilizar e manter atualizado o catálogo de "software" de aplicação e os manuais dos sistemas em operação;
- VII - manter padronizada a documentação para o banco de dados e os sistemas usuários de "software" específico dessa aplicação; e
- VIII - aplicar os programas de treinamento de analistas, programadores e documentadores, bem como, propor programa de adestramento de servidores envolvidos.

§ 3º - À Divisão de Processamento de Dados-DIPRO, compete rentar, dirigir e executar os sistemas de informações implantados, basicamente:

- I - receber requisições ou solicitações de serviços dos usuários;
- II - controlar a qualidade dos documentos recebidos apontando as eventuais anomalias observadas;
- III - executar as tarefas de transcrição e conferência de dados dos documentos remetidos pelos usuários, assim como, o controle de finalidade dos dados processados;

- IV - organizar e manter atualizado o arquivo de fitas;
- V - executar os serviços de processamento dos sistemas em computador;
- VI - manter controle sistemático do desempenho dos equipamentos; e
- VII - exercer as atividades de depuração, implantação e manutenção de "software" de aplicação.

§ 4º - A Divisão de Análise de Informações-DANIN, compete orientar, dirigir e executar a recepção, conferência e preparação de documentos para processamento pela Secretaria e, predominantemente:

- I - aplicar normas, métodos e procedimentos para implantação de processamento de dados;
- II - estudar e propor, juntamente com as Secretarias de Administração Financeira e de Contabilidade, normas de tratamento de dados que propiciem:
 - a) o acompanhamento físico-financeiro dos programas de trabalho e do orçamento;
 - b) a identificação do resultado segundo o projeto ou a atividade;
 - c) a avaliação dos resultados alcançados pelos administradores;
 - d) o acompanhamento da execução e avaliação dos resultados dos contratos, convênios e outros acordos bilaterais; e
 - e) o acompanhamento do desempenho em relação aos programas de governo;
- III - manter meios de controle capazes de fornecer elementos à Secretaria de Auditoria do Órgão-central para exercer suas funções;

- IV - processar as análises dos relatórios extra-contábeis produzidos pela Ciset;
- V - conservar atualizado o registro para listagem de normas legais e regulamentares aplicáveis; e
- VI - distribuir publicações de normas, manuais, catálogos e outras matérias de interesse.

§ 5º - Ao Banco de Dados-DABAN, compete:

- I - assegurar o desenvolvimento das atividades do banco de dados;
- II - aplicar normas sobre a administração de dados;
- III - manter controle sobre os conjuntos de dados armazenados e avaliar o desempenho do sistema de banco de dados;
- IV - aplicar o nível de gerência das informações; e
- V - divulgar informações técnicas às áreas definidas como interessadas.

Art. 6º - À Divisão de Apoio Administrativo-DIAPA, compete desempenhar as atividades de administração geral relacionadas ao funcionamento da Ciset.

§ 1º - À Seção de Administração de Créditos, compete:

- I - elaborar a proposta orçamentária da Secretaria de Controle Interno e providenciar a obtenção de créditos adicionais;
- II - preparar e submeter ao Diretor da Divisão de Apoio Administrativo os atos pertinentes às gestões orçamentária, financeira e patrimonial à conta dos recursos alocados à Ciset; e

III - providenciar concessão de suprimento de fundos e acompanhar-lhe a aplicação e comprovação.

§ 2º - À Seção de Material e Serviços, compete:

- I - receber, registrar, controlar a carga, distribuir e arquivar os processos e expedientes;
- II - adquirir, requisitar, receber, guardar, distribuir e inventariar material de consumo e permanente;
- III - providenciar a execução de obras e serviços, bem as sim, a conservação de material em uso;
- IV - fiscalizar as tarefas de limpeza, administração e conservação de edifícios, instalações, equipamentos e outros bens patrimoniais sob responsabilidade da Ciset;
- V - controlar o uso de veículos oficiais e fiscalizar a assiduidade e pontualidade dos motoristas;
- VI - organizar e manter coleção de publicações oficiais de interesse da Secretaria de Controle Interno; e
- VII - manter e controlar os serviços de telex e malote.

§ 3º - À Seção de Pessoal, compete:

- I - elaborar atos relativos à localização, movimentação, designação e dispensa de servidores;
- II - fornecer elementos para a elaboração de folhas de pagamento de pessoal;
- III - registrar e comunicar a frequência de servidores e elaborar sua escala de férias;
- IV - providenciar a requisição de passagens e a concessão de diárias; e

V - organizar e manter registros atualizados sobre a vida funcional dos servidores.

§ 4º - À Seção de Reprografia, compete:

- I - executar e conferir os trabalhos de datilografia;
- II - reproduzir expedientes e documentos;
- III - controlar, diariamente, o número de documentos reproduzidos e a sua destinação; e
- IV - manter estatística mensal dos documentos reproduzidos.

Art. 7º - À Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças no Distrito Federal-DECOF, compete proceder à contabilização analítica das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, e avaliar as tomadas de contas de ordenadores de despesa e demais gestores de bens públicos, no âmbito da Capital Federal.

§ 1º - À Divisão de Operações Financeiras-DIOFI, compete planejar e dirigir o acompanhamento da execução do orçamento e a movimentação de recursos financeiros dos órgãos.

I - À Seção Orçamentário-Financeira, compete:

- a) acompanhar a execução do orçamento e créditos adicionais;
- b) acompanhar a execução do cronograma de desembolso;
- c) acompanhar a movimentação de recursos financeiros relativos a fundos, programas especiais e convênios; e
- d) elaborar relatórios analíticos sobre o acompanhamento da execução orçamentária e financeira.

II - À Seção de Acompanhamento Físico-Financeiro, compete:

- a) manter cadastro de projetos e atividades;
- b) manter fichário de unidades de medidas-padrão;
- c) elaborar relatórios de execução físico-financeira de projetos e atividades.

§ 2º - A Divisão de Operações Contábeis-DIOCO, compete o entar e dirigir a execução da contabilidade analítica.

I - A Seção de Receita, compete:

- a) escriturar a arrecadação e o recolhimento de receitas federais confrontando-lhes a previsão e a realização;
- b) organizar demonstração de recolhimentos ~~transferi~~ dos à conta "Receita da União";
- c) organizar demonstrativo da execução da receita, bem como, guias de lançamento de eventuais restituições; e
- d) proceder à inscrição e baixa da dívida ativa da União.

II - A Seção de Despesa, compete:

- a) contabilizar as operações realizadas pelas unidades da administração direta;
- b) evidenciar analiticamente a execução orçamentária e financeira;
- c) apurar e propor a inscrição de despesas em restos a pagar; e
- d) controlar o movimento bancário das unidades.

III - À Seção de Tomada-de-Contas, compete:

- a) manter registro e elaborar relação de ordenadores de despesa, agentes pagadores e outros responsáveis;
- b) relacionar suprimentos de fundos para controle das respectivas prestações de contas;
- c) acompanhar a posição de restos a pagar, bem como, das contas "Depósitos" e "Responsáveis";
- d) promover o balanceamento de bens em uso, de bens e valores em estoque e de mercadorias apreendidas;
- e) organizar processos de tomada-de-contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por dinheiros, bens e outros valores públicos evidenciando-lhes o resultado;
- f) propor seja dado conhecimento de responsabilidades apuradas aos respectivos agentes causadores, bem como comunicado o fato à Delegacia-Regional de Auditoria; e
- g) examinar documentos que impliquem despesa, pagamento, licitação, contrato, convênio, acordo, ajuste e outros instrumentos.

IV - À Seção de Processamento de Dados-DADOS, diretamente subordinada ao Delegado, compete executar o processamento de dados e, especificamente:

- a) programar a utilização dos equipamentos de processamento de dados da Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças;
- b) receber, registrar, guardar, controlar e expedir os documentos a serem utilizados ou gerados;

- c) registrar, guardar e controlar fitas magnéticas, discos, formulários contínuos e material necessário à operação dos equipamentos; e
- d) zelar pela conservação e segurança dos equipamentos de processamento de dados e suas instalações.

V - A Seção de Apoio Administrativo-APOIO, diretamente subordinada ao Delegado, compete desempenhar as atividades de administração geral relacionadas ao funcionamento da Delegacia e, preponderantemente:

- a) requisitar, receber, guardar e distribuir o material de consumo e permanente;
- b) receber, registrar, controlar a carga e distribuir os processos e expedientes;
- c) fiscalizar as tarefas de limpeza, administração e conservação de instalações e equipamentos sob responsabilidade da Delegacia;
- d) registrar e comunicar a frequência de servidores e elaborar sua escala de férias, em articulação com a DIAPA; e
- e) executar e conferir os trabalhos de datilografia, bem como, reproduzir documentos.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 8º - Ao Secretário de Controle Interno incumbe supervisionar, coordenar e orientar as atividades da CISET, especificamente:

- I - aprovar a proposta orçamentária, planos e programas anuais e plurianuais do órgão;

- II - baixar atos administrativos sobre assuntos de competência da CISET;
- III - responder pela exatidão das contas e oportuna apresentação de balancetes, balanços, demonstrativos e informações sobre atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- IV - dirimir dúvidas, no âmbito setorial, de interpretação de normas próprias do sistema;
- V - requisitar do órgão ou entidade processos, documentos e quaisquer outros subsídios necessários;
- VI - convocar, por intermédio do respectivo dirigente, qualquer servidor de órgão ou entidade vinculada, para prestar esclarecimentos;
- VII - propor ao Ministro de Estado-Chefe a designação e dispensa de ocupantes de funções compreendidas no Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, bem como de seus substitutos eventuais;
- VIII - designar e dispensar, por proposta de titulares de Secretarias, seus substitutos eventuais e os ocupantes de funções compreendidas no Grupo-Direção e Assistência Intermediárias;
- IX - submeter à aprovação ministerial as medidas que devam ser observadas pelos órgãos e entidades vinculadas, visando a sua conformidade com as normas de administração financeira e de contabilidade;
- X - praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial à conta dos recursos alocados à CISET, bem como, celebrar contratos administrativos;

- XI - propor ao Ministro de Estado-Chefe a designação de seu substituto eventual;
- XII - determinar a realização de sindicância no âmbito da Secretaria de Controle Interno e diligenciar medidas semelhantes nos órgãos e entidades vinculadas;
- XIII - inspecionar ou mandar inspecionar unidades e entidades sob controle dos sistemas de administração financeira e de contabilidade, em qualquer região do território nacional;
- XIV - autorizar viagens de servidores do órgão a qualquer parte do território nacional;
- XV - determinar diligências que se tornarem necessárias à instrução de processos;
- XVI - baixar atos relativos a prorrogação ou antecipação de horário de trabalho, concessão de férias, elogio, advertência, repreensão, suspensão e localização;
- XVII - decidir em grau de recurso sobre atos ou despachos de autoridade subordinada;
- XVIII - comparecer às reuniões da Comissão de Coordenação do Controle Interno-INTERCON;
- XIX - indicar ao Ministro de Estado-Chefe os representantes da Ciset junto aos conselhos fiscais ou equivalentes das entidades vinculadas à Pasta;

- XX - zelar pela probidade na guarda e aplicação de dinheiros, valores e outros bens da União ou a ela confiados;
- XXI - expedir os demais atos necessários ao exercício de sua atribuição, inclusive portarias e instruções e avocar a decisão de qualquer assunto compreendido em sua área;
- XXII - elaborar relatório das atividades da ÇISET;
- XXIII - distribuir e autorizar a movimentação do pessoal das unidades da ÇISET;
- XIV - comunicar à autoridade competente os resultados apurados em face dos relatórios, pareceres e certificados de auditoria e juntar ao processo as justificativas que venham a ser apresentadas; e
- XV - encaminhar cópias dos documentos produzidos em razão de diligências, pronunciamento ministerial, comunicação de resultado de auditoria e justificativas apresentadas, bem como das providências adotadas em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 82 do Decreto-Lei nº 200/67.

Art. 9º - Aos Secretários de Administração Financeira, de Contabilidade e de Processamento de Dados, incumbe supervisionar e coordenar as atividades da respectiva unidade, e, especificamente:

- I - responder perante o Secretário de Controle Interno pela regularidade dos trabalhos da Secretaria e outros encargos da unidade sob sua direção;

- II - baixar normas internas de trabalho;
- III - propor ao Secretário de Controle Interno a designação e dispensa de Diretores imediatamente subordinados, integrantes do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, e bem assim, a dos titulares do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias e respectivos substitutos;
- IV - propor ao Secretário de Controle Interno a designação de um dos Diretores para seu substituto eventual;
- V - sugerir ao Secretário de Controle Interno a adoção de medidas a serem observadas pelos órgãos e entidades vinculadas, visando à eficiência dos serviços e conformidade aos princípios de administração financeira e de contabilidade;
- VI - comparecer, quando designado ou convidado, às reuniões da Comissão de Coordenação do Controle Interno-INTERCON;
- VII - representar ao Secretário de Controle Interno contra atos praticados por dirigentes de órgãos ou entidades em desacordo com as normas e os procedimentos de administração financeira e de contabilidade e, bem assim, quanto à ação ou omissão de dirigentes e outros servidores; e
- VIII - apresentar ao Secretário de Controle Interno, periódica e anualmente, relatório das atividades da unidade.

Art. 10 - Ao Delegado-Regional de Contabilidade e Finanças, incumbe orientar e dirigir as atividades de seus órgãos e, especificamente:

- I - responder perante o Secretário de Controle Interno pela regularidade dos trabalhos cometidos a suas unidades e oportuna apresentação de balancetes, balanços e demonstrativos;
- II - sugerir às autoridades competentes medidas adequadas à ordem dos trabalhos e fazer imediata comunicação ao Secretário de Controle Interno, quando não cumpridas;
- III - propor ao Secretário de Controle Interno a designação de seu substituto;
- IV - propor ao Secretário de Controle Interno a designação e dispensa de Diretores imediatamente subordinados, integrantes do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, e, bem assim, a dos titulares do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias e respectivos substitutos;
- V - baixar instruções e normas internas de trabalho;
- VI - praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial à conta de recursos destinados à Delegacia;
- VII - encaminhar ao setor competente a frequência e os elementos necessários ao controle de pessoal em exercício na repartição; e
- VIII - cumprir as diligências requeridas pelo Tribunal de Contas da União, no que couber.

Art. 11 - Aos Diretores de Divisão, incumbe orientar e dirigir as atividades das seções subordinadas e, especificamente:

- I - responder perante o superior imediato pela atividade da Divisão, regularidade das contas e oportuna apresentação de balancetes, balanços, demonstrativos, relatórios e outros dados;

- II - propor ao superior imediato a designação de seu substituto;
- III - propor ao superior imediato a designação e dispensa dos ocupantes de funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias e respectivos substitutos;
- IV - representar contra ato ou omissão de qualquer servidor cujo procedimento contrarie norma ou prejudique a probidade na guarda ou aplicação de dinheiros, bens e outros valores públicos;
- V - emitir pareceres e informações;
- VI - elaborar periódica e anualmente relatório das atividades;
- VII - providenciar sejam atendidas dentro do prazo as diligências, em especial, as requeridas pelo Tribunal de Contas da União; e
- VIII - distribuir e redistribuir pelas Seções o pessoal em exercício.

Art. 12 - Ao Diretor da Divisão de Apoio Administrativo, incumbe orientar, dirigir e executar as atividades de apoio administrativo no âmbito da Secretaria de Controle Interno, e, especificamente:

- I - compilar a escala de férias do pessoal em exercício na Ciset e submetê-la à aprovação superior;
- II - levantar periodicamente os bens em uso na Ciset evidenciando seu estado de conservação e propor sua alienação, quando for o caso;
- III - propor medidas pertinentes à administração de pessoal e material;
- IV - informar e opinar sobre matéria que lhe for submetida;



- V - apresentar, periódica e anualmente, relatório de atividades;
- VI - assinar, em conjunto com o Secretário de Controle Interno, cheques e ordens bancárias;
- VII - propor ao Secretário de Controle Interno a designação de seu substituto; e
- VIII - propor ao Secretário de Controle Interno a designação e dispensa dos ocupantes de funções do Grupo - Direção e Assistência Intermediárias e respectivos substitutos.

Art. 13 - Aos Chefes de Seção, incumbe orientar e executar as atividades cometidas e, especificamente:

- I - manter em boa ordem os balancetes, balanços, demonstrativos e outros documentos da repartição;
- II - informar e opinar sobre os assuntos que lhes forem submetidos; e
- III - manter atualizado o registro de atos pertinentes à respectiva área de atuação.

Art. 14 - Aos servidores com funções não especificadas neste Regimento, caberá executar as atribuições que lhes forem cometidas por seus superiores imediatos.

CAPÍTULO V

DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES

Art. 15 - A Secretaria de Controle Interno será dirigida por Secretário de Controle Interno; as Secretarias, por Secretários; as Divisões, por Diretor; a Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças no Distrito Federal, por Delegado-Regional; e as Seções, por Chefes, cujos cargos ou funções serão providos na forma da legislação pertinente.

Art. 16 - Os cargos de Secretário e de Diretor da área de contabilidade serão providos por bacharel em Ciências Contábeis ou profissional com habilitação legal equivalente.

Art. 17 - Os cargos de Secretário de Administração Financeira e de Diretor da área de administração financeira serão providos por bacharel em Contabilidade, Economia, Administração ou Direito.

Art. 18 - Os cargos de Secretário de Processamento de Dados e de Diretor da área de processamento de dados serão providos por profissional portador de diploma de curso superior próprio ou afim.

Art. 19 - O cargo de Delegado-Regional será provido por bacharel em Ciências Contábeis ou profissional com habilitação legal equivalente, ou, ainda, por bacharel em Economia, Direito ou Administração, desde que possua, também, diploma de técnico de contabilidade.

Art. 20 - O cargo de Diretor da Divisão de Apoio Administrativo será provido, preferentemente, por profissional portador de diploma de curso superior de Administração.

Art. 21 - Os Chefes das Seções que desenvolvam atividades contábeis serão contabilistas legalmente habilitados ou, ainda, portadores de diploma de segundo grau.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 - O Secretário de Controle Interno disporá de assessores e secretários administrativos. Os Secretários, o Delegado e os Diretores de Divisão, de assistentes e secretários administrativos.

Art. 23 - A Secretaria de Controle Interno terá lotação única incluindo-se a Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças.

Distrito Federal.

Art. 24 - Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento, outras poderão ser cometidas aos órgãos e servidores pela autoridade competente, com o propósito de cumprir os objetivos e finalidades da Secretaria de Controle Interno.

Art. 25 - A Ciset, sem prejuízo da subordinação administrativa à SEPLAN/PR, sujeita-se à orientação normativa, supervisão técnica e fiscalização específica do órgão-central dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria.

§ 1º - As unidades que compõem a Ciset funcionarão harmonicamente articuladas, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Secretário de Controle Interno.

§ 2º - A Ciset oferecerá orientação, assistência e apoio às unidades orçamentárias, administrativas e gestoras, com vistas a obter o máximo rendimento dos recursos públicos aplicados.

Art. 26 - A Secretaria de Controle Interno terá pelo menos um representante nos conselhos fiscais e outros de natureza e finalidades correspondentes das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas por lei federal que recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento da União.

Parágrafo Único - Aplica-se o disposto neste artigo às entidades subsidiárias, coligadas, associadas ou sob controle, de cujo capital a administração federal seja detentora, direta ou indiretamente, da maioria das ações ordinárias, com direito a voto nas assembleias-gerais.

Art. 27 - É o Secretário de Controle Interno autorizado a emitir atos administrativos necessários à observância deste Regimento, dirimir-lhe as dúvidas e decidir sobre casos omissos.

PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
E A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

ASPECTOS GERAIS

O Orçamento Geral da União para o exercício de 1981, consubstanciado na Lei nº 6.867, de 3 de dezembro de 1980, composto pelas receitas e despesas do Tesouro Nacional e de Entidades da Administração Indireta e Fundações Instituídas pelo Poder Público, estimou a Receita em Cr\$2.077.600.000 fixando a Despesa em igual importância.

A Lei Orçamentária, vigente em 1981, é integrada por dois Anexos compreendendo, respectivamente, a estimativa da receita e a discriminação da despesa fixada, complementada por um Adendo, fazendo-se, ainda, acompanhar do Anexo III, que representa a programação a cargo das Entidades supervisionadas (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações) e a ser cumprida mediante utilização de recursos transferidos através do Orçamento Geral da União.

Consideradas exclusivamente as receitas e despesas realizadas diretamente pelo Tesouro, objeto deste relatório, em comparação com as previsões constantes da Lei Orçamentária, temos a seguinte posição:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 1981
RECEITAS E DESPESAS DO TESOIRO
COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇADO E O REALIZADO

ESPECIFICAÇÃO	Orçado	Realizado	Cr\$ 1,00
			Diferen- ças %
I - RECEITA	1.888.500.000	2.351.966.129	24,54
Receitas Correntes	1.850.500.000	2.334.155.882	26,14
Receitas de Capital	38.000.000	17.810.247	- 53,13
II - DESPESA	1.888.500.000	2.254.895.881	19,40
Despesas Correntes	900.364.782	1.399.089.777	15,59
Despesas de Capital	691.172.233	855.806.104	23,82
Reserva de Contin- gência	296.962.985	-	-
III - SUPERÁVIT	-	97.070.248	-

Fonte: Balanços Gerais da União, elaborados pela Secretaria-Central de Controle Interno.

As receitas e as despesas das Entidades da Administração Indireta e Fundações instituídas pelo Poder Público, que receberam transferências à conta do Orçamento Geral da União, foram discriminadas em seus orçamentos próprios, aprovados em conformidade com a legislação vigente, e a sua execução demonstrada nos balanços e suas peças, por elas elaborados ora publicados em volume próprio, como complemento, consoante determina a legislação. Tais entidades estão identificados no tópico específico deste relatório.

**ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO
COM REFLEXOS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Além das modificações introduzidas no Orçamento de 1981, em razão da abertura de créditos adicionais legalmen-

te autorizados, foram estabelecidas disposições com repercussão na execução da Lei Orçamentária, entre outros, através dos seguintes atos:

Disposições Gerais

- . O Decreto nº 85.630, de 7 de janeiro de 1981, ao instituir no Gabinete Civil da Presidência da República a Secretaria de Relações Públicas e a Secretaria de Imprensa, estabeleceu que a despesa com a criação das Secretarias seria atendida à conta de recursos orçamentários próprios do Gabinete da Presidência da República:
- . O Decreto-lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981, isentou de laudêmio as transferências do domínio útil de terrenos de marinha, destinados à construção de conjuntos habitacionais cujas unidades sejam vendidas por preço não superior a importância correspondente a 1350 ORTN;
- . O Decreto nº 85.631, de 7 de janeiro de 1981, vinculou ao Ministério da Justiça a Empresa Brasileira de Notícias, para efeito da supervisão de que trata o Título IV do Decreto-lei nº 200/67, sem prejuízo da orientação normativa, da supervisão técnica e da fiscalização específica do Órgão Central do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo;
- . O Decreto-lei nº 1.852, de 27 de janeiro de 1981, definiu que o produto da arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos, 50% constituem receita do Estado e 50% do Município, inclusive dos Territórios onde se situar o imóvel objeto da transmissão;
- . O Decreto-lei nº 1.856, de 10 de fevereiro de 1981, autorizou o Ministro da Fazenda a conceder isenção dos Impostos sobre a Importação e sobre Produtos Industrializados, relativamente a navios especializados, sem similar nacional e desde que aprovada a sua importação, em cada caso, pela SUNAMAM;
- . O Decreto-lei nº 1.859, de 17 de fevereiro de 1981, extinguiu o Fundo Nacional de Desenvolvi-



mento, a partir do exercício financeiro de 1982, inclusive, definindo, ainda, que o produto da arrecadação de que trata o Decreto-lei nº 1.754/79 em seu art. 2º e item II, passará a compor as leis orçamentárias e constituirá recursos ordinários do Tesouro Nacional, sem qualquer vinculação a órgão, programa, fundo ou despesa;

- O Decreto nº 85.795, de 9 de março de 1981, instituiu no Gabinete Civil da Presidência da República a Secretaria de Imprensa e Divulgação, extinguindo a Secretaria de Relações Públicas e a Secretaria de Imprensa, instituídas pelo Decreto nº 85.630/81;
- A Lei nº 6.915, de 1º de junho de 1981, criou a 11a. Região da Justiça do Trabalho, que abrangerá os Estados do Amazonas e do Acre e os Territórios de Rondônia e Roraima e, com jurisdição sobre a mesma, o Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região, com sede em Manaus. Foi criado, também, como órgão do Ministério Público da União, junto à Justiça do Trabalho, a Procuradoria Regional do Trabalho 11a. Região. Para atender às despesas iniciais de organização, instalação e funcionamento, o Poder Executivo foi autorizado a abrir créditos especiais até o limite de Cr\$50.000.000 e de Cr\$25.000.000, ao TRT e a PRT da 11a. Região, respectivamente;
- A Lei nº 6.927, de 7 de julho de 1981, criou a 10a. Região da Justiça do Trabalho, que abrangerá o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, com jurisdição sobre a mesma, o Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região, que terá sede em Brasília-DF. Criou, ainda, como órgão do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, a Procuradoria Regional do Trabalho 10a. Região. O mesmo diploma legal autorizou a abertura de créditos especiais até o limite de Cr\$50.000.000 e de Cr\$25.000.000, para atender às respectivas despesas iniciais de organização, instalação, instalação e funcionamento do TRT e da PRT da 10a. Região;
- A Lei nº 6.928, de 7 de julho de 1981, criou a 12a. Região da Justiça do Trabalho, abrangendo o Estado de Santa Catarina e, com jurisdição sobre ela, o Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região, com sede em Florianópolis. Foi criada, ainda, como órgão do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho a Procuradoria Regional do Trabalho da 12a. Região.

Autorizou o Poder Executivo a abrir créditos especiais até o limite de Cr\$50.000.000 e de Cr\$25.000.000, para atender às respectivas despesas iniciais de organização, instalação e funcionamento do TRT e da PRT da 12a. Região;

- . O Decreto-lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, isentou de cobrança, do titular de domínio útil de bem imóvel da União, o foro que, em cada exercício, não exceder o valor correspondente a 5 ORTNs;
- . O Decreto-lei nº 1.879, de 23 de julho de 1981, autorizou o Ministério da Fazenda, no exercício financeiro de 1981, a converter em ações, nos aumentos de capital de sociedades de economia mista ou de empresas públicas, aprovados pelo Presidente da República, os créditos decorrentes de dividendos ou de resultados de exercícios;
- . A Lei nº 6.940, de 9 de setembro de 1981, autorizou o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral da União, até o limite de Cr\$339.394.500.000, utilizando os recursos provenientes do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional, definido no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. O mesmo diploma legal autorizou, ainda, a abertura de créditos suplementares até o limite de Cr\$3.000.000, à conta de recursos provenientes de operações de crédito com tratadas por órgãos da Administração Direta quando estes, em virtude de variações monetárias, ultrapassarem as estimativas constantes da Lei do Orçamento de 1981;
- . O Decreto nº 86.387, de 17 de setembro de 1981, abriu ao Orçamento da União créditos adicionais no valor de Cr\$302.919.531.000 a saber:
 - a) créditos suplementares no valor de Cr\$301.655.081.000 para reforço da programação autorizada nos itens I e II, artigo 1º da Lei nº 6.940/81;
 - b) créditos especiais no valor de Cr\$1.264.450.000, para aplicação no programa autorizado no item III, artigo 1º da Lei nº 6.940/81.
- . O Decreto-lei nº 1.886, de 26 de outubro de 1981, alterou a distribuição do produto líquido da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, que passou a ter a seguinte destinação:

- a) aos Estados e seus Municípios, Distrito Federal e Territórios, 45%;
- b) à União, 40,5% no exercício de 1981, e 55%, a partir de 1982;
- c) ao DNER, 8,5% em 1981, para incorporação ao Fundo de que trata o art. 4º, item II, do Decreto-lei nº 512/69;
- d) à Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, 6%, em 1981, à conta do Fundo de que trata o art. 14, da Lei nº 6.261/75.

A Lei nº 6.958, de 23 de novembro de 1981, autorizou o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$3.571.201.000, utilizando recursos provenientes do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional, de finido no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320/64. O referido diploma legal autorizou, também, abertura de crédito especial no valor de Cr\$50.000.000, em favor do Tribunal Regional do Trabalho - 7ª. Região, para atender às despesas com a construção de um Edifício-Sede destinado a Junta de Conciliação e Julgamento, em Fortaleza-Ceará;

O Decreto nº 86.656, de 30 de novembro de 1981, abriu ao Orçamento da União créditos adicionais no valor de Cr\$2.211.181.000, utilizando os recursos indicados nos artigos 1º e 2º da Lei nº 6.958, a saber:

- a) créditos suplementares no valor de Cr\$898.848.000, para reforço da programação autorizada nos itens I e II, artigo 1º da Lei nº 6.958/81;
- b) créditos especiais no valor de Cr\$1.312.333.000, para aplicação no programa autorizado nos artigos 1º, item III e 2º da Lei nº 6.958/81.

O Decreto-lei nº 1.890, de 15 de dezembro de 1981, autorizou o Poder Executivo a abrir, em favor do Ministério da Educação e Cultura, do Ministério dos Transportes, dos Encargos Gerais da União, do Fundo Nacional de Desenvolvimento e o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, créditos adicionais até o limite de Cr\$10.952.872.000, na forma a seguir:

- a) crédito suplementar até Cr\$10.222.572.000;
- b) crédito especial até Cr\$730.300.000.

O Decreto-lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, dispondo sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal, determinou, entre outras, as seguintes medidas;

- a) os débitos para com a Fazenda Nacional, de natureza tributária, vencidos até 31/12/79, inscritos ou não como Dívida Ativa da União, ajuizados ou não, poderão ser pagos, de uma só vez, com dispensa e/ou redução da multa e dos juros de mora, até 30 de setembro de 1982;
- b) o cancelamento dos débitos de valor originário igual ou inferior a Cr\$12.000, inscritos ou constituídos até 18 de novembro de 1980, e nas condições inseridas no art. 4º do citado Decreto-lei;
- c) O Ministro da Fazenda poderá, mediante as condições que estabelecer, cancelar débitos para com a Fazenda Nacional de natureza não tributária, contraídos por entidades de caráter filantrópico, obedecidos os requisitos definidos no Decreto-lei nº 1.893/81.

A Lei nº 6.977, de 22 de dezembro de 1981, autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao Orçamento da União, até o limite de Cr\$ 13.833.334.000, utilizando os recursos provenientes do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional, previsto em conformidade com os §§ 1º, inciso II, e 3º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

A Lei nº 6.867, de 3 de dezembro de 1980, em seu artigo 6º, autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, mediante anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, até o limite de 20% do total



tal da despesa fixada para o exercício financeiro de 1981, ou seja, até Cr\$415.520.000.000.

Através da Lei nº 6.940, de 9 de setembro de 1981, ficou o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$338.031.202.000, utilizando recursos provenientes do excesso de arrecadação, previstos no parágrafo 3º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

Também, a 23 de novembro de 1981 foi sancionada a Lei nº 6.958, que também autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$1.058.868.000, utilizando os recursos provenientes do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional, definido no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Ainda, em 1981, pelo Decreto-lei nº 1.890, de 15 de dezembro de 1981, o Poder Executivo foi autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$10.222.572.000, utilizando como recursos a anulação parcial de dotações consignadas no Orçamento.

Finalmente, complementando as autorizações anteriores, através da Lei nº 6.977, de 22 de dezembro de 1981, foi o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$13.833.334.000, utilizando os recursos provenientes do excesso de arrecadação das receitas.

Resumidamente, o limite de abertura de créditos suplementares, no exercício de 1981, ficou modificado para:

Cr\$ 1,00

Lei nº 6.867/80 (Lei de Meios)	415.520.000.000
Lei nº 6.940/81	338.031.202.000
Lei nº 6.958/81	1.058.868.000
Decreto-lei nº 1.890/81	10.222.572.000
Lei nº 6.977/81	13.833.334.000
	<u>778.665.976.000</u>

No entanto, Decretos dispendo sobre a abertura de créditos adicionais colocaram em ação a soma de Cr\$.....



Cr\$900.795.850.000, convindo ressaltar que nesse total estão computados os créditos adicionais abertos à Reserva de Contingência, no valor de Cr\$124.975.000.000. Podemos concluir, assim, que o produto líquido dos créditos adicionais abertos se traduz em (Cr\$900.795.850.000 - Cr\$124.975.000.000) Cr\$ Cr\$775.820.850.000, inferior ao volume autorizado.

CRÉDITOS ESPECIAIS

No exercício financeiro de 1981, autorizado pelo Poder Legislativo, o Poder Executivo, através de decretos, abriu e reabriu créditos especiais, no montante de Cr\$..... Cr\$4.806.583.000, beneficiando os seguintes órgãos ou Ministérios:

	Cr\$ 1,00
Justiça do Trabalho	200.000.000
Justiça Federal de 1ª Instância..	10.500.000
Departamento Administrativo do Serviço Público	400.000.000
Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento da PR	730.300.000
Ministério da Educação e Cultura.	1.464.450.000
Ministério da Justiça	75.000.000
Ministério das Relações Exteriores	876.333.000
Ministério da Saúde	1.050.000.000
TOTAL	4.806.583.000

Os créditos abertos à Justiça do Trabalho destinaram-se às despesas iniciais de organização, instalação e funcionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho das 10a., 11a. e 12a. Regiões e da construção de um Edifício-Sede destinado às Juntas de Conciliação e Julgamento, na cidade de Fortaleza-Ceará.



O crédito aberto à Justiça Federal de 1a. Instância, destinou-se a aquisição de um imóvel para a ampliação do Edifício-Sede no Estado da Paraíba.

Ao Departamento Administrativo do Serviço Público foi reaberto o crédito especial no valor de Cr\$400.000.000, autorizado pela Lei nº 6.871/80.

O crédito especial destinado à SEPLAN, favoreceu projetos a cargo da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos.

Ao Ministério da Educação e Cultura foram abertos créditos destinados à participação da União no capital da Empresa Brasileira de Filmes S.A. - Cr\$200.000.000 e a diversos projetos a cargo de entidades educacionais.

No que tange ao crédito aberto ao Ministério da Justiça, sua utilização deveu-se à criação das Procuradorias Regionais do Trabalho das 10a., 11a. e 12a. Regiões.

Ao Ministério das Relações Exteriores foi reaberto o crédito no valor de Cr\$664.000.000 e aberto o de Cr\$212.333.000, destinado a aquisição e construção de imóveis no Exterior.

O crédito de Cr\$1.050.000.000 aberto ao Ministério da Saúde foi necessário ao atendimento de programa de saúde pública.

Os recursos para atender aos créditos especiais abertos foram os resultantes da anulação de dotações orçamentárias e os decorrentes do excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional.

No exercício de 1981 não houve abertura de crédito extraordinário.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Ao estabelecer normas de execução orçamentária e disciplinar a programação financeira do Tesouro Nacional, para



o exercício de 1981, o Decreto nº 85.585, de 29 de dezembro de 1980, fixou a despesa de caixa em Cr\$1.888.500.000.000, definindo, entre outras, as seguintes regras:

- . as dotações destinadas a despesas com "Pessoal e Encargos Sociais" não poderão constituir-se em fonte para compensação de créditos a "Outras Despesas Correntes e de Capital";
- . para efeito de programação financeira de desembolso, a disponibilidade orçamentária constituiu-se em despesas com "Pessoal e Encargos Sociais" e com "Outras Despesas Correntes e de Capital", sendo que estas serão desdobradas em despesa "Programada" e em despesa "A Programar"; a despesa "A Programar" será de montante fixo e inalterável.
- . os cronogramas de desembolso poderão ser ajustados ao efetivo fluxo de Caixa do Tesouro Nacional;
- . a solicitação de recursos financeiros para o atendimento de Restos a Pagar deverá ser feita através de formulário próprio; a liberação será feita tendo em vista a indicação dos valores inscritos, a disponibilidade de Caixa do Tesouro Nacional e a efetiva utilização dos recursos anteriormente liberados;
- . os recursos orçamentários provenientes de operações de crédito contratadas por órgãos da Administração Direta deverão transitar pelas contas Receita e Despesa do Tesouro Nacional;
- . as contas de depósitos com recursos orçamentários, que permanecerem inativas por mais de 180 dias, terão seus saldos reapropriados em favor de conta do órgão setorial de programação financeira a que estiverem subordinadas.

A execução da programação financeira foi relatada em tópico inserido neste Relatório.

A REALIZAÇÃO DA RECEITA

Estimada inicialmente em Cr\$1.888.500.000, a Receita da União alcançou na sua execução Cr\$2.351.966.128.641, ultrapassando em Cr\$463.466.128.641, ou seja, 24,5%, a previsão orçamentária.

Confrontada com o exercício de 1980, a receita orçamentária registrou um crescimento nominal da ordem de 91,2%. O desempenho da receita registrando uma expansão inferior à inflação do mesmo período, deveu-se, dentre outras medidas, ao estímulo às exportações, restabelecendo o crédito-prêmio de IPI, a redução a zero de suas alíquotas sobre vários produtos e a antecipação da correção da tabela do Imposto de Renda na Fonte sobre os rendimentos do trabalho.

A Receita Tributária, cuja arrecadação elevou-se a Cr\$1.929.554.371.652, representando 82,0% da receita total, repousou no desempenho dos impostos e sua correção monetária com um crescimento nominal de 95,9% e 189,3%, respectivamente, já que as taxas apresentaram inexpressivo comportamento, arrecadando apenas 49,9% acima de sua receita do ano anterior. Os ingressos tributários registraram um incremento de 92,4%, em confronto com o exercício de 1980.

A arrecadação líquida dos impostos carreando recursos da ordem de Cr\$1.790.023.072.646, foi calcada nos impostos de renda, produtos industrializados, operações financeiras, importação, energia elétrica e lubrificantes e combustíveis que propiciaram 90,1% da receita tributária, contra 87,8% acusados em 1980 em 89,7% em 1979.

Dentre os ingressos componentes das Receitas Correntes que apresentaram um incremento nominal superior à inflação, destacam-se a receita patrimonial e as receitas diversas, com crescimento superior a 1980, em 99,1% e 132,6%, respectivamente.

A arrecadação da receita orçamentária do Tesouro



Nacional foi realizada em todo o território nacional e no exterior, observando-se maior ocorrência nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a saber:

Cr\$ 1,00		
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Receita Arrecadada	Receita Total %
São Paulo	787.779.885.294	33,5
Rio de Janeiro	528.885.028.445	22,5
Distrito Federal	447.944.033.972	19,1
Minas Gerais	142.440.762.045	6,1
Rio Grande do Sul	119.037.850.174	5,1
Paraná	75.934.763.820	3,2
Outros	249.943.804.891	10,5

No exercício financeiro de 1980, a arrecadação federal nos mesmos Estados assim se apresentou:

Cr\$ 1,00		
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Receita Arrecadada	Receita Total %
São Paulo	416.004.863.563	33,8
Distrito Federal	275.753.047.035	22,4
Rio de Janeiro	252.297.126.205	20,5
Minas Gerais	72.477.791.200	5,9
Rio Grande do Sul	59.432.534.339	4,8
Paraná	35.310.224.511	2,9
Outros	118.742.415.129	9,7

O processo de recolhimento dos Impostos sobre Operações Financeiras e sobre a Exportação não permite identificar o Estado em que ocorre o fato gerador, apontando corren



trado no Distrito Federal. A arrecadação do IOF foi totalizada, de 1972 a 1974, no Estado do Rio de Janeiro. Faz-se imprescindível corrigir, junto à Secretaria da Receita Federal, a distorção que leva a consolidar no Distrito Federal o produto que, na realidade, deveria identificar os Estados geradores.

IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

Importação

Com ingressos no montante de Cr\$139.918.005.488, superando em 18,6% a previsão orçamentária, o Imposto de Importação gerou a quarta fonte de recursos do Tesouro, apresentando um crescimento de 60,6% em relação ao resultado obtido em 1980.

Com o intuito de desestimular as importações, foram prorrogados até 31 de dezembro de 1983 os prazos de vigência dos decretos-leis que estabelecem alíquotas mais elevadas para a importação de produtos supérfluos ou em relação àqueles cuja produção interna possa ser considerada satisfatória.

Exportação

Fortemente reduzido em consequência das medidas de política econômica adotadas pelo Governo, no sentido de incentivar as exportações, o imposto de exportação foi o único, dentre os ingressos do Tesouro, com arrecadação inferior ao exercício anterior.

A receita desse tributo em 1981 alcançou os Cr\$11.780.398.456, superando a previsão em Cr\$11.580.398.456. Em comparação com o exercício anterior esse imposto decresceu em 42,9%.

Destaca-se o restabelecimento do crédito-prêmio às exportações de manufaturados que havia sido suspenso em 1979. Fixado em 15% do valor FOB em cruzeiros das vendas para o exterior, será reduzido para 9% em 1982 e 3% até 30 de junho de 1983.

IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA

Transmissão de Bens Imóveis

O imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, atribuído à União nos Territórios, carreteou para os cofres do Tesouro Nacional o montante de Cr\$23.672.340, suplantando a estimativa em Cr\$9.262.340.

Renda e Proventos de Qualquer Natureza

Com uma arrecadação líquida de Cr\$..... Cr\$674.019.221.176, e uma participação de 28,7% na receita total, o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza continuou sendo a principal fonte de recursos tributários da União.

Denotando expansão nominal de 110,4% sobre igual período do ano anterior, a arrecadação do imposto de renda superou a estimativa em 38,1%.

A antecipação da correção da tabela do Imposto de Renda na Fonte sobre o trabalho para 1º de outubro de 1981, e a elevação de 5% para 10% do adicional do Imposto de Renda aplicável aos lucros excedentes auferidos por instituições financeiras e empresas de arrendamento mercantil, foram as modificações mais importantes na estrutura deste tributo.

Ressalte-se que na arrecadação do imposto de



renda não estão computadas as contribuições para programas especiais e os incentivos fiscais das pessoas jurídicas.

Os incentivos fiscais atingiram em 1981 a cifra de Cr\$185.858.808 mil, a seguir demonstrada, convindo salientar que os valores apresentados correspondem a opções dos contribuintes e estão sujeitos, portanto, a retificação:

Cr\$ Mil

Pessoas Jurídicas

FINOR	32.671.758	
FINAM	13.098.282	
FISSET - Pesca	570.076	
FISSET - Reflorestamento ..	28.131.500	
FISSET - Turismo	1.363.047	
FUNRES	676.570	
EMBRAER	2.772.711	
MOBRAL	4.865.748	
PIN	45.665.000	
PROTERRA	<u>30.443.000</u>	160.257.692

Pessoas Físicas

DECRETO-LEI Nº 157/67	-	<u>25.601.116</u>
TOTAL		<u>185.858.808</u>

IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO

Produtos Industrializados

O imposto sobre produtos industrializados, segundo maior canalizador de recursos ao Tesouro, apresentou uma arrecadação de Cr\$524.609.346.298, dos quais Cr\$..... Cr\$236.090.871.955, ou sejam 45,0%, decorreram da industrialização do fumo.

Esse tributo, responsável por 22,3% do total da receita, suplantou a estimativa em 28,0%, crescendo em 28



lação ao período anterior em 92,8%.

A principal medida de incentivo nesse imposto, no exercício de 1981, foram as restituições por conta de IPI, refletindo a volta do crédito-prêmio às exportações.

Em continuidade à filosofia implantada a partir de 1979, foi realocada a carga tributária do imposto sobre produtos industrializados, transferindo o ônus do imposto incidente sobre bens de consumo popular e matérias-primas vitais para produtos de menor essencialidade.

Circulação de Mercadorias

O imposto sobre a circulação de mercadorias atribuído à União, nos territórios, teve uma arrecadação efetiva da ordem de Cr\$1.720.983.154, superando a previsão em Cr\$515.483.154.

Operações Financeiras

O imposto sobre Operações Financeiras, utilizado para encarecer as importações de bens e serviços e os empréstimos com recursos internos, carreou para os cofres públicos a arrecadação de Cr\$279.350.669.329, superando em 41,4% a previsão orçamentária inicial de Cr\$197.600.000.000.

Constituindo-se na terceira fonte de recursos do Tesouro, com uma representatividade de 11,9% sobre o total da receita, o imposto sobre operações financeiras acompanhou o crescimento verificado a partir do exercício de 1980, pois continuaram em vigor as medidas que elevaram consideravelmente suas alíquotas e ampliaram seu campo de incidência.

Suplantando a inflação, o IOF apresentou crescimento de 137,3%, em relação ao ano anterior.



Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas

O imposto sobre os serviços de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de pessoas e cargas, superando a estimativa em 35,3%, registrou arrecadação no montante de Cr\$19.750.842.715, participando com 0,8% de receita efetiva da União.

IMPOSTOS ESPECIAIS

No grupo de Impostos Especiais classificam-se os impostos únicos, cuja receita, em 1981, alcançou Cr\$..... Cr\$138.849.843.689, apresentando um crescimento de 63,7% em relação ao período anterior.

Lubrificantes e Combustíveis

O imposto único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e Adicional apresentou o mais alto desempenho dentre os componentes da receita tributária, pelo volume arrecadado que, no exercício de 1981, alcançou a cifra de Cr\$60.140.391.929, sendo o imposto no valor de Cr\$..... Cr\$53.774.182.256 e o adicional na importância de Cr\$..... Cr\$6.366.209.673.

Participando com 2,6% da receita orçamentária, o ILC registrou uma arrecadação menor que a estimativa no valor de Cr\$5.159.608.071, e um crescimento nominal de 14,1% em relação ao período do ano anterior.

Energia Elétrica

Dos impostos únicos, só o incidente sobre ener-



gia elétrica conseguiu superar a inflação, com o aumento de 126,0% sobre o período imediatamente anterior.

Carreando recursos para o Tesouro, no montante de Cr\$60.574.393.966, a receita do imposto único sobre energia elétrica suplantou a estimativa em 62,0%, participando com 2,6% da receita efetiva, idêntico percentual ao do IULC.

Minerais

O imposto único sobre minerais, apesar de sua pouca expressão na arrecadação global - 0,8%, apresentou um crescimento de 86,7%, relativamente a 1980, representado por ingressos da ordem de Cr\$18.135.057.794.

TAXAS

As taxas federais arrecadaram em conjunto Cr\$.. Cr\$127.709.216.349, ultrapassando a previsão em apenas 8,6%. Seu crescimento em relação a 1980 atingiu 49,9%.

Classificam-se nesta receita, dentre outras, as taxas pelo exercício do poder de polícia, com recursos da ordem de Cr\$483.982.404 (0,4% do montante das taxas) e as taxas pela prestação de serviços, arrecadadas no total de Cr\$.... Cr\$127.225.233.945 (99,6% da receita proveniente das taxas); este volume compreende, entre outras, a taxa de melhoramento dos portos, com volume de Cr\$22.304.523.535, a taxa rodoviária única, com ingressos de Cr\$61.220.807.873 e a taxa de previdência, cuja arrecadação alcançou Cr\$36.433.724.985.



OUTRAS RECEITAS

Correção Monetária

A correção monetária incidente nos tributos, com parcela equivalente a 0,5% sobre a receita total, significou para o Tesouro a arrecadação líquida de Cr\$11.822.082.657, sendo Cr\$11.391.926.374 incidente nos impostos e Cr\$ 430.156.283 nas taxas.

Participação e Dividendos

Principal componente da Receita Patrimonial, pelo volume de recursos, a participação e dividendos gerou, em 1981, a receita de Cr\$30.242.778.695, ultrapassando em 37,5% a sua estimativa. Com relação a 1980, esses ingressos cresceram em 57,4%.

Representando, no exercício em exame, 74,1% da receita patrimonial, os recursos capitalizados nas participações e dividendos são os provenientes dos resultados atribuíveis à União nas empresas públicas e sociedades de economia mista federais de cujo capital o Tesouro Nacional participa.

Salário-Educação

Os ingressos referentes à contribuição do Salário-Educação, em benefício do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, montaram no exercício de 1981, a Cr\$..... Cr\$61.706.477.709, superior em Cr\$25.706.477.709 a previsão orçamentária.

Com relação ao período anterior, esses recursos cresceram em 194,7%, evoluindo de Cr\$27.240.519.010, em 1980, para Cr\$61.706.477.709, em 1981.



PIN e PROTERRA

As contribuições para o Programa de Integração Nacional - PIN e para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA, apresentaram receitas da ordem de Cr\$48.883.335.066 e Cr\$... Cr\$32.596.371.599, respectivamente.

Essas contribuições, somadas, representam 50,8% das Transferências Correntes. Em relação a 1980, esses recursos cresceram em 107,0%.

Sobretarifa de Telecomunicações

A receita proveniente da sobretarifa de Telecomunicações atingiu, no exercício, a cifra de Cr\$48.365.372.952, suplantando a estimativa em 27,3%. Em confronto com o exercício de 1980, esses ingressos cresceram em 102,4%.

Diversos

A Receita Industrial alcançou, no exercício examinado, o total de Cr\$376.686.126, gerado pelos serviços gráficos do Departamento de Imprensa Nacional - Cr\$371.637.770 e do Centro Gráfico do Senado Federal - Cr\$5.000.000, além de uma parcela de Cr\$48.356, referente a outras receitas industriais.

Nas Transferências Correntes, além das contribuições para o PIN e para o PROTERRA, descritos neste Relatório, destaca-se a cota-parte da diferença de custo do petróleo nacional que apresentou, em 1981, uma receita efetiva de Cr\$63.298.603.963, equivalente a 39,4% do total atribuído às transferências.

No que concerne às Receitas Diversas, cuja arrecadação apresentou-se superior em 132,6% ao apurado em 1980,



incluem-se, além das sobretarifas de telecomunicações e da contribuição do salário-educação, já relatadas, as multas, com ingressos de Cr\$15.926.252.606, as indenizações e restituições, com receita no montante de Cr\$24.777.738.123, e a cobrança da dívida ativa, com recursos da ordem de Cr\$..... 1.607.164.964.

Receitas de Capital

Estimada no orçamento em Cr\$38.000.000.000, as Receitas de Capital não alcançaram em sua execução senão a soma de Cr\$17.810.246.845.

Desses ingressos, Cr\$17.152.613.153 são provenientes das operações de crédito internas e externas.

As operações de crédito internas carregaram recursos no valor de Cr\$10.718.081.274, sendo Cr\$ 8.822.355.450 decorrentes do empréstimo compulsório de 10%, instituído pelo Decreto-lei nº 1.782/80, e Cr\$1.895.725.824, concernentes a operações de crédito internas realizadas diretamente pelos órgãos beneficiados.

As operações de crédito externas, que geraram ingressos da ordem de Cr\$6.434.531.879, também foram contratadas diretamente pelos órgãos interessados.

O trânsito desses recursos pela conta do Tesouro Nacional deve-se à obrigatoriedade definida no Decreto-lei nº 1.755/79 e beneficiou os seguintes órgãos:

Cr\$1,00

<u>Órgãos</u>	<u>Operações de Crédito</u>	
	<u>Internas</u>	<u>Externas</u>
SEPLAN	-	545.682.782
Ministério da Educação e Cultura	1.722.314.824	1.431.571.097



Cr\$1,00

ÓrgãosOperações de Crédito

	<u>Internas</u>	<u>Externas</u>
Ministério da Marinha	-	3.570.919.000
Ministério das Relações Ex teriores	-	876.333.000
Ministério da Saúde	173.411.000	10.026.000
	<u>1.895.725.824</u>	<u>6.434.531.879</u>

As demais receitas de capital, no montante de Cr\$657.633.692, foram geradas pela alienação de bens móveis e imóveis - Cr\$598.046.456, pela amortização de empréstimos concedidos - Cr\$59.576.514, e, ainda, por outras receitas, no valor de Cr\$10.722.

EXECUÇÃO DA DESPESA

A despesa à conta dos recursos do Tesouro Nacional, embora autorizada no montante de Cr\$2.335.771.720.751, atingiu em sua realização apenas a importância de Cr\$..... Cr\$2.254.895.881.200, assim distribuída:

Cr\$1,00

<u>Créditos</u>	<u>Despesa Autorizada</u>	<u>Despesa Realizada</u>
Orçamento e Suplemen tação	2.330.965.137.751	2.251.115.930.448
Créditos Especiais .	4.806.583.000	3.779.950.752
	<u>2.335.771.720.751</u>	<u>2.254.895.881.200</u>

No cômputo da despesa efetiva estão incluídos dispêndios com base em vinculação de receitas destinadas a programas específicos.

A despesa realizada, segundo a categoria econômica, apresentou o seguinte desdobramento:

	<u>Cr\$1,00</u>	<u>Participação</u>
Despesas Correntes	1.399.089.777.358	62,0%
Despesas de Capital	855.806.103.842	38,0%
TOTAL	<u>2.254.895.881.200</u>	<u>100,0%</u>

Analisando-se a execução, constata-se que a despesa realizada comportou-se aquém do limite autorizado no orçamento e em créditos adicionais:

No montante da despesa encontra-se incluída a parcela de Cr\$51.646.256.789, decorrente de compromissos não liquidados no exercício e inscritos em Restos a Pagar.

A despesa com pessoal, assim considerada a de pessoal civil e militar, de inativos, pensionistas, salário-família, obrigações patronais e pessoal da administração descentralizada alcançou, em 1981, Cr\$719.964.187.711. Confrontados com o exercício de 1980 esses dispêndios cresceram em 110,5%. A sua representatividade no total da despesa foi da ordem de 31,9%, contra 28,7%, apurados em 1980, e 33,0% em 1979.

As funções desenvolvidas pelo governo federal, durante o exercício financeiro de 1981, apresentaram a seguinte participação no total da despesa da União:

Administração e Planejamento	16,5
Assistência e Previdência	15,0
Desenvolvimento Regional	14,7
Transporte	11,8

Educação e Cultura	8
Defesa Nacional e Segurança Pública ..	11,8
Energia e Recursos Naturais	8,9
Agricultura	7,7
Outros	4,5
	9,5

Os dispêndios com o Poder Legislativo, em 1981, atingiram Cr\$18.239.626.476, participando com 0,8% na despesa orçamentária e crescendo em 96,5% quanto ao ano anterior.

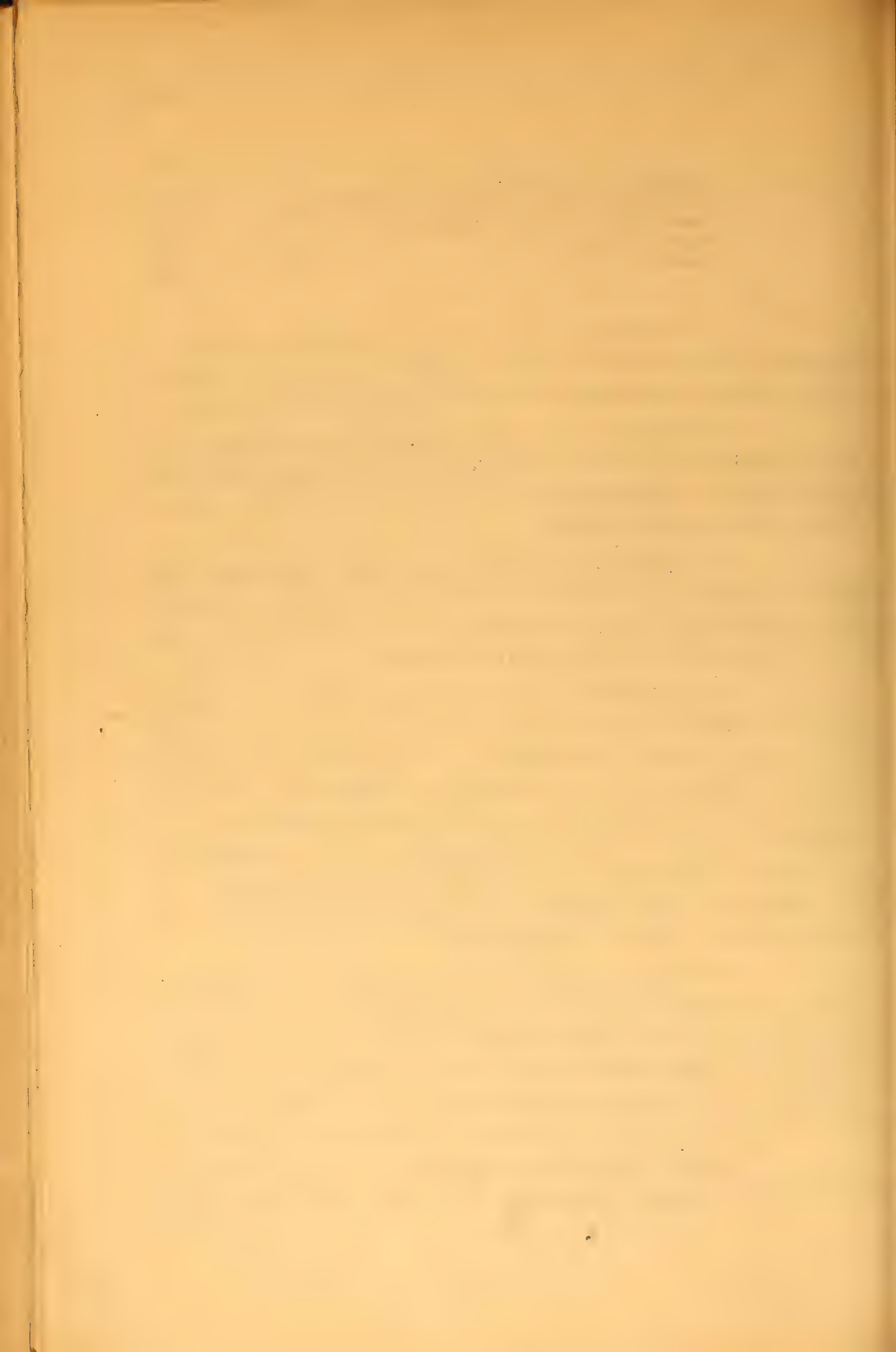
Os gastos com o Poder Judiciário, ascenderam à cifra de Cr\$19.340.828.428, alcançando 0,9% na composição da despesa efetiva. Comparadas com o exercício anterior, essas despesas cresceram em 98,4%.

As despesas realizadas pelo Poder Executivo chegaram ao montante de Cr\$1.031.026.203.859, acusando um incremento da ordem de 137,0% em relação ao exercício de 1980, com uma participação de 45,7% na despesa global.

Os dispêndios com os Encargos Gerais da União, o Fundo Nacional de Desenvolvimento, as Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e os Encargos Financeiros e Previdenciários da União, atingiram, em 1981, a Cr\$1.186.289.222.437, correspondendo a 52,6% da despesa orçamentária. O crescimento desses gastos, comparado com o ano de 1980, foi da ordem de 61,0%, destacando como de maior incremento as Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Despesa de Capital apresentou no exercício em exame um crescimento de 110,3%, com dispêndios no valor de Cr\$855.806.103.842, que representaram 38,0% da despesa realizada. Analisando seus componentes verifica-se que, em confronto com o exercício anterior, os Investimentos cresceram em 291,5%; as Inversões Financeiras em 190,7% e as Transferências de Capital em 51,4%.

Convém ressaltar com agrado que, no exercício de 1981, a conta "Despesa Impugnada" não apresentou saldo, ou



lendo deduzir que o desempenho da execução orçamentária foi calculada no respeito às normas que regem a matéria.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Do confronto entre a receita e a despesa, apura-se o superávit orçamentário da ordem de Cr\$ 97.070.247.441, assim desdobrado:

Cr\$ 1,00

Receita Arrecadada

Correntes	2.334.155.881.796	
Capital	<u>17.810.246.845</u>	2.351.966.128.641

Despesa Realizada

Correntes	1.399.089.777.358	
Capital	<u>855.806.103.842</u>	2.254.895.881.200
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO		<u>97.070.247.441</u>

POUPANÇA DO SETOR PÚBLICO

Os dados obtidos do Balanço Orçamentário permitem chegar ao resultado a seguir demonstrado, no que concerne à poupança do setor público:

Cr\$ 1,00

Receitas Correntes	2.334.155.881.796
Despesas Correntes	<u>1.399.089.777.358</u>
Saldo em Conta Corrente	935.066.104.438
Receitas de Capital	<u>17.810.246.845</u>
Recursos para Formação de Capital	952.876.351.283
Despesas de Capital	<u>855.806.103.842</u>
Superávit Orçamentário	<u>97.070.247.441</u>



IMPOSTO EXTRAORÇAMENTÁRIO



IMPOSTO EXTRAORÇAMENTÁRIO (*)

O Imposto Territorial Rural constou no Orçamento da União, referente ao exercício de 1981, como componente da Receita Tributária com ingressos estimados da ordem de Cr\$4.000.000.000. No entanto, na sua execução, nenhuma arrecadação efetiva transitou pelas contas do Tesouro Nacional.

Apesar disso, o Imposto Territorial Rural, continuou sob o controle do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, acusando em 1981 a arrecadação efetiva de Cr\$6.733.727.064.

De acordo com as informações fornecidas pelo INCRA, a arrecadação do Imposto Territorial Rural, no exercício em exame, corresponde as guias lançadas no mesmo exercício e parte da arrecadação relativa às guias lançadas em 1980, cujo pagamento somente foi efetivado em 1981, da seguinte maneira:

		<u>Cr\$ 1,00</u>
1980	2.229.821.202
1981	4.503.905.862

Do montante da receita do Imposto Territorial Rural, Cr\$5.383.724.656, ou seja 80% dos ingressos, foram transferidos às Prefeituras Municipais e Cr\$1.350.002.408, equivalente a 20% foram atribuídos ao INCRA.

Nos últimos cinco exercícios a arrecadação do Imposto Territorial Rural apresentou a seguinte movimentação:

(*) Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INCRA



Cr\$ 1,00

ANOS	Prefeituras	INCRA	TOTAL
1977	371.940.012	92.985.003	464.925.015
1978	384.402.940	96.100.736	480.503.676
1979	142.237.873	36.584.522	178.822.395
1980	1.866.499.507	469.547.007	2.336.046.514
1981	5.383.724.656	1.350.002.408	6.733.727.064

A distribuição dos recursos arrecadados em 1981, por Unidades da Federação, está assim demonstrado:

Cr\$ 1,00

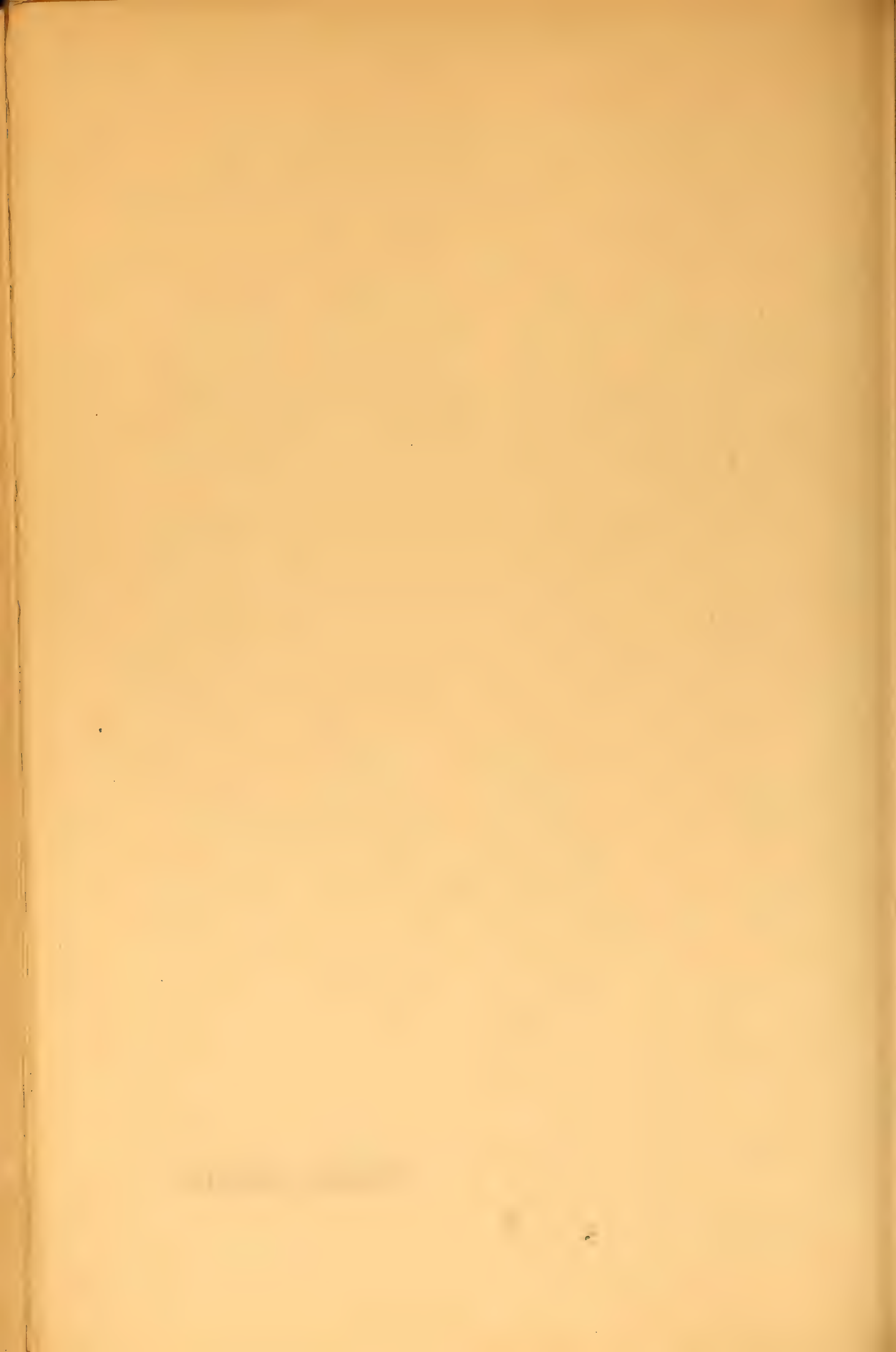
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	INCRA	Prefeituras	TOTAL
Acre	5.184.469	20.733.853	25.918.322
Alagoas	9.714.673	38.846.364	48.561.037
Amapá	2.519.768	10.077.946	12.597.714
Amazonas	4.908.637	19.624.212	24.532.849
Bahia	34.781.268	139.015.087	173.796.355
Ceará	5.596.119	17.468.137	23.064.256
Distrito Federal ...	1.802.170	7.207.659	9.009.829
Espírito Santo	15.227.051	60.891.710	76.118.761
Goiás	98.682.787	394.671.914	493.354.701
Maranhão	11.614.135	46.423.793	58.037.928
Mato Grosso	70.864.667	283.441.331	354.305.998
Mato Grosso do Sul ..	75.160.062	300.627.855	375.787.917
Minas Gerais	172.885.134	691.406.389	864.291.523
Pará	28.520.032	114.060.427	142.580.459
Paraíba	9.992.530	39.948.048	49.940.578
Paraná	158.882.128	635.463.505	794.345.633
Pernambuco	15.225.731	49.402.724	64.628.455
Piauí	4.175.487	16.669.308	20.844.795
Rio Grande do Norte ..	3.955.846	15.809.382	19.765.228
Rio Grande do Sul ..	154.096.902	616.319.721	770.416.623
Rio de Janeiro	37.388.081	149.550.820	186.938.901
Rondônia	11.638.073	46.540.176	58.178.249
Roraima	2.031.783	9.006.635	11.038.418
Santa Catarina	68.983.628	275.906.418	344.890.046
São Paulo	340.861.715	1.363.388.925	1.704.250.640
Sergipe	5.309.532	21.222.317	26.531.849
TOTAL	1.350.002.408	5.383.724.656	6.733.727.064

1881		1882		1883		1884		1885	
Jan	1	Jan	1	Jan	1	Jan	1	Jan	1
Feb	1	Feb	1	Feb	1	Feb	1	Feb	1
Mar	1	Mar	1	Mar	1	Mar	1	Mar	1
Apr	1	Apr	1	Apr	1	Apr	1	Apr	1
May	1	May	1	May	1	May	1	May	1
Jun	1	Jun	1	Jun	1	Jun	1	Jun	1
Jul	1	Jul	1	Jul	1	Jul	1	Jul	1
Aug	1	Aug	1	Aug	1	Aug	1	Aug	1
Sep	1	Sep	1	Sep	1	Sep	1	Sep	1
Oct	1	Oct	1	Oct	1	Oct	1	Oct	1
Nov	1	Nov	1	Nov	1	Nov	1	Nov	1
Dec	1	Dec	1	Dec	1	Dec	1	Dec	1

The following table shows the number of persons who have been
 admitted to the hospital during the year 1881.

1881		1882		1883		1884		1885	
Jan	1	Jan	1	Jan	1	Jan	1	Jan	1
Feb	1	Feb	1	Feb	1	Feb	1	Feb	1
Mar	1	Mar	1	Mar	1	Mar	1	Mar	1
Apr	1	Apr	1	Apr	1	Apr	1	Apr	1
May	1	May	1	May	1	May	1	May	1
Jun	1	Jun	1	Jun	1	Jun	1	Jun	1
Jul	1	Jul	1	Jul	1	Jul	1	Jul	1
Aug	1	Aug	1	Aug	1	Aug	1	Aug	1
Sep	1	Sep	1	Sep	1	Sep	1	Sep	1
Oct	1	Oct	1	Oct	1	Oct	1	Oct	1
Nov	1	Nov	1	Nov	1	Nov	1	Nov	1
Dec	1	Dec	1	Dec	1	Dec	1	Dec	1

BALANÇO FINANCEIRO



OPERAÇÕES DE RECEITA E DESPESA

O movimento das contas do Tesouro Nacional, com base nas operações de receita e despesa demonstradas em quadro anexo ao Balanço, pode ser assim resumido:

	<u>Cr\$ 1,00</u>	
	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
Orçamentária	2.351.966.128.641	2.254.895.881.200
Órgãos da Administração		
Descentralizada.....	13.805.185.308.195	13.254.357.596.302
Extraorçamentária	<u>13.872.638.636.050</u>	<u>13.854.932.447.036</u>
	30.029.790.072.886	29.364.185.924.538
Saldo de 1980	960.953.632.518	
Saldo para 1982	-	<u>1.626.557.780.866</u>
	<u>30.990.743.705.404</u>	<u>30.990.743.705.404</u>

DEPÓSITOS

O grupo de "Depósitos", que se constitui das contas abaixo, apresentou, ao findar o exercício financeiro de 1981, o saldo credor de Cr\$1.343.172.980, tendo como maior expressão a conta de Depósitos de Diversas Origens, a qual acusou um saldo credor da ordem de Cr\$1.597.245.410, para o resultado obtido:

	<u>Cr\$ 1,00</u>	
	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
Depósitos de Diversas		
Origens	52.571.122.490	50.973.877.080
Consignações	<u>36.414.682.791</u>	<u>36.668.755.221</u>
	<u>88.985.805.281</u>	<u>87.642.632.301</u>

DÉBITOS DE TESOURARIA

As Letras do Tesouro Nacional apresentaram o saldo de Cr\$1.099.000.444.960, apurado na seguinte movimentação:

	Cr\$ 1,00
Saldo do exercício de 1980 ..	255.500.609.960
Emissões em 1981	<u>1.812.000.000.000</u>
	2.067.500.609.960
Resgate em 1981	<u>968.500.165.000</u>
Saldo para 1982	<u>1.099.000.444.960</u>

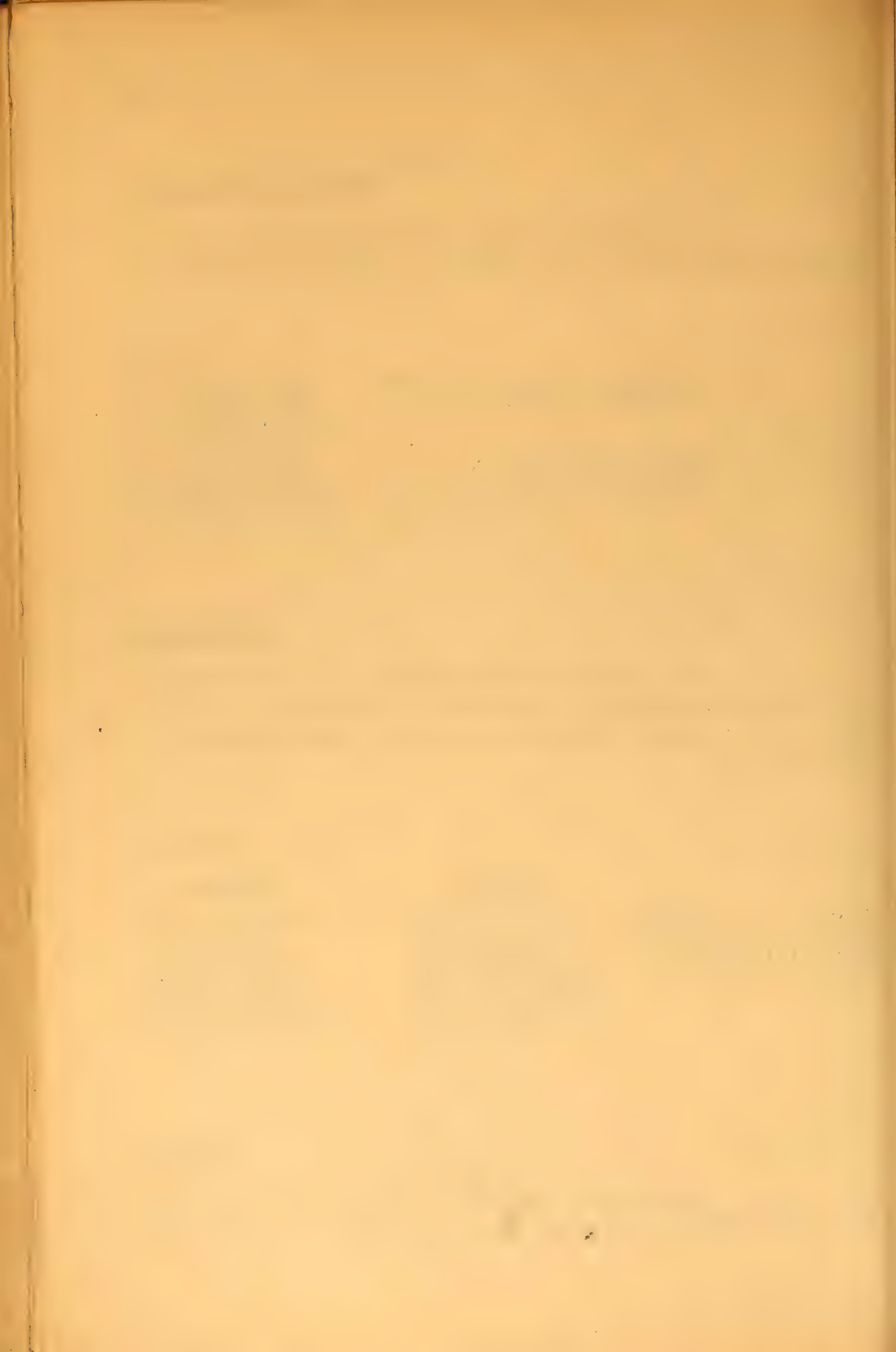
RESPONSÁVEIS

As contas que compõem este grupo, ressaltando-se a de "Outras Entidades", que registra as operações de contas correntes entre a União e entidades diversas, apresentaram-se na forma abaixo:

	Receita	Despesa
Entidades Autárquicas..	12.313.998.041	12.431.925.537
Estados e Municípios ..	112.877.962	121.516.951
Outras Entidades	73.760.890.441	73.943.500.477
Diversos Responsáveis .	<u>33.516.240.576</u>	<u>33.525.063.290</u>
	<u>119.704.007.020</u>	<u>120.022.006.315</u>

DIVERSOS

Este grupo é composto das contas "Variação Cambial" e "Transferências Financeiras". Através desta última se pro-



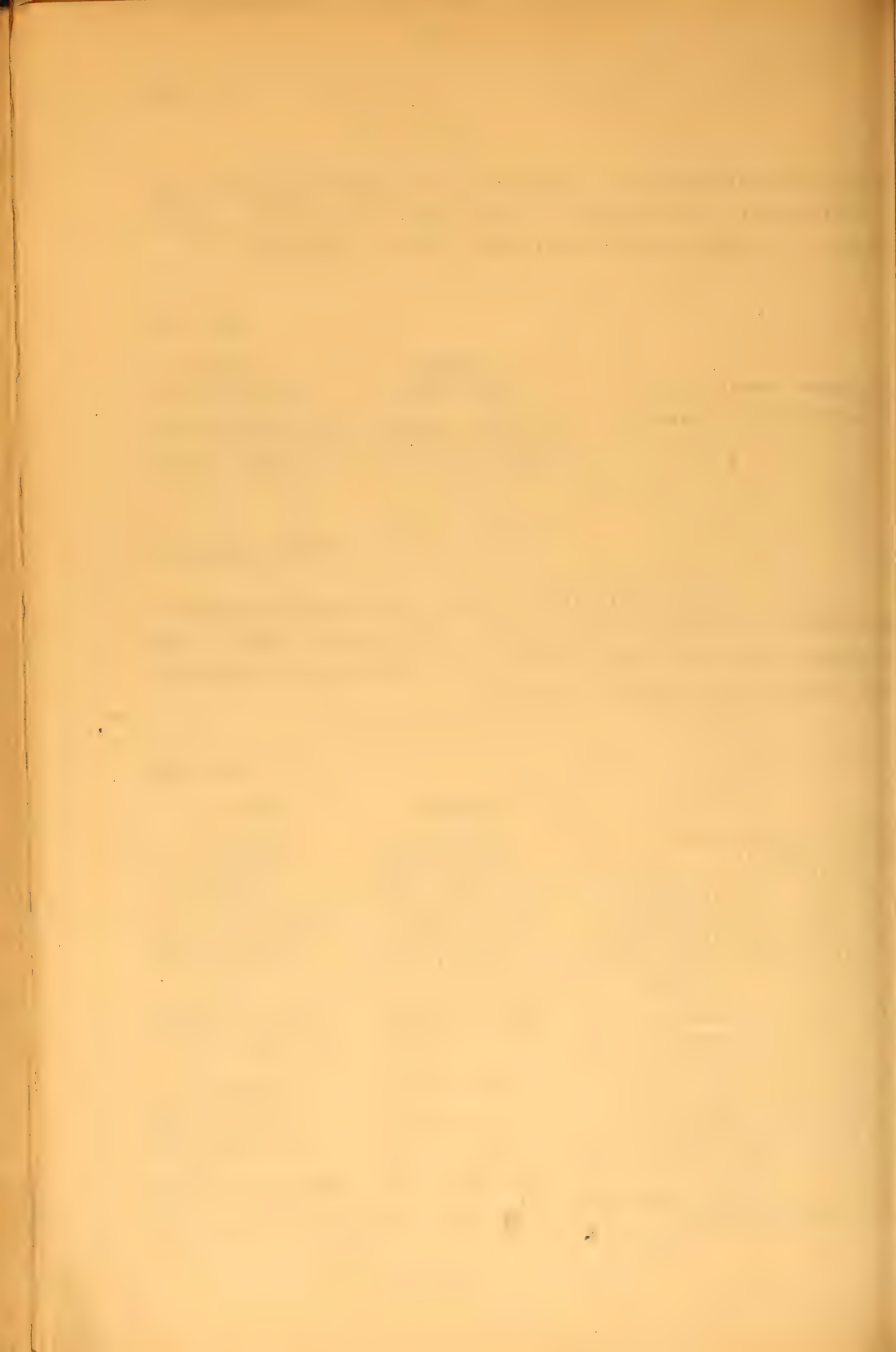
cessa a interrelação das operações do Sistema Financeiro com o Patrimonial e vice-versa, em sua função de conta de interrelação. O comportamento deste grupo assim se reflete:

	<u>Cr\$ 1,00</u>	
	<u>Crédito</u>	<u>Débito</u>
Variação Cambial	8.562.868.311	6.709.294.821
Transferências Financeiras	<u>4.011.201.050.400</u>	<u>2.611.865.865.472</u>
	<u>4.019.763.918.711</u>	<u>2.618.575.160.293</u>

FUNDOS ESPECIAIS

Os Fundos Especiais, que se situam nos Órgãos e Ministérios em que são movimentados, relacionados abaixo, apresentaram o saldo de Cr\$15.175.884.634, resultante do confronto das operações de receita e despesa:

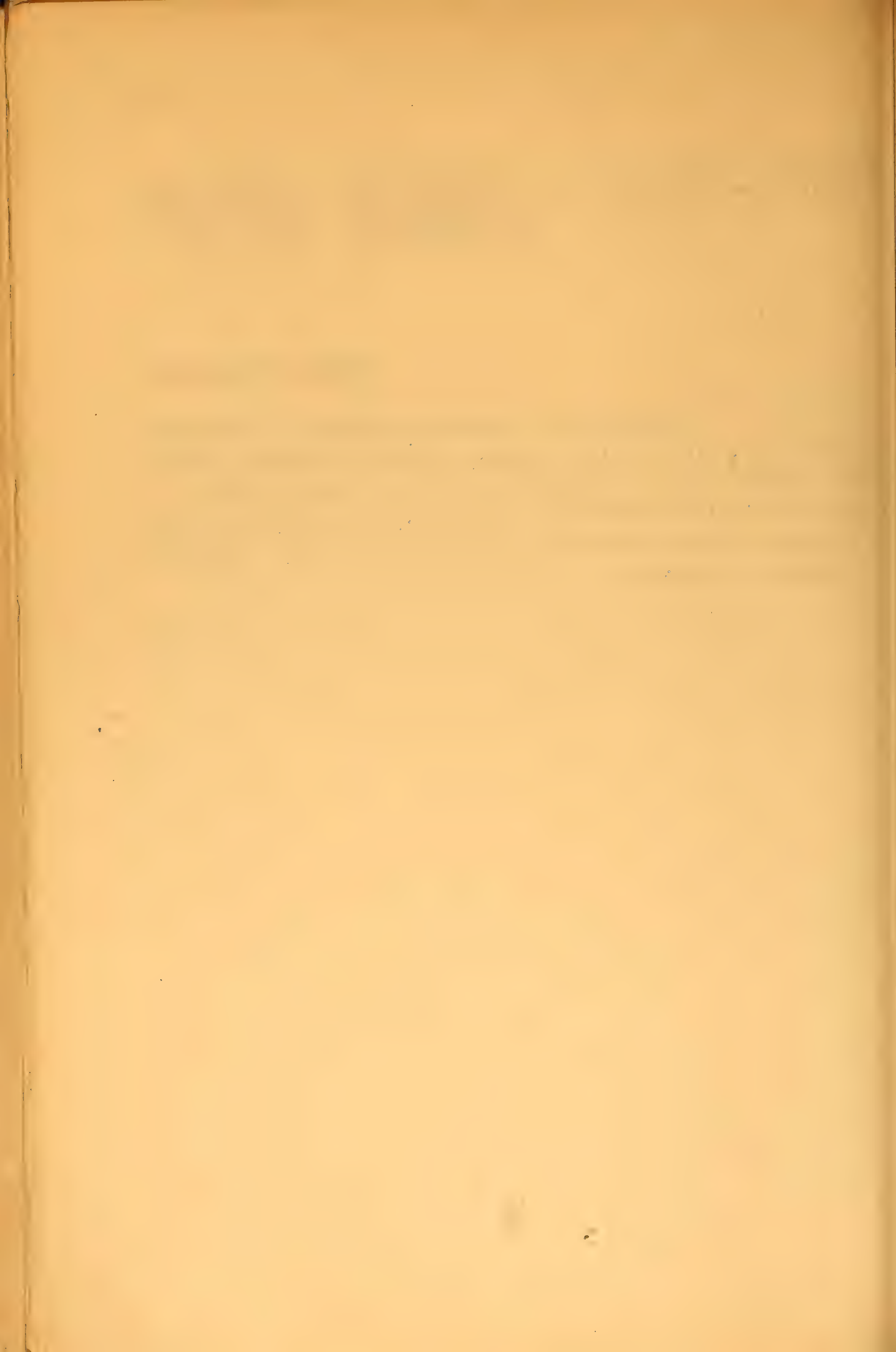
	<u>Cr\$ 1,00</u>	
	<u>Despesa</u>	<u>Receita</u>
Câmara dos Deputados	115.851.061	232.655.234
Senado Federal	1.469.300.033	1.508.163.776
Tribunal Superior Eleitoral	46.986.858	35.351.304
Presidência da República ..	177.718.741.807	134.134.899.473
Ministério da Aeronáutica .	28.147.896.788	28.439.125.929
Ministério da Agricultura .	1.243.786.712	982.052.937
Ministério das Comunicações	2.508.613.428	2.492.936.372
Ministério da Educação e Cultura	10.070.740.034	10.300.661.062
Ministério do Exército	3.940.786.855	8.934.243.970
Ministério da Fazenda	261.899.760.081	283.168.126.151
Ministério da Indústria e do Comércio	4.663.118.517	4.824.961.667
Ministério do Interior	969	93.132.890
Ministério da Justiça	455.682.456	459.285.227
Ministério da Marinha	1.645.964.530	1.567.266.914
Ministério das Minas e Ener- gia	399.628.522.202	400.155.882.472
Ministério da Previdência e Assistência Social	33.418.605.032	33.721.505.692



Ministério da Saúde	1.597.851.668	1.897.054.803
Ministério do Trabalho	6.134.671.584	6.583.690.688
	<u>934.706.880.615</u>	<u>919.530.995.981</u>

AGENTES FINANCEIROS

O demonstrativo seguinte evidencia a movimentação das contas de receita e despesa no Banco do Brasil S/A, cujo saldo apurado em 31 de dezembro de 1981, no valor de Cr\$. Cr\$61.862.644.372, representa a parcela "a descoberto" do Tesouro Nacional naquele estabelecimento financeiro, não incluídos os valores em trânsito:



DEMONSTRATIVO DAS CONTAS RECEITA E DESPESA DA UNIÃO NO BANCO DO BRASIL S/A

Cr\$ 1,00

MÊS	Receita	Despesa	SALDO	
			Devedor	Credor
SALDO ANTERIOR		45.536.021.195	45.536.021.195	
Janeiro	96.139.356.817	119.108.877.476	22.969.520.659	
Fevereiro	143.945.483.659	142.954.216.378		991.267.281
Março	152.903.136.055	154.125.688.009	1.222.551.954	
Abril	132.616.431.277	198.333.621.258	65.717.189.981	
Maio	170.007.987.997	139.771.335.359		30.236.652.638
Junho	173.880.106.259	155.883.437.366		17.996.668.893
Julho	157.886.406.635	181.346.768.662	23.460.362.027	
Agosto	189.905.086.700	194.485.024.460	4.579.937.760	
Setembro	247.173.428.292	232.681.378.474		14.492.049.818
Outubro	223.685.746.406	204.807.056.103		18.878.690.303
Novembro	229.152.526.440	245.852.330.027	16.699.803.587	
Dezembro	338.928.073.403	303.200.659.545		35.727.413.858
SOMA	2.256.223.769.940	2.318.086.414.312	180.185.387.163	118.322.742.791
SALDO	61.862.644.372	-	-	61.862.644.372
TOTAL GERAL	2.318.086.414.312	2.318.086.414.312	180.185.387.163	180.185.387.163

BALANÇO PATRIMONIAL



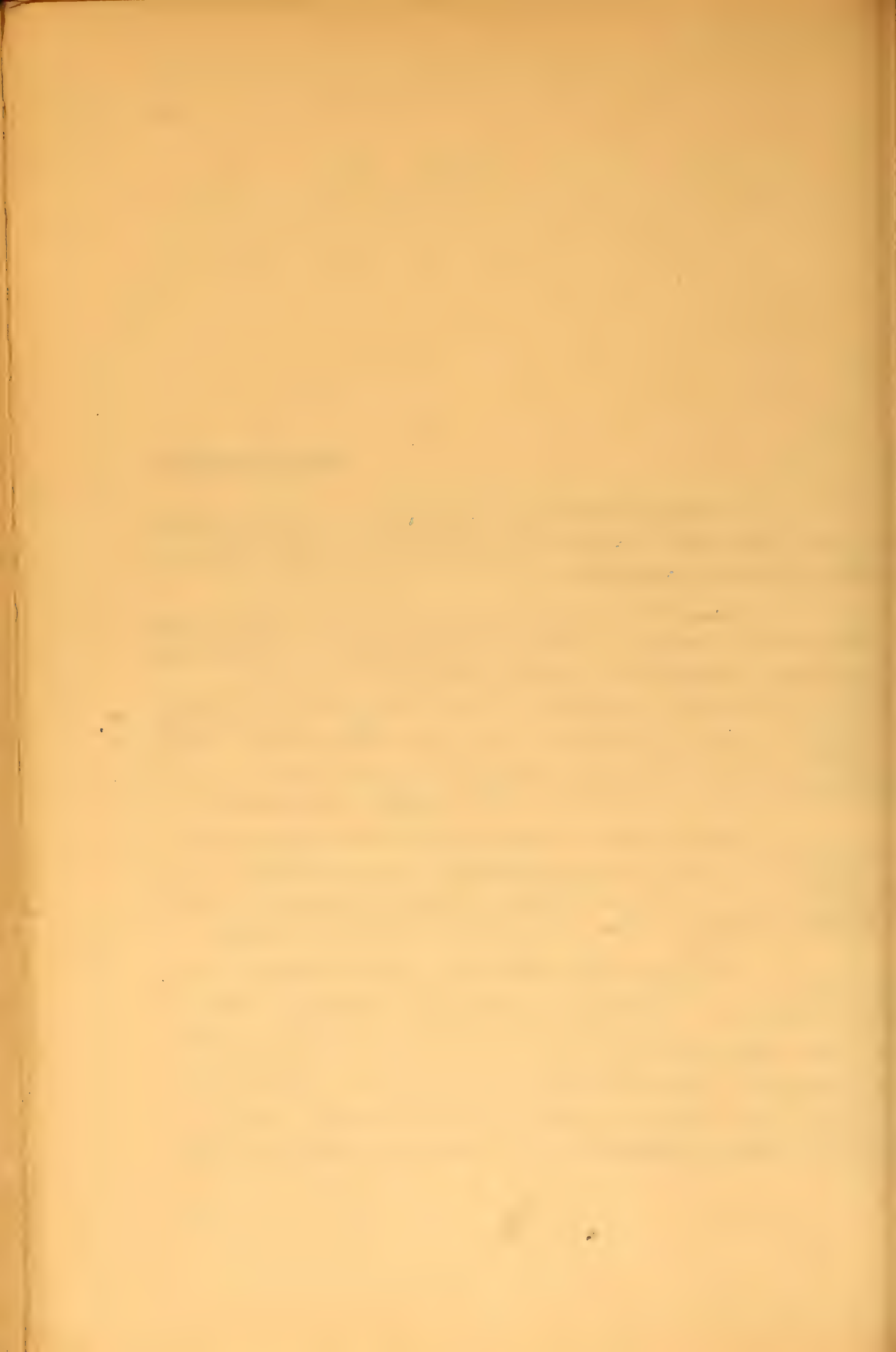
ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores cuja realização independe de autorização orçamentária, incluídos os valores numerários.

Acusando o total de Cr\$1.507.001.418.392, o grupo "Disponível" abrange os saldos das Entidades da Administração Indireta (autarquias e empresas públicas) com Cr\$..... Cr\$1.294.173.585.674, contando o Tesouro Nacional com disponibilidades no valor de Cr\$212.827.832.718, representados, principalmente, por recursos em trânsito, dos quais Cr\$..... Cr\$122.581.671.506 em poder da rede bancária arrecadadora.

Apresentando-se com o total de Cr\$119.556.362.474, o "Vinculado em Conta Corrente Bancária" corresponde aos saldos bancários de fundos e programas especiais geridos no âmbito da Administração Direta e do Serviço da Dívida Externa.

No "Realizável" sobressai a conta "Agentes Financeiros Devedores" destinada ao registro das operações entre o Tesouro Nacional e seus agentes financeiros, no país e no exterior, com o Banco do Brasil S.A. e com o Banco Central do Brasil, bem assim a conta "Diversos Responsáveis", esta última com o saldo de Cr\$222.056.223, que se refere, em termos globais, a saldos em poder de responsáveis e a responsabilidade em apuração.



PASSIVO FINANCEIRO

O Passivo Financeiro, que representa a dívida fluante do Tesouro Nacional, isto é, compromissos exigíveis cujo pagamento independe de autorização orçamentária, acusou ao findar o exercício de 1981 o total de Cr\$2.321.927.147.627.

O saldo consignado na conta de Restos a Pagar resultou da seguinte movimentação:

	Cr\$ 1,00
Saldo do exercício anterior ...	53.817.864.488
Inscrição no exercício	55.052.983.986
SOMA	108.870.848.474
Menos:	
Baixa no exercício	55.418.578.587
SALDO EM 31/12/81	53.452.269.887

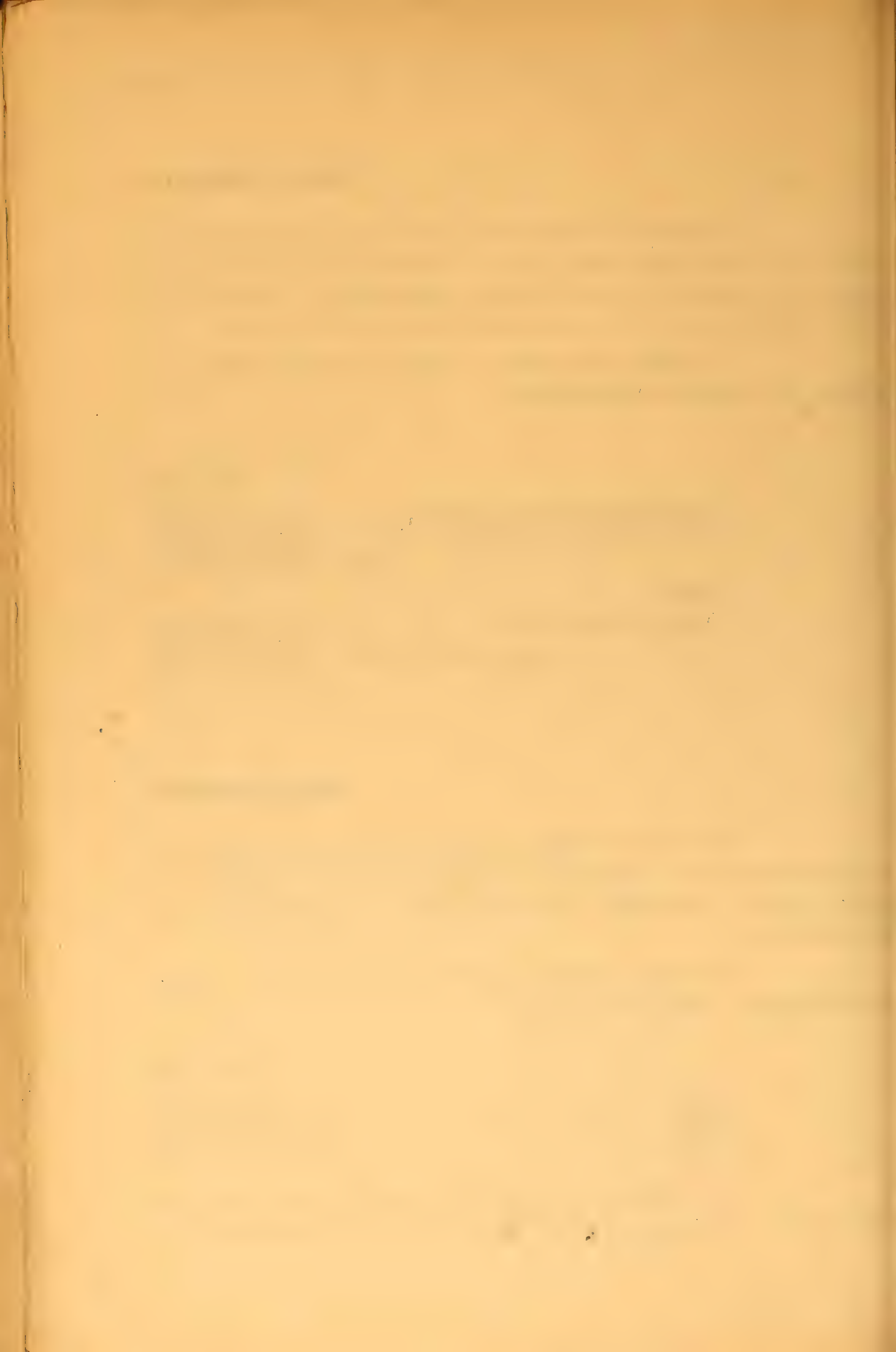
ATIVO PERMANENTE

Os bens da União provenientes de novas aquisições ou incorporações no exercício, cresceram em Cr\$44.733.461.128, apesar de não expressarem, com fidelidade, os valores dos bens patrimoniais.

Nos três últimos exercícios os bens da União apresentaram a seguinte posição:

	Cr\$ 1,00
1979	44.908.114.059
1980	69.281.234.408
1981	114.014.660.536

Os créditos da União, no exercício em exame, deram origem a um aumento de Cr\$18.356.965.316, destacando-se a



variação ocorrida na Dívida Ativa da União, que assim se apresentou:

		<u>Cr\$ 1,00</u>
Saldo de 1980	24.483.424.548	
Inscrição em 1981	<u>18.452.240.628</u>	42.935.665.176
Menos:		
Cobrança	1.607.164.964	
Cancelamento	<u>597.955.919</u>	2.205.120.883
		<u>40.730.544.293</u>

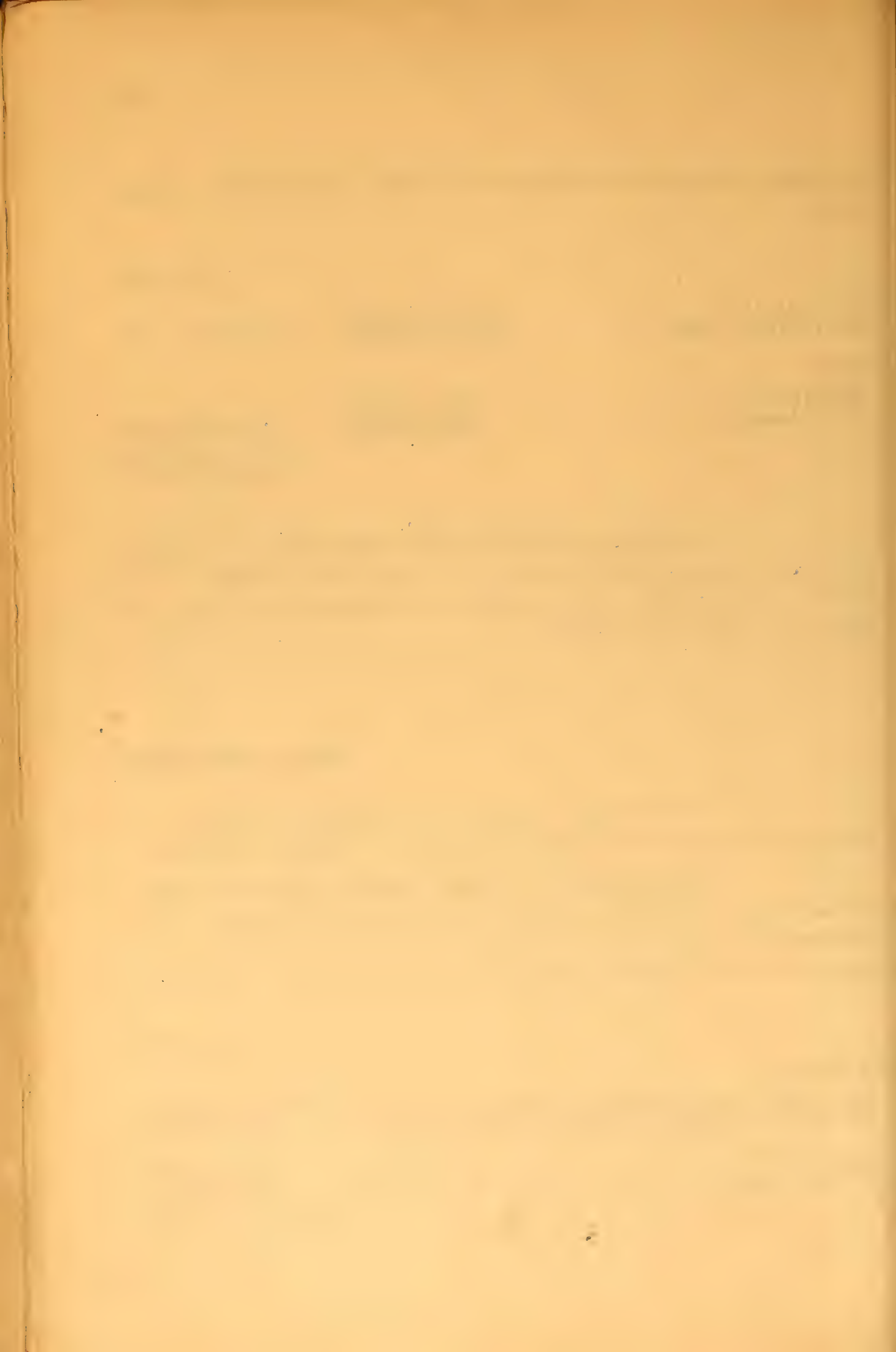
O título Valores da União apresentou um crescimento da ordem de Cr\$22.063.387.976, tendo como de maior expressão a conta Ações de Sociedades de Economia Mista, com um aumento de Cr\$16.162.620.671.

PASSIVO PERMANENTE

O crescimento no Passivo Permanente ascende à cifra de Cr\$8.779.864.334.916, em relação ao exercício anterior.

As operações da Dívida Fundada Interna apresentaram um crescimento, no período, de Cr\$1.404.867.579.643. Os compromissos inscritos nesta conta, ao final de exercício financeiro de 1981, podem ser demonstrados da seguinte maneira:

	<u>Cr\$ 1,00</u>
Em Títulos:	
Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.	1.985.553.918.653
Obrigações do Tesouro Nacional não Reajustáveis	3.376.396.122
Compulsório	17.861.076.983
Por Contratos	<u>400.000.000</u>
	<u>2.007.191.291.758</u>



O acréscimo verificado na Dívida Fundada Externa, no valor de Cr\$386.432.159.558, se origina da inclusão, nos Balanços Gerais da União, dos compromissos assumidos pela União, perante entidades internacionais, no exercício de 1981, de acordo com os elementos fornecidos pelo Banco Central de Brasil.

RESULTADO FINANCEIRO

A posição financeira da União, apurada no Balanço Patrimonial, é superavitária, como se evidencia no demonstrativo a seguir:

Cr\$ 1,00

Ativo Financeiro

Administração Direta..	4.465.880.793.624	
Administração Indireta	<u>11.930.952.296.721</u>	16.396.833.090.345

Passivo Financeiro

Administração Direta..	2.321.927.147.627	
Administração Indireta	<u>7.203.101.415.516</u>	9.525.028.563.143

SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO		<u>6.871.804.527.202</u>
-------------------------------	--	--------------------------

Se excluirmos dessa operação as Entidades da Administração Indireta, teremos a situação financeira do Tesouro Nacional, assim:

Cr\$ 1,00

Ativo Financeiro	4.465.880.793.624
Passivo Financeiro	<u>2.321.927.147.627</u>
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO TESOURO	<u>2.143.953.645.997</u>

RESULTADO PATRIMONIAL

O balanceamento das variações positivas e negativas, decorrentes ou não da execução orçamentária, alcançou im

1981 o seguinte resultado:

Cr\$ 1.00.

Resultantes da Execução Orçamentária

Variações Positivas

Receita Orçamentária	2.351.966.128.641	
Receita de Entidades da Adm. Indireta ...	13.805.185.308.195	
Variação Cambial Interna	<u>1.853.573.490</u>	16.159.005.010.326

Mutações Patrimoniais

Cobrança da Dívida Ativa	1.607.164.965	
Alienação de Bens Móveis	243.709.350	
Alienação de Bens Imóveis	15.715.666	
Alienação de Bens Natureza Industrial ..	251.495	
Alienação de Títulos e Valores	1.925.182	
Recebimentos de Créditos	1.658.150.649	
Diversas	<u>987.461.922</u>	4.514.379.229
		<u>16.154.490.631.097</u>

Variações Negativas

Despesas Orçamentárias	2.254.895.881.200	
Despesas Órgãos Administração Indireta..	<u>13.254.357.596.301</u>	15.509.253.477.501

Mutações Patrimoniais

Aquis. Bens Móveis ..	31.434.382.984	
Const. e Aquis. Bens Móveis e Imóveis ...	9.624.763.806	
Const. ou Aquis. de Bens Natureza Ind...	15.176.593	
Aquis. Tít. e Valores.	6.658.488	
Diversas	<u>13.226.817.753</u>	54.307.799.624
		<u>15.454.945.677.877</u>



O cotejo das variações acima evidencia o primeiro resultado patrimonial:

	<u>Cr\$ 1,00</u>
Receita Efetiva	16.154.490.631.097
Despesa Efetiva	15.454.945.677.877
SUPERÁVIT PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	<u>699.544.953.220</u>

Independentes da Execução Orçamentária

Variações Positivas

Inscrição da Dívida Ativa	18.452.240.628
Inscrição de Outros Créditos	4.422.901.334
Incorporação de Bens	50.456.733.926
Cancelamento de Dívidas Passivas	35.356.088.827
Diversas	15.054.217.485.615
	<u>15.162.905.450.330</u>

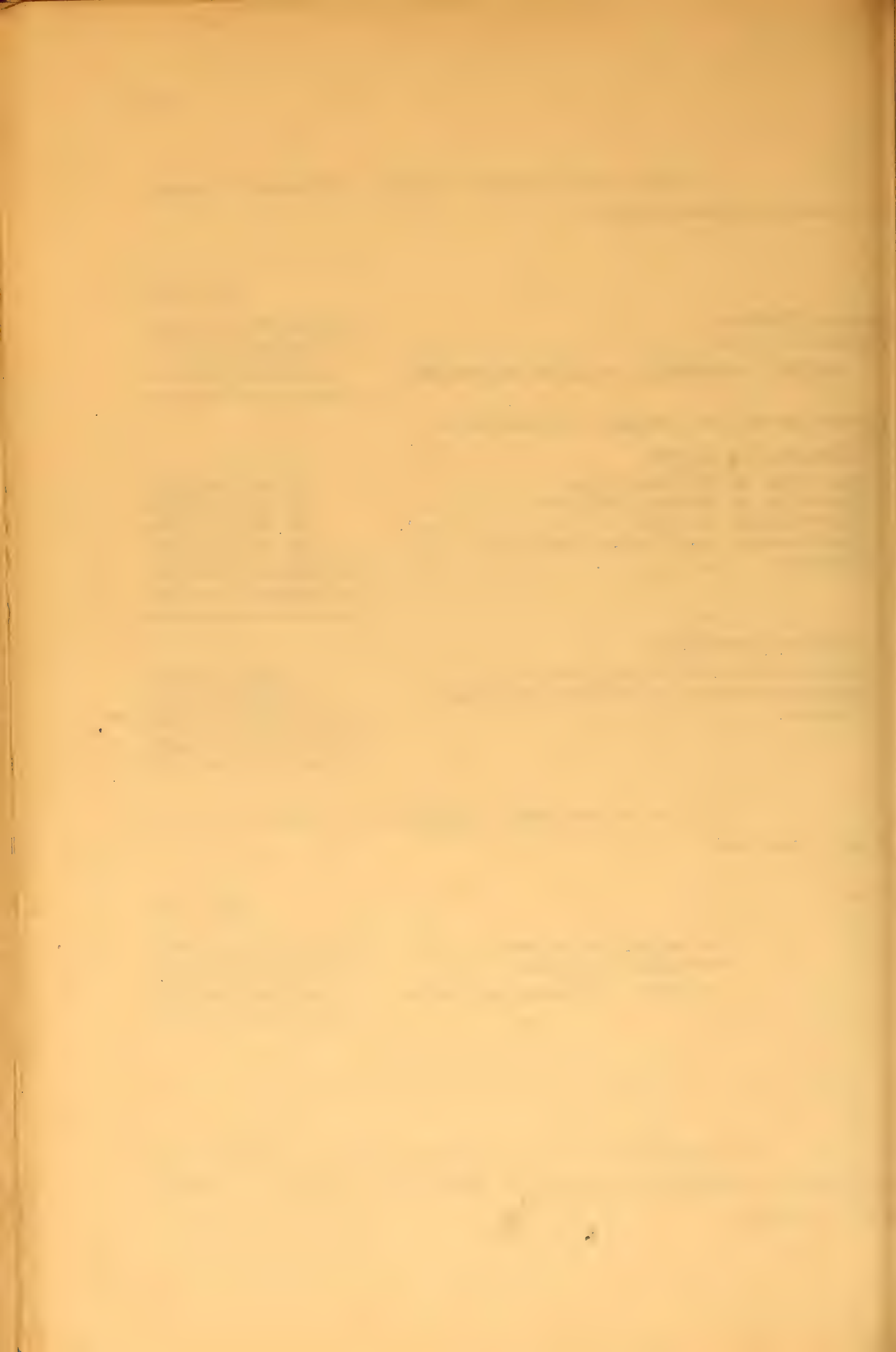
Variações Negativas

Cancelamento da Dívida Ativa	597.955.918
Restabelecimento de Dívidas Passivas ..	6.922.677.826
Diversas	15.211.484.154.909
	<u>15.219.004.788.653</u>

Este novo confronto demonstra, nesta fase, o seguinte resultado:

	<u>Cr\$ 1,00</u>
Variações Negativas	15.219.004.788.653
Variações Positivas	15.162.905.450.330
DÉFICIT EXTRAORÇAMENTÁRIO	<u>56.099.338.323</u>

Conjugando-se os resultados parciais obtidos evidencia-se o resultado patrimonial, em 31 de dezembro de 1981, como se segue:



	<u>Cr\$ 1,00</u>
Superávit Patrimonial da Gestão Orçamentária	699.544.953.220
Déficit Extraorçamentário	<u>56.099.338.323</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL EM 1981	<u>643.445.614.897</u>

*Esse resultado, sob outro ângulo, pode ser de
monstrado da seguinte maneira:*

	<u>Cr\$ 1,00</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/81	1.415.652.993.273
Ativo Real Líquido em 31/12/80	<u>772.207.378.376</u>
SUPERÁVIT PATRIMONIAL EM 31/12/81	<u>643.445.614.897</u>



OPERAÇÕES REGISTRADAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL



OPERAÇÕES REGISTRADAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (*)

EMIÇÃO E RESGATE DE PAPEL-MOEDA

A emissão bruta de papel-moeda, no exercício de 1981, alcançou a cifra de Cr\$536.000.000.000, enquanto que o recolhimento, no mesmo período, atingiu Cr\$285.000.000.000, apurando-se a emissão líquida da ordem de Cr\$251.000.000.000, de acordo com dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil.

As emissões e os resgates, nos dois últimos exercícios, apresentaram o seguinte comportamento:

	1980	1981
Emissão Bruta	271.500.000.000	536.000.000.000
Recolhimentos	132.500.000.000	285.000.000.000
EMIÇÃO LÍQUIDA	139.000.000.000	251.000.000.000

O saldo de papel-moeda em circulação em 31 de dezembro de 1981, situou-se em Cr\$576.789.989.682, demonstrado da forma abaixo:

		Cr\$ 1,00
TESOURO NACIONAL		
Meio Circulante Transferido	1.504.777.847	
Emissão Líquida de 1/4/65 a 31/12/81	575.945.000.000	577.449.777.847
Menos:		
Moeda Resgatada	140.743.960	
Reserva Monetária em 31/12/81	519.044.205	659.788.165
Meio Circulante em 31/12/81		576.789.989.682

(*) Fonte: Banco Central do Brasil



Esse resultado pode, ainda, ser representado do seguinte modo:

		<u>Cr\$ 1.00</u>
Meio Circulante em 31/12/80.	326.093.746.074	
Emissão Bruta em 1981	536.000.000.000	
Excesso dos Pagamentos sobre Recebimentos	<u>2.746.243.608</u>	864.839.989.682
Menos:		
Recolhimentos em 1981	285.000.000.000	
Recolhimento recebido reforço reserva monetária	<u>3.050.000.000</u>	288.050.000.000
Meio Circulante em 31/12/81		<u>576.789.989.682</u>

RESERVAS CAMBIAIS

As apurações preliminares, efetuadas segundo o conceito adotado pelo Fundo Monetário Internacional, indicam que o total das reservas internacionais das Autoridades Monetárias Brasileiras, em 31 de dezembro de 1981, atingiu a US\$7.505,0 milhões, assim distribuídas:

	<u>US\$ milhões</u>
Disponibilidades Diversas	5.885,8
Ouro	905,1
Posição do FMI	263,3
Direitos Especiais de Saque	<u>450,8</u>
	<u>7.505,0</u>

No exercício de 1980, as reservas cambiais — dados definitivos — na conformidade dos informes oriundos do Banco Central do Brasil, alcançaram US\$6.912,6 milhões desdobradas da seguinte forma:



	<u>US\$ milhões</u>
Disponibilidades Diversas	5.041,5
Ouro	1.143,3
Posição do FMI	344,0
Direitos Especiais de Saque	<u>383,8</u>
	<u>6.912,6</u>



CONCLUSÃO



Muito embora tenhamos observado a forte limitação, em seu todo, da conjuntura mundial, a economia brasileira, em 1981, mostrou excelente desempenho na condução da política financeira governamental.

Os superávits orçamentário, de caixa e patrimonial, que apresentaram índices superiores aos acusados no exercício anterior, constituem expressivos resultados da austeridade do Governo Federal na linha do orçamento-programa.

O sistema orçamentário demonstra um crescimento da ordem de 148,7%; o de caixa, de 49,4%; e o patrimonial, de 337,1%.

Nada melhor do que esses índices para encerrar nosso Relatório do exercício financeiro de 1981.



BALANÇOS DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



Relação das Entidades da Administração Indireta que enviaram seus Balanços relativos ao exercício de 1981, para publicação, cujas operações foram incorporadas pelas Secretarias de Controle Interno dos respectivos Ministérios, de conformidade com o Decreto nº 80.421, de 23 de setembro de 1977:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

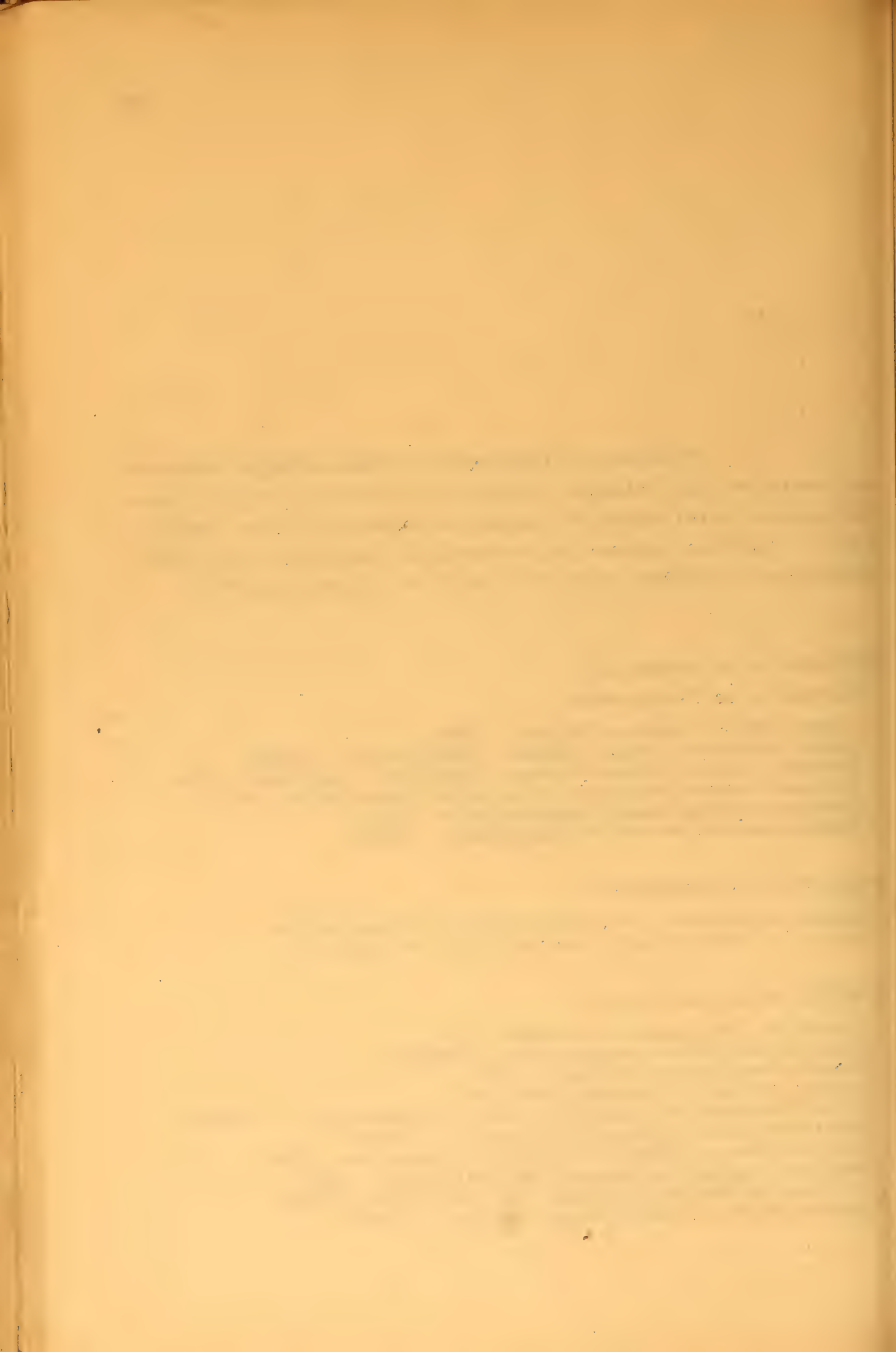
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
 Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE
 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
 Instituto de Planejamento Econômico Social - IPEA
 Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
 Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Comissão de Financiamento da Produção - CFP
 Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM
 Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL
 Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC
 Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Grupo Executivo de Eletrificação Rural de Cooperativas - GEER
 Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
 Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE



MINISTÉRIOS DAS COMUNICAÇÕES

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
 Empresa Brasileira de Radiodifusão - RÁDIOBRÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Centro de Educação Tecnológica da Bahia
 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
 Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
 Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
 Colégio Pedro II
 Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - MG
 Escola Federal de Engenharia de Itajubá - MG
 Escola Paulista de Medicina
 Escola Superior de Agricultura de Lavras - MG
 Escola Superior de Agricultura de Mossoró - RN
 Escola Técnica Federal de Alagoas
 Escola Técnica Federal do Amazonas
 Escola Técnica Federal da Bahia
 Escola Técnica Federal de Campos - RJ
 Escola Técnica Federal do Ceará
 Escola Técnica Federal do Espírito Santo
 Escola Técnica Federal de Goiás
 Escola Técnica Federal do Maranhão
 Escola Técnica Federal de Mato Grosso
 Escola Técnica Federal de Ouro Preto - MG
 Escola Técnica Federal do Pará
 Escola Técnica Federal da Paraíba
 Escola Técnica Federal de Pelotas - RS
 Escola Técnica Federal de Pernambuco
 Escola Técnica Federal do Piauí
 Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro
 Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte
 Escola Técnica Federal de Santa Catarina
 Escola Técnica Federal de São Paulo
 Escola Técnica Federal de Sergipe
 Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
 Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - MG
 Faculdade de Odontologia de Diamantina - MG
 Fundação Casa de Rui Barbosa
 Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa
 Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional - CENAFOR
 Fundação Nacional de Arte
 Fundação Nacional de Material Escolar
 Fundação Nacional Pró-Memória
 Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
 Fundação Universidade Federal do Acre
 Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre - RS
 Fundação Universidade do Amazonas
 Fundação Universidade de Brasília
 Fundação Universidade do Maranhão



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Fundação Universidade do Rio de Janeiro
 Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MG
 Fundação Universidade Federal de Pelotas - RS
 Fundação Universidade Federal do Piauí
 Fundação Universidade do Rio Grande - RS
 Fundação Universidade Federal de São Carlos - SP
 Fundação Universidade Federal de Sergipe
 Fundação Universidade Federal de Viçosa - MG
 Fundação Universidade de Uberlândia - MG
 Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF
 Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
 Hospital das Clínicas de Porto Alegre - RS
 Universidade Federal de Alagoas
 Universidade Federal da Bahia
 Universidade Federal do Ceará
 Universidade Federal do Espírito Santo
 Universidade Federal de Goiás
 Universidade Federal de Juiz de Fora - MG
 Universidade Federal de Minas Gerais
 Universidade Federal do Pará
 Universidade Federal da Paraíba
 Universidade Federal do Paraná
 Universidade Federal de Pernambuco
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Universidade Federal de Santa Maria - RS
 Universidade Federal de Santa Catarina
 Universidade Federal Rural de Pernambuco
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Universidade Federal Fluminense

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército
 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Banco Central do Brasil
 Caixa Econômica Federal
 Casa da Moeda do Brasil
 Comissão de Valores Mobiliários
 Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
 Superintendência de Seguros Privados

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Empresa Brasileira de Turismo



Instituto Brasileiro do Café
Instituto do Açúcar e do Alcool
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Superintendência da Borracha
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
Agência Especial de Financiamento Industrial

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Banco Nacional de Habitação
Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Departamento Nacional de Obras de Saneamento
Fundação Nacional do Índio
Fundação Projeto Rondon
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
Superintendência da Zona Franca de Manaus
Território Federal do Amapá
Território Federal de Rondônia
Território Federal de Roraima

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Empresa Brasileira de Notícias

MINISTÉRIO DA MARINHA

Caixa de Construção de Casa para o pessoal do Ministério da Marinha

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Comissão Nacional de Energia Nuclear

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV
Fundo de Previdência e Assistência Social
Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
Instituto Nacional de Previdência Social

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
Fundação Serviços de Saúde Pública



Fundação das Pioneiras Sociais

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Conselho Federal de Assistentes Sociais - Rio de Janeiro

Conselho Regional de Assistentes Sociais:

- 1a. Região - AM/PA/AC/AP/RO/RR
- 2a. Região - PI/MA
- 3a. Região - CE/RN
- 4a. Região - PB/PE/AL/FN
- 5a. Região - SE/BA
- 6a. Região - ES/MG
- 7a. Região - RJ
- 8a. Região - DF/GO/MT
- 9a. Região - SP
- 10a. Região - RS/SC
- 11a. Região - PR

Conselho Federal de Biblioteconomia - Distrito Federal

Conselho Regional de Biblioteconomia:

- 1a. Região - DF/AC/RO/GO/MS/MT
- 2a. Região - PA/AM/AP/RR
- 3a. Região - CE/MA/PI
- 4a. Região - PE/PB/RN/FN/AL
- 5a. Região - BA/SE
- 6a. Região - MG
- 7a. Região - RJ/ES
- 8a. Região - SP
- 9a. Região - PR/SC
- 10a. Região - RS

Conselho Federal de Contabilidade - Rio de Janeiro

Conselho Regional de Contabilidade:

Amazonas, Acre e Rondônia
 Pará e Amapá
 Maranhão
 Piauí
 Ceará
 Rio Grande do Norte
 Paraíba
 Pernambuco e Fernando de Noronha
 Alagoas
 Sergipe
 Bahia
 Espírito Santo
 Rio de Janeiro
 São Paulo
 Paraná
 Santa Catarina



Rio Grande do Sul
Minas Gerais
Mato Grosso do Sul e Mato Grosso
Goiás
Distrito Federal

Conselho Federal de Corretores de Imóveis - Distrito Federal

Conselho Regional de Corretores de Imóveis:

- 1a. Região - RJ
- 2a. Região - SP
- 3a. Região - RS
- 4a. Região - MG
- 5a. Região - GO
- 6a. Região - PR
- 7a. Região - PE
- 8a. Região - DF
- 9a. Região - BA
- 11a. Região - SC
- 12a. Região - PA/AP
- 13a. Região - ES
- 14a. Região - MS
- 15a. Região - CE
- 16a. Região - SE
- 17a. Região - RN
- 18a. Região - AM/PR
- 19a. Região - MT/AC/RO
- 20a. Região - MA
- 21a. Região - PB
- 22a. Região - AL
- 23a. Região - PI

Conselho Federal de Economia - Distrito Federal

Conselho Regional de Economia:

- 1a. Região - RJ
- 2a. Região - SP
- 3a. Região - PE
- 4a. Região - RS
- 5a. Região - BA
- 6a. Região - PR
- 7a. Região - SC
- 8a. Região - CE
- 9a. Região - PA/AP
- 10a. Região - MG
- 11a. Região - DF
- 12a. Região - AL
- 13a. Região - AM/AC/RO/RR
- 14a. Região - MT
- 15a. Região - MA
- 16a. Região - SE
- 17a. Região - ES
- 18a. Região - GO



- 19a. Região - RN
- 20a. Região - MS
- 21a. Região - PB
- 22a. Região - PI

Conselho Federal de Enfermagem - Rio de Janeiro

Conselho Regional de Enfermagem:

Alagoas
 Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima
 Bahia
 Ceará
 Distrito Federal
 Goiás
 Maranhão
 Mato Grosso
 Minas Gerais
 Pará
 Paraíba
 Paraná
 Pernambuco e Fernando de Noronha
 Piauí
 Rio Grande do Norte
 Rio Grande do Sul
 Rio de Janeiro
 Santa Catarina
 São Paulo
 Sergipe

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Distrito Federal

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia:

Pará e Amapá
 Pernambuco e Fernando de Noronha
 Bahia
 Minas Gerais
 Rio de Janeiro
 São Paulo
 Paraná
 Rio Grande do Sul
 Ceará
 Santa Catarina
 Espírito Santo
 Distrito Federal
 Piauí
 Mato Grosso
 Goiás
 Paraíba
 Alagoas
 Rio Grande do Norte
 Maranhão
 Amazonas e Roraima
 Sergipe



Acre e Rondônia
Mato Grosso do Sul

Conselho Federal de Estatística - Rio de Janeiro

Conselho Regional de Estatística:

- 1a. Região - DF/AP/AC/AM/GO/RO/PR
- 2a. Região - RJ
- 3a. Região - SP/MT/MS
- 4a. Região - PR/SC/RS
- 5a. Região - BA/MG/ES/SE
- 6a. Região - PE/PB/FN/AL/RN
- 7a. Região - MA/PI/CE/PA

Conselho Federal de Farmácia - Distrito Federal

Conselho Regional de Farmácia:

- 1a. Região - PA/AP
- 2a. Região - CE
- 3a. Região - PE/FN
- 4a. Região - BA
- 5a. Região - GO
- 6a. Região - MG
- 7a. Região - RJ
- 8a. Região - SP
- 9a. Região - PR
- 10a. Região - RS
- 11a. Região - SC
- 12a. Região - MA
- 13a. Região - PI
- 14a. Região - RN
- 15a. Região - PB
- 16a. Região - AL
- 17a. Região - SE
- 18a. Região - ES
- 20a. Região - MT/MS
- 21a. Região - DF
- 22a. Região - AM/AC/RO/PR

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional-Distrito Federal

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional:

- 1a. Região - PE/AC/AM/PA/MA/PI/CE/RN/PB/AL/SE/BA/RR/RO/AP/FN
- 2a. Região - RJ/DF/GO/MG/ES
- 3a. Região - SP/PR/SC/RS/MT/MS

Conselho Federal de Medicina - Rio de Janeiro

Conselho Regional de Medicina:

Acre
Alagoas
Amapá
Amazonas



Bahia
 Ceará
 Distrito Federal
 Espírito Santo
 Goiás
 Maranhão
 Mato Grosso
 Mato Grosso do Sul
 Minas Gerais
 Pará
 Paraíba
 Paraná
 Pernambuco
 Piauí
 Rio de Janeiro
 Rio Grande do Norte
 Rio Grande do Sul
 Rondônia
 Roraima
 Santa Catarina
 São Paulo
 Sergipe

Conselho Federal de Medicina Veterinária - Distrito Federal

Conselho Regional de Medicina Veterinária:

- 1a. Região - RS
- 2a. Região - SC
- 3a. Região - PR
- 4a. Região - SP
- 5a. Região - RJ/ES
- 6a. Região - MS
- 7a. Região - MG
- 8a. Região - GO
- 9a. Região - AC/MT/RO
- 10a. Região - BA/SE
- 11a. Região - PE/FN
- 12a. Região - PB/RN
- 13a. Região - CE/PI/MA
- 14a. Região - PA/AM/AP/RR
- 15a. Região - AL

Conselho Federal de Nutricionistas - Distrito Federal

Conselho Regional de Nutricionistas:

- 1a. Região - DF/GO/MT
- 2a. Região - RS/SC
- 3a. Região - SP/PR/MS
- 4a. Região - RJ/ES/MG
- 5a. Região - BA/SE
- 6a. Região - PE/AL/PB/RN/PI/CE/MA/PA/AM/AC/AP/RO/RR/FN



Conselho Federal de Odontologia - Rio de Janeiro

Conselho Regional de Odontologia:

Alagoas
Amazonas
Bahia
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo
Goiás
Maranhão
Mato Grosso
Mato Grosso do Sul
Minas Gerais
Pará
Paraíba
Paraná
Pernambuco
Piauí
Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul
Rio de Janeiro
Santa Catarina
São Paulo
Sergipe

Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil - Distrito Federal

Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil:

Alagoas
Amapá
Amazonas
Bahia
Distrito Federal
Ceará
Espírito Santo
Goiás
Maranhão
Mato Grosso do Sul
Mato Grosso
Minas Gerais
Pará
Paraíba
Paraná
Pernambuco
Piauí
Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul
Rio de Janeiro
Rondônia e Acre
Roraima
Santa Catarina
São Paulo
Sergipe



Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas-Distrito Federal

Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas:

- 1a. Região - RJ
- 2a. Região - SP/PR
- 3a. Região - MG/AM/PA/AC/RO/AP/RR/ES/BA
- 4a. Região - RS/SC
- 5a. Região - SE/AL/PB/RN/PI/MA
- 6a. Região - DF/GO/MT/MS

Conselho Federal de Psicologia - Distrito Federal

Conselho Regional de Psicologia:

- 1a. Região - DF/AC/AM/GO/PA/AP/RO/RR
- 2a. Região - PE/AL/CE/MA/PB/PI/RN/FN
- 3a. Região - BA/SE
- 4a. Região - MG/ES
- 5a. Região - RJ
- 6a. Região - SP/MT/MS
- 7a. Região - RS/SC
- 8a. Região - PR

Conselho Federal de Química - Rio de Janeiro

Conselho Regional de Química:

- 1a. Região - PE/PI/RN/PB/AL/FN/CE
- 2a. Região - MG/GO/DF
- 3a. Região - RJ/SE
- 4a. Região - SP/MT/MS
- 5a. Região - RS/PR/SC
- 6a. Região - PA/MA/AP/RR/RO/AM/AC
- 7a. Região - BA/SE

Conselho Federal de Representações Comerciais - Rio de Janeiro

Conselho Regional de Representações Comerciais:

Alagoas
 Amazonas
 Bahia
 Ceará
 Distrito Federal
 Espírito Santo
 Goiás
 Maranhão
 Mato Grosso
 Minas Gerais
 Pará
 Paraíba
 Paraná
 Pernambuco
 Piauí
 Rio de Janeiro
 Rio Grande do Norte



Rio Grande do Sul
 São Paulo
 Santa Catarina
 Sergipe

Conselho Federal de Técnicos de Administração - Distrito Federal

Conselho Regional de Técnicos de Administração:

- 1a. Região - DF/GO
- 2a. Região - PA/AP
- 3a. Região - CE/PI/MA
- 4a. Região - PE/PB/RN/FN
- 5a. Região - BA/SE/AL
- 6a. Região - MG
- 7a. Região - RJ/ES
- 8a. Região - SP/MT/MS
- 9a. Região - PR/SC
- 10a. Região - RS
- 11a. Região - AM/AC/RO/RR

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER
 Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT
 Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos - EBTU
 Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S/A-ECEX
 Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS
 Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM

Outrossim, as seguintes Entidades não enviaram
 seus Balanços para publicação:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP
 Fundação Centro de Formação do Servidor Público - FUNCEP

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas de Pernambuco

No exercício de 1981, as Entidades a seguir mencionadas sofreram alterações que podem ser assim resumidas:



1) Conselho Regional de Economia:

- a) Paraíba - desmembrado da 3a. Região, dando origem a 21a. Região;
- b) Piauí - desmembrado da 8a. Região, dando origem a 22a. Região;
- c) Mato Grosso do Sul - criada a 20a. Região.

2) Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil:

- a) Roraima - desativado, mas não extinto, de acordo com relatório do Conselho Federal e parecer do Tribunal de Contas da União;
- b) Acre - extinta a Região e incorporado à Região de Rondônia;
- c) Mato Grosso do Sul - desmembrado da 3a. Região e incorporado a 6a. Região.

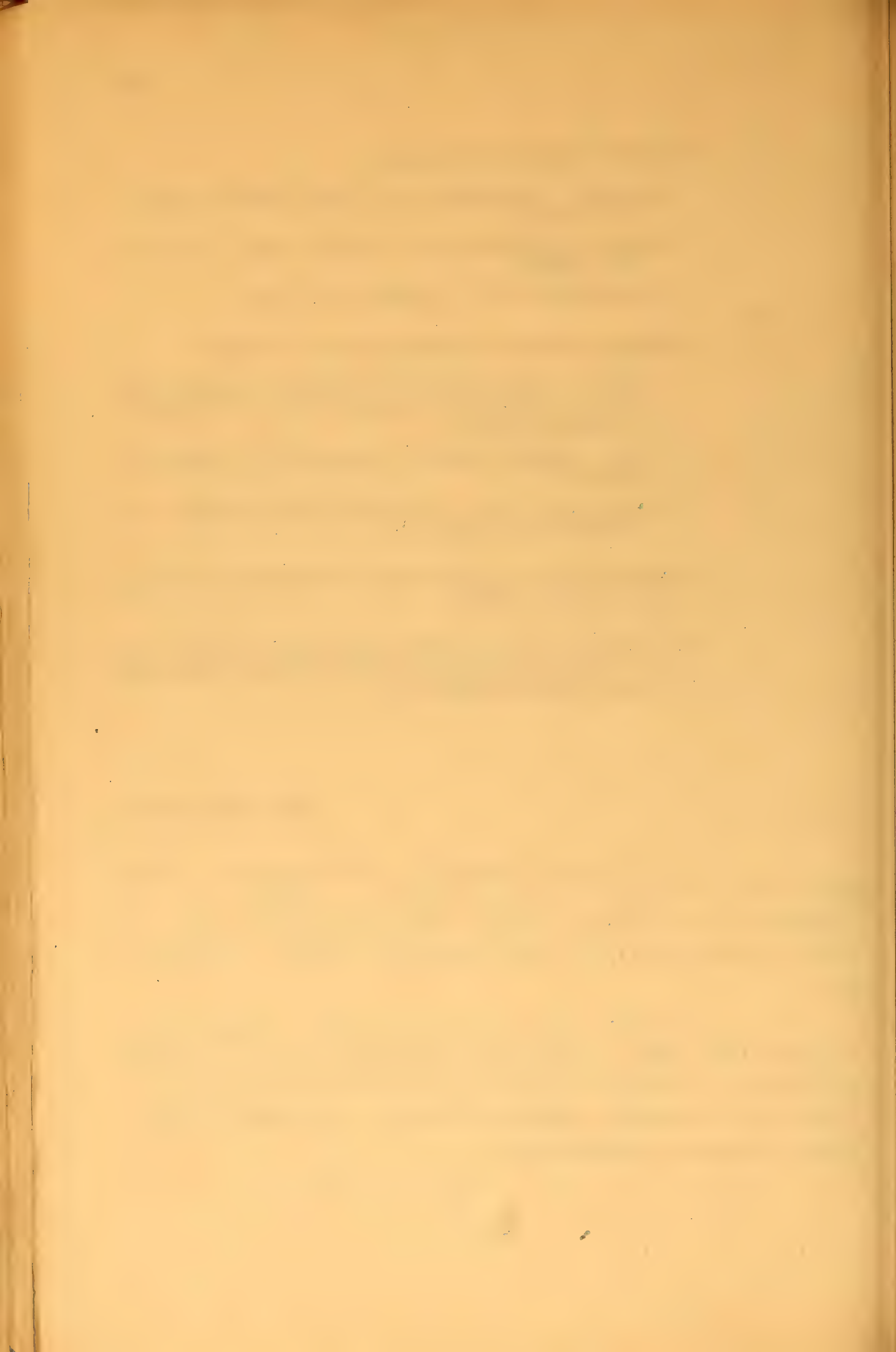
3) Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul incorporado à 6a. Região.

4) A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira passou a integrar o Orçamento do Ministério da Agricultura, como Unidade Orçamentária.

NOTA EXPLICATIVA

Os Balanços Financeiro e Patrimonial da Fundação Centro de Formação do Servidor Público - FUNCEP foram encaminhados à Secretaria Central de Controle Interno-SECIN no dia 24 de março de 1981, fora, portanto, do prazo estabelecido.

A SECIN não pôde considerá-los, porque já havia realizado todas as operações necessárias ao encerramento do exercício financeiro de 1981, e o volume que engloba os Balanços das Autarquias, Empresas Públicas e Fundações se encontrava em fase de encadernação.



QUADROS DEMONSTRATIVOS



ESPECIFICAÇÃO	Estimada (A)	Arrecadada (B)	Maior Arrecadação	Menor Arrecadação	Incremento to % de B/A	Cr\$ 1,00	
						% do Item no Total Arreca- dado	
RECEITAS CORRENTES	1.850.500.000.000	2.334.155.881.796	483.655.881.796	-	26,1	99,2	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.468.545.400.000	1.929.554.371.652	461.008.971.652	-	31,4	82,1	
IMPOSTOS	1.347.020.000.000	1.790.023.072.646	443.003.072.646	-	32,9	76,2	
Importação	118.000.000.000	139.918.005.488	21.918.005.488	-	18,6	5,9	
Exportação	200.000.000	11.780.398.456	11.580.398.456	-	5.790,2	0,5	
Atribuídos à União nos Ter..	1.220.000.000	1.744.745.495	524.745.495	-	43,0	0,1	
Renda	488.000.000.000	674.019.221.176	186.019.221.176	-	38,1	28,7	
Física	28.000.000.000	40.290.328.172	12.290.328.172	-	43,9	1,7	
Jurídica	102.000.000.000	195.250.487.653	93.250.487.653	-	91,4	8,3	
Fonte	358.000.000.000	438.478.405.351	80.478.405.351	-	22,5	18,7	
Produtos Industrializados ..	410.000.000.000	524.609.346.298	114.609.346.298	-	28,0	22,3	
Operações Financeiras	197.600.000.000	279.350.669.329	81.750.669.329	-	41,4	11,9	
Transporte Rodoviário	14.600.000.000	19.750.842.715	5.150.842.715	-	35,3	0,8	
Lubrificantes e Combustíveis	65.300.000.000	60.140.391.929	-	5.159.608.071	-	7,9	
Energia Elétrica	37.400.000.000	60.574.393.966	23.174.393.966	-	62,0	2,6	
Minerais do País	10.700.000.000	18.135.057.794	7.435.057.794	-	69,5	2,6	
Territorial Rural	4.000.000.000	-	-	4.000.000.000	-	0,8	
TAXAS	117.627.000.000	127.709.216.349	10.082.216.349	-	8,6	5,4	
CORREÇÃO MONETÁRIA	3.898.400.000	11.822.082.657	7.923.682.657	-	203,3	0,5	
RECEITA PATRIMONIAL	23.854.050.000	40.791.925.846	16.937.875.846	-	71,0	1,7	
RECEITA INDUSTRIAL	245.000.000	376.686.126	131.686.126	-	53,7	-	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	128.357.150.000	160.475.853.041	32.118.703.041	-	25,0	6,8	
RECEITAS DIVERSAS	229.498.400.000	202.957.045.131	-	26.541.354.869	-	11,6	
RECEITAS DE CAPITAL	38.000.000.000	17.810.246.845	-	20.189.753.155	-	53,1	
Operações de Créditos	37.236.851.000	17.152.613.133	-	20.084.237.867	-	53,9	
Alienação de Bens	690.959.000	598.046.456	-	92.912.544	-	13,4	
Amortização de Empréstimos..	12.190.000	59.576.514	-	12.613.486	-	17,5	
Transferências de Capital ..	-	5.160	5.160	-	-	-	
Outras Receitas de Capital..	-	5.362	5.362	-	-	-	
TOTAL	1.888.500.000.000	2.351.966.128.641	463.466.128.641	-	24,5	100,0	

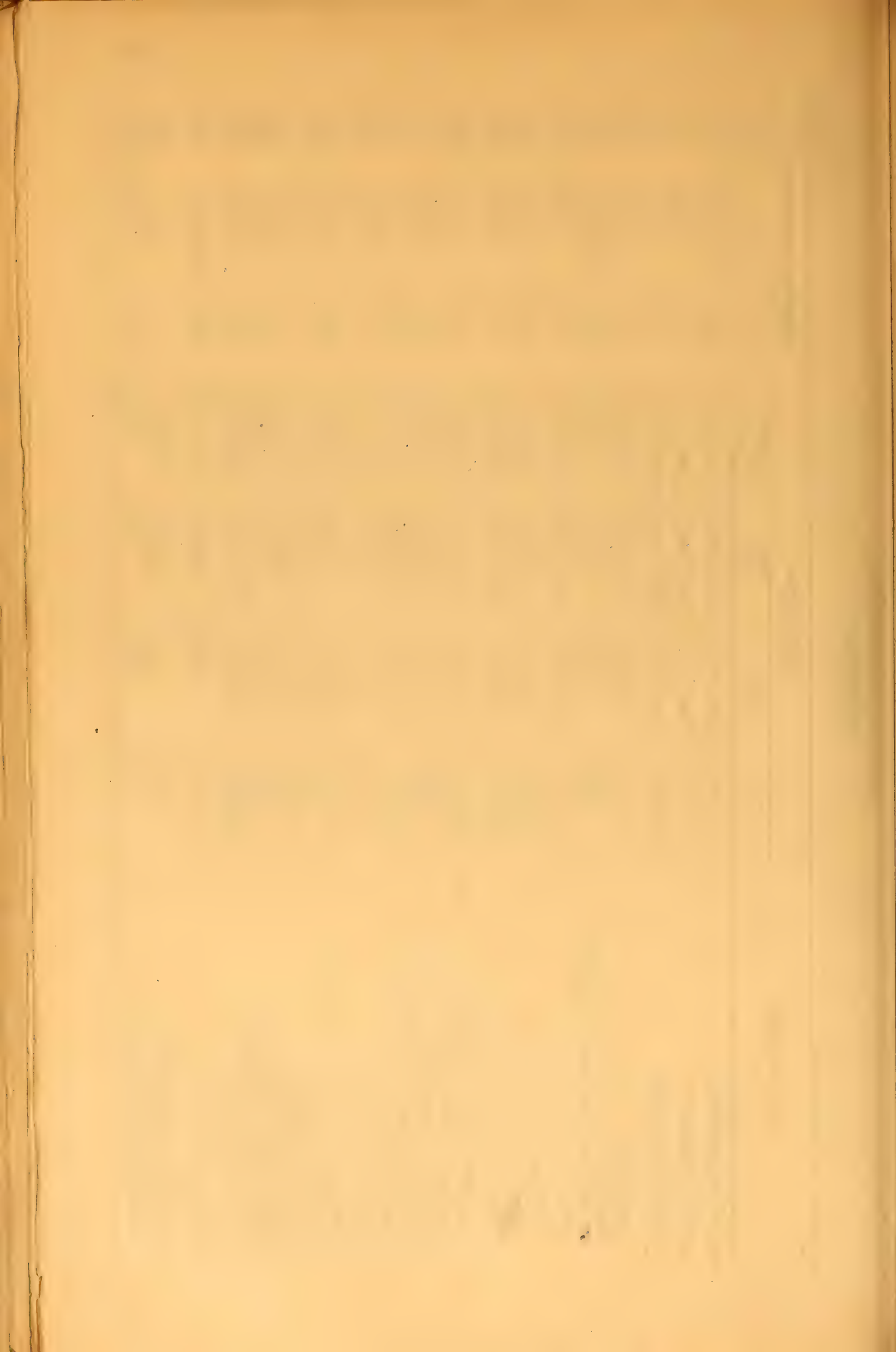


RECEITA ORÇAMENTÁRIA
1978/1981

150

Cr\$ milhões

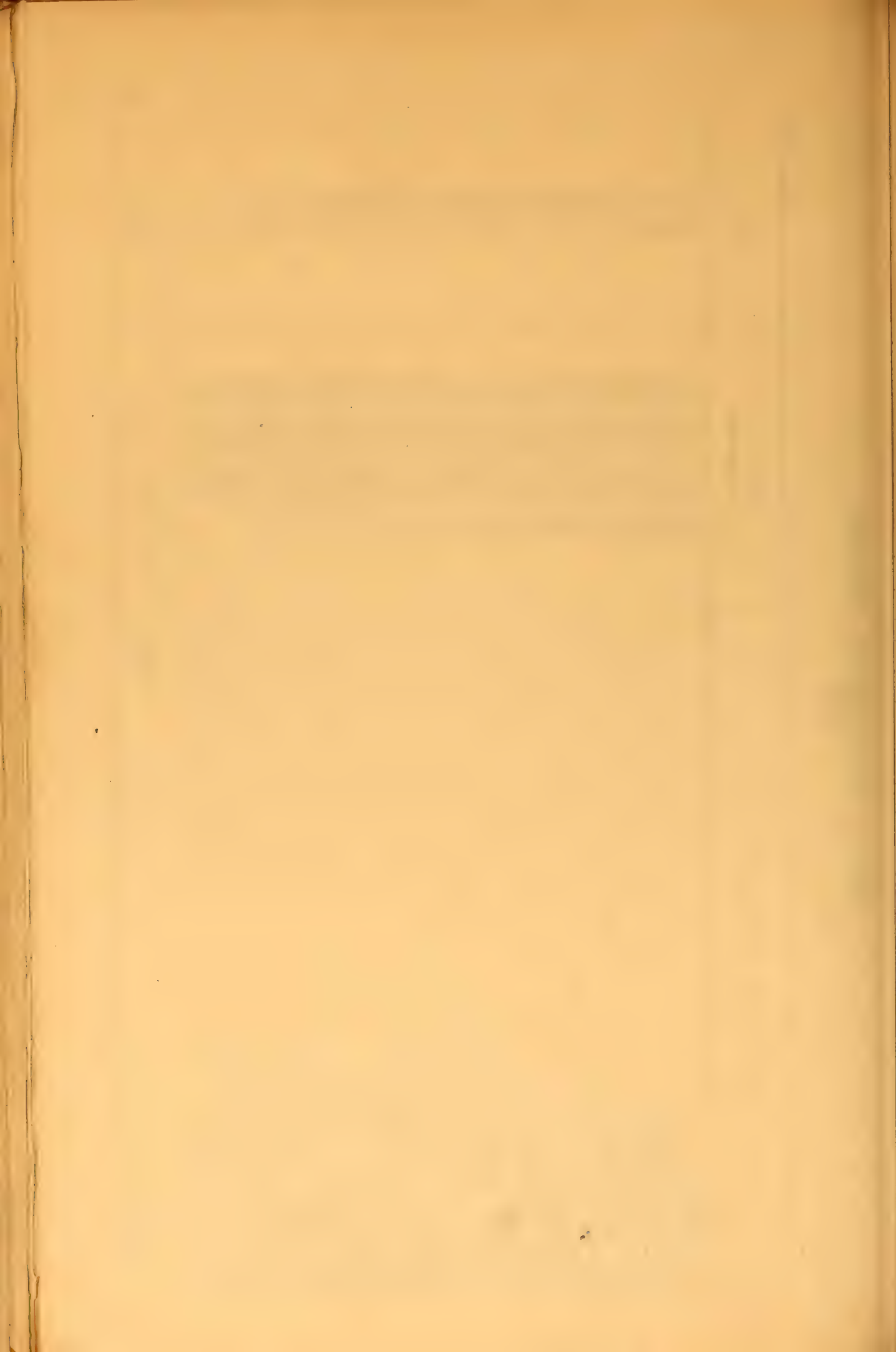
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADAÇÃO				INCREMENTOS NOMINAIS %		
	1978 (1)	1979 (2)	1980 (3)	1981 (4)	2/1	3/2	4/3
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	357.704,8	544.243,7	1.230.018,0	2.351.966,1	52,1	126,0	91,2
RECEITAS CORRENTES	353.694,6	544.191,5	1.220.084,5	2.334.155,9	53,9	124,2	91,3
RECEITA TRIBUTÁRIA	309.624,4	484.143,0	1.002.704,3	1.929.554,4	56,4	107,1	92,4
Importação	23.028,3	36.003,0	87.109,1	139.918,0	56,3	141,9	60,6
Exportação	140,1	154,6	20.637,9	11.780,4	10,3	13.249,2	- 42,9
Atribuídos à União nos Territórios ..	138,1	249,3	584,4	1.744,8	80,5	134,4	198,5
Renda	92.417,7	169.818,3	320.335,2	674.019,2	83,8	88,6	110,4
Física	7.156,3	13.096,1	19.167,5	40.290,3	83,0	46,4	110,2
Jurídica	28.485,2	41.884,5	80.655,6	195.250,5	47,0	92,6	142,1
Fonte	56.776,2	114.837,7	220.512,1	438.478,4	102,3	92,0	98,8
Produtos Industrializados	96.891,9	137.663,8	272.153,1	524.609,3	42,1	97,7	92,8
Operações Financeiras	13.164,7	23.864,4	117.699,7	279.350,7	81,3	393,2	137,3
Transporte Rodoviário	2.890,6	4.464,2	10.081,2	19.750,8	54,4	125,8	95,9
Lubrificantes e Combustíveis	41.066,5	52.572,5	48.302,2	60.140,4	28,0	8,1	24,5
Energia Elétrica	9.384,3	14.248,9	26.800,7	60.574,4	51,8	88,1	126,0
Minerais do País	3.350,3	4.775,6	9.712,1	18.135,1	42,5	103,4	86,7
Taxas	26.250,8	38.958,0	85.202,3	127.709,2	48,4	118,7	49,9
Correção Monetária	901,1	1.370,4	4.086,4	11.822,1	52,1	198,2	189,3
RECEITA PATRIMONIAL	5.983,3	10.602,7	20.483,5	40.791,9	77,2	93,2	99,1
RECEITA INDUSTRIAL	85,8	90,4	301,3	376,7	5,4	233,3	25,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.135,9	28.491,3	109.340,9	160.475,9	18,0	283,8	46,8
RECEITAS DIVERSAS	13.865,2	20.864,1	87.254,5	202.957,0	50,5	318,2	132,6
RECEITAS DE CAPITAL	4.010,2	52,2	9.933,5	17.810,2	- 98,7	18.929,7	79,3
Operações de Créditos	3.500,0	-	9.038,7	17.152,6	-	-	89,8
Alienação de Bens	506,5	48,7	890,5	598,0	- 90,4	1.728,5	- 32,8
Amortização de Empréstimos	3,7	3,5	4,3	59,6	- 0,5	22,9	1.286,0



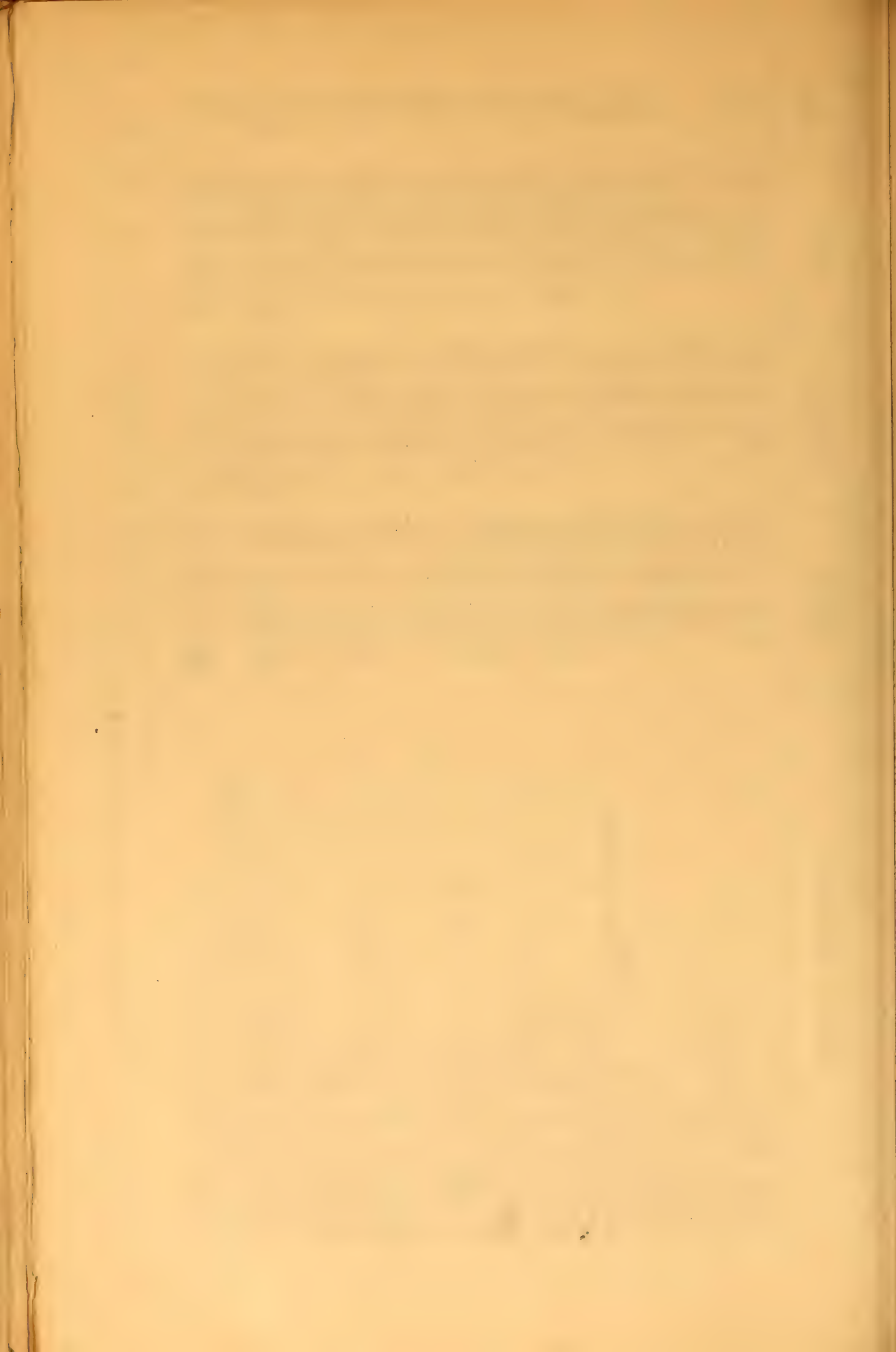
RECEITA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
1981

Cr\$ 1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Receita Arrecadada	%
São Paulo	787.779.885.294	33,5
Rio de Janeiro	528.885.028.445	22,5
Distrito Federal	447.944.033.972	19,1
Minas Gerais	142.440.762.045	6,1
Rio Grande do Sul	119.037.850.174	5,1
Paraná	75.934.763.820	3,2
Bahia	58.118.277.675	2,5
Pernambuco	51.719.986.099	2,2
Santa Catarina	34.006.427.641	1,4
Pará	18.410.920.033	0,8
Espírito Santo	14.848.824.914	0,6
Ceará	12.706.860.381	0,5
Goiás	12.548.795.696	0,5
Amazonas	12.009.323.795	0,5
Paraíba	5.570.799.156	0,2
Rio Grande do Norte	4.386.192.133	0,2
Mato Grosso do Sul	4.106.838.156	0,2
Alagoas	3.958.311.339	0,2
Mato Grosso	3.699.989.446	0,2
Maranhão	3.533.096.693	0,2
Rondônia	3.339.803.095	0,1
Sergipe	3.245.052.640	0,1
Piauí	2.136.943.228	0,1
Amapá	949.261.918	-
Roraima	326.297.467	-
Acre	321.803.386	-
TOTAL	2.351.966.128.641	100,0

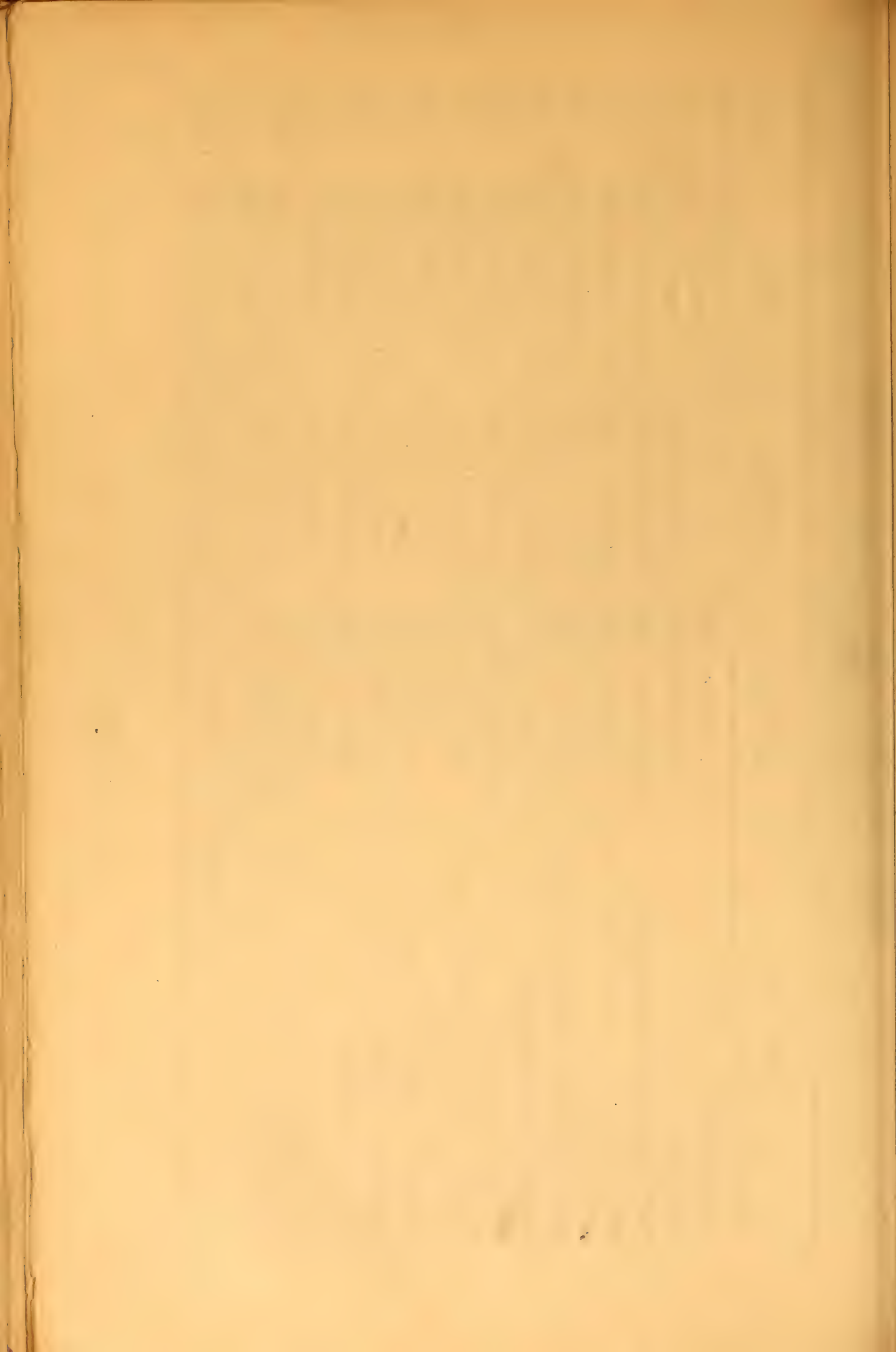


ÓRGÃOS E MINISTÉRIOS	Despesas Correntes	Despesas de Capital	TOTAL	% s/Total
Câmara dos Deputados	8.861.623.245	523.056.634	9.384.679.879	0,4
Senado Federal	6.265.115.491	534.400.000	6.799.515.491	0,3
Tribunal de Contas da União	2.026.384.429	29.046.677	2.055.431.106	0,1
Supremo Tribunal Federal	566.978.762	47.559.591	614.538.353	-
Tribunal Federal de Recursos	891.401.490	31.640.823	923.042.313	-
Justiça Militar	908.465.578	15.714.074	924.179.652	-
Justiça Eleitoral	3.350.904.308	108.431.467	3.459.335.775	0,2
Justiça do Trabalho	9.866.717.116	286.130.263	10.152.847.379	0,5
Justiça Federal de 1ª Instância	2.019.315.435	74.486.431	2.093.801.866	0,1
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.097.704.039	75.379.051	1.173.083.090	0,1
Presidência da República	46.127.836.224	2.734.897.912	48.862.734.136	2,2
Ministério da Aeronáutica	54.382.985.716	7.754.838.254	62.137.823.970	2,8
Ministério da Agricultura	38.839.639.629	21.169.769.330	60.009.408.959	2,7
Ministério das Comunicações	2.567.510.490	1.223.002.188	3.790.512.678	0,2
Ministério da Educação e Cultura	151.951.930.803	20.566.758.068	172.518.688.871	7,6
Ministério do Exército	87.280.199.954	4.908.289.762	92.188.489.716	4,1
Ministério da Fazenda	38.331.282.924	2.435.611.868	40.766.894.792	1,8
Ministério da Indústria e do Comércio	18.424.993.471	5.370.905.498	23.795.898.969	1,1
Ministério do Interior	25.644.923.951	62.564.417.705	88.209.341.656	3,9
Ministério da Justiça	8.885.175.259	531.692.925	9.416.868.184	0,4
Ministério da Marinha	55.745.518.559	5.004.372.143	60.749.890.702	2,7
Ministério das Minas e Energia	8.178.988.364	37.463.550.023	45.642.538.387	2,0
Ministério da Previdência e Assistência Social	97.465.822.536	49.557.054	97.515.379.590	4,3
Ministério das Relações Exteriores	13.400.316.272	985.782.924	14.386.099.196	0,6
Ministério da Saúde	27.855.654.407	3.463.178.823	31.318.833.230	1,4
Ministério do Trabalho	8.982.176.088	532.520.371	9.514.696.459	0,4
Ministério dos Transportes	80.805.071.052	89.397.033.312	170.202.104.364	7,5
Encargos Gerais da União	18.662.597.544	229.151.447.618	247.814.045.162	11,0
Transferências a Estados, DF e Municípios	212.956.975.164	218.708.255.333	431.665.230.497	19,1
Fundo Nacional de Desenvolvimento	10.425.596.672	102.078.809.135	112.604.405.807	5,0
Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano	969.500.000	17.131.797.585	18.101.297.585	0,8
Encargos Financeiros da União	145.775.082.547	20.753.771.000	166.528.853.547	7,4
Encargos Previdenciários da União	209.575.389.839	-	209.575.389.839	9,3
TOTAL	1.339.089.777.358	855.806.103.842	2.194.895.881.200	100,0



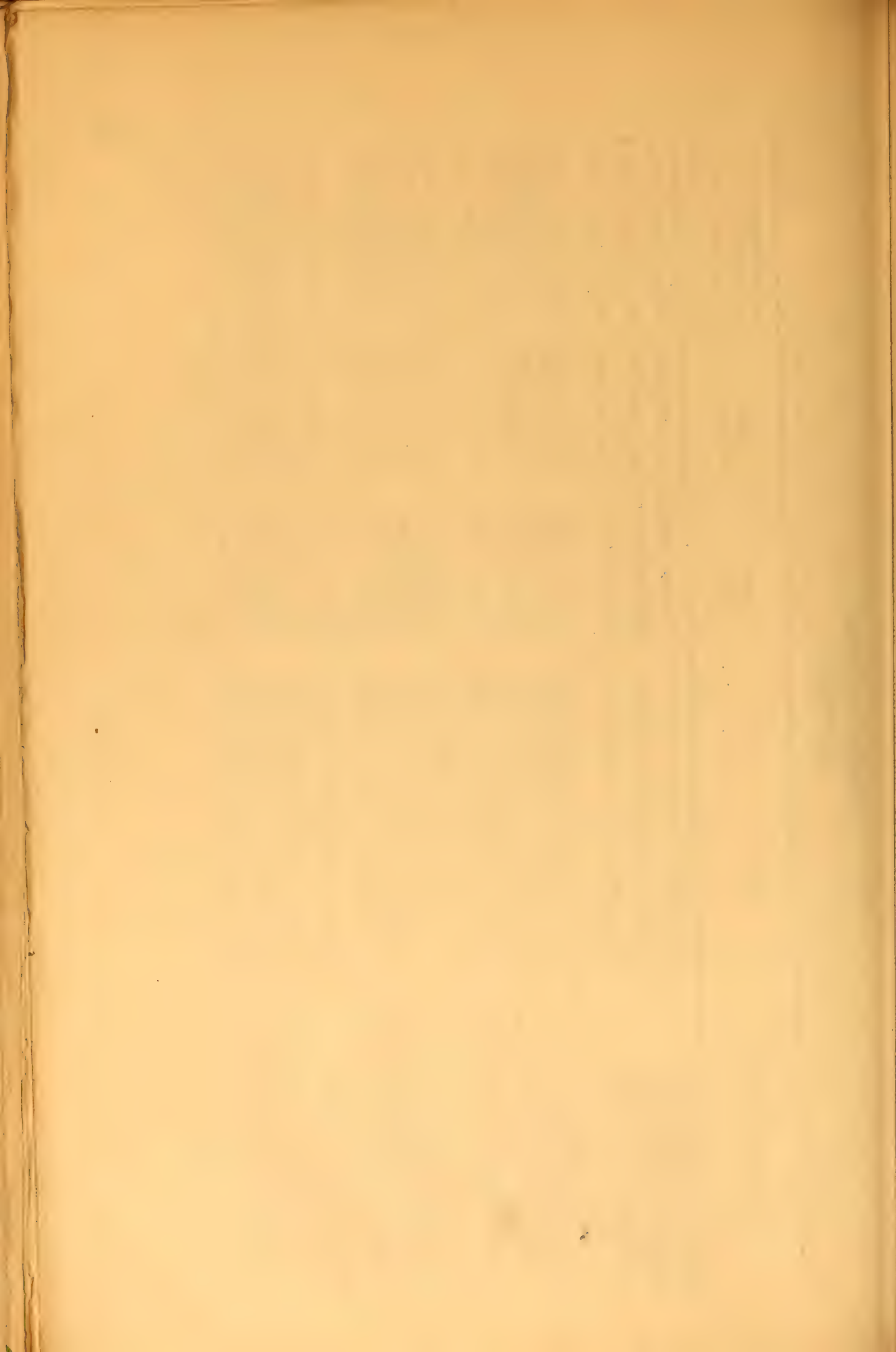
DESPESA POR FUNÇÕES SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA
1981

Cr\$ 1,00					
F U N Ç Õ E S	Despesas Correntes	Despesas de Capital	TOTAL	% s/Total	
Legislativa	15.781.890.649	904.503.311	16.686.393.960	0,7	
Judiciária	16.820.258.331	2.268.868.239	19.089.126.570	0,9	
Administração e Planejamento	216.627.456.180	155.733.571.524	372.361.027.704	16,5	
Agricultura	71.946.943.089	29.372.477.330	101.319.420.419	4,5	
Comunicações	2.567.510.490	30.233.222.188	32.800.732.678	1,5	
Defesa Nacional e Segurança Pública	187.102.771.204	13.373.630.507	200.476.401.711	8,9	
Desenvolvimento Regional	113.762.119.361	208.168.391.879	321.930.511.240	14,3	
Educação e Cultura	239.309.296.209	25.815.551.924	265.124.848.133	11,8	
Energia e Recursos Minerais	8.881.971.461	165.403.534.139	174.285.505.600	7,7	
Habitacao e Urbanismo	333.185.252	7.807.879.912	8.141.065.164	0,4	
Indústria, Comércio e Serviços	16.146.209.337	38.881.226.500	55.027.435.837	2,4	
Relações Exteriores	13.400.316.272	995.382.924	14.395.699.196	0,6	
Saúde e Saneamento	45.226.727.985	13.709.911.641	58.936.639.626	2,6	
Trabalho	8.982.176.089	532.520.369	9.514.696.458	0,4	
Assistência e Previdência	336.747.084.910	1.450.620.142	338.197.705.052	15,0	
Transporte	105.453.860.539	161.154.811.313	266.608.671.852	11,8	
TOTAL	1.399.089.777.358	855.806.103.842	2.254.895.881.200	100,0	



DESPEZA DA UNIÃO
1978/1981

DISCRIMINAÇÃO	1978 (1)	1979 (2)	1980 (3)	1981 (4)	Cr\$ mil		
					INCREMENTOS NOMINAIS %		
					2/1	3/2	4/3
DESPEZA ORÇAMENTÁRIA	356.000.370	521.135.674	1.190.994.078	2.254.895.881	46,4	128,5	89,3
DESPESAS CORRENTES	216.798.745	338.118.826	784.084.071	1.399.089.777	56,0	131,9	78,4
DESPESAS DE CUSTEIO	63.616.387	111.807.537	227.498.779	416.769.640	75,8	103,5	83,2
Pessoal Civil	21.233.595	31.931.140	56.498.906	111.016.694	50,4	76,9	96,5
Pessoal Militar	23.149.808	34.208.605	66.771.559	137.508.535	47,8	95,2	105,9
Obrigações Patronais	-	1.606.976	3.379.716	7.426.288	-	110,3	119,7
Outros Custeios	19.232.984	44.060.816	100.848.598	160.818.123	129,1	128,9	59,5
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	153.182.358	226.311.289	556.585.292	982.320.137	47,7	145,9	76,5
Inativos	18.741.738	30.030.042	63.090.106	130.424.738	60,2	110,1	106,7
Pensionistas	7.445.155	13.611.224	28.627.311	55.308.400	82,8	110,3	93,2
Salário-Família	1.471.608	1.739.979	3.168.448	5.603.836	18,2	82,1	76,9
Pessoal Adm. Descentraliz.	40.723.667	58.710.064	120.543.302	272.675.697	44,2	105,3	126,2
Outras Transferências ...	84.800.190	122.219.980	341.156.125	518.307.466	44,1	179,1	51,9
DESPESAS DE CAPITAL	139.201.625	183.016.848	406.910.007	855.806.104	31,5	122,3	110,3
Investimentos	26.700.906	35.599.591	92.276.041	361.239.134	33,3	159,2	291,5
Inversões Financeiras ...	26.111.077	8.140.585	13.070.183	37.994.149	-68,8	60,6	190,7
Transferências de Capital	86.389.642	139.276.672	301.563.783	456.572.821	61,2	116,5	51,4



DESPESA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
1981

Cr\$ 1,00

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Despesa Realizada	% s/Total
Distrito Federal	1.475.392.369.060	65,4
Rio de Janeiro	238.008.082.729	10,6
São Paulo	42.967.481.273	1,9
Rio Grande do Sul	33.146.559.547	1,5
Exterior	25.487.027.740	1,1
Pernambuco	14.842.813.717	0,7
Minas Gerais	13.608.522.364	0,6
Pará	12.182.670.431	0,5
Bahia	10.522.836.585	0,5
Paraná	9.498.828.969	0,4
Ceará	7.912.264.404	0,4
Mato Grosso do Sul	5.701.692.657	0,3
Amazonas	5.458.940.140	0,2
Santa Catarina	5.452.453.127	0,2
Rio Grande do Norte	5.197.096.021	0,2
Mato Grosso	3.469.899.383	0,2
Goiás	3.421.550.682	0,2
Paraíba	2.990.076.342	0,1
Maranhão	2.511.877.476	0,1
Piauí	2.500.136.446	0,1
Alagoas	2.019.248.134	0,1
Acre	1.951.086.748	0,1
Espírito Santo	1.753.364.539	0,1
Sergipe	1.725.051.798	0,1
Rondonia	833.319.491	-
Roraima	481.183.992	-
Amapá	270.850.161	-
Fernando de Noronha	167.531.462	-
Regionalização a Cargo das Entidades da Adm. Indireta ...	325.421.065.782	14,4
TOTAL	2.254.895.881.200	100,0

MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS	1978 (1)	1979 (2)	1980 (3)	1981 (4)	INCREMENTOS NOMINAIS %		
					2/1	3/2	4/3
DESPESA TOTAL	356.000.370	521.135.674	1.190.994.078	2.254.895.881	46	129	89
PODER LEGISLATIVO	3.034.485	4.986.399	9.283.844	18.239.626	64	86	96
Câmara dos Deputados	1.461.419	2.502.878	5.060.458	9.384.680	71	102	85
Senado Federal	1.181.500	1.890.185	3.192.172	6.799.515	60	69	113
Tribunal de Contas da União	391.566	593.336	1.031.214	2.055.431	52	74	99
PODER JUDICIÁRIO	3.468.538	5.412.137	9.746.617	19.340.828	56	80	98
Supremo Tribunal Federal	130.514	186.637	313.437	614.538	43	68	96
Tribunal Federal de Recursos	140.590	241.192	452.168	923.042	73	87	104
Justiça Militar	202.007	309.865	515.237	924.180	53	66	79
Justiça Eleitoral	830.528	1.059.048	1.899.055	3.459.336	28	79	82
Justiça do Trabalho	1.689.257	2.810.015	5.072.174	10.152.847	66	81	100
Justiça Federal de la. Instância	314.522	584.465	1.073.453	2.093.802	86	84	95
Justiça do DF e dos Territórios	161.120	220.915	421.093	1.173.083	37	91	179
PODER EXECUTIVO	137.992.298	208.318.131	434.962.702	1.031.026.204	51	109	137
Presidência da República	5.505.691	8.445.473	20.609.346	48.862.734	53	144	137
Ministério da Aeronáutica	11.387.489	16.422.114	32.997.183	62.137.824	44	101	88
Ministério da Agricultura	7.178.357	10.393.092	21.847.535	60.009.409	45	110	175
Ministério das Comunicações	1.669.712	1.972.685	1.942.604	3.790.513	18	- 2	95
Ministério da Educação e Cultura	23.739.802	38.282.033	73.896.163	172.518.689	61	93	133
Ministério do Exército	17.588.894	24.908.234	50.886.352	92.188.490	42	104	81
Ministério da Fazenda	7.272.523	10.513.111	19.199.029	40.766.895	45	83	112
Ministério da Indústria e do Comércio	903.335	1.921.356	12.181.061	23.795.899	113	534	95
Ministério do Interior	5.444.599	13.944.360	36.585.014	88.209.342	156	162	141
Ministério da Justiça	1.686.723	2.416.481	4.992.020	9.416.868	43	107	89
Ministério da Marinha	11.881.855	16.785.528	31.679.669	60.749.891	41	89	92
Ministério das Minas e Energia	2.298.987	2.648.912	13.515.434	45.642.538	15	410	238
Ministério da Previdência e Assistência Social	11.947.159	15.771.955	25.251.615	97.515.380	32	60	286
Ministério das Relações Exteriores	2.134.612	3.040.849	5.531.521	14.386.099	42	83	159
Ministério da Saúde	6.458.594	9.476.308	16.390.236	31.318.833	47	73	91
Ministério do Trabalho	2.532.469	3.206.695	5.247.114	9.514.696	27	64	81
Ministério dos Transportes	18.361.497	28.168.945	62.190.806	170.202.104	53	121	174
Encargos Gerais da União	92.894.412	138.769.526	377.449.699	623.918.289	49	172	165
Transferências a Estados, DF e Territórios	67.606.313	102.323.243	216.428.980	431.665.230	51	112	99
Fundo Nacional de Desenvolvimento	46.150.272	56.355.198	132.306.236	112.604.406	22	135	- 15
Fundo Nacional de Apoio Desenvolvimento Urbano	4.854.052	4.971.040	10.816.000	18.101.298	2	118	67

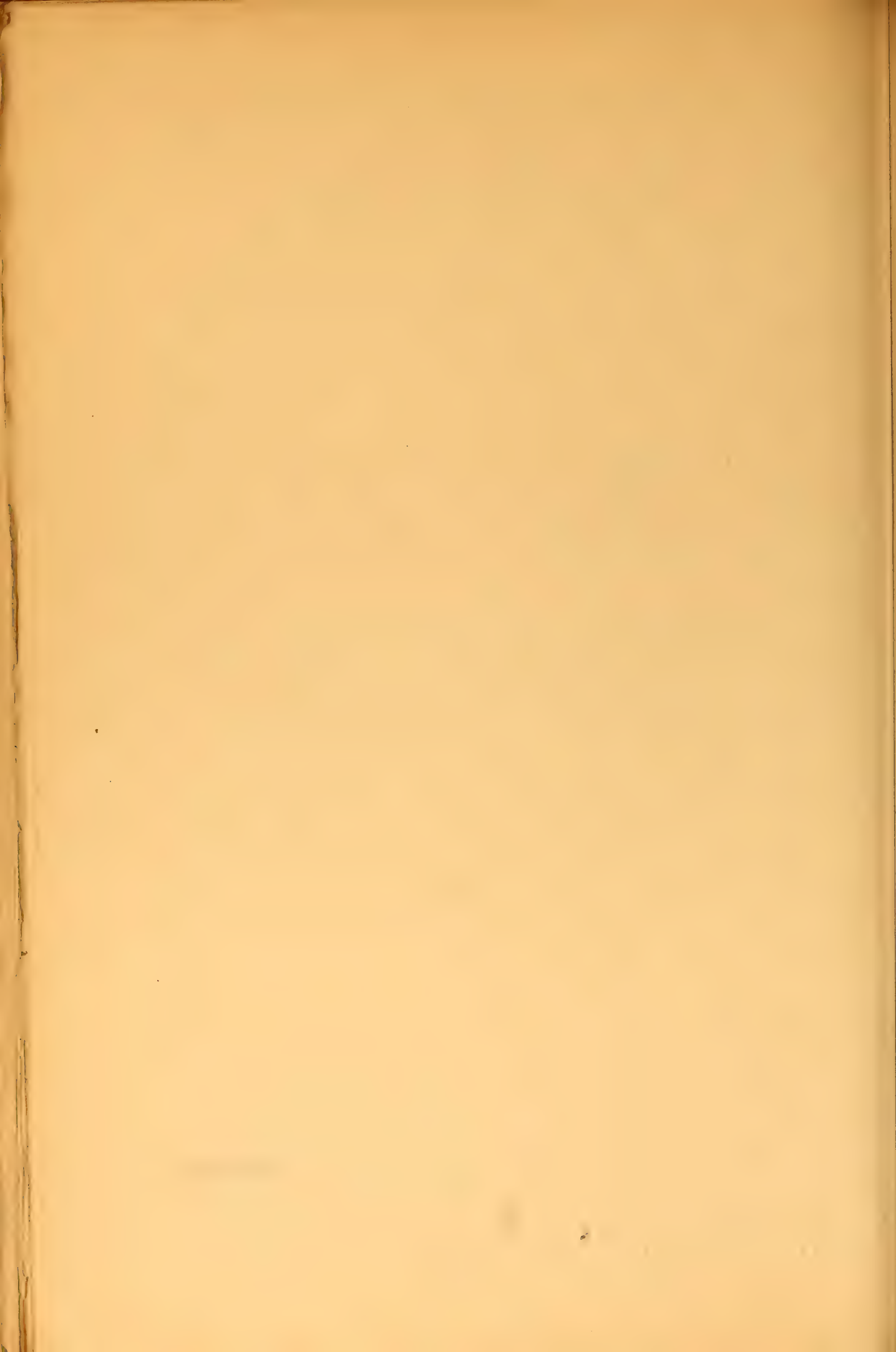
* Inclui as despesas atinentes aos Subanexos "Encargos Financeiros da União" e "Encargos Previdenciários da União"

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
1981

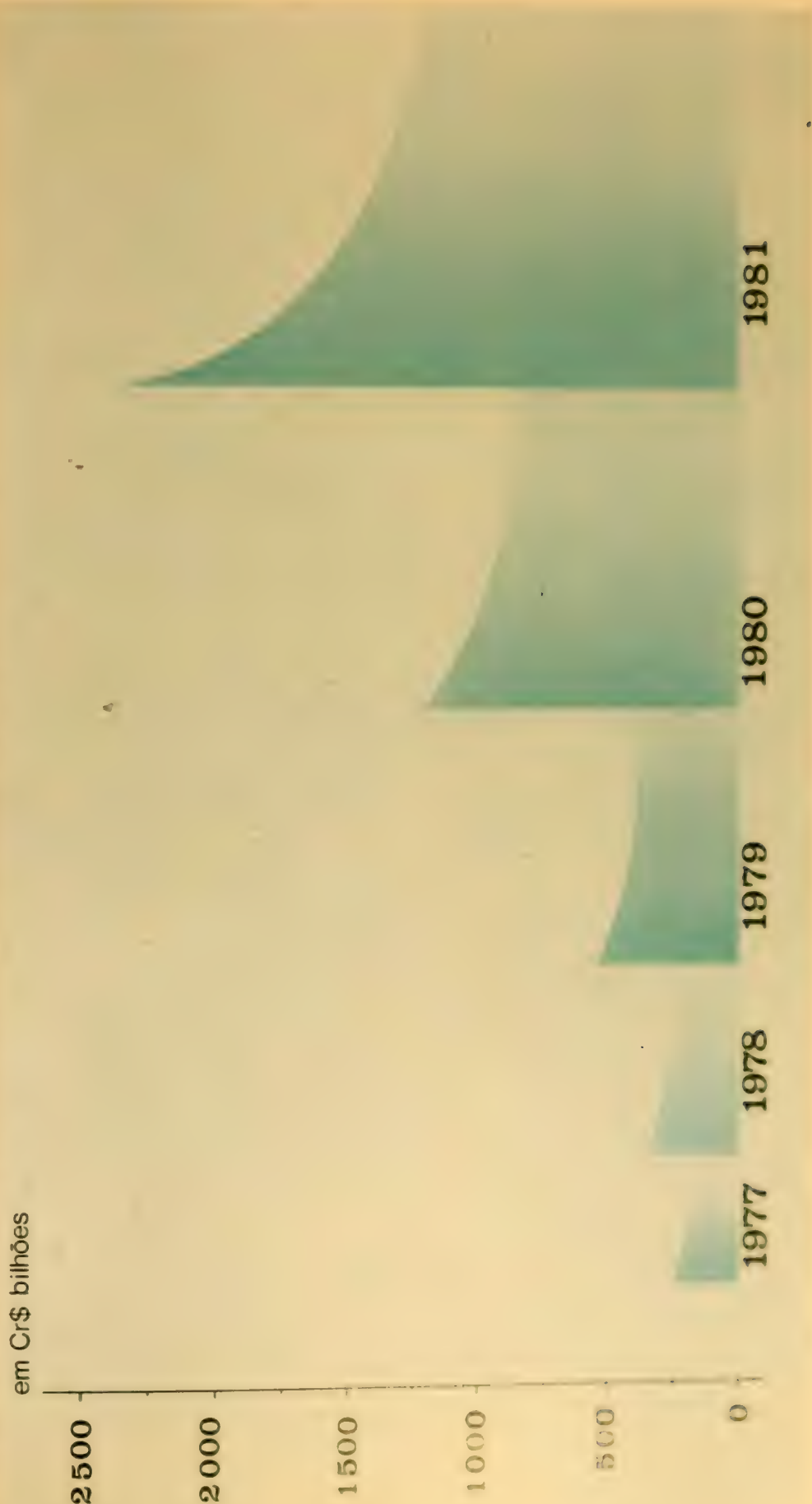
Cr\$1,00

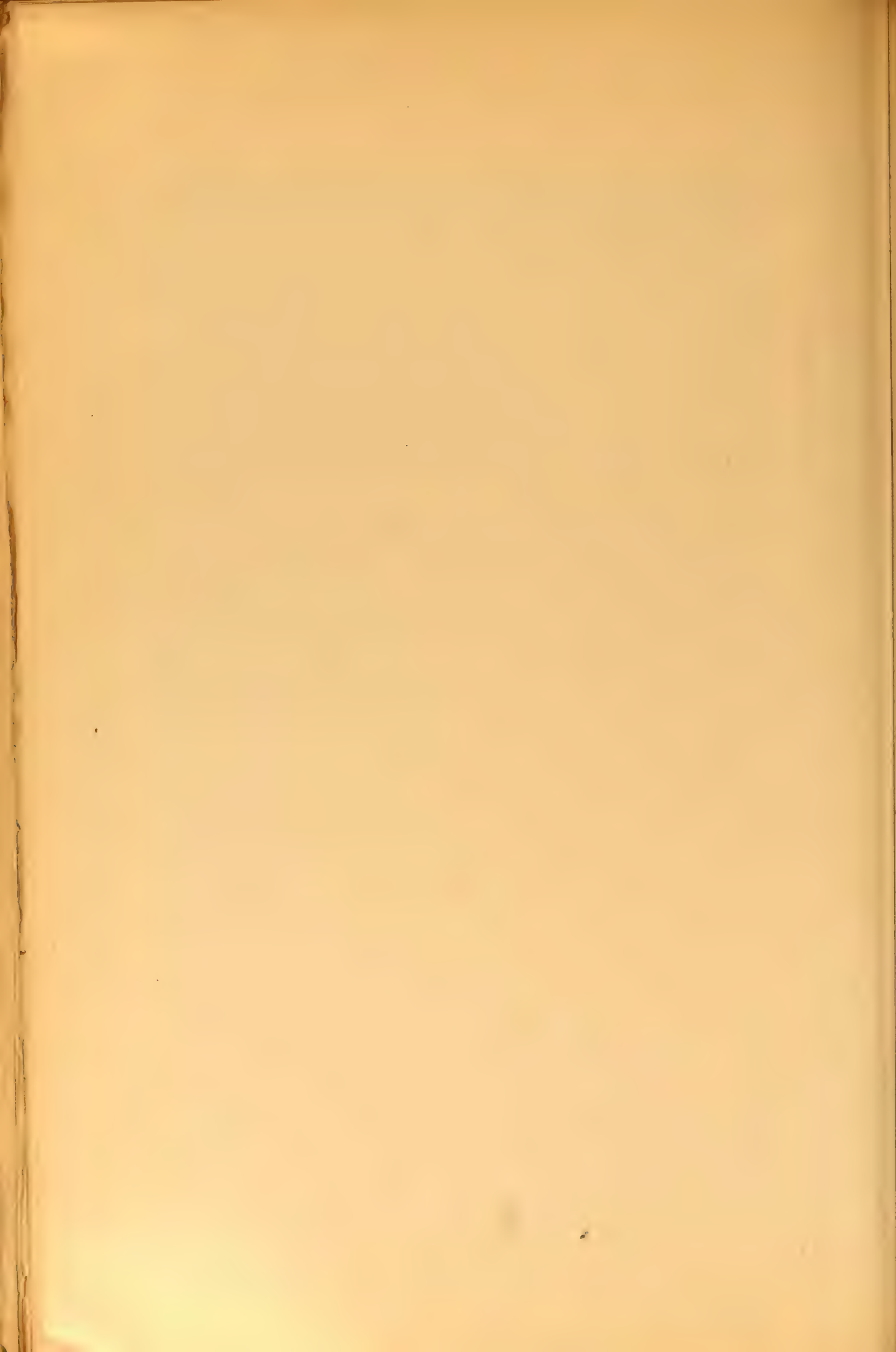
UNIDADES OU ESTADOS	Saldo 1980	Inscrição	Cobrança	Cancelamento	Saldo para 1982
Distrito Federal	63.960.405	198.468.235	25.025.750	7.207.680	230.195.210
Goiás	213.460.010	108.469.590	17.351.873	327.691	304.250.036
Mato Grosso	69.487.668	58.651.039	3.650.366	3.472.768	121.015.573
Mato Grosso do Sul	1.967.519.903	49.615.023	7.210.909	1.046.536	2.008.877.481
Amazonas	86.568.062	156.390.380	14.512.797	4.796.530	223.649.115
Pará	68.845.496	398.899.495	10.780.978	8.578	456.955.435
Maranhão	41.233.031	73.594.064	10.995.538	414.213	103.417.344
Piauí	8.644.626	19.849.143	8.086.575	-	20.407.194
Ceará	136.578.642	121.157.053	23.093.699	1.717.699	232.924.297
Rio Grande do Norte	67.229.054	143.090.745	19.031.571	-	191.288.228
Paraíba	198.433.093	352.573.409	14.489.327	573.699	535.943.476
Pernambuco	810.370.138	604.650.045	54.912.110	34.708.711	1.325.399.362
Alagoas	63.026.747	70.721.818	20.801.487	9.413.990	103.533.088
Sergipe	40.560.537	118.107.903	6.502.643	-	152.165.797
Bahia	375.120.428	413.682.643	53.383.462	71.670.588	663.749.021
Minas Gerais	833.383.986	1.068.516.934	83.451.364	92.059.070	1.176.390.486
Espírito Santo	355.321.383	117.889.930	28.832.237	12.475.642	431.903.434
Rio de Janeiro	3.174.582.799	3.605.153.307	333.164.745	135.775.545	5.310.795.816
São Paulo	12.421.491.142	8.916.960.414	613.975.534	163.335.263	20.561.140.759
Paraná	741.559.905	655.068.160	68.978.272	-	1.327.649.793
Santa Catarina	281.765.345	341.564.286	22.517.624	4.220.907	596.591.100
Rio Grande do Sul	2.464.282.148	859.167.012	166.416.103	54.730.808	3.102.302.249
TOTAL	24.483.424.548	18.452.240.628	1.607.164.964	597.955.918	40.730.544.294

GRÁFICOS



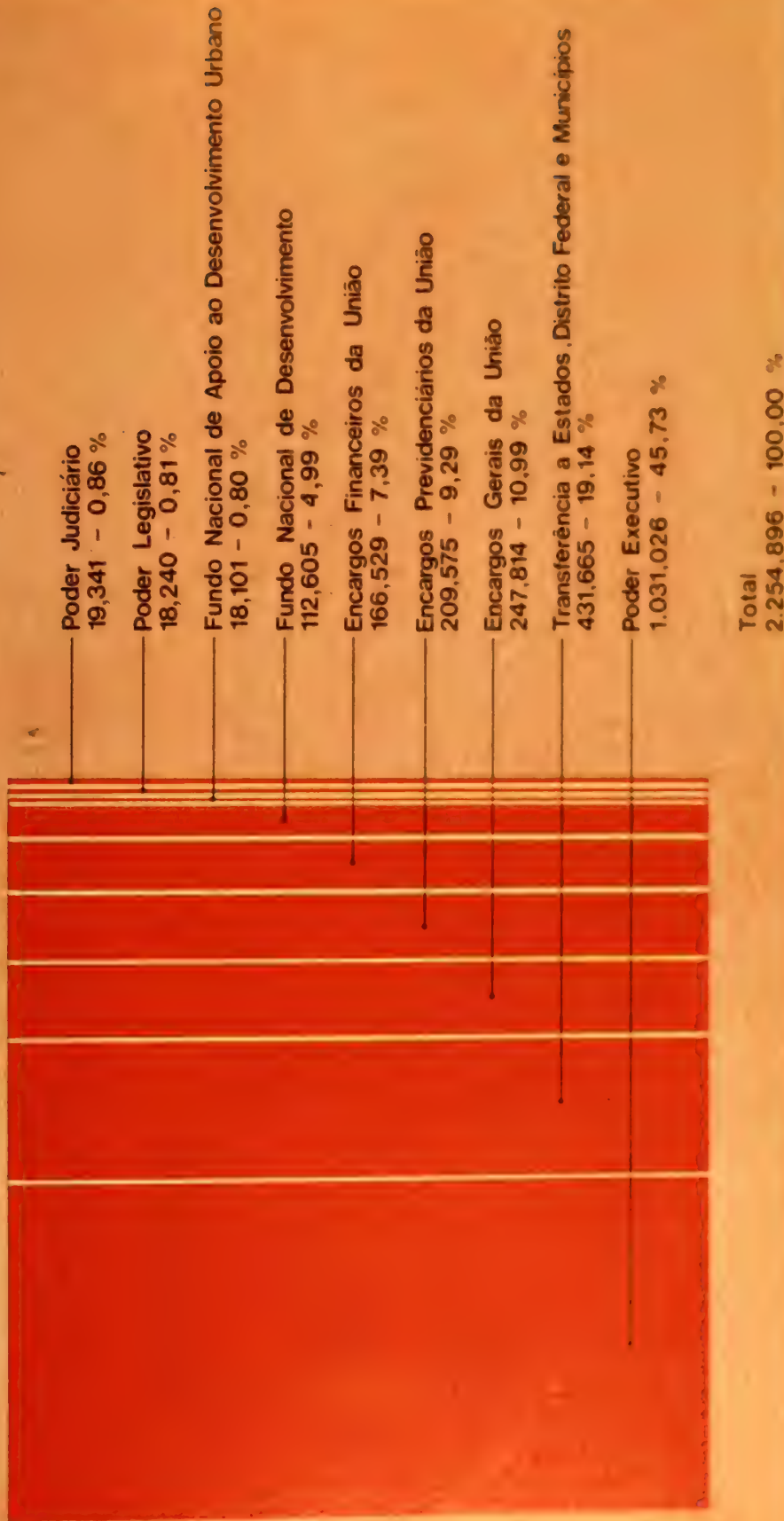
RECEITAS CORRENTES - Evolução no Período 1977/1981

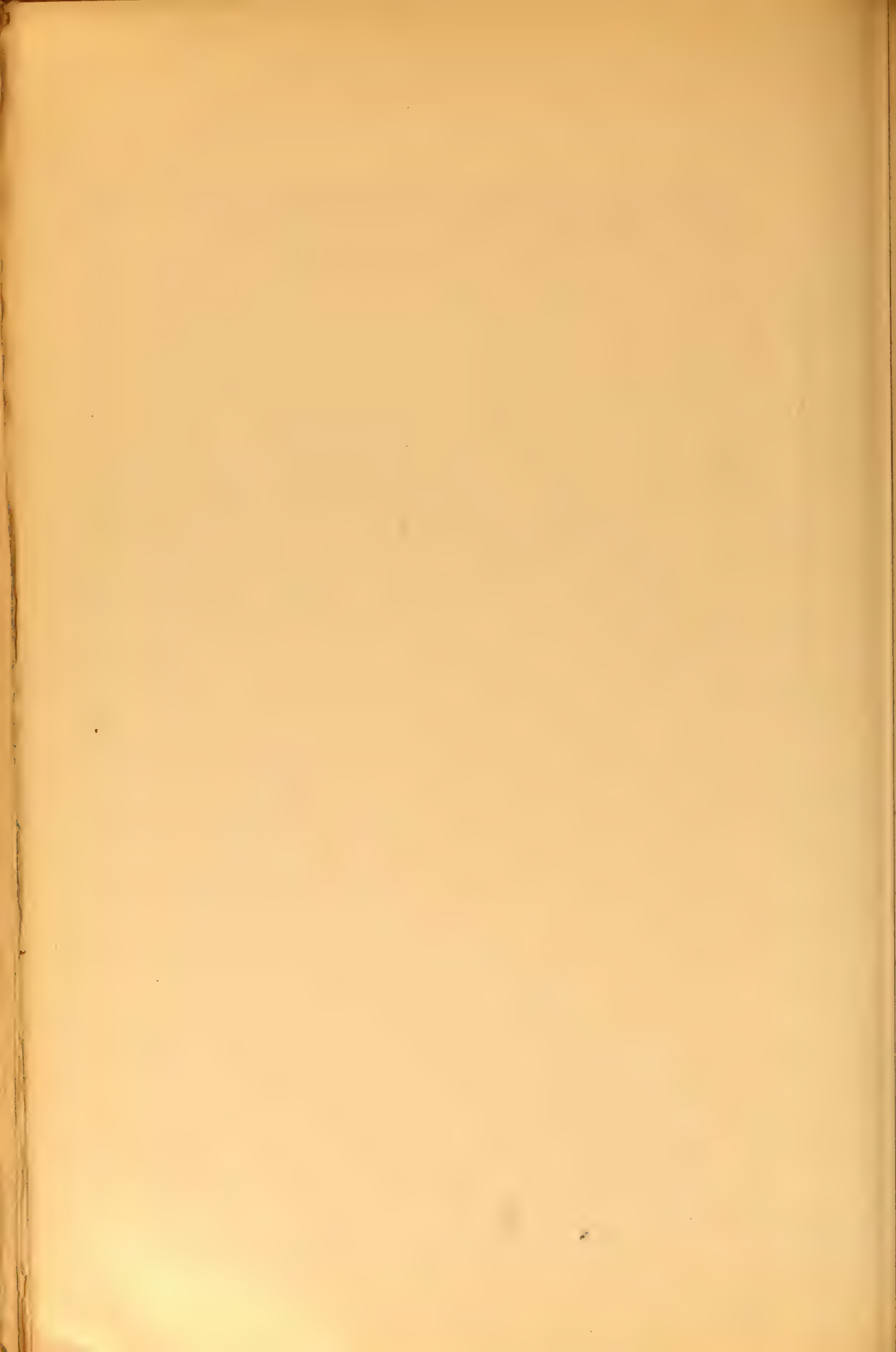




DESPESA REALIZADA - Orcamento e Créditos Adicionais - 1981

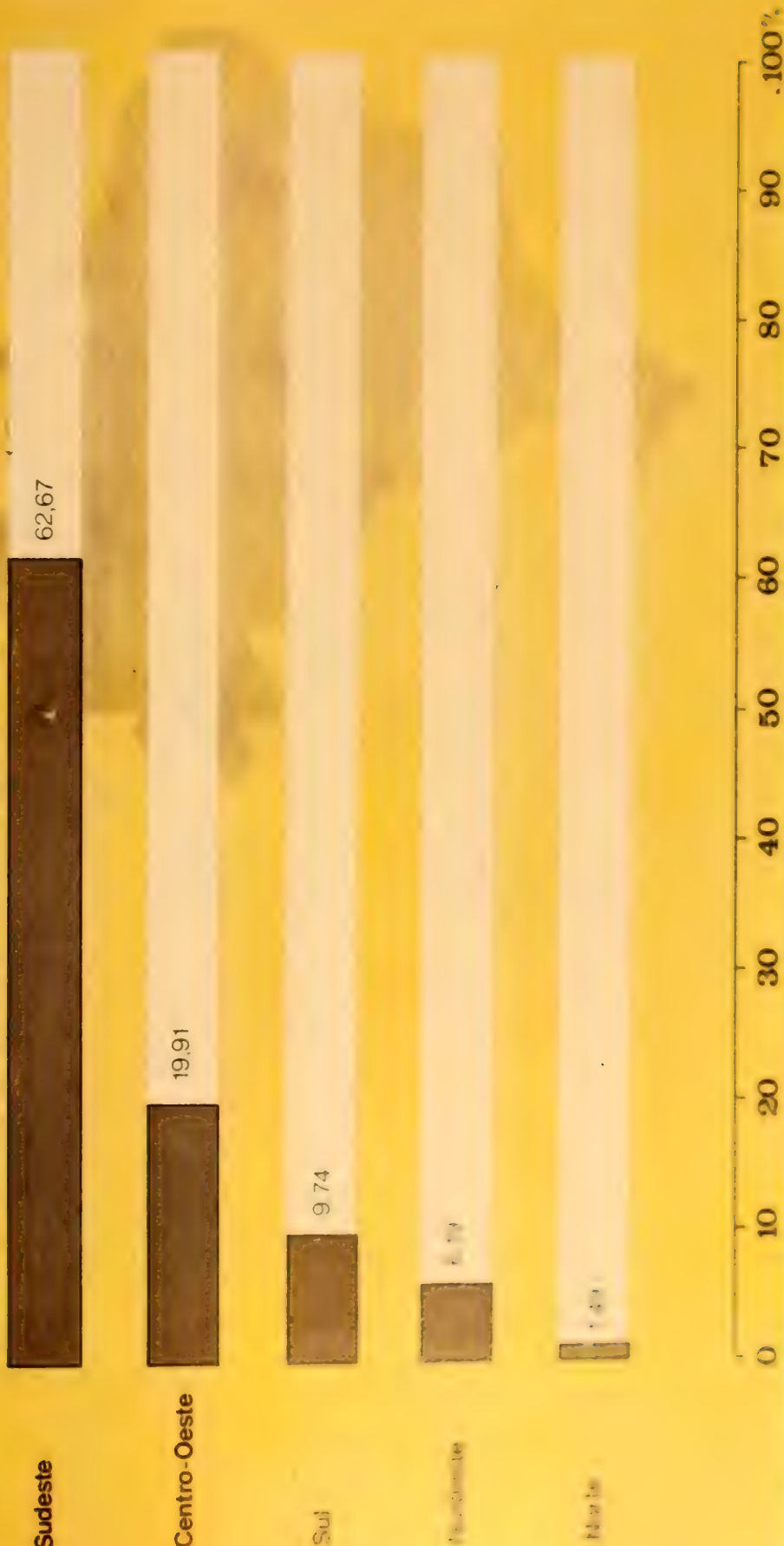
em Cr\$ bilhões

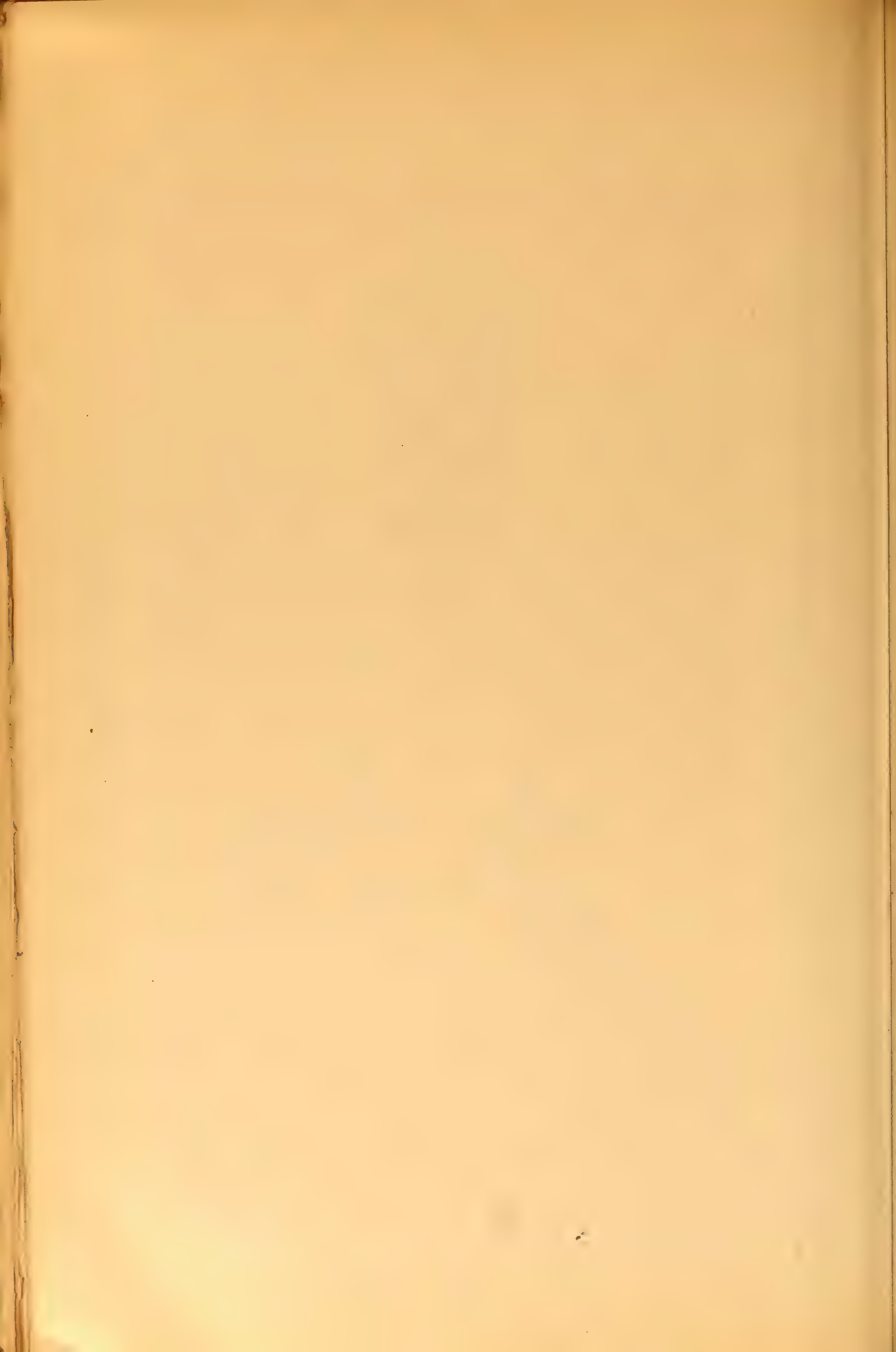




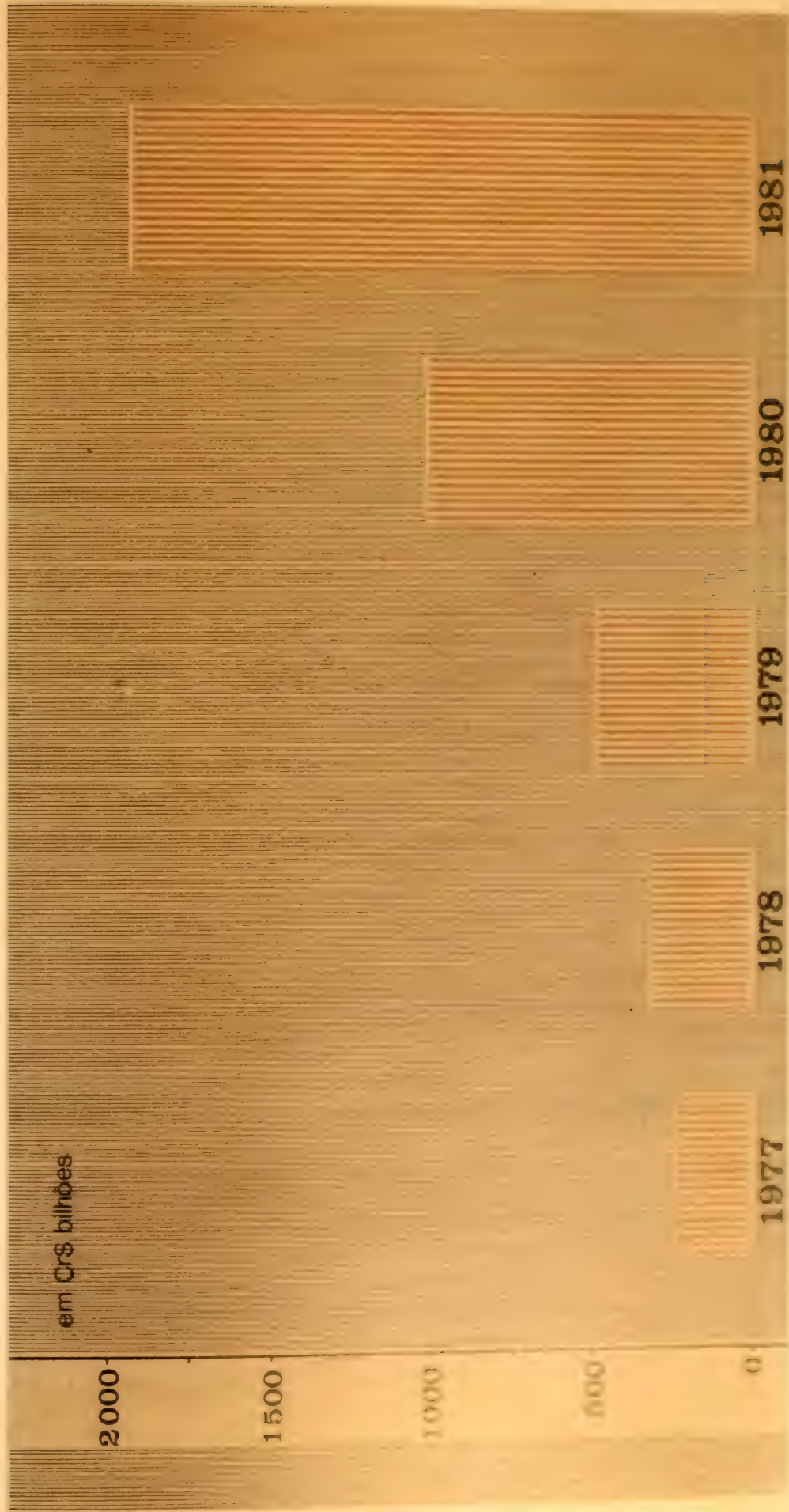
RECEITA ARRECADADA - Segundo as Regiões - 1981

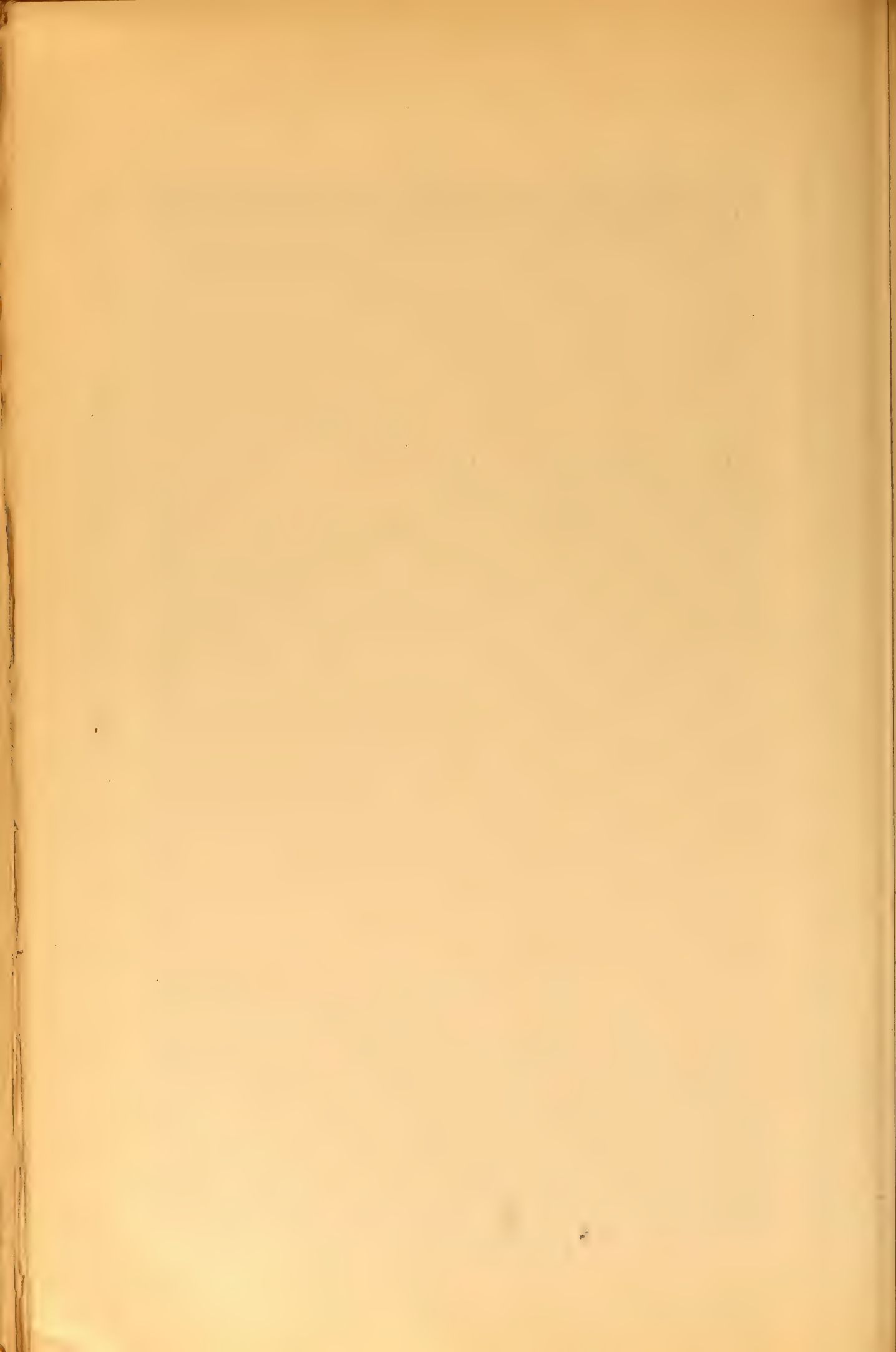
Em %



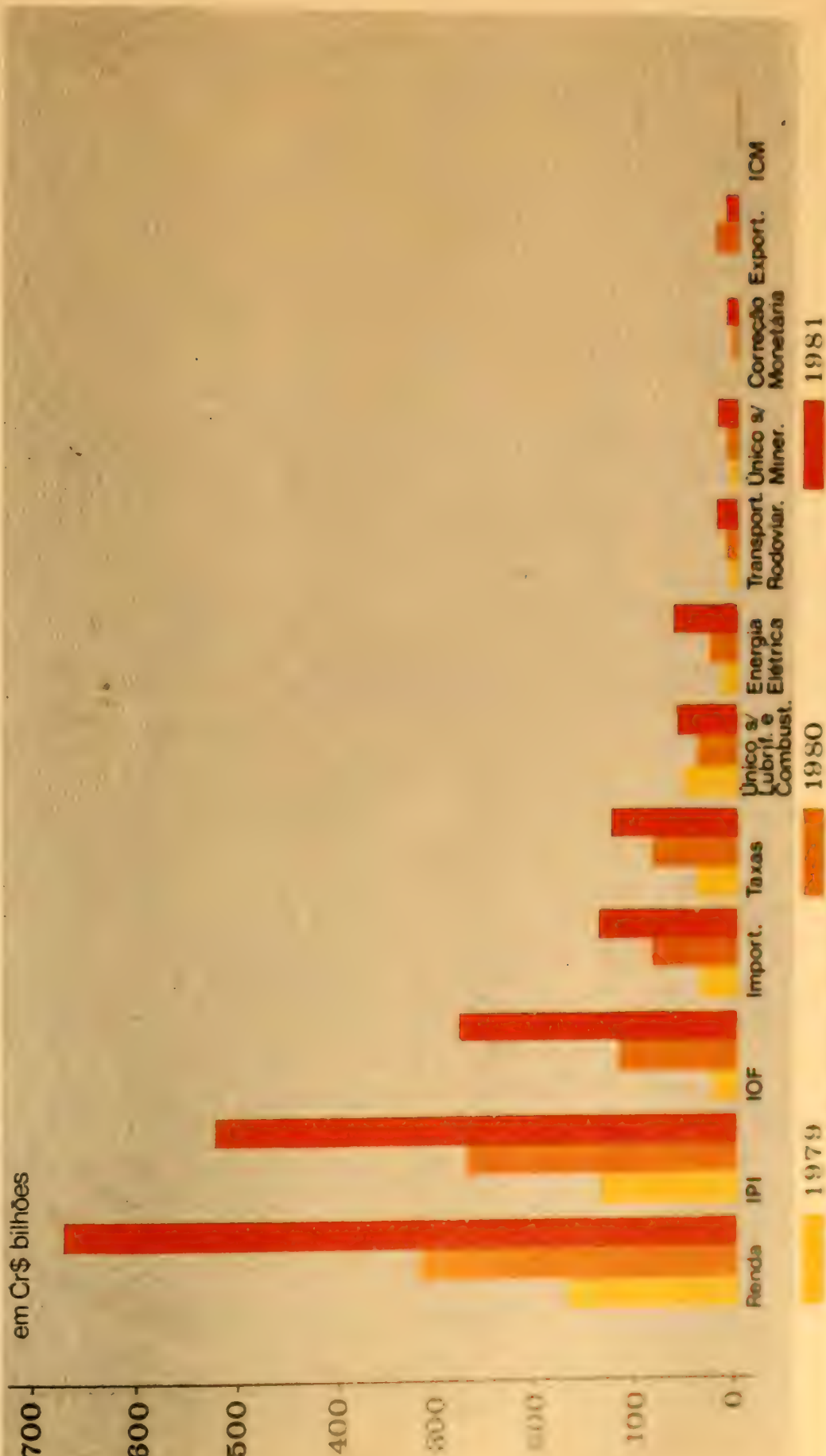


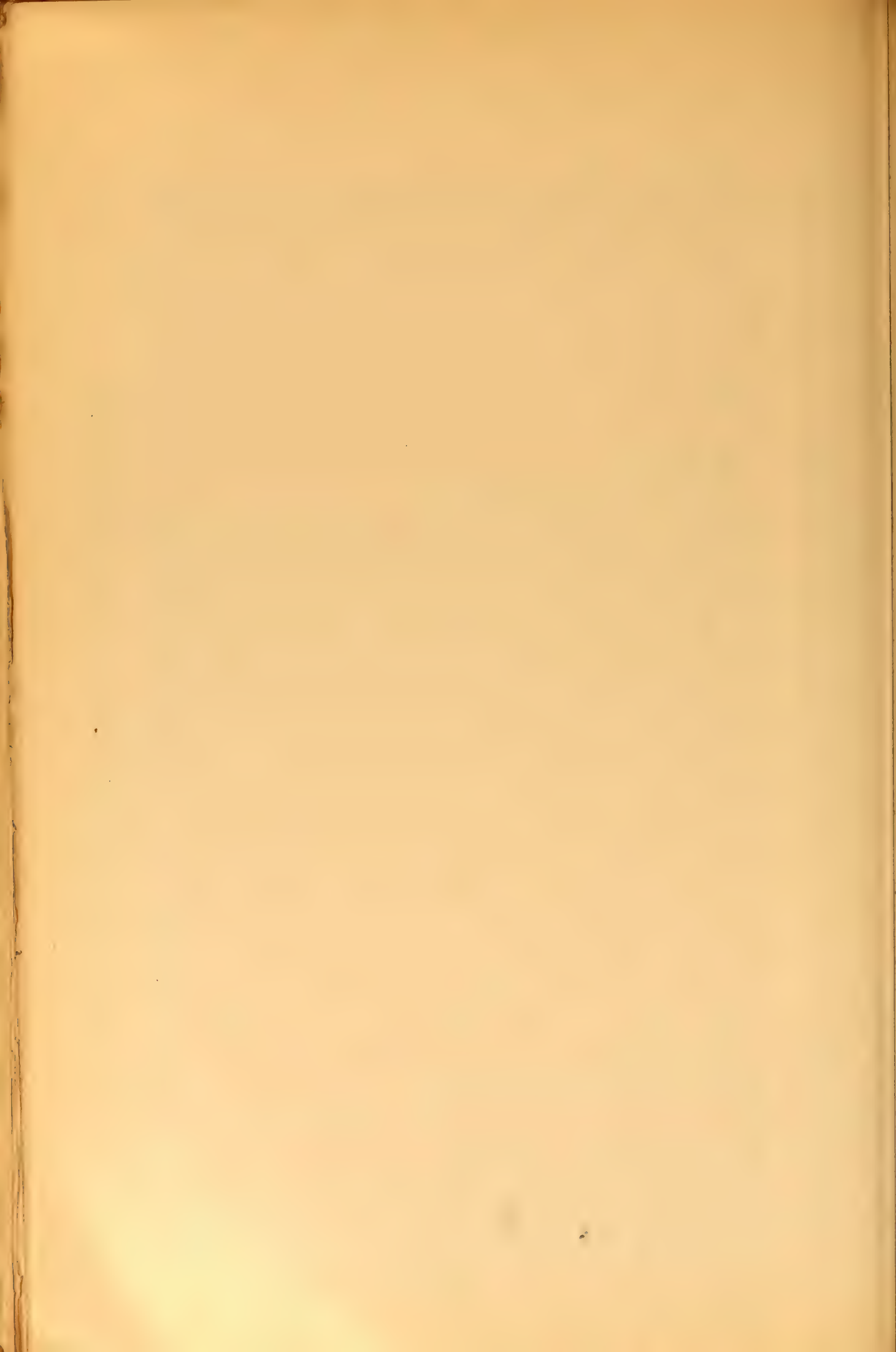
RECEITA TRIBUTÁRIA - Evolução no Período 1977/1981





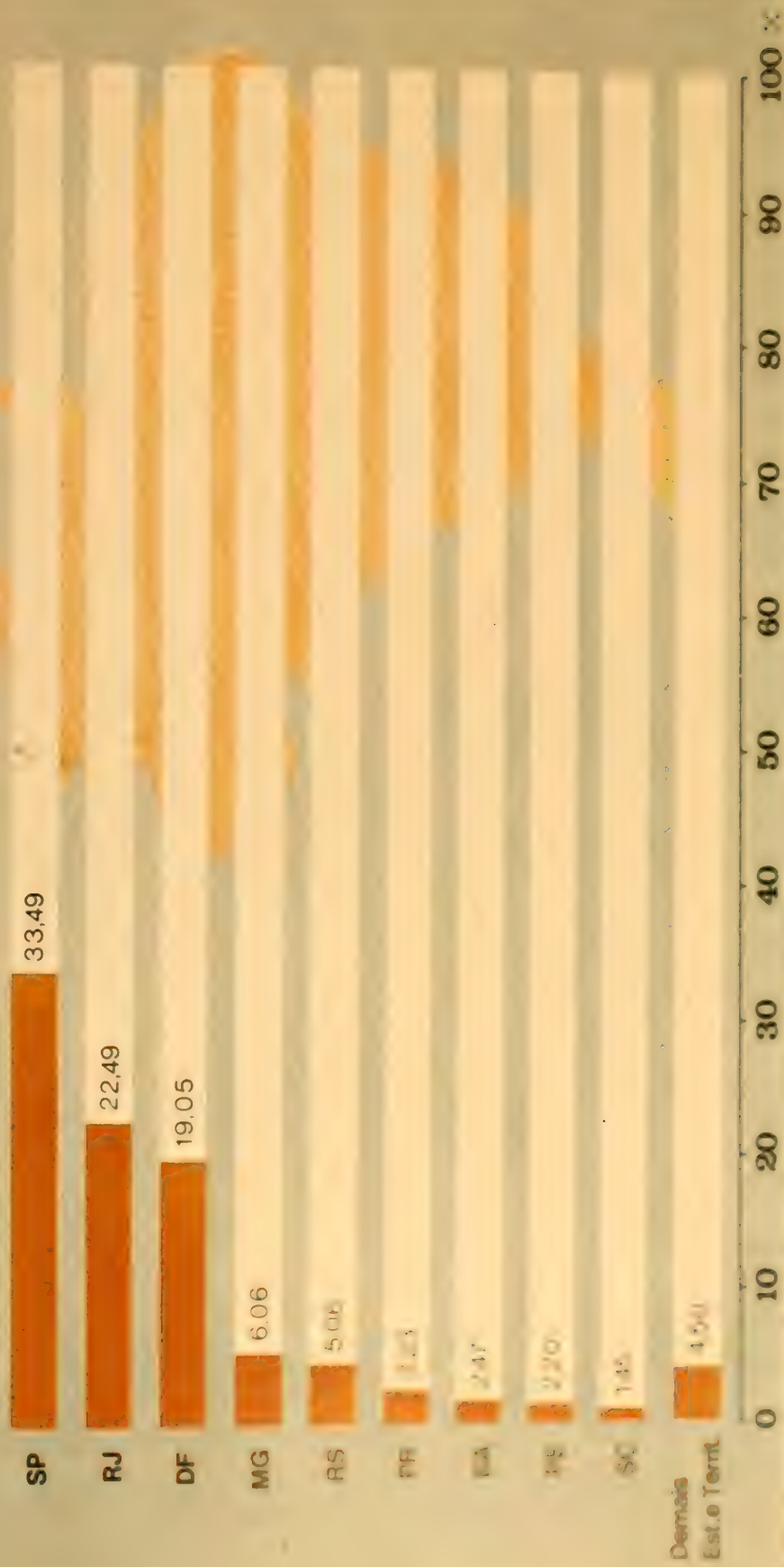
RECEITA ARRECADADA

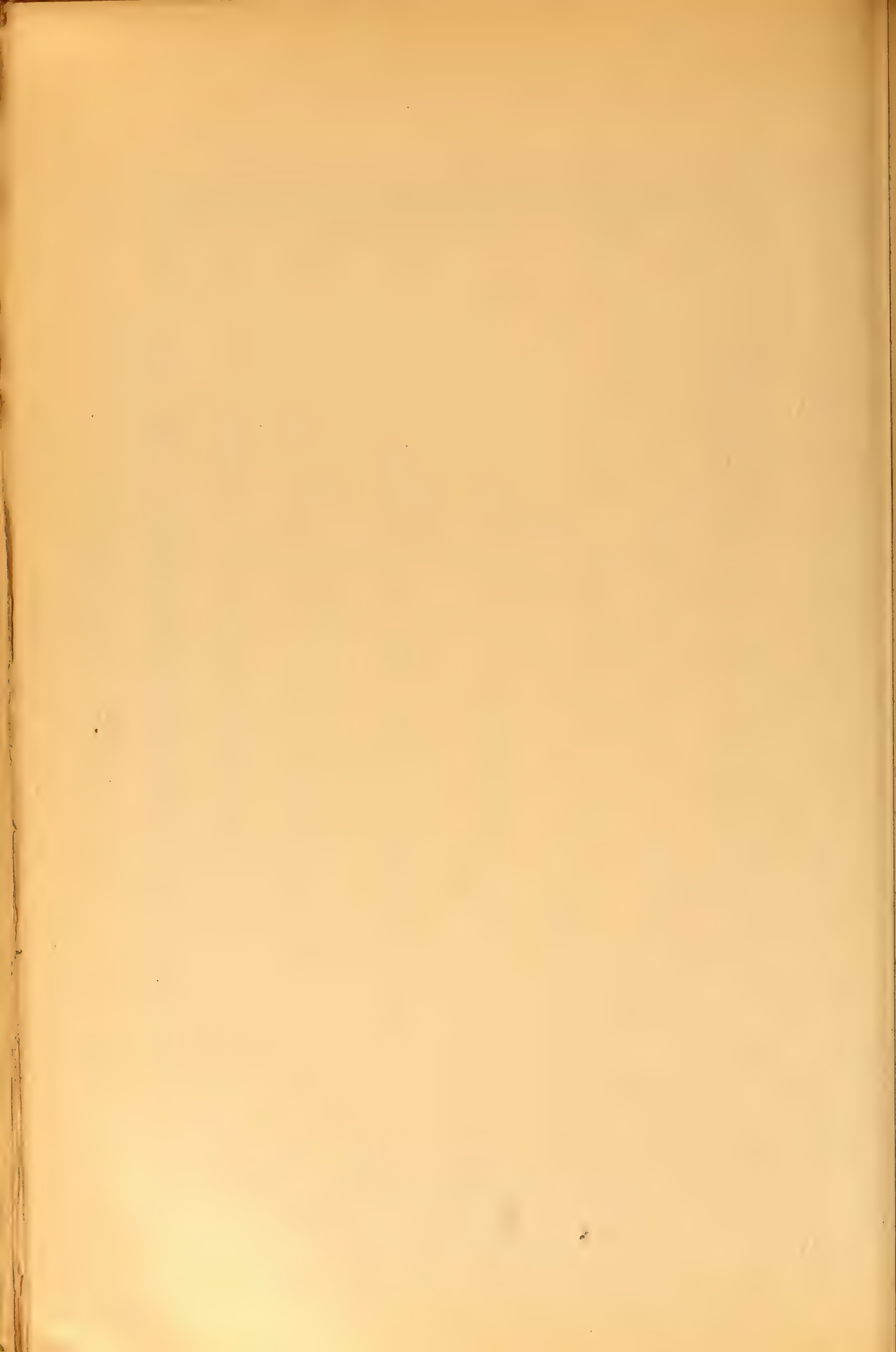




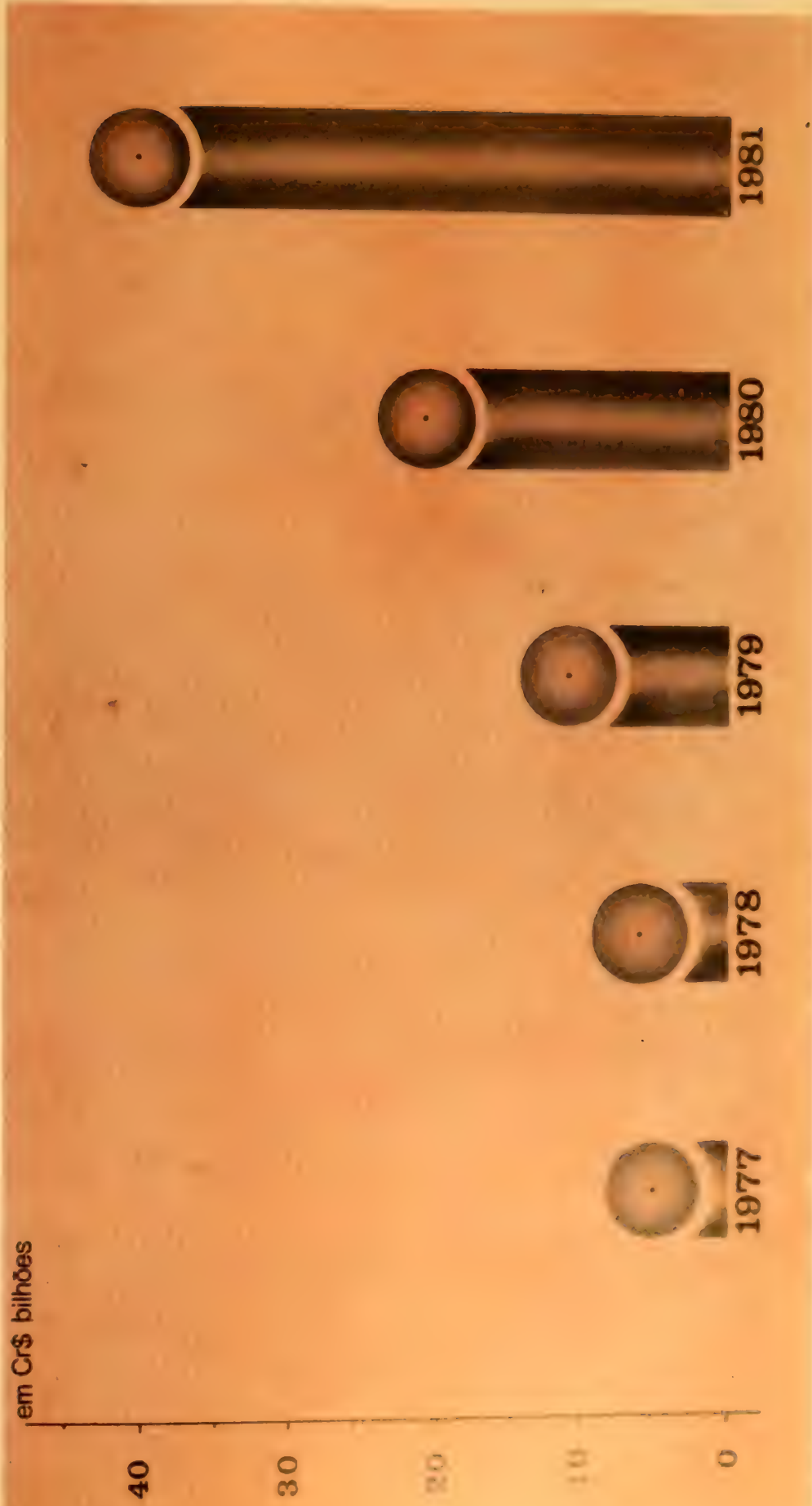
RECEITA ARRECADADA - Por Unidade da Federação - 1981

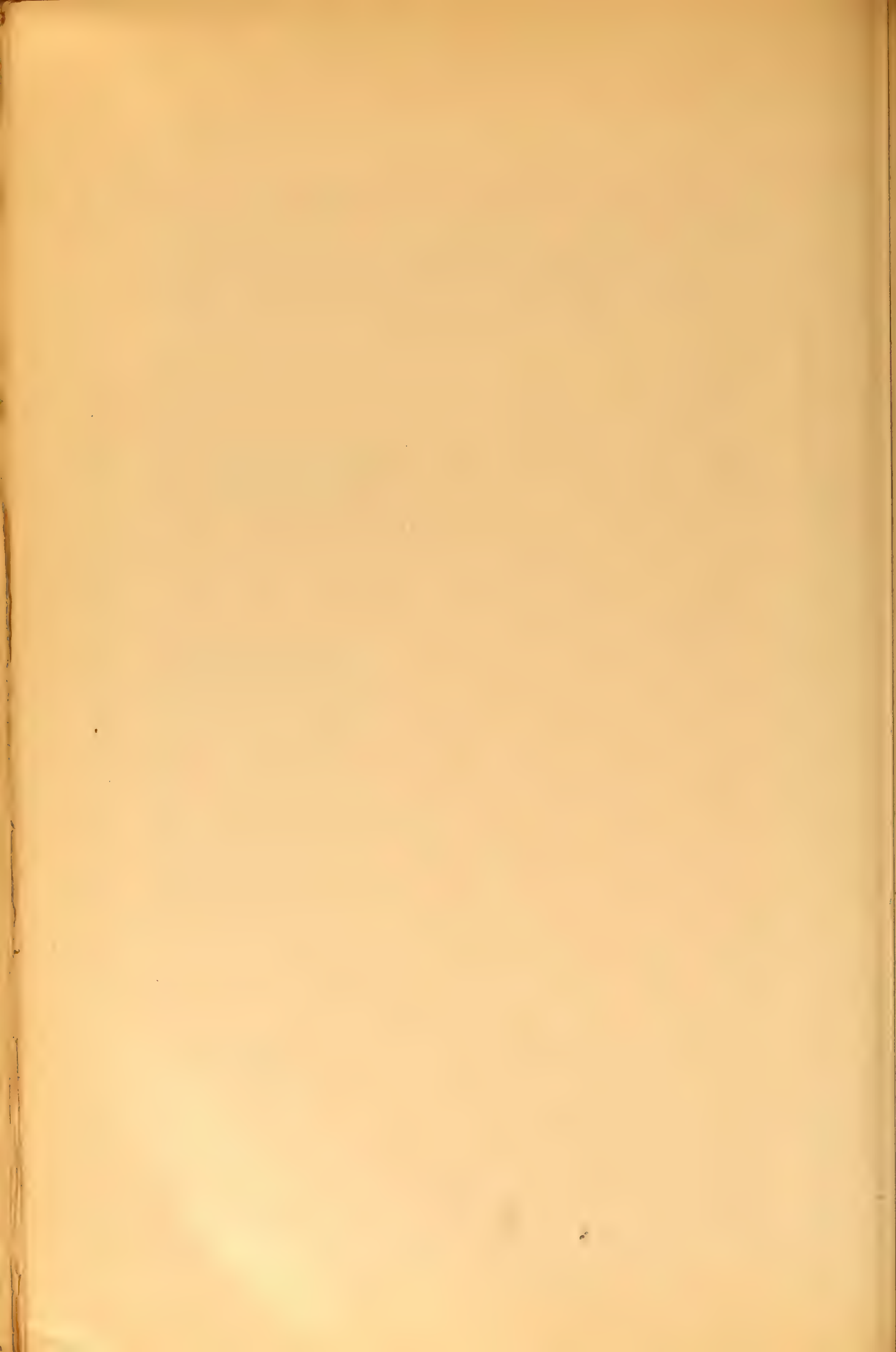
em %



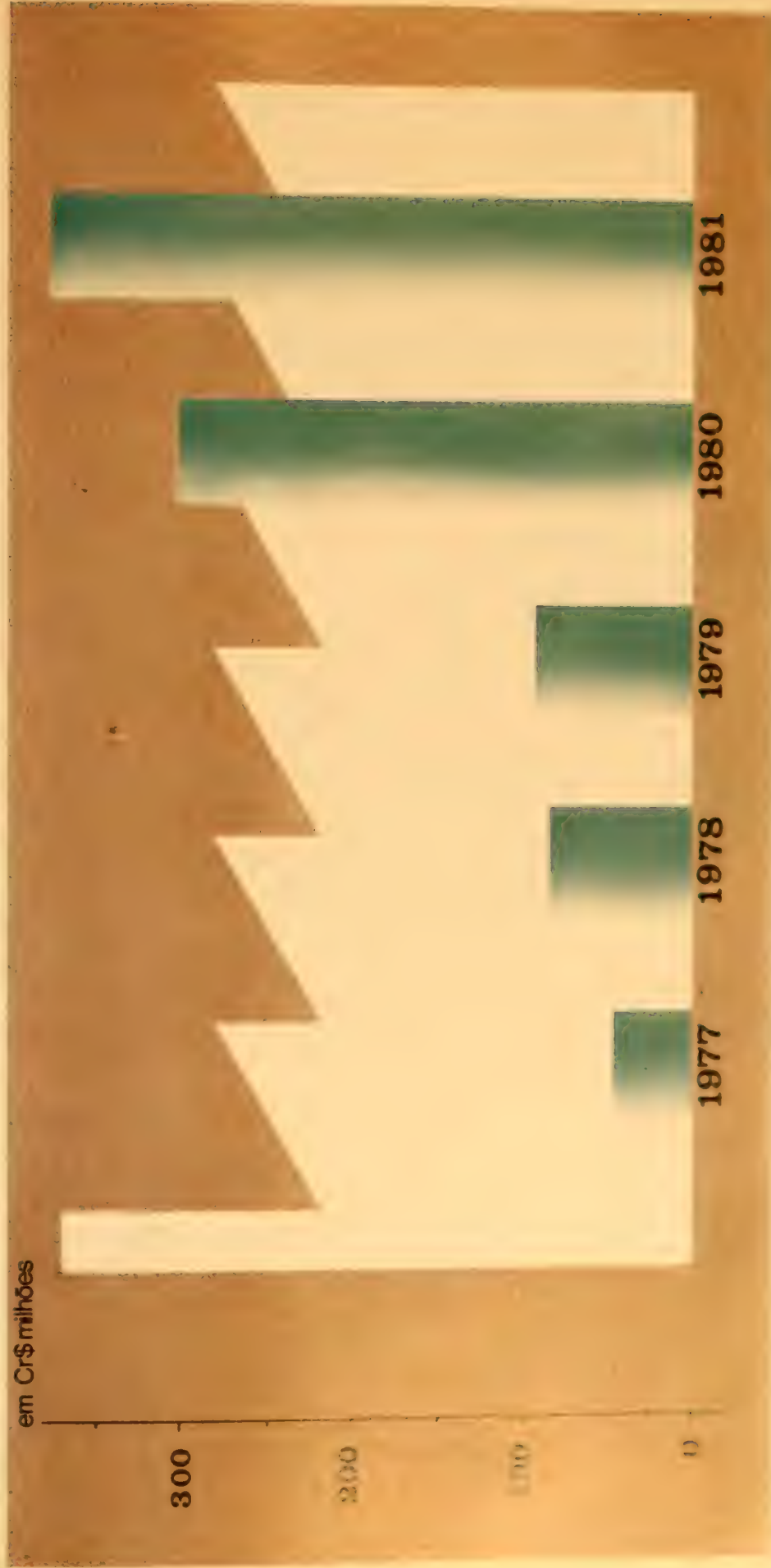


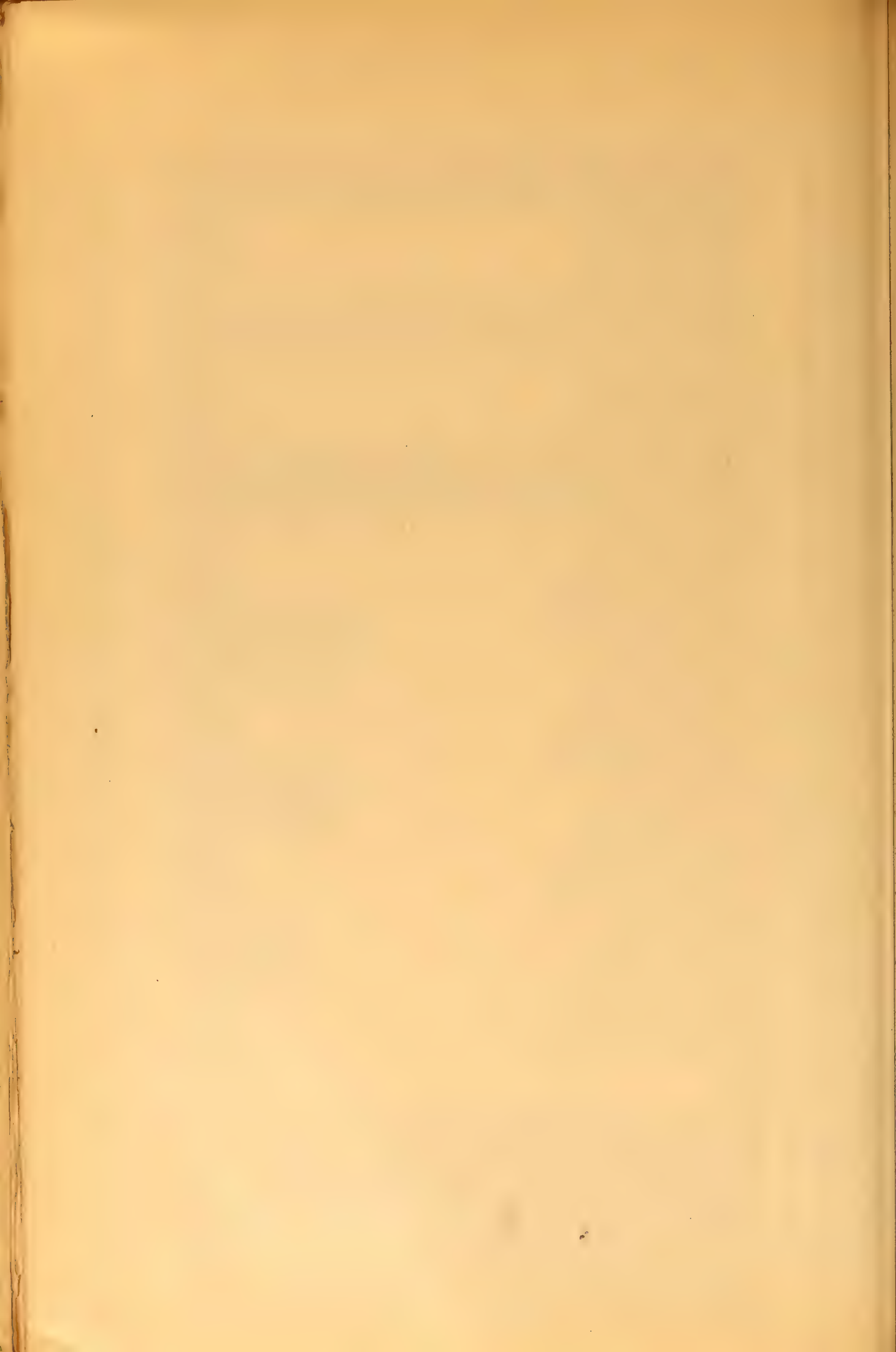
RECEITA PATRIMONIAL - Evolução no Período 1977/1981



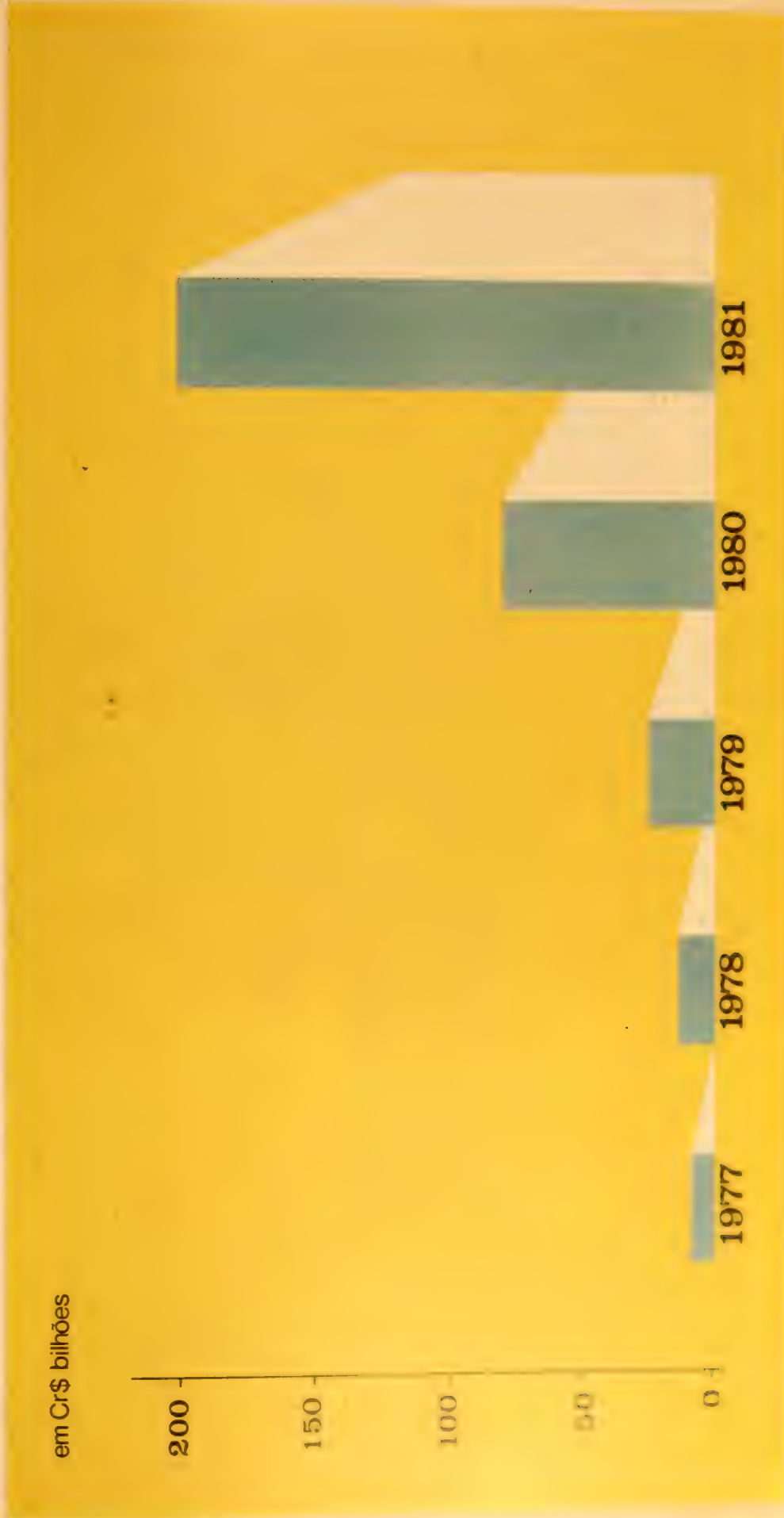


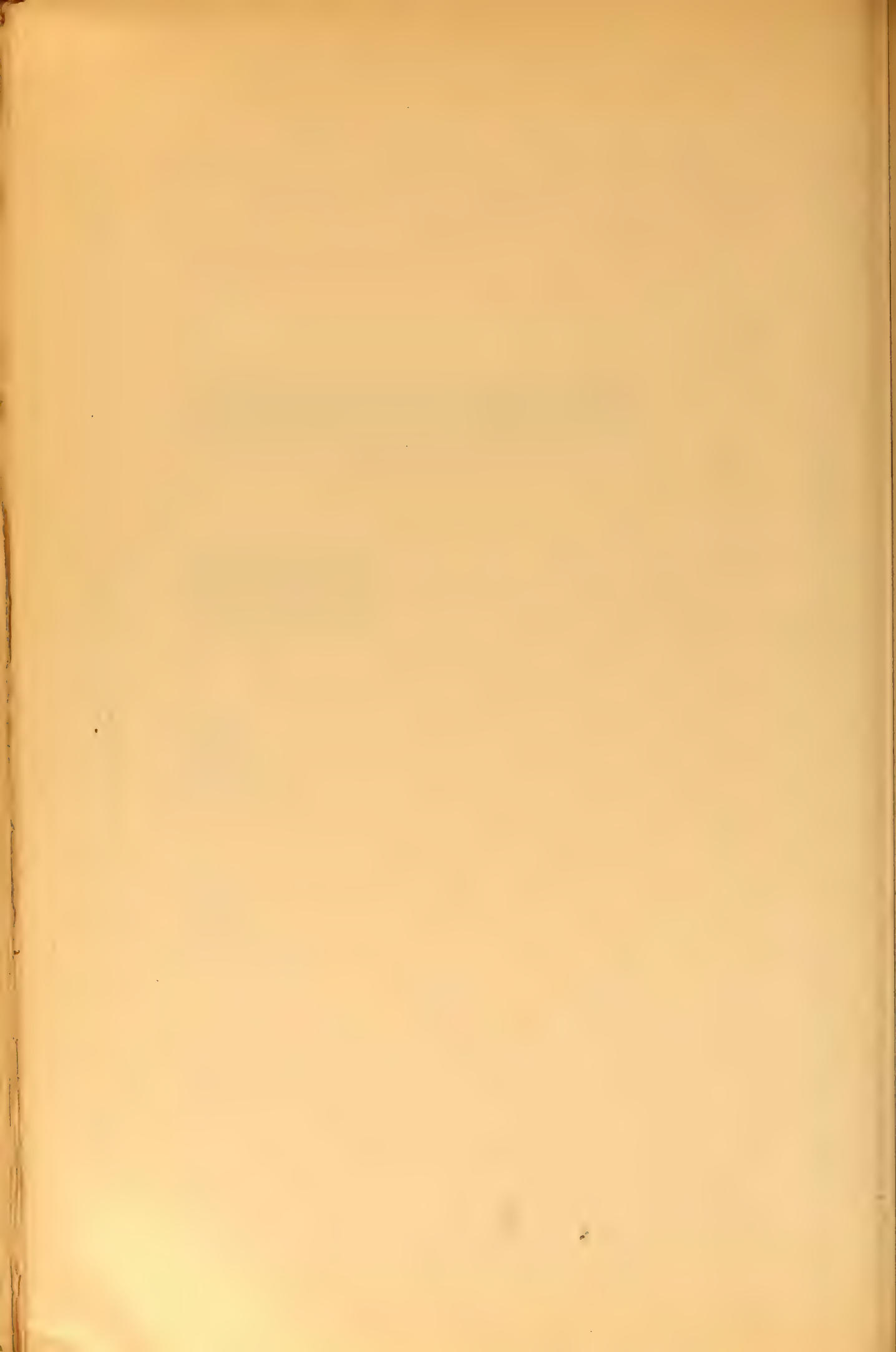
RECEITA INDUSTRIAL - Evolução no Período 1977/1981



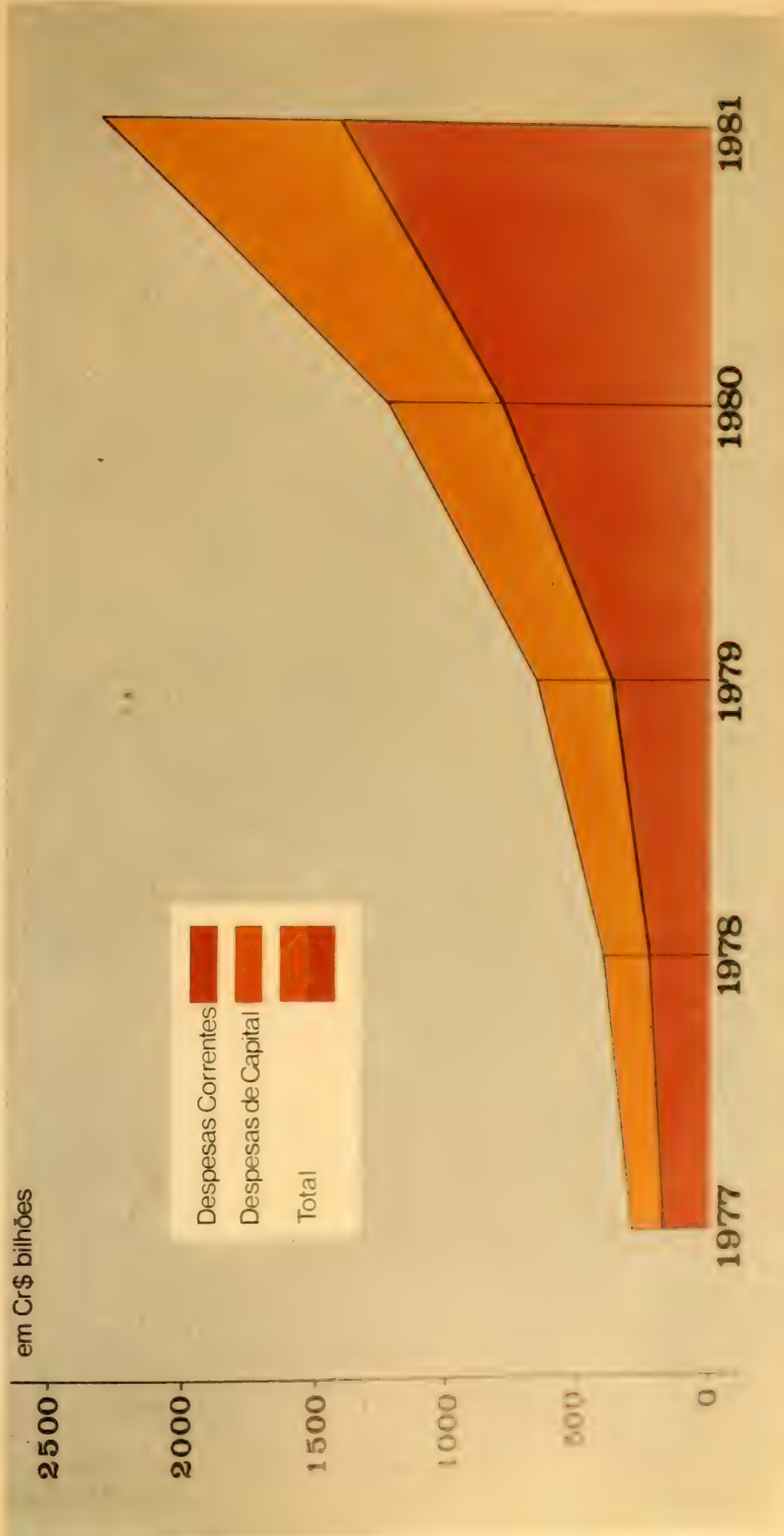


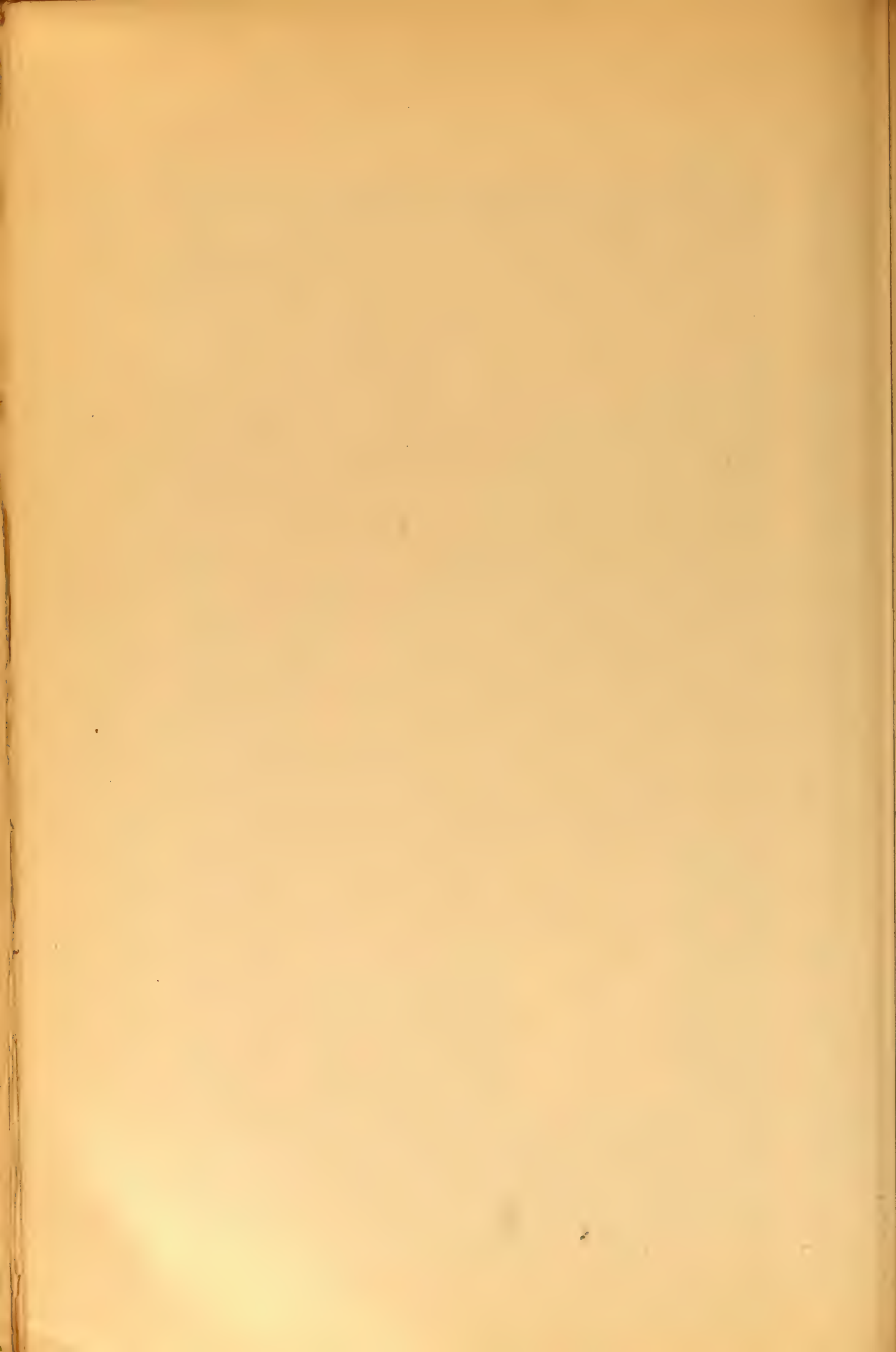
RECEITAS DIVERSAS - Evolução no Período 1977/1981



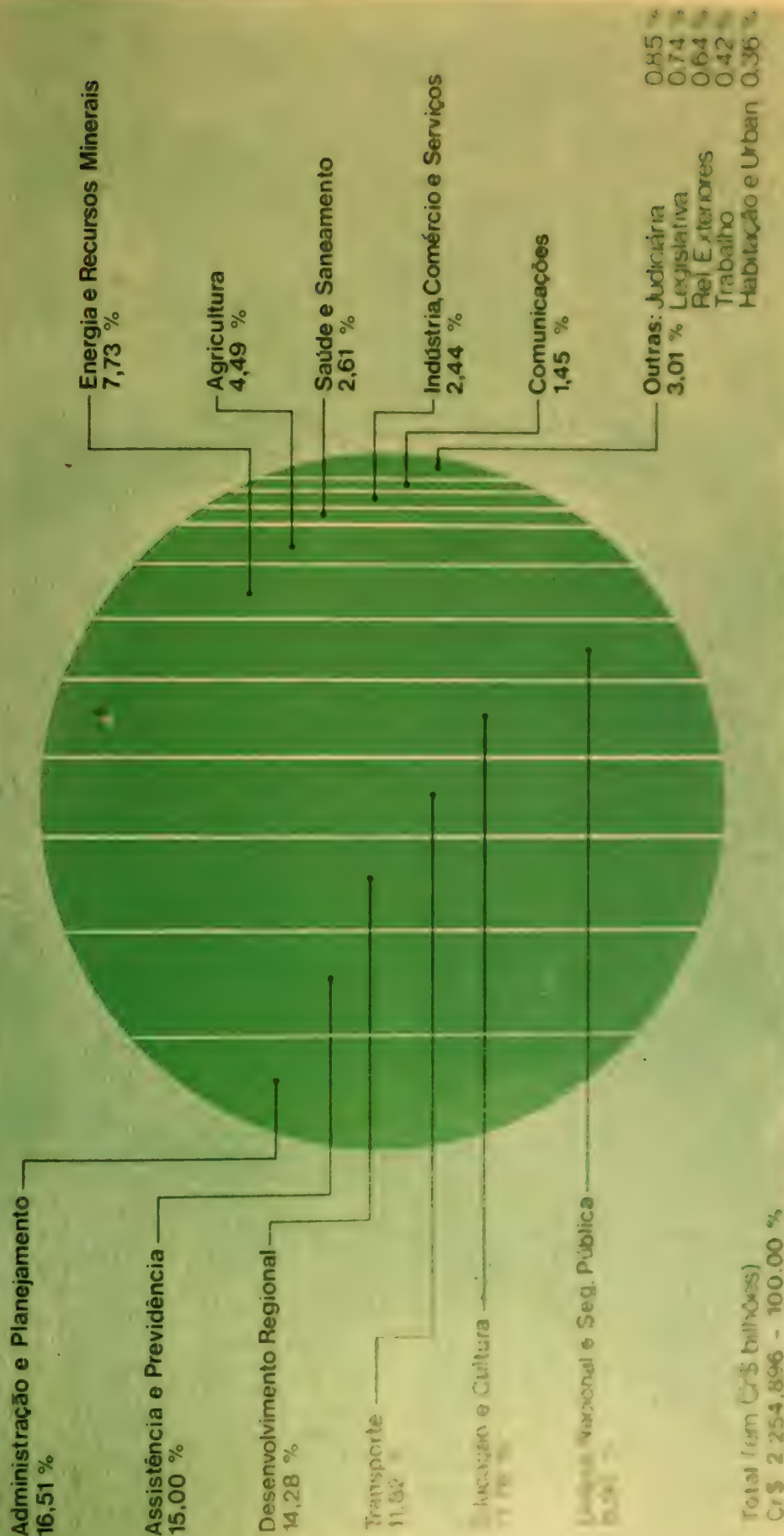


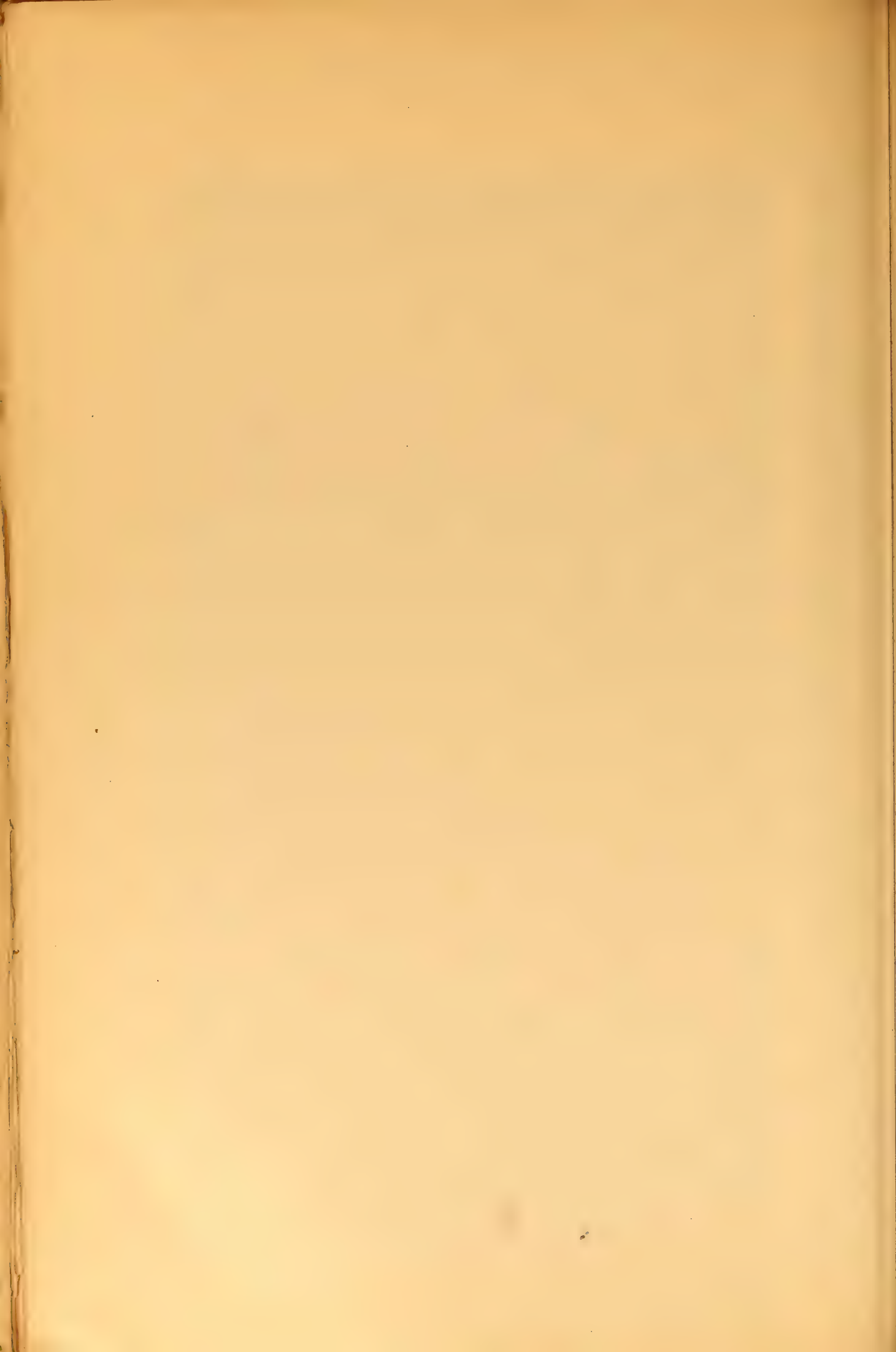
DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA - Evolução 1977/1981





DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA - Por Funções - 1981





MATÉRIA EXTRAÍDA
DE FONTES OFICIAIS
DA ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA DA UNIÃO (*)

Ao encerrar o exercício de 1981, a responsabilidade do Tesouro Nacional por títulos em circulação registrou um total de Cr\$3.087.930 milhões, sendo Cr\$1.985.986 milhões relativos ao Sistema de Obrigações do Tesouro Nacional e de Cr\$1.101.944 milhões ao de Letras do Tesouro Nacional. Tal posição representa um acréscimo de Cr\$2.239.545 milhões sobre a posição verificada em 31 de dezembro de 1980 (Cr\$848.385 milhões) e 11,7% das estimativas do Produto Interno Bruto, conforme se infere do quadro a seguir

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA INTERNA FEDERAL

Cr\$ milhões

Período	Responsabilidade do Tesouro ORTN+LTN+OTN (A)	Produto Interno Bruto (B)	A/B %
1977	240.492	2.523.101	9,5
1978	357.850	3.729.798	9,6
1979	521.528	6.239.402	8,4
1980	848.385	13.104.285	6,5
1981	3.087.930	26.440.648	11,7

Referido aumento da Dívida representou um carregamento líquido de recursos para o Tesouro Nacional da ordem de Cr\$805.385 milhões, resultantes de uma receita de Cr\$2.129.595 milhões, face a uma despesa de Cr\$1.324.210 milhões, uma vez que o Sistema de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional canalizou liquidamente cerca de Cr\$425.417 milhões (receita de Cr\$711.127 milhões e despesa de Cr\$285.710 milhões).

(*) Fonte: Banco Central do Brasil



DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA DA UNIAO

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA DA UNIÃO (*)

Ao encerrar o exercício de 1981, a responsabilidade do Tesouro Nacional por títulos em circulação registrou um total de Cr\$3.087.930 milhões, sendo Cr\$1.985.986 milhões relativos ao Sistema de Obrigações do Tesouro Nacional e de Cr\$1.101.944 milhões ao de Letras do Tesouro Nacional. Tal posição representa um acréscimo de Cr\$2.239.545 milhões sobre a posição verificada em 31 de dezembro de 1980 (Cr\$848.385 milhões) e 11,7% das estimativas do Produto Interno Bruto, conforme se infere do quadro a seguir

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA INTERNA FEDERAL

Cr\$ milhões

Período	Responsabilidade do Tesouro ORTN+LTN+OTN (A)	Produto Interno Bruto (B)	A/B %
1977	240.492	2.523.101	9,5
1978	357.850	3.729.798	9,6
1979	521.528	6.239.402	8,4
1980	848.385	13.104.235	6,5
1981	3.087.930	26.440.648	11,7

Referido aumento da Dívida representou um carregamento líquido de recursos para o Tesouro Nacional da ordem de Cr\$805.385 milhões, resultantes de uma receita de Cr\$2.129.595 milhões, face a uma despesa de Cr\$1.324.210 milhões, uma vez que o Sistema de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional canalizou liquidamente cerca de Cr\$425.417 milhões (receita de Cr\$711.127 milhões e despesa de Cr\$285.710 milhões).

(*) Fonte: Banco Central do Brasil



so que o Sistema de Letras do Tesouro carreteu Cr\$381.968 milhões (receita de Cr\$1.418.468 milhões e despesa de Cr\$1.036.500 milhões).

RECURSOS LÍQUIDOS PARA O TESOURO

Cr\$ milhões			
Período	ORTN	LTN	TOTAL
1977	3.994	18.142	22.136
1978	-6.178	15.537	9.359
1979	-1.304	- 2.733	-4.037
1980	119.836	-80.000	39.836
1981	423.417	381.968	805.385

Observa-se assim um desempenho bastante satisfatório da Dívida Pública Interna Mobiliária da União como um todo, não só pelo considerável acréscimo de saldo obtido sobre o exercício anterior (Cr\$805.385 milhões em 1981 contra Cr\$39.836 milhões no exercício de 1980) como também pelo fato de tanto o Sistema de ORTN como de LTN terem sido bastante superavitários em 1981, o que não ocorreu no exercício de 1980, quando o saldo líquido de operações com LTN acusou déficit no valor de Cr\$80.000 milhões. Tal resultado é particularmente importante, uma vez que reflete o carregamento de expressivo montante de recursos não inflacionários para os cofres públicos ao tempo em que contribui para uma menor expansão dos meios de pagamento, consoante o curso restritivo da política monetária levada a efeito no ano passado.

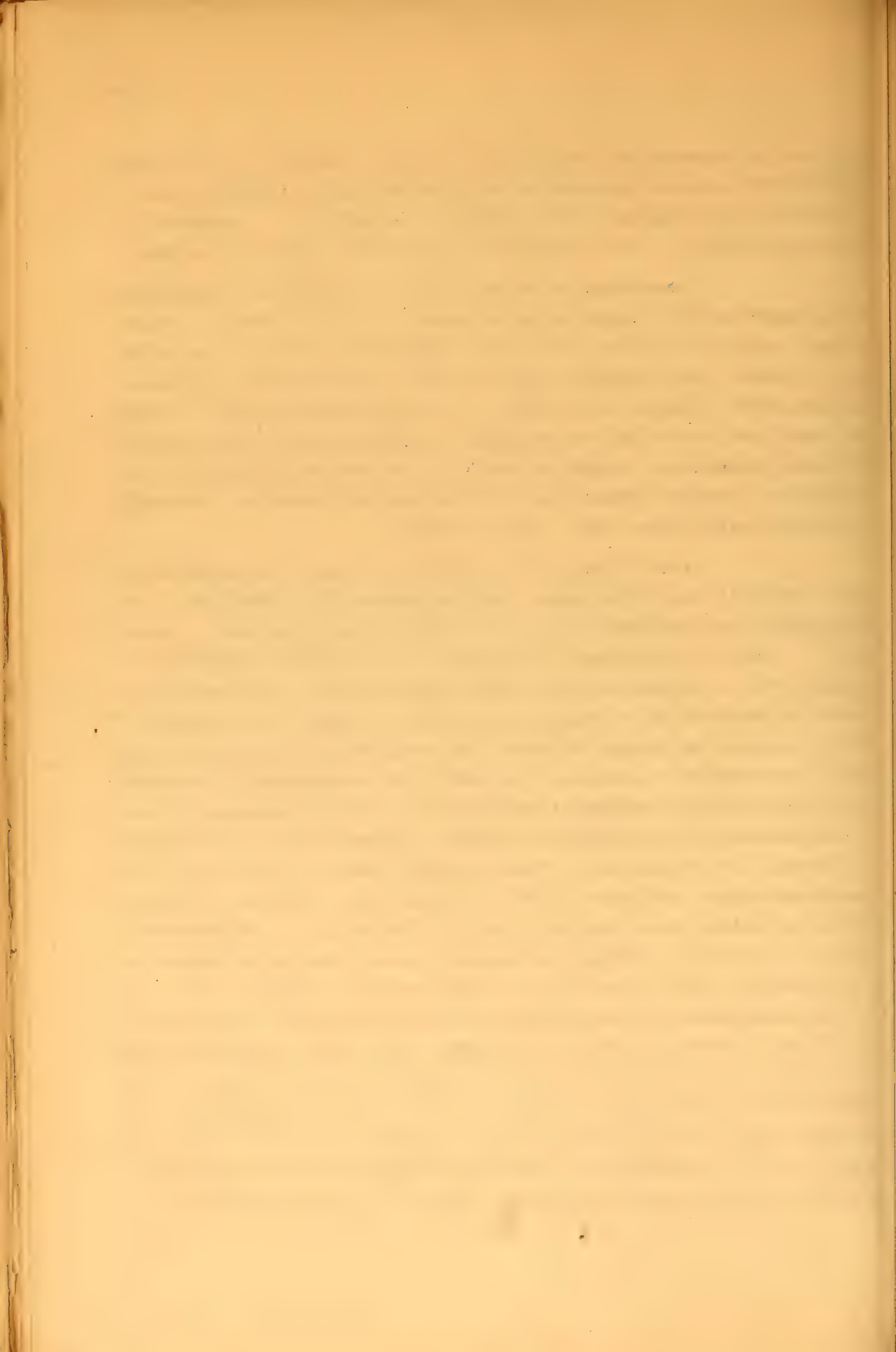
A subscrição bruta de ORTN, incluindo âgios, atingiu o montante de Cr\$673.667 milhões, dos quais Cr\$596.217 milhões (88,5%) o foram de natureza voluntária (Cr\$465.464 milhões por via do sistema de ofertas públicas e Cr\$130.753 milhões através de



sistema de permuta por recolocação) sendo a parcela restante (Cr\$77.450 milhões) provenientes de subscrições alternativas ao pagamento de tributos (Cr\$4 milhões), de natureza compulsória (Cr\$2.009 milhões) e sob disposições especiais (Cr\$75.437 milhões).

O montante de subscrições de natureza voluntária verificado em 1981 representa um aumento de 155% sobre o mesmo volume subscrito no ano anterior (Cr\$233.601 milhões) resultando, portanto, num aumento real bastante significativo na demanda por estes Títulos no período. Tal resultado já era esperado tanto por parte das autoridades monetárias como pelo próprio mercado financeiro, tendo em vista que ainda persistiram as expectativas quanto à manutenção de índices elevados de correção monetária para quase todo o ano passado.

Assim é que, já no início do ano, a divulgação do valor nominal das ORTNs para o mês de março/81 (Cr\$825,83), apresentando um incremento de 6,5% sobre o valor do mês anterior - o maior percentual já ocorrido na correção monetária - impulsionou o interesse pela subscrição de ORTN, que a partir de então se manteve alto durante quase todo o resto do exercício, mesmo porque, em função da opção de resgate pela correção cambial, permaneceu o consenso, no âmbito da comunidade financeira, de que não haveria mudanças radicais na política cambial, face à necessidade de captação de recursos externos para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos. Dessa forma, embora o índice de correção monetária aplicado às ORTNs registrasse contínua queda durante os outros meses do ano, tal decréscimo foi extremamente suave, porquanto o índice de reajuste para o mês de dezembro foi da ordem de 5,5% - o mais baixo desde março - fazendo com que a taxa acumulada de correção monetária no exercício totalizasse 95,57% e a correção cambial, das ORTNs de 5 anos, 94,16% no mesmo período, face a uma evolução do índice geral de preços - disponibilidade interna de 95,2%, o que sem dúvida representa taxas bem mais realistas do que as ocorridas no ano de 1980, quando a correção monetária e cambial atingiram, respectivamente, 50,78% e 56,72%, face a um acréscimo de 110,25% no IGP-DI.



A grande procura pelas ORTN no mercado propiciou êxito ainda superior ao alcançado no ano anterior relativamente às ofertas públicas destinadas ao giro da Dívida (permuta por recolocação), uma vez que a reaplicação dos papéis vencíveis em 1981 foi da ordem de 82%, ao passo que em 1980 fora de cerca de 78%, conforme se observa no quadro a seguir:

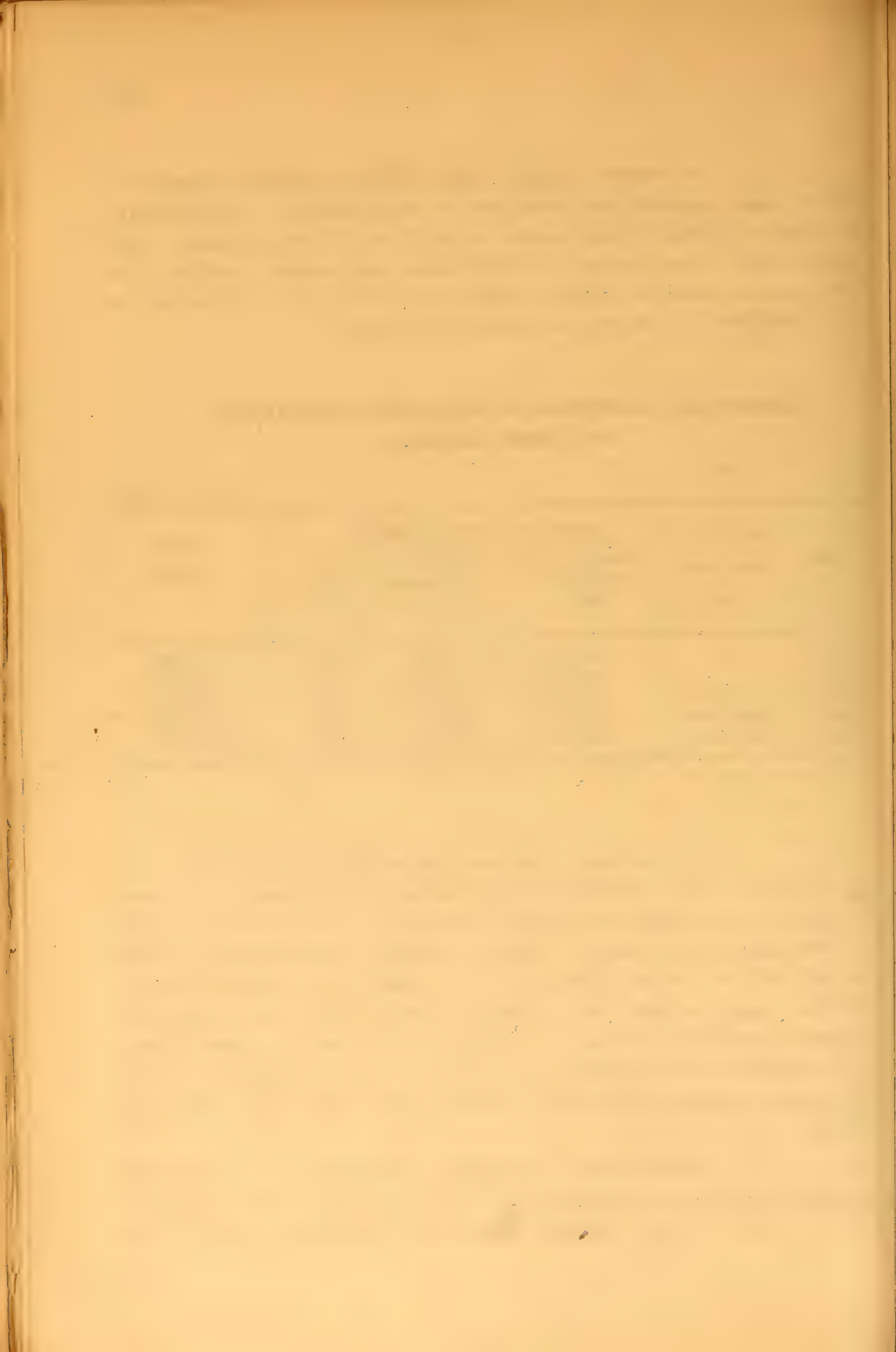
SUBSCRIÇÃO VOLUNTÁRIA DE OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOURO NACIONAL

Cr\$ milhões

ANOS	Ofertas Públicas (A)	Permuta p/Recolocação			TOTAL D=A+C
		Valor a Resgatar (B)	Valor Colocado (C)	$\frac{C}{B}\%$	
1977	-	16.478	7.961	47	7.691
1978	-	18.385	13.253	72	13.253
1979	18.500	23.638	17.519	74	36.019
1980	138.829	121.511	94.772	78	233.601
1981	465.464	159.931	130.753	82	596.217

A manutenção, através da portaria nº 167, de 10 de julho de 1981, do Ministro da Fazenda, da cláusula de resgate pelos coeficientes de correção cambial exclusivamente para as Obrigações de prazo de 5 anos, conforme estabeleceu a Portaria nº 809, de 16 de outubro de 1979, também do Ministro da Fazenda, aliada ao fato de a correção cambial ter sido superior à correção monetária durante o ano de 1980, reverteu completamente a tendência verificada no exercício de 1979, quando se observou maior demanda por papéis de prazo mais curto nas ofertas públicas.

Dessa forma, observa-se claramente a inusitada procura por papéis de prazo de 5 anos que ocorreu nos exercícios de 1980 e 1981, representada pelas participações de 77,18.



e 73,6% relativamente ao total colocado.

SUBSCRIÇÃO VOLUNTÁRIA DE ORTN

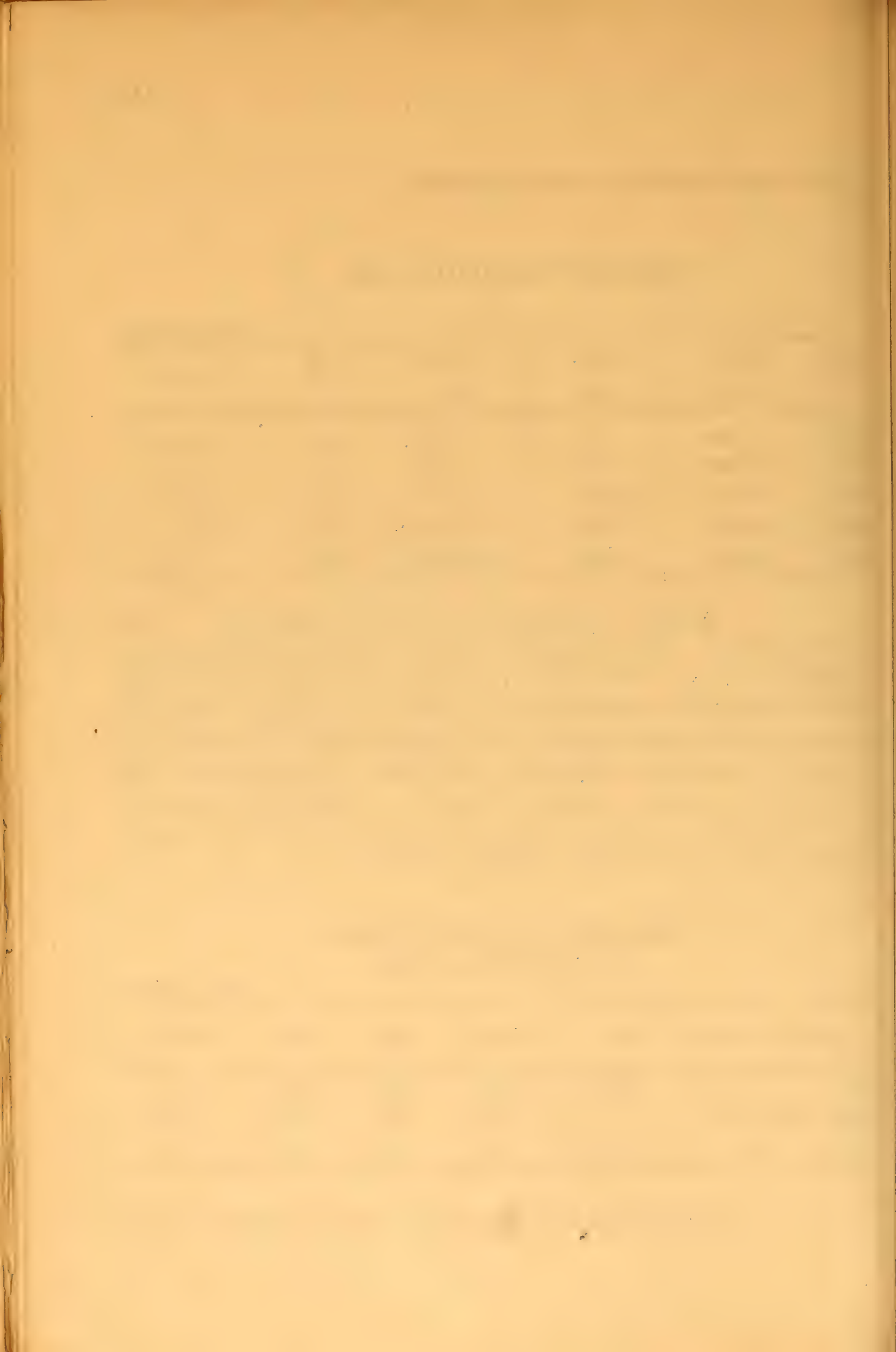
ANOS	Cr\$ milhões				
	Total (A)	2 Anos (B)	5 Anos (C)	$\frac{B}{A}$	$\frac{C}{A}$
1977	7.691	481	7.210	6,2	93,8
1978	13.253	3.758	9.495	28,4	71,6
1979	36.134	21.418	14.716	59,3	40,7
1980	226.665	51.923	174.742	22,9	77,1
1981	595.814	157.365	438.449	26,4	73,6

Quanto às Obrigações do Tesouro Nacional - Tipo Não Reajustável, cujas emissões especiais foram autorizadas pelo Decreto-lei nº 1.343, de 11 de setembro de 1974, com o objetivo de permitir o recebimento de créditos fiscais que dependam da concessão de parcelamento ou de outras medidas especiais previstas na legislação tributária, não houve, nos exercícios de 1980 e 1981, qualquer emissão da espécie, podendo a evolução da responsabilidade do Tesouro Nacional por estes títulos em circulação ser verificada pelo quadro a seguir:

OBRIGAÇÕES DO TESOIRO NACIONAL TIPO NÃO REAJUSTÁVEL

Discriminação	Cr\$ milhões				
	1977	1978	1979	1980	1981
Total	101	296	340	384	432
Valor Subscrito .	81	261	266	266	267
Juros	20	35	74	118	165

Relativamente às Letras do Tesouro Nacional, seu



saldo em circulação ao final de 1981 atingiu o montante de Cr\$. 1.099.000 milhões, representando um aumento nominal de 325% sobre a posição de dezembro de 1980, conforme se verifica no quadro a seguir:

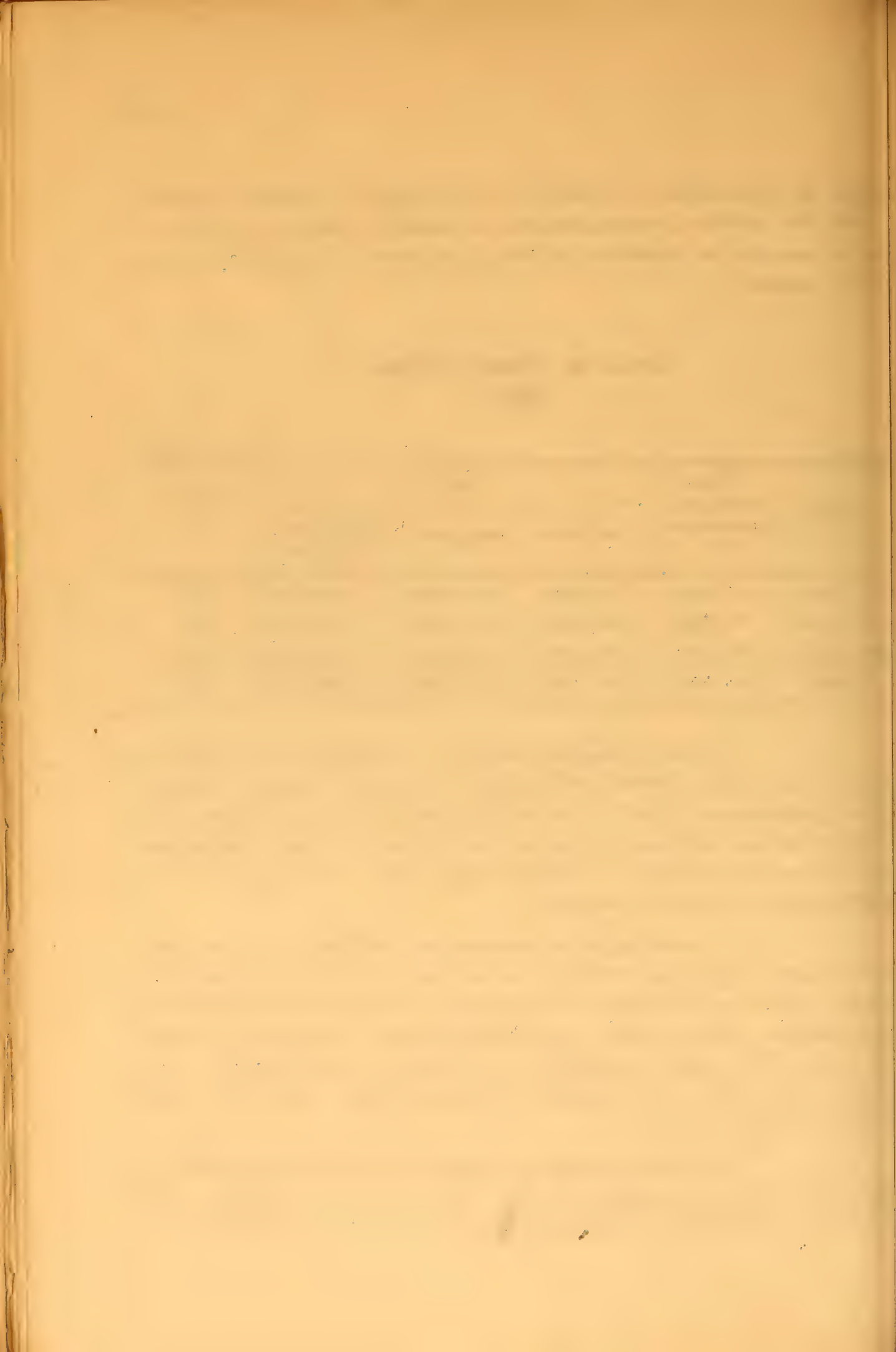
LETRAS DO TESOURO NACIONAL 1981

Prazo	1980 Saldo em Circulação (A)	1981			Cr\$ milhões (B)/(A) Δ %
		Emissão	Resgate	Saldo em Circulação (B)	
91 Dias	122.000	774.000	636.000	260.000	113
182 Dias	93.500	862.000	360.500	595.000	571
365 Dias	40.000	244.000	40.000	244.000	539
Total	255.500	1.880.000	1.036.500	1.099.000	325

Foram efetuadas emissões da ordem de Cr\$1.880.000 milhões dos quais Cr\$892.920 milhões colocados junto a instituições financeiras e Cr\$987.080 milhões absorvidos pelo Banco Central para sua carteira, a fim de habilitar-se a realizar operações de mercado aberto e repassar parte das LTN às empresas da administração federal indireta.

O valor líquido apurado na colocação de LTVs (Valor de face menos desconto) se situou em Cr\$1.418.468 milhões, sendo a despesa de resgate da ordem de Cr\$1.036.500 milhões, proporcionando, dessa forma, um superávit para o sistema de Letras do Tesouro da ordem de Cr\$381.968 milhões, o que revela a intensa utilização destes papéis na execução das operações de mercado aberto no período.

No que concerne às Letras do Tesouro Nacional Especiais, autorizadas pela Lei nº 6.588, de 16 de novembro de 1978, que autorizou o Poder Executivo a promover a liquidação do



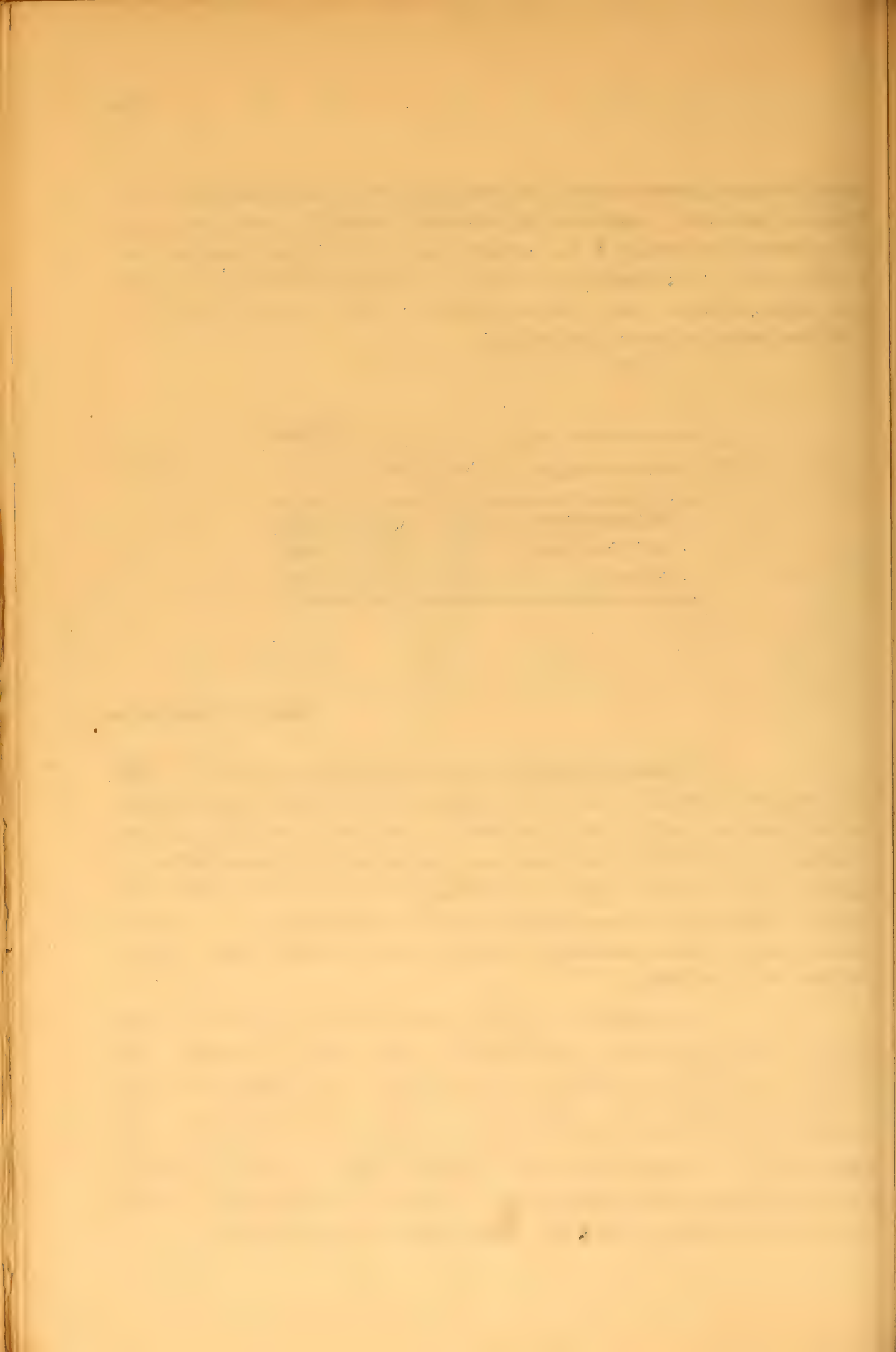
saldo devedor remanescente de operações de responsabilidade do Tesouro Nacional, inclusive de natureza cambial, realizadas junto ao Banco do Brasil S.A., anteriormente à vigência da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a responsabilidade do Tesouro por estes títulos, em 31 de dezembro de 1981, atingiu Cr\$. 2.932 milhões assim distribuídos:

Discriminação	Cr\$ milhões		
	1979	1980	1981
- LTN Especiais	3.528	3.261	2.932
- Val. Emitido	3.313	2.898	2.485
- Juros	215	363	447

IMPACTO MONETÁRIO

O impacto monetário das operações com LTN e ORTN ao longo do exercício de 1981, apresentou um saldo contracionista da ordem de Cr\$551.603,5 milhões, resultante de retiradas combinadas de Cr\$66.809,7 milhões via Operações de Dívida Pública e Cr\$484.793,8 milhões através das Operações de Mercado Aberto. Os títulos federais tiveram participações semelhantes no impacto total, com as ORTNs contraindo Cr\$262.106,9 milhões e as LTNs, Cr\$289.496,6 milhões.

O resultado de 1981, apesar de excepcional, poderia ter sido ainda mais significativo, não fosse a captação de Cr\$35.450,9 milhões, junto ao setor público no último trimestre do ano, reduzindo a sua retirada de Cr\$112.873,9 milhões, até setembro, para Cr\$77.423,0 milhões ao final de dezembro/81. Em compensação, o impacto monetário obtido junto ao setor privado, em 1981, atendeu sobejamente aos objetivos de política monetária que se mostrou idêntica à praticada no ano anterior.



Com relação aos Títulos Federais pode-se dizer que foi distinto o interesse do mercado por estes ativos ao longo do ano. No primeiro semestre, predominaram as ORTN estimuladas pela expectativa de boa rentabilidade devido à substituição da correção monetária prefixada em favor da plena, ocorrida ao final de 1980. A colocação líquida, no 1º trimestre, de Cr\$199.048,2 milhões destes ativos, contra Cr\$77.779,5 milhões das LTN, ratifica esta preferência.

Porém, a partir do 2º semestre as LTN tornaram-se mais atrativas não só face às aberturas promovidas nas suas taxas de desconto, elevando a sua rentabilidade, como também em decorrência da redução dos índices inflacionários e sua influência na correção monetária das ORTN. Como resultado tivemos, de julho a dezembro, uma absorção líquida de LTN pelo sistema no montante de Cr\$211.717,1 milhões, contra Cr\$63.058,7 das ORTN.

A intensa drenagem de recursos do sistema promoveu-se pelas operações de Mercado Aberto e de Dívida Pública, em 1981, decorreu em muito maior grau da atuação junto ao setor privado que, tolhido pelas limitações quantitativas do crédito e pelo desaquecimento da economia, aplicou liquidamente em Títulos Federais o montante de Cr\$474.180,5 milhões, representando 86,0% do impacto total.

Por sua vez, junto ao setor público obteve-se um resultado mais modesto, porém não menos expressivo, isto porque evitou-se o ocorrido em anos anteriores, quando a contração exercida no 1º semestre era totalmente compensada pela liquidez solicitada ao final do ano. Em 1981, a obrigatoriedade imposta pelo Governo à CEF, de aplicar em títulos federais junto ao Banco Central o excedente de captação de poupança, fez com que a contração de recursos junto ao Extramercado alcançasse Cr\$... 77.423,0 milhões, o que significou 14,0% da retirada global.

A movimentação de recursos através das Operações de Mercado Aberto englobando o setor público e o privado, refletiu a intensa atuação da Autoridade Monetária no decorrer de



1981, representando um giro (compra + vendas) de Cr\$ 18.742.802 milhões, e revelando um incremento real de 57,4% em relação a 1980. Por sua vez, o resultado líquido obtido com este instrumento, ao registrar uma contração de Cr\$ 484.794 milhões, superou em 60,0%, descontada a inflação, o saldo de 1980 (Cr\$ 155.259 milhões).

OPERAÇÕES COM TÍTULOS DA CARTEIRA DO BANCO CENTRAL ORTN E LTN

Cr\$ milhões				
Anos	Compras Injeção (A)	Vendas Retirada (B)	Saldo (A-B)	Giro (A + B)
1969	322	3.155	- 2.833	3.477
1970	1.975	9.133	- 7.138	11.088
1971	5.044	8.587	- 3.543	13.631
1972	18.164	25.427	- 7.263	43.591
1973	55.977	63.810	- 7.833	119.787
1974	103.715	115.465	- 11.750	219.180
1975	189.156	205.009	- 15.853	394.165
1976	196.397	266.707	- 70.311	463.104
1977	389.794	456.591	- 66.797	846.385
1978	585.163	679.349	- 94.186	1.264.512
1979	719.054	784.860	- 65.806	1.503.914
1980	2.971.632	3.126.891	- 155.259	6.098.523
1981	9.129.004	9.613.798	- 484.794	18.742.802



Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO		1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	TOTAL
I - RECURSOS LIQUIDOS						
II - RECEITA (A+B)						
A - O.R.T.N.		91.411	159.625	309.506	244.843	805.385
		283.166	417.063	685.059	744.307	2.129.595
B - L.T.N.		92.832	144.607	292.606	181.082	711.127
• Subscrição Bruta		88.456	138.834	272.440	171.582	671.312
• Dotação Orçamentária		3.371	5.161	19.428	9.500	37.460
• Ágios		1.005	612	738	-	2.355
B - L.T.N.		190.334	272.456	392.453	563.225	1.418.468
• Valor de face (+)		237.000	356.000	513.000	774.000	1.880.000
• Descontos Concedidos (-)		46.666	83.544	120.547	210.775	461.532
III - DESPESA (A+B)		191.755	257.438	375.553	499.464	1.324.210
A - O.R.T.N.		37.255	43.438	107.553	99.464	287.710
• RESGATE		27.054	29.917	87.449	34.981	179.401
Principal		6.387	6.873	18.814	9.231	41.305
Correção Monetária		14.691	17.542	49.626	21.702	103.561
Acrescimo Taxa Cambial		5.976	5.502	19.009	4.048	34.535
• JUROS		9.196	11.925	15.593	25.981	62.605
• COMISSÃO S/EMIÇÃO		841	1.340	3.817	1.679	7.677
• COMISSÃO S/RESGATE E JUROS		164	167	490	262	1.083
• DESÁGIOS		-	89	204	1.670	1.963
B - L.T.N.		154.500	214.000	268.000	400.000	1.036.500
• Valor Líquido		133.885	180.327	217.491	319.378	851.081
• Descontos liquidados		20.615	33.673	50.509	80.622	185.419



OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOIRO NACIONAL
SUBSCRIÇÕES SEGUNDO SUA NATUREZA - 1981

Cr\$ milhões

NATUREZA	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	TOTAL
TOTAL	88.455,1	138.833,9	272.440,0	171.581,6	671.310,6
I - VOLUNTÁRIAS	83.443,9	132.932,6	212.961,2	166.476,6	595.814,3
1. OFERTAS PÚBLICAS	61.170,2	112.316,7	134.324,5	157.260,8	465.072,2
: 2 anos - 6%	21.508,0	39.393,0	33.263,6	58.972,8	153.137,4
: 5 anos - 8%	39.662,2	72.923,7	101.060,9	98.288,0	311.934,8
2. PERMUTA P/RECOLOCAÇÃO	22.273,7	20.615,9	78.636,7	9.215,8	130.742,1
: 2 anos - 6%	3.824,9	332,2	55,9	14,4	4.227,4
: 5 anos - 8%	18.448,8	20.283,7	78.580,8	9.201,4	126.514,7
II - ALTERNATIVA DE TRIBUTOS	0,8	1,0	1,0	1,1	3,9
III - COMPULSÓRIAS	389,8	400,5	453,9	764,5	2.008,7
IV - ESPECIAIS	4.620,6	5.499,8	59.023,9	4.339,4	73.483,7

OBS.: Não inclui ágios.



OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOURO NACIONAL - VALOR DE RESGATE
(EXCLUSIVE JUROS)

CORREÇÃO MONETÁRIA E CORREÇÃO CAMBIAL

(VARIAÇÕES TRIMESTRAIS SOBRE O MESMO MÊS NO ANO ANTERIOR)

Cr\$.

M E S	CORREÇÃO MONETÁRIA		CORREÇÃO CAMBIAL			
	Valor	Variação (%)	2 Anos		5 Anos	
			Valor	Variação (%)	Valor	Variação (%)
1980 - Janeiro	487,83		649,13		628,37	
Fevereiro	508,33		674,03		648,11	
Março	527,14	54,15	698,11	106,01	672,98	127,14
Abril	546,64		737,27		705,72	
Maio	566,86		766,82		734,20	
Junho	586,13	55,25	795,92	110,68	766,99	130,31
Julho	604,89		829,75		791,71	
Agosto	624,25		863,47		817,40	
Setembro	644,23	56,28	893,50	99,67	844,26	103,68
Outubro	663,56		951,80		891,67	
Novembro	684,79		979,10		916,21	
Dezembro	706,70	50,78	1.016,49	62,27	954,46	56,72
1981 - Janeiro	738,50		1.053,77		998,74	
Fevereiro	775,43		1.094,58		1.047,64	
Março	825,83	56,66	1.155,52	65,52	1.107,84	64,62
Abril	877,86		1.218,13		1.141,82	
Maio	930,53		1.275,42		1.207,04	
Junho	986,36	68,28	1.345,04	68,99	1.286,45	67,73
Julho	1.045,54		1.447,19		1.381,41	
Agosto	1.108,27		1.524,63		1.473,08	
Setembro	1.172,55	82,01	1.555,50	74,09	1.565,06	65,38
Outubro	1.239,39		1.632,65		1.672,35	
Novembro	1.310,04	95,57	-	-	1.779,06	94,16
Dezembro	1.362,09		-		1.853,20	



LETRAS DO TESOIRO NACIONAL
SALDO EM CIRCULAÇÃO - EMISSÕES E RESGATES

Cr\$ milhões

ANO	EMIÇÃO				RESGATE				SALDO EM CIRCULAÇÃO						
	42d.	91d.	182d.	365d.	Total	42d.	91d.	182d.	365d.	Total	42d.	91d.	182d.	365d.	Total
1970	2.068	110	-	-	2.178	1.478	-	-	-	1.478	590	110	-	-	700
1971	150	10.550	-	-	10.700	740	6.780	-	-	7.520	-	3.880	-	-	3.880
1972	-	17.904	6.500	-	24.404	-	16.880	1.200	-	18.080	-	4.904	5.300	-	10.204
1973	-	18.400	17.200	5.600	41.200	-	20.004	14.000	-	34.004	-	3.300	8.500	5.600	17.400
1974	-	14.800	14.400	5.300	34.500	-	14.600	16.900	5.600	37.100	-	3.500	6.000	5.300	14.800
1975	-	34.250	34.650	8.000	76.900	-	28.250	20.750	5.300	54.300	-	9.500	19.900	8.000	37.400
1976	-	52.700	72.700	15.400	140.800	-	49.198	51.598	8.000	108.796	-	13.002	41.002	15.400	69.404
1977	-	93.500	132.000	21.000	246.500	-	80.502	99.002	15.399	194.903	-	26.000	74.000	21.000	121.001
1978	-	145.000	223.000	29.000	397.000	-	126.496	175.996	21.001	323.493	-	44.504	121.004	29.000	194.508
1979	-	193.500	315.000	38.000	546.500	-	189.504	256.003	29.000	474.507	-	48.500	180.001	38.000	266.501
1980	-	285.000	230.500	40.000	555.500	-	211.500	317.001	38.000	566.501	-	122.000	93.500	40.000	255.500
1981	-	774.000	862.000	244.000	1.880.000	-	636.000	360.500	40.000	1.036.500	-	260.000	595.000	244.000	1.099.000



PROGRAMAÇÃO E DESEMPENHO DE CAIXA DO TESOURO



PROGRAMAÇÃO E DESEMPENHO DE CAIXA DO TESOURO (*)

A política econômica fixada pelo Governo para 1981 foi estruturada de modo a se alcançar gradual eliminação das pressões inflacionárias e o equilíbrio no Balanço de Pagamentos, assegurando, entretanto, a manutenção de razoável ritmo de crescimento do produto, com vistas a manter um nível adequado de emprego.

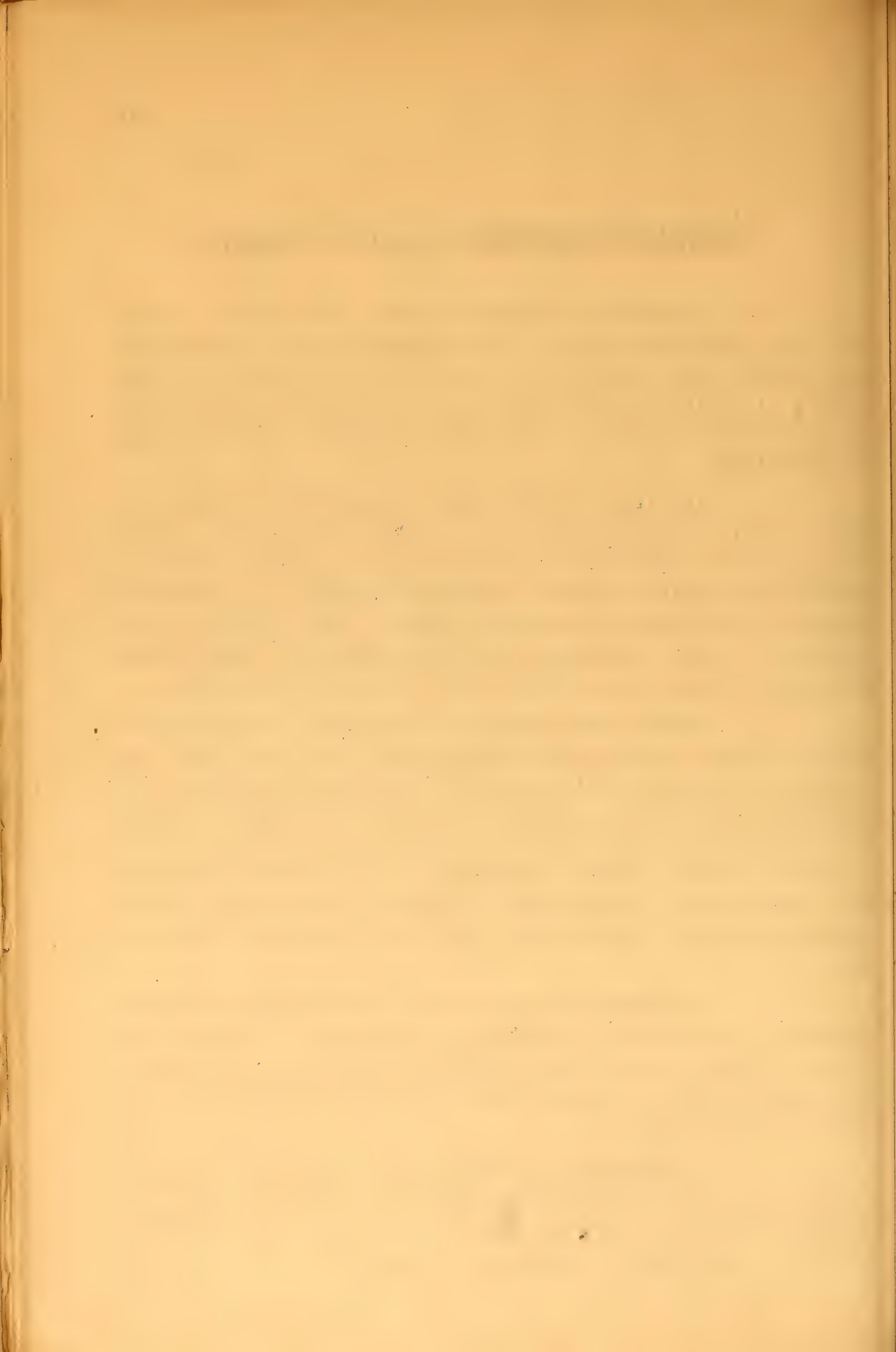
Importante seria, então, estabelecer um amplo controle e perfeito entrosamento dos diversos instrumentos monetários, fiscais e cambiais. O disciplinamento do setor público, através da integração entre o orçamento monetário, o orçamento fiscal e o orçamento das empresas estatais, como já esboçado no exercício de 1980, continuou a ser de fundamental importância para que as metas estabelecidas para 1981 fossem alcançadas.

Dentro desse contexto, novamente e em proporções maiores, foram incluídos no orçamento fiscal recursos para fazer face ao serviço da dívida pública interna, à cobertura de dispêndios com subsídios ainda indispensáveis na área de consumo, bem como de dotações para programas governamentais, tais como preços mínimos, estoques reguladores etc, sabendo salientar que, anteriormente, todos esses programas eram atendidos via orçamento monetário, quase sempre com reflexos negativos na economia.

O Orçamento Geral da União foi elaborado em bases austeras e com rigorosa contenção de dispêndios, de forma condizente, portanto, com as dificuldades conjunturais existentes, mas permitindo que os compromissos assumidos anteriormente pudessem ser realizados.

A Programação Financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1981, definida pelo Decreto nº 85.585, de 29 de dezembro de 1980, objetivou garantir a manutenção do crescimen

(*) Fonte: Comissão de Programação Financeira



to das atividades públicas, respeitados os limites exigidos pelas demais áreas da economia que sofrem as influências da drenagem de recursos para a efetivação dos gastos públicos.

Além disso, repetiu disposições administrativas de anos anteriores, que deveriam ser seguidas pelos órgãos e Ministérios beneficiários dos recursos, dentre as quais a não utilização dos recursos destinados a "Pessoal e Encargos Sociais" como compensação para crédito a "Outros Custeios" e "Capital", bem como a necessidade de se esgotarem as dotações de "Outros Custeios" e "Capital" como condição para a abertura de créditos suplementares com recursos da Reserva de Contingência.

Tendo em vista o determinado pelo Decreto-lei nº 1.754/79, com o objetivo de se reduzir gradualmente o montante de recursos orçamentários com destinação específica, a Comissão de Programação Financeira ficou responsável, no corrente exercício, pela liberação de uma parcela maior do orçamento fiscal.

Assim, foram liberados os recursos determinados orçamentariamente pelas fontes: 00 - recursos ordinários; e 29 - recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Para tanto, tornou-se necessário vedar a distribuição daqueles recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento - fonte 29 - pelo Banco do Brasil S.A., fazendo com que eles permanecessem na conta "Receita da União" até sua liberação, através do mecanismo de cotas de despesa.

Para assegurar resultados financeiros de acordo com as definições políticas adotadas, foi apartada a parcela de 15% (quinze por cento) das dotações de "Outros Custeios" e "Capital", no Poder Executivo, e, considerada como despesa "A Programar".



TESOURO NACIONAL
 "OUTRAS DESPESAS CORRENTES" E "CAPITAL"
 (Exclusive Pessoal e Vinculações)

Em Cr\$ 1.000

ÓRGÃOS E MINISTÉRIOS	TOTAL	Despesa Programada	A Programar
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	11.209.871	9.528.390	1.681.481
Gabinete da Pres. República	390.640	332.044	58.596
Gab. Vice-Pres. República ..	40.000	34.000	6.000
Conselho Seg. Nacional ...	1.974.600	1.678.410	296.190
Serv. Nac. Informações	154.990	131.741	23.249
Estado Maior F. Armadas ...	283.161	240.687	42.474
Escola Superior de Guerra.	49.645	42.198	7.447
Consult. Geral República ..	6.200	5.270	930
Dep. Adm. Serviço Público ..	553.200	470.220	82.980
Esc. Nac. Informações	86.535	73.555	12.980
Hosp. Forças Armadas	214.900	182.665	32.235
SEPLAN	892.815	758.893	133.922
SEPLAN-Ent. Supervis.	5.269.152	4.478.779	790.373
SECOM	592.100	503.285	88.815
SECOM-Ent. Supervis.	701.933	596.643	105.290
MINISTÉRIOS	241.663.206	205.413.725	36.249.481
Aeronáutica	13.753.269	11.690.279	2.062.990
Agricultura	29.056.759	24.698.245	4.358.514
Comunicações	2.326.000	1.977.100	348.900
Educação e Cultura	19.580.392	16.643.333	2.937.059
Exército	17.766.476	15.101.505	2.664.971
Fazenda	9.407.284	7.996.191	1.411.093
Indústria e do Comércio ..	14.277.931	12.136.241	2.141.690
Interior	12.236.491	10.401.017	1.835.474
Justiça	1.712.600	1.455.710	256.890
Marinha	8.124.292	6.905.648	1.218.644
Minas e Energia	10.846.800	9.219.780	1.627.020
Prev. Assistência Social ..	22.417.050	19.054.493	3.362.557
Relações Exteriores	7.287.000	6.191.950	1.095.050
Saúde	10.228.439	8.694.173	1.534.266
Trabalho	2.799.840	2.379.864	419.976
Transportes	59.842.583	50.866.196	8.976.387
TOTAL	252.873.077	214.942.115	37.930.962

FONTE: Comissão de Programação Financeira e Lei nº 6.867, de 3 de dezembro de 1980.



Convém ressaltar que, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.815, de 9 de dezembro de 1980, foi vedado o comprometimento de dotações orçamentárias, sob forma de empenho, provisão ou destaque, à conta dos recursos financeiros referentes à despesa "A Programar".

Ademais, com o intuito de evitar a ociosidade dos recursos públicos, permaneceu a limitação exigindo que o saldo das contas mantidas pelos Órgãos e Ministérios no Banco do Brasil S/A e na Caixa Econômica Federal não ultrapassasse a 10% (dez por cento) do montante da cota liberada no mês anterior.

RECURSOS

A receita efetiva do Tesouro Nacional, no exercício de 1981, totalizou Cr\$2.261.969 milhões, correspondendo a um crescimento nominal de 85,5% sobre os Cr\$1.219.418 arrecadados em 1980 e 19,8% superior ao valor estimado no Orçamento.

O quadro a seguir apresenta a discriminação desse desempenho.



TESOURO NACIONAL
RECEITA EFETIVA

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	Variação 81/80	Cr\$ milhões	
				PARTIC. %	
				1980	1981
1. REC. TRIBUTÁRIA (A+B)	958.208	1.837.315	91,7	78,6	81,2
A - IMPOSTOS	878.348	1.716.658	95,4	72,1	75,9
Renda	306.981	640.432	108,6	25,2	28,3
Prod. Industrializ..	263.182	500.897	90,3	21,6	22,1
Importação	87.723	138.283	57,6	7,2	6,1
Exportação	19.252	12.359	-35,8	1,6	0,5
Energia Elétrica ..	27.137	60.377	122,5	2,2	2,7
Minerais	9.311	17.543	88,4	0,8	0,8
Lub. Comb. e Adic. ..	51.227	59.347	15,8	4,2	2,6
Transp. Rodoviário..	9.799	19.676	100,8	0,8	0,9
Atrib. União nos Ter.	611	1.699	178,1	-	0,1
Operações Financ...	103.125	266.045	158,0	8,5	11,8
B - TAXAS	79.860	120.657	51,1	6,5	5,3
Melhoramentos Portos	14.314	21.908	53,1	1,2	0,9
Rodoviária Única ..	40.904	63.023	54,1	3,3	2,8
Fisc. Telecomun. ...	164	396	141,5	-	-
Cota de Previdência	24.478	35.330	44,3	2,0	1,6
2. OUTRAS RECEITAS*	261.210	424.654	62,6	21,4	18,8
3. RECURSOS (1+2)	1.219.418	2.261.969	85,5	100,0	100,0

FONTE: Banco Central do Brasil.

* Inclui Receitas a Classificar e Recursos em Trânsito.

A receita tributária, com uma soma de Cr\$1.837.315 milhões e representando 81,2% do total de recursos arrecadados pelo Tesouro Nacional, teve um crescimento nominal de 91,7% sobre 1980. Os recursos classificados como "Outras Receitas" somaram Cr\$424.654 milhões, traduzindo um crescimento de 61,8%.

O Imposto de Renda, com um total de Cr\$640.432 milhões, foi a principal fonte de recursos do Tesouro Nacional, com uma participação de 28,3% no total de ingressos. O desdobramento do Imposto de Renda pelos seus principais componentes foi



na evidente que o recolhimento proveniente da arrecadação na fonte é a maior parcela desse tributo.

Por outro lado, é de se notar que a arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas foi a que mais cresceu, conforme o quadro a seguir:

IMPOSTO DE RENDA

ITENS	1980	1981	Variação 81/80	Cr\$ milhões	
				PARTIC. %	
				1980	1981
Pessoa Física	18.891	38.740	105,1	6,2	6,0
Pessoa Jurídica + Adicional .	77.297	172.674	123,4	25,2	27,0
Retido na Fonte	202.413	425.763	110,3	65,9	66,5
Retido na Fonte - Estados, DF e Municípios	8.380	3.255	-61,2	2,7	0,5
TOTAL	306.981	640.432	108,6	100,0	100,0

FONTE: Banco do Brasil S.A.

OBS.: Exclui Restituições.

Cabe ressaltar que os referidos valores poderiam ser bem superiores, não fossem as restituições que totalizaram Cr\$123.337 milhões, sendo Cr\$1.350 milhões às pessoas jurídicas e Cr\$121.987 milhões às pessoas físicas e que são abatidas no próprio montante da arrecadação.

RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

ITENS	1980	1981	Cr\$ milhões
			Variação %
Pessoa Jurídica	920	1.350	46,7
Pessoa Física	58.398	121.987	108,9
Em espécie	46.445	102.007	119,6
C.C.A.	11.953	19.980	67,2
TOTAL	59.318	123.337	107,9

FONTE: Banco do Brasil S.A.



O segundo imposto em importância para a receita do Tesouro foi o imposto sobre Produtos Industrializados, com uma arrecadação de Cr\$500.897 milhões, representando crescimento nominal de 90,3% sobre 1980. Ressalte-se que indústria de fumo contribuiu com Cr\$223.973 milhões, com incremento de 123,6% em relação a 1980, enquanto os demais produtos arrecadaram para os cofres públicos Cr\$276.924 milhões, com apenas 59,9% de crescimento nominal.

Da mesma forma que o imposto de renda, o valor referente a esse imposto poderia ser bem superior não fossem as restituições efetuadas aos contribuintes e que alcançaram Cr\$. Cr\$90.315 milhões, com uma variação nominal de 211,4% sobre os Cr\$29.001 milhões restituídos em 1980, refletindo as medidas adotadas com vistas ao revigoramento do crédito-prêmio à exportação.

Merece especial referência o imposto sobre operações financeiras que canalizou para o Tesouro Nacional recursos da ordem de Cr\$266.045 milhões, significando aumento nominal de 158% sobre 1980.

Através dos impostos especiais - Energia Elétrica, Minerais, Lubrificantes e Combustíveis - foram canalizados ingressos da ordem de Cr\$137.267 milhões, merecendo destaque o imposto sobre Energia Elétrica que teve um aumento superior à inflação, com expansão de 122,5%.

IMPOSTOS ESPECIAIS

ITENS	Cr\$ milhões		
	1980	1981	Variação %
Energia Elétrica	27.137	60.377	122,5
Minerais	9.311	17.543	88,4
Lubrificantes e Combustíveis.	51.227	59.347	15,8
TOTAL ...	87.675	137.267	156,9



O imposto de importação, com uma arrecadação de Cr\$138.283 milhões, apresentou baixo crescimento (57,6%) em relação ao ano de 1980. O comportamento desse tributo indica o acerto da política econômica do governo, ao se reduzirem as importações, com reflexos nos resultados favoráveis que vêm sendo alcançados na balança comercial.

Cabe ressaltar o Imposto de Exportação que registrou queda em sua arrecadação em relação ao ano anterior (-35,8%) fato que se explica pelas diretrizes do governo, no sentido de retirar a incidência do tributo para muitos produtos vendidos no mercado externo.

DESPESA

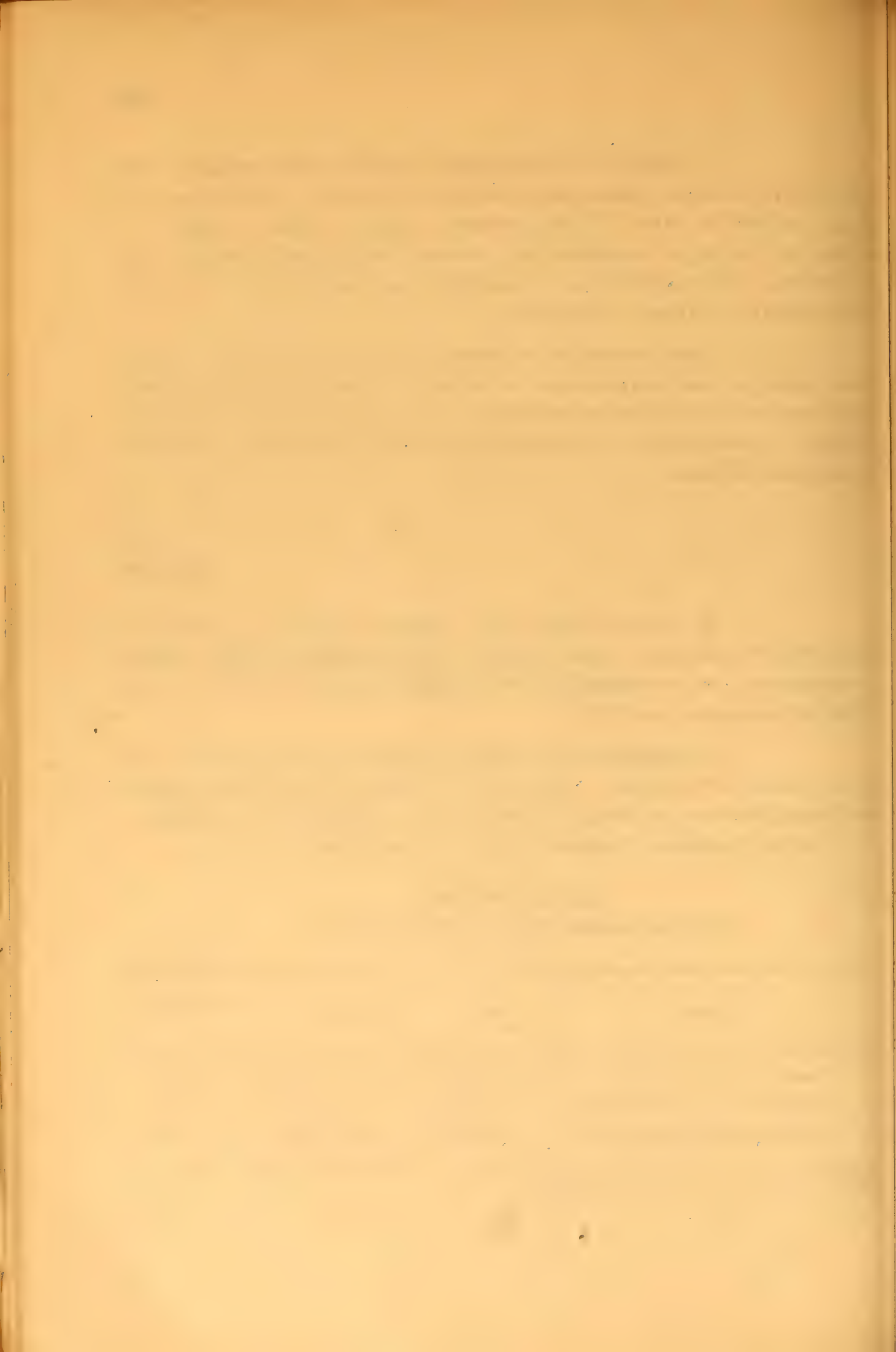
A despesa efetiva do Tesouro Nacional alcançou Cr\$2.258.929 milhões, superior em 19,6% a fixada na Lei de Metas e traduzindo um incremento de 85,6% sobre os Cr\$1.217.383 milhões dispendidos em 1980.

A despesa autorizada totalizou Cr\$2.361.600 milhões tendo permanecido, entretanto, Cr\$102.671 milhões à ordem dos beneficiários no Banco do Brasil S/A (Cr\$100.248 milhões), e na Caixa Econômica Federal (Cr\$2.425 milhões).

TESOURO NACIONAL DESPESA AUTORIZADA E DESPESA EFETIVA

ITENS	Cr\$ milhões		
	1980	1981	Variação %
A. Despesa Autorizada	1.275.305	2.361.600	85,2
B. Recursos não Utilizados	57.922	102.671	77,3
C. Despesa de Caixa(A-B)	1.217.383	2.258.929	85,6

FONTE: Banco Central do Brasil



Das liberações de cotas, Cr\$22.295 milhões (1,48) foram repassadas para efetivar pagamentos no exterior. Em virtude de de desvalorização do cruzeiro, nesse período, as despesas no exterior consumiram Cr\$5.353 milhões da dotação da "Reserva para Diferença de Câmbio", fixada em Cr\$6.300 milhões.

Do montante de recursos liberados por cota no País, Cr\$37.731 milhões (2,5%) foram autorizados a ficar em depósito na Caixa Econômica Federal. Aproveitando a faculdade estabelecida pelo Decreto-lei nº 1.442/76, utilizaram-se dessas transferências o Ministério da Educação e Cultura (Cr\$24.387 milhões), o Ministério da Saúde (Cr\$5.100 milhões) e o Ministério do Interior (Cr\$940 milhões).

Em caráter excepcional, foram realizadas transferências para o Ministério da Justiça (Cr\$6.492 milhões) e para a SEPLAN-PR (Cr\$812 milhões).

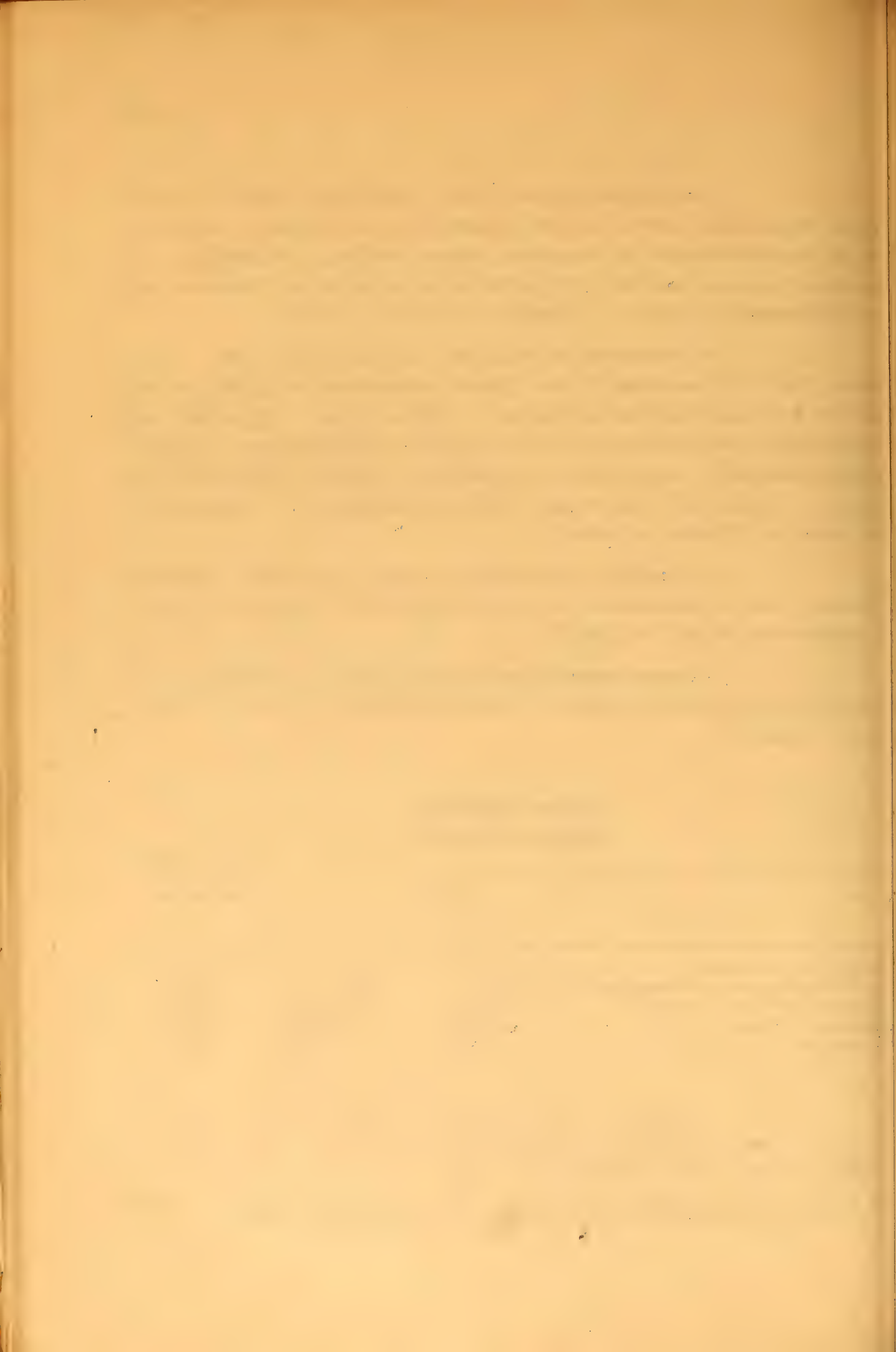
O comportamento da Despesa Efetiva, segundo o conceito da utilização do gasto, comparativamente ao ano de 1980, foi o seguinte:

TESOURO NACIONAL
DESPESA DE CAIXA

ITENS (*)	Cr\$ milhões		
	1980	1981	Variação %
Cotas de Despesas	715.911	1.508.781	110,8
Distrib.Receita Vinculada .	288.710	390.769	35,4
Fundos de Participação	97.685	222.654	127,9
Restos a Pagar	18.532	24.506	32,2
Diversos	96.545	112.219	16,2
TOTAL	1.217.383	2.258.929	85,6

FONTE: Banco Central do Brasil

(*) Valores efetivos, i.e., sem levar em consideração os valores que permaneciam em depósito ao final do exercício.



De acordo com a discriminação da despesa gerada da pelo Banco do Brasil S.A., os gastos realizados por conta dos recursos vinculados, inclusive através dos fundos de Participação, alcançaram Cr\$613.423 milhões, correspondendo a 27,7% do dispêndio efetivo do Tesouro Nacional.

A seguir, apresentam-se os benefícios dos recursos liberados:



RECURSO ORÇAMENTAL
PODER DE GASTO
VALORES ACUMULADOS ATÉ DEZEMBRO

197

MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS	ORÇAMENTO, CREDITOS ADIC. E RESTOS A PAGAR A	LIBERADO		RESTOS A PAGAR D	LIBERAÇÃO ACUMULADA E = B+C+D
		PAÍS B	EXTERIOR C		
Câmara dos Deputados	9.819.974	9.429.030	-	381.300	9.810.330
Senado Federal	6.901.496	6.796.580	-	96.896	6.893.476
Tribunal de Contas da União	2.135.440	2.127.495	-	7.661	2.135.156
Supremo Tribunal Federal	652.698	636.483	-	14.688	651.171
Tribunal Federal de Recursos	1.015.118	939.795	-	48.490	988.285
Justiça Militar	969.369	956.330	-	12.689	969.019
Justiça Eleitoral	3.520.948	3.455.442	-	55.924	3.511.366
Justiça do Trabalho	10.304.647	10.234.682	-	66.696	10.301.378
Justiça Federal de 1ª Instância	2.137.528	2.129.076	-	8.452	2.137.528
Justiça do Distrito Federal e Territórios	1.220.922	1.191.745	-	27.592	1.219.337
Presidência da República	51.016.701	48.027.050	804.669	1.687.683	50.519.402
Ministério da Aeronáutica	60.210.062	53.827.885	5.014.484	1.367.692	60.210.061
Ministério da Agricultura	62.710.304	59.673.207	128.481	1.898.996	61.700.684
Ministério das Comunicações	4.203.479	3.648.041	58.464	145.460	3.851.965
Ministério da Educação e Cultura	145.852.304	143.457.592	597.200	1.729.571	145.784.363
Ministério do Exército	97.032.216	92.785.401	989.582	2.960.995	96.735.978
Ministério da Fazenda	38.039.908	36.708.777	-	763.492	37.472.269
Ministério da Indústria e do Comércio	24.242.169	22.658.726	565.520	321.277	23.545.523
Ministério do Interior	91.826.378	88.266.220	1.354	3.558.547	91.826.121
Ministério da Justiça	9.594.281	9.422.138	3.494	163.164	9.588.796
Ministério da Marinha	57.324.668	53.211.196	3.344.778	766.934	57.322.908
Ministério das Minas e Energia	52.638.572	51.998.875	170.760	437.698	52.637.333
Ministério da Prev. e Assist. Social	75.628.102	75.304.258	3.200	317.260	75.624.718
Ministério das Relações Exteriores	13.790.464	3.280.097	10.254.245	138.785	13.673.127
Ministério da Saúde	31.917.756	30.420.102	168.132	873.829	31.462.063
Ministério do Trabalho	9.017.015	8.428.593	2.496	143.360	8.574.449
Ministério dos Transportes	157.487.993	156.090.168	87.948	1.226.334	157.404.450
Fazenda - Encargos Gerais da União	11.548.525	10.411.789	-	624.863	11.036.198
PLAN - Encargos Gerais da União	148.250.455	146.748.184	100.480	1.061.828	147.910.552
PLAN - Encargos Gerais da União	9.126.678	8.169.243	-	957.435	9.126.678
DASP - Encargos Gerais da União	6.951.069	6.942.814	-	8.062	6.950.876
Fundo Nacional do Desenvolvimento	64.049.053	61.917.665	-	737.653	62.655.318
SEPLAN - FNADU	10.000.000	10.000.000	-	-	10.000.000
Transferências - Fazenda	3.241.881	3.266.100	-	2.161	3.269.941
Transferências - GDP	36.211.767	33.341.688	-	1.869.958	36.211.767
Enc. Finan. Paz	210.605.872	210.101.421	-	3.536	210.105.259
Enc. Prev. Paz	628.698	-	-	-	-
Transferências - Contingência	-	-	-	-	-
TOTAL	1.592.549.008	1.529.461.489	22.295.287	24.505.820	1.576.262.596



RESULTADO DE CAIXA

Do confronto entre as contas de receita e despesa do Tesouro Nacional resultou um superávit de Caixa de Cr\$1.040 milhões.

TESOURO NACIONAL
RESULTADO DE CAIXA

ITENS	Cr\$ milhões		
	1980	1981	Variação %
Receita de Caixa	1.219.418	2.261.969	85,5
Despesa	1.217.383	2.258.929	85,6
RESULTADO DE CAIXA	2.035	3.040	49,4

No tocante às operações financeiras, os recursos do Tesouro Nacional estavam assim alocados:

TESOURO NACIONAL
RECURSOS LÍQUIDOS

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões
FONTES DE RECURSOS	<u>372.745</u>
Resultado da Execução Orçamentária	3.040
Endividamento junto ao Público	551.835
Dívida Mobiliária	551.604
Depósitos de Contribuintes	231
Outras Operações	- 182.130
RECURSOS LÍQUIDOS	<u>372.745</u>
Junto às Autoridades Monetárias	370.320
Junto à Caixa Econômica Federal	2.425

FONTE: Banco Central do Brasil



Durante todo o exercício de 1981, o Tesouro atuou intensamente como um fator contracionista sobre a oferta monetária, permitindo que ao final do ano tivesse aumentado em Cr\$. ... Cr\$370.320 milhões os seus recursos junto às Autoridades Monetárias, principalmente em função da elevada colocação líquida de títulos federais junto ao Público (Cr\$551.604 milhões).

PROGRAMAS ESPECIAIS

As liberações de recursos aos Programas Especiais (PIN e PROTERRA), no exercício de 1981, totalizaram Cr\$48.513 milhões, sendo Cr\$30.595 milhões através do PIN e Cr\$17.918 milhões através do PROTERRA.

PROGRAMAS ESPECIAIS

ANO PROGRAMA	Cr\$ milhões		
	1980	1981	Variação %
PIN	21.524	30.595	42,1
PROTERRA	15.317	17.918	17,0
TOTAL ..	36.841	48.513	31,7

O montante liberado corresponde a 96,4% da dotação orçamentária (Cr\$50.330 milhões) para 1981, tendo sido canalizados para o atendimento não só da programação referente ao corrente exercício mas, também, de exercícios anteriores, tendo em vista que a entrega desses recursos obedece às necessidades efetivas de cada programa ou projeto, de acordo com os cronogramas apresentados.

Sob a ótica de liberação por funções, a que mais se destacou foi a de "Desenvolvimento Regional", com Cr\$40.131



milhões, canalizados para a promoção do desenvolvimento econômico e social de determinadas regiões carentes, com a finalidade de integrá-las ao processo de desenvolvimento nacional.

PROGRAMAS ESPECIAIS LIBERAÇÕES POR FUNÇÕES

		Cr\$ milhões		
FUNÇÕES	FONTE DE RECURSOS	PIN	PROTERRA	TOTAL
Agricultura		-	1.598	1.598
Desenvolvimento Regional		24.262	15.970	40.232
Saúde e Saneamento		2.322	-	2.322
Assistência e Previdência		135	-	135
Transportes		3.876	350	4.226
	TOTAL .	30.595	17.918	48.513

FONTE: Comissão de Programação Financeira

A nível de programas ou projetos, o Programa de Irrigação do Nordeste foi o maior beneficiado, tendo sido contemplado com Cr\$9.810 milhões, transferidos integralmente do PIN, representando 20,2% do total liberado.

O POLONORDESTE vem a seguir, com Cr\$9.668 milhões, provenientes de Cr\$334 milhões do PIN e Cr\$9.334 milhões do PROTERRA. Por sua vez ao POLAMAZÔNIA foram distribuídos Cr\$5.591 milhões, sendo Cr\$5.091 milhões do PIN e Cr\$500 milhões do PROTERRA.

Outros dois beneficiários que merecem destaque são o Projeto Sertanejo e o Programa de Recursos Hídricos com Cr\$2.167 milhões e Cr\$2.400 milhões, respectivamente.

Na distribuição dos recursos dos Programas Especiais por Ministérios, o maior beneficiado foi o do Interior, que absorveu 54,3% (Cr\$26.357 milhões) das liberações, seguido pelos da Agricultura (Cr\$8.380 milhões) e dos Transportes (Cr\$6.085 milhões) que receberam, juntos, 27,8% das parcelas liberadas.



RESERVA ESPECIAL DO FUNDO ESPECIAL

Atendendo Exposição de Motivos da SEPLAN-PR, e Senhor Presidente da República autorizou que se procedesse a alterações, para o exercício financeiro de 1981, no tocante à distribuição dos recursos do Fundo Especial.

Assim é que foi reduzido de 70 para 61,5 o percentual dos recursos do Fundo Especial que deveria ser transferido aos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, bem como aos Estados das Regiões Norte e Nordeste e do Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás, segundo coeficientes de participação estabelecidos.

Dessa maneira, o percentual a ser aplicado sobre os recursos do Fundo Especial, para a formação da Reserva Especial, que tem como finalidade atender ao financiamento de projetos prioritários de desenvolvimento, foi elevado de 30 para 38,5.

Como se observa no quadro a seguir, no exercício de 1981, foi liberado aos Estados e Territórios o montante de Cr\$7.827 milhões, equivalendo a 189,7% sobre os Cr\$2.702 milhões liberados em 1980, sendo este elevado crescimento reflexo da medida anteriormente citada.

RESERVA ESPECIAL DO FUNDO ESPECIAL

REGIÕES	1980	1981	Variação %	Cr\$ milhões	
				PARTICIPAÇÃO	
				1980	1981
Norte	37	959	2.491,9	1,4	12,3
Nordeste	1.458	3.496	139,8	54,0	44,7
Sudeste	463	582	25,7	17,1	7,4
Sul	120	269	124,2	4,4	3,4
Centro Oeste	624	2.521	304,0	23,1	32,2
TOTAL ..	2.702	7.827	189,7	100,0	100,0

FONTE: Comissão de Programação Financeira



ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (*)

A formulação e execução da política tributária, em 1981, foram orientadas no sentido de aperfeiçoar sua eficiência operacional, ao nível de suas projeções regionais, e de assessorar o Ministro da Fazenda na formulação da política tributária.

Mereceu especial atenção, também, o acompanhamento e avaliação dos efeitos resultantes dos atos legais baixados no exercício precedente, cujo objetivo maior era contribuir para a eliminação do déficit orçamentário e favorecer o controle da balança comercial.

No presente exercício, como atos legais de maior importância, destacam-se o Decreto nº 85.697/81, que deu seqüência à filosofia implantada pelo Decreto-Lei nº 1.888/79 que, entre outros, reduziu a zero as alíquotas de IPI de uma ampla gama de bens de consumo popular e o Decreto-Lei nº 1.885/81, que elevou de 5% para 10% o adicional do Imposto de Renda aplicável aos lucros excedentes que sejam auferidos por instituições financeiras e empresas de arrendamento mercantil.

MEDIDAS LIGADAS À REDISTRIBUIÇÃO PESSOAL DAS RENDAS

Nesse campo, as medidas mais relevantes foram to

(*) Fonte: Secretaria da Receita Federal



medidas na área do Imposto de Renda de Pessoa Física e Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Antecipação da Correção da Tabela do Imposto de Renda na Fonte sobre o Trabalho

A aplicação da Tabela de Fonte sobre os rendimentos do trabalho, vigente em 1981, vinha apresentando duas distorções.

De um lado, gravava pesadamente esses rendimentos comprimindo por demais a renda disponível dessa classe de contribuintes. De outro, projetava para 1982 problemas de caixa para o governo, na medida em que acrescia substancialmente o volume monetário de restituições desse exercício.

À vista disso, objetivando reduzir o impacto dessas distorções, foi editada a Portaria nº 210, de 3 de setembro de 1981, antecipando para 1º de outubro de 1981 a atualização dos valores constantes da referida tabela.

Além disso, ressalte-se que o índice de atualização de 1,90 deverá possibilitar que, mesmo em 1982, uma ampla faixa de contribuintes passe a ter menores descontos em termos reais, principalmente devido à menor evolução dos reajustes salariais, em decorrência da queda da taxa de inflação.

Melhoria da Progressividade do Imposto de Renda - Pessoa Física

Através do Decreto-lei nº 1.887, de 20 de outubro de 1981, foram adotadas duas importantes medidas na esfera do IRPF, de sorte a corrigir distorções de caráter regressivo que impediam seu desempenho como instrumento redistribuidor de renda.

Assim é que, do lado dos incentivos fiscais, foram atenuados os limites de redução do imposto, em decorrência



de investimentos incentivados, bem como diminuídos os percentuais aplicáveis sobre o imposto líquido devido, para efeito de gozo do benefício estabelecido pelo Decreto-lei nº 157/67.

Ainda pelo citado ato legal foram suprimidos da legislação do imposto de renda os abatimentos relativos a prêmios de seguro (de vida e de acidentes pessoais) e juros de dívidas pessoais, uma vez que estes abatimentos estavam favorecendo, em termos de redução do imposto, os estratos de renda mais elevada.

De outro lado, objetivando aliviar a carga fiscal das classes de menor renda, foram elevados para Cr\$100 mil os limites de juros pagos ao SFH pela aquisição da casa própria e de abatimento a título de aluguel.

Benefício aos Mutuários do SFH

Através do Decreto-lei nº 1.851, de 27 de janeiro de 1981, foi elevado de Cr\$3.000,00 para Cr\$4.464,00 o limite mínimo e mantido em Cr\$7.800,00 o limite máximo de ressarcimento, via Imposto de Renda das Pessoas Físicas, de parte das prestações ocorridas com a aquisição de casa própria.

A fixação de limites, como se recorda, foi necessária para que o percentual de 12% então estabelecido não viesse a beneficiar relativamente mais os contribuintes de elevada classe de rendas.

Agora, de forma a permitir que apenas os contribuintes de menor renda sejam os reais beneficiários da medida, o governo houve por bem manter inalterado o limite máximo.

Deve ser ressaltado que o referido incentivo tem forte conteúdo redistributivista, possuindo características de imposto de renda negativo pois, mesmo que o mutuário nunca tenha sido contribuinte, é-lhe permitido receber contribuição específica do Estado.

Redução a Zero da Alíquota do Imposto Sobre Produtos Industrializados de Bens de Consumo Popular

Em continuidade à filosofia implantada através do Decreto-lei nº 1.686/79, que realocou a carga tributária do Imposto Sobre Produtos Industrializados, transferindo o ônus do imposto incidente sobre bens de consumo popular e matérias-primas básicas para produtos de menor essencialidade, foram baixados os Decretos números 85.697, de 4 de fevereiro de 1981, e 86.155, de 26 de junho de 1981.

MEDIDAS LIGADAS DO DESENVOLVIMENTO DE SETORES PRIORITÁRIOS

Destacam-se nessa área os atos legais destinados a facilitar o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas ao petróleo importado, à expansão da indústria naval e de computadores eletrônicos.

Estímulo à Produção de Veículos Elétricos

Pelo Decreto nº 85.948, de 28 de abril de 1981, foi editada Nota Complementar de nº 87-5 à Tabela de Imposto Sobre Produtos Industrializados, dispondo que os veículos, quando movidos por motor elétrico, têm sua alíquota reduzida para zero.

A medida visa a tornar viável a aquisição desses veículos, que se oferecem como promissora alternativa aos veículos movidos por derivados do petróleo.

Estímulo ao Transporte Naval

A fim de permitir a armação brasileira condições



de manter o atual nível de participação da bandeira nacional, da ordem de 50%, na geração do total dos fretes decorrentes do nosso intercâmbio comercial, foi editado o Decreto-lei número 1.856, de 10 de dezembro de 1981, autorizando o Sr. Ministro da Fazenda a conceder isenção de imposto de importação e sobre produtos industrializados, relativamente a navios especializados, sem similar nacional, e desde que aprovado pela SUNAMAU.

Estímulo à Produção Nacional de Petróleo

Objetivando acelerar a produção interna de petróleo, a fim de se reduzir a dependência do suprimento externo, foi baixado o Decreto-lei nº 1.578, de 23 de julho de 1981, prorrogando até 31 de dezembro de 1983 os prazos para fruição dos benefícios instituídos pelo Decreto-lei nº 1.703/79.

Este último, como se recorda, entre outras medidas, dispensou do cumprimento das normas de similaridade a importação de peças destinadas à utilização na Bacia de Campos e Plataforma Continental, de sorte a agilizar os trabalhos de produção petrolífera nessas áreas.

Estímulo à Utilização Industrial do Alcool Etílico Hidratado "In Natura"

Através do Decreto nº 86.340, de 02 de setembro de 1981, foi reduzida de 8% para zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre o álcool etílico hidratado "in natura".

A medida objetivou estimular o uso do referido insumo em processos industriais de transformações químicas, recendo-se, assim, como mais um efetivo substituto ao emprego de insumos derivados do petróleo.

Estímulo à Indústria de Equipamentos para Processamento de Dados

Em 1972, quando ainda era nascente a indústria brasileira de equipamentos para processamento de dados, foi reduzida para 10%, pelo Decreto nº 71.212, de 05 de outubro de 1972, a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre "computador eletrônico incluindo equipamento periférico".

Aquele ato objetivou claramente impulsionar este tipo de indústria, que envolve tecnologia altamente desenvolvida, viabilizando sua consolidação ao longo dos anos. O papel por ela desempenhado, dos mais importantes, é indispensável à economia nacional. Não são os denominados sistemas completos são hoje produzidos no país, como também os periféricos e toda uma série de componentes.

Entretanto, no que tange à tributação destes produtos pelo IPI, constatava-se uma inconveniente desigualdade.

Com efeito, a Posição 84.53.00.00 da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 84.338, de 26 de dezembro de 1979 (TIPI/79), apresentava para as unidades centrais de processamento (UCP), alíquotas de 10%, enquanto que todos os demais produtos deste Código eram tributados com 18%.

O fato de tributar-se o principal com 10% e o secundário com 18%, vinha causando sérias distorções quando do fornecimento isolado de componentes, conforme levantamentos realizados pela Secretaria de Informática do Conselho de Segurança Nacional, frustrando os objetivos visados pelo Decreto nº 71.212/72, cujas razões ainda persistem.

Ante o exposto, foi editado o Decreto nº 86.175, de 02 de julho de 1981, reduzindo para 10% as alíquotas dos demais produtos da Posição 84.53.00.00, assim como daquelas referentes às Subposições 84.55.14.00, 92.12.07.00 e 92.12.08.00, diretamente vinculadas aos computadores eletrônicos.



MEDIDAS LIGADAS AO EQUILÍBRIO DA BALANÇA COMERCIAL

Por persistirem as razões que motivaram a edição do Decreto-lei nº 1.334/74, que instituiu sobretaxas às tarifas do imposto de importação, foi editado o Decreto-lei número 1.857, de 10 de fevereiro de 1981, prorrogando até 31 de dezembro de 1982 os prazos de vigência dos Decretos-leis números 1.334/74, 1.364/74 e 1.421/75.

De outro lado, como o objetivo de estimular as exportações de manufaturados, foi restabelecido, através da Portaria nº 78, de 01 de abril de 1981, o crédito-prêmio a essas operações, que havia sido suspenso pela Portaria nº 960/79.

O referido estímulo, fixado em 15% do valor FOB em cruzeiros das vendas para o exterior, será reduzido para 9% em 1982 e 3% até 30 de junho de 1983, conforme disposto na Portaria 89, de 08 de abril de 1981.

Cumprе observar que esse incentivo não mais será aproveitado contra débitos de IPI de operações internas, mas, sim, através de crédito em conta corrente do favorecido, embora o seu montante venha a ser deduzido da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados.

OUTRAS MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Destacam-se neste tópico as modificações da legislação tributária, objetivando aperfeiçoar o sistema de imposições.

Regulamentação da Distribuição do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis

Nesse campo cabe destacar o Decreto-Lei nº 1.557, de 27 de janeiro de 1981, que regulamentou a distribuição aos Municípios da parcela do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos.

Pelo citado ato legal, o produto da arrecadação do tributo será dividido em partes iguais entre o Estado e o Município em que se deu o fato gerador.

Tal medida objetivou implementar a Emenda Constitucional nº 17, de 2 de dezembro de 1980, que estabeleceu a participação dos Municípios em 50% do valor do imposto de transmissão.

Eliminação de Distorções no Imposto Sobre Produtos Industrializados

A edição do Decreto-Lei nº 1.686/79, e Decretos posteriores, que realocaram a carga tributária do IPI, transferindo o ônus do tributo dos bens de maior essencialidade para aqueles considerados não tão essenciais ou de consumo característico das classes de renda mais favorecida, embora tenha contribuído para melhoria da progressividade do imposto, vinha provocando, em certos casos, descompassos ou desajustamentos nos níveis de alíquotas de alguns produtos, se confrontados com outros que experimentaram modificações em suas alíquotas.

Diante disso, objetivando elidir essas distorções, foi editado o Decreto nº 86.509, de 27 de outubro de 1981, que procurou ajustar as alíquotas, de sorte a evitar a discriminação fiscal entre produtos concorrentes ou de igual teor de essencialidade.

Aumento do Imposto de Renda das Instituições Financeiras

Durante o exercício de 1981 a economia brasileira passou por uma desaceleração em seu crescimento econômico, que se fez sentir na maioria dos setores produtivos. As instituições financeiras, entretanto, por força da política de taxas de juros destinada a estimular a entrada de recursos externos vinham obtendo resultados substancialmente elevados em suas operações.

Diante disso, e perante a necessidade de recursos para fazer face aos gastos do governo, foi editado o Decreto-lei nº 1.885, de 29 de setembro de 1981, elevando de 8% para 10% o adicional do imposto de renda aplicável aos lucros excedentes a Cr\$46,5 milhões, quando obtido por instituições financeiras e empresas de arrendamento mercantil, e reduzida de 3% para 1% a despesa opcional para constituição de provisão para fazer face a créditos de liquidações duvidosas dessas pessoas jurídicas (Portarias MF nºs 229/81 e 241/81).

Ajustes Diversos no Imposto de Renda

Destaca-se neste item o Decreto-lei nº 1.870, de 6 de maio de 1981, que outorgou ao Ministério da Fazenda poder para dispensar a retenção do imposto de renda na fonte, se o valor a ser retido não exceder a Cr\$1.000,00, objetivando a racionalização administrativa e redução de custos operacionais na gerência dos tributos.

Contempla ainda o citado ato legal novas normas sobre a retenção do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos de depósito a prazo fixo e a revogação do parágrafo 5º do art. 64 do Decreto-lei nº 1.598/77, com redação dada



pelo item IX do art. 1º do Decreto-lei nº 1.730/79, que autorizava o Conselho Monetário Nacional a conceder permissão para compensação do prejuízo de uma pessoa jurídica com lucro real de outra, do mesmo grupo, quando a medida fosse de interesse da empresa nacional.

Elevação das Alíquotas de IPI de Produtos Supérfluos

Dando cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 6.950, de 04 de novembro de 1981, foi editado o Decreto número 86.805, de 29 de dezembro de 1981, estabelecendo níveis superiores de tributação, pelo Imposto sobre Produtos Industrializados, a produtos de menor essencialidade.

Os recursos adicionais da medida, estimados em cerca de Cr\$17 bilhões em 1982, contribuirão para eliminar o déficit operacional da previdência social.



DESEMPENHO DA ECONOMIA



DESEMPENHO DA ECONOMIA (*)

No aspecto conjuntural, a economia brasileira sofreu em 1981 talvez a mais forte limitação de desempenho das últimas décadas. Embora as dificuldades crônicas e os desequilíbrios não sejam novidade em nossa história econômica, nunca o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos atingiu a magnitude de 1980, cerca de 5,6% do Produto Interno Bruto (ou US\$ 12,4 bilhões), constituindo-se na mais grave seqüela da segunda crise do petróleo. Além disso acelerou-se a inflação ao final de 1980 e ao longo dos primeiros meses de 1981, também em grande parte conseqüência do aumento do preço do petróleo e de outros produtos importados.

A superação dessas dificuldades afigurou-se por tanto imprescindível, sobretudo diante da rápida deterioração das condições de solvência externa do País. Com vistas a essa finalidade procedeu-se então a importantes alterações na política econômica. Ainda ao final de 1980 essas mudanças nas políticas monetária, fiscal e cambial visaram a formação de um excedente de produção para exportação, à contenção da demanda interna objetivando o controle das importações e o aumento da poupança nacional como contrapartida à redução da poupança externa no financiamento dos investimentos, em face da necessidade imperiosa de atenuar o ritmo de crescimento da dívida externa. Foram contudo preservados, e mesmo ampliados, os recursos financeiros e os incentivos aos setores prioritários - agricultura, energia, exportação e programas sociais.

(*) Fonte: Instituto de Planejamento Econômico e Social-IPES

Em consequência desse quadro adverso e da elevação que se verificou nas taxas de juros, por contingência de fatores externos, verificou-se desaceleração acentuada do compasso da atividade econômica, especialmente da produção industrial.

No entanto, a combinação de critérios realistas para as correções monetárias e desvalorizações cambiais, ao lado da liberação das taxas de juros e de políticas austeras de contenção da oferta monetária, permitiu atingir plenamente o objetivo estabelecido para o balanço de pagamentos. Não apenas foi eliminado o déficit comercial de quase US\$ 3 bilhões registrado em 1980 como logrou-se obter em 1981 um saldo de US\$ 1,2 bilhão. Assim, em que pese a elevação das despesas com juros - para cerca de US\$ 8,7 bilhões - foi possível reduzir o déficit em transações correntes para US\$ 10,6 bilhões, ou cerca de 4,4% do Produto Interno Bruto, e elevar as reservas para US\$ 7,5 bilhões (contra US\$ 6,9 bilhões em fins de 1980).

A política econômica voltada ao equilíbrio das contas externas também permitiu ganhos significativos em termos de redução das pressões inflacionárias. De taxas de aumento do Índice geral de preços da ordem de 120%, até abril, foi possível passar para variações anualizadas da ordem de 70 a 75%, ao final do ano, não obstante a forte realimentação inflacionária derivada dos reajustes de salário, da taxa cambial, da correção monetária e dos juros, além dos aumentos necessários das tarifas de serviços públicos.

Vale destacar a contribuição da política financeira do Governo como fator essencial à reversão da tendência inflacionária. Para tanto, procedeu-se ao rígido controle dos gastos públicos incluídos tanto no Orçamento da União como nos Orçamentos Monetário e das Empresas Estatais. Assim, quando do encerramento do exercício financeiro de 1981, R\$ 149 bilhões de recursos orçamentários do Tesouro foram transferidos às Autoridades Monetárias para a cobertura de gastos com subsídios e encargos da Dívida Pública. Obteve-se, adicionalmente, cerca

de Cr\$ 550 bilhões de recursos líquidos através da colocação de títulos da dívida (LTN e ORTN) no mercado financeiro. Essas transferências reduziram consideravelmente as pressões para emissão de moeda, o que permitiu encerrar o ano com expansão monetária de apenas 68,3% (base monetária), para 95,2% de variação anual do Índice Geral de Preços (IGP-DI).

Outro instrumento importante ao controle dos gastos governamentais, bem como para o redirecionamento dos fundos públicos segundo as prioridades vigentes, foi o Orçamento das Empresas Estatais. Embora o dispêndio efetivo das empresas tenha superado em 26% o valor orçado para 1981, em grande parte por conta do aumento dos juros, do déficit da Previdência e de outras despesas correntes - notadamente salários - foram elevadas significativamente as transferências da União às empresas, da previsão inicial de Cr\$ 646 bilhões para Cr\$ 916 bilhões.

Esses resultados foram acompanhados de vigoroso crescimento do setor agropecuário - em cerca de 8% - e da produção de energia - somente em petróleo, crescimento de 18% - além do crescimento das exportações de produtos industrializados (cerca de 33%). A política salarial de reajustes semestrais permitiu que 94,1% da população assalariada do País se beneficiasse de aumentos reais de remuneração (acima da inflação), garantindo dessa forma aumento da participação dos trabalhadores na renda nacional.

POLÍTICA FISCAL

Com o intuito de reequilibrar o balanço de pagamentos, a política fiscal atuou no sentido de estimular as exportações, a captação de recursos externos e controlar as importações.

Para estimular as exportações, restabeleceu-se o crédito-prêmio do IPI; para estimular a captação de recursos



externos, reduziu-se o Imposto de Renda na remessa de juros e isentou-se do IOF os empréstimos efetuados com recursos externos; e para desestimular as importações, as alíquotas do Imposto de Importação para um grande número de produtos foram mantidas em níveis elevados; o IOF nas importações de bens e serviços permaneceu em vigor e as importações das empresas estatais foram rigorosamente controladas.

Como resultado dessas medidas, bem como de outras na área monetária, creditícia e cambial, o exercício de 1981 se encerrou apresentando superávit na balanço comercial e melhoria na posição das reservas internacionais brasileiras.

Visando à redução da inflação, o Governo procedeu à observância de critérios mais rigorosos em sua política financeira, notadamente ao controle mais rígido dos gastos públicos a nível do Orçamento da União e do Orçamento Monetário.

Outro instrumento utilizado para o controle dos gastos públicos, bem como para a destinação de recursos segundo as prioridades vigentes, foi o Orçamento das Empresas Estatais.

As maiores diferenças entre dispêndios efetivos e orçados ocorreram nos setores energético, siderúrgico, transportes e no Sistema Previdenciário, cujos gastos em conjunto representaram quase 80% do dispêndio total das Empresas Estatais em 1981.

A necessidade de manter os investimentos nos programas de substituição de importações foi a causa básica do aumento dos gastos do setor energético. Nos setores siderúrgico e de transportes, decorreu da exigência técnica de concluir obras já iniciadas. Além dessas causas, o aumento dos juros externos e internos e os reajustes salariais contribuíram para que os gastos com encargos financeiros e com pessoal aumentassem significativamente.

No caso do Sistema Previdenciário, em que o dispêndio efetivo foi 40% superior ao orçado, a principal causa dos

sa diferença foi o aumento de quase Cr\$ 400 bilhões do custeio dos vários benefícios oferecidos pela instituição, como pensões, aposentadorias e assistências diversas.

O significado social de tais encargos exigiu que o Governo Federal aumentasse também a sua participação através da destinação de recursos orçamentários suplementares ao INPS. Desse modo, enquanto o Orçamento da União previa transferências de Cr\$ 646 bilhões para as Empresas Estatais, esta cifra subiu para Cr\$ 916 bilhões quando do encerramento do exercício de 1981.

Outra medida relevante na política fiscal foi o aumento das transferências federais aos Estados e Municípios, aumentando assim a autonomia financeira desses níveis de Governo, bem como atendendo ao princípio de equidade na distribuição dos recursos tributários.

Assim, com a Emenda Constitucional nº 17, de 02 de dezembro de 1980, a participação dos Estados e Municípios na receita do Imposto de Renda e do IPI aumentou quatro pontos percentuais de forma gradativa, passando, de 20% em 1980 para 24% em 1984.

Finalmente, foram adotadas outras medidas implementadas através da legislação tributária visando ao desenvolvimento de setores prioritários, bem como à maior justiça social da estrutura fiscal do País.

Como resultado das medidas mais relevantes tomadas nas áreas tributária e orçamentária, em 1981, encerrou-se o exercício com uma receita de Cr\$2.262 bilhões e uma despesa efetiva de Cr\$2.259 bilhões, apresentando assim a execução orçamentária do Tesouro Nacional um superávit de caixa de Cr\$ 3 bilhões.



POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária executada em 1981 foi conduzida de modo a conter a expansão da oferta de moeda em níveis compatíveis com os objetivos de reequilíbrio das contas externas e combate à inflação.

Nesse sentido, o Orçamento Monetário foi elaborado com base na previsão de crescimento dos meios de pagamento em 50% e na limitação em 50% da expansão dos empréstimos do Banco do Brasil aos setores público e privado, bem como às demais instituições oficiais e privadas.

A distribuição do crédito por setores da atividade econômica evidenciou a continuidade da ênfase dada pelo Governo Federal às áreas consideradas prioritárias. Assim, foi programado para o setor exportador, com vistas ao equilíbrio da balanço comercial, incremento de Cr\$ 322 bilhões, enquanto ao setor rural foi destinado acréscimo previsto em Cr\$ 464 bilhões, destacando-se o custeio agrícola com crescimento programado de Cr\$ 206 bilhões.

A fim de viabilizar essas metas, foram adotadas algumas medidas a nível operacional, destinadas a aumentar a eficiência dos instrumentos de política monetária, e outras medidas de caráter estrutural, visando a eliminar distorções na ação das Autoridades Monetárias.

No primeiro caso, as principais medidas foram:

- instituição de limites quantitativos de crédito para os bancos comerciais, de investimento e financeiras, excetuando-se apenas as operações lastreadas com recursos externos e as realizadas com repasses de recursos oficiais;
- liberação das taxas de juros das operações ativas dos bancos comerciais e dos bancos de investimentos, excluídas as operações típicas de crédito rural, as de repasses de recursos externos oficiais e as demais operações sujeitas a regulamentação específica;

- aplicação de índices mais realistas à correção monetária das ORTNs, o que permitiu a captação substancial de recursos financeiros através de títulos federais;
- alteração das normas sobre negociação de títulos de renda fixa do mercado de capitais, as quais passaram a ser realizadas com base em LTN e ORTN. Além disso, ampliaram-se os limites operacionais dos bancos comerciais e de investimentos, entre outros. Tais medidas se constituíram nos principais fatores para o alargamento do mercado de títulos públicos federais.

As medidas de caráter estrutural objetivaram sobretudo a redução dos subsídios ao crédito e a inclusão no Orçamento da União dos encargos referentes ao serviço da dívida pública interna e à cobertura de dispêndios com subsídios, bem como dotações para programas como os de preços mínimos e de estoques reguladores, antes realizados parcialmente através do Orçamento Monetário.

Como decorrência das políticas adotadas, manteve-se o crescimento dos agregados monetários em ritmo compatível com os objetivos traçados pelo Governo. Com efeito, a firme execução da política monetária limitou a expansão dos meios de pagamento a 72% ao final de dezembro, muito inferior, portanto, à taxa de inflação (95,2%), embora tenha superado a expansão prevista na programação monetária (50%).

Como resultado em grande parte desse comportamento iniciou-se a reversão do processo inflacionário a partir de maio de 1981. A partir daí, observou-se queda sistemática da variação em 12 meses do Índice Geral de Preços, reduzindo-se de 120,6% em abril para 95,2% em dezembro.

Esses ganhos poderiam ter sido, de fato, mais expressivos, não estivessem presentes em grande intensidade fatores de realimentação. Isso foi observado na própria variação dos preços: nos últimos meses do ano de 1981, notou-se elevada resistência à queda das taxas de aumento dos preços industriais

e uma elevação acentuada dos preços administrados, principalmente das tarifas de serviços públicos, devido à política de repassar a esses preços o aumento integral de custos variáveis do no passado. Já os preços livremente determinados pelo mercado, como os dos produtos agrícolas, apresentaram comportamento mais satisfatório, sendo os maiores responsáveis pelo declínio da taxa de inflação.

Ao final do ano, foram estabelecidas novas e importantes medidas que deverão facilitar a condução da política monetária em 1982, destacando-se o aumento de contribuição de empregados e empregadores para a previdência social e o orçamento restritivo das empresas estatais, assim como a recolocação da emissão de títulos públicos como instrumento residual de viabilização das medidas monetárias e não como fator decisivo.

Dentre as outras medidas que facilitarão ainda mais a condução da política monetária merecem destaque as seguintes:

- a aprovação do Orçamento Monetário em dezembro, o que evidencia a preocupação do Governo em deixar claramente definidas, com a necessária antecedência, as diretrizes da Política Monetária e creditícia a serem seguidas em 1982;
- o estabelecimento de novos limites do adiantamento para os empréstimos rurais e agroindustriais, de sorte a atenuar as pressões inflacionárias decorrentes do crédito subsidiado. Foi, porém, preservado o tratamento favorecido ao miniprodutor e pequeno produtor rural, possibilitando-lhes a obtenção de crédito para cobertura integral das despesas de custeio ou de investimento a realizar;
- a criação do Certificado do Depósito Interbancário com a finalidade de aperfeiçoar o atual sistema de intercâmbio de liquidez entre os bancos e o aumento da eficiência do sistema financeiro;
- manutenção de limites quantitativos de crédito para os bancos comerciais, de investimento e



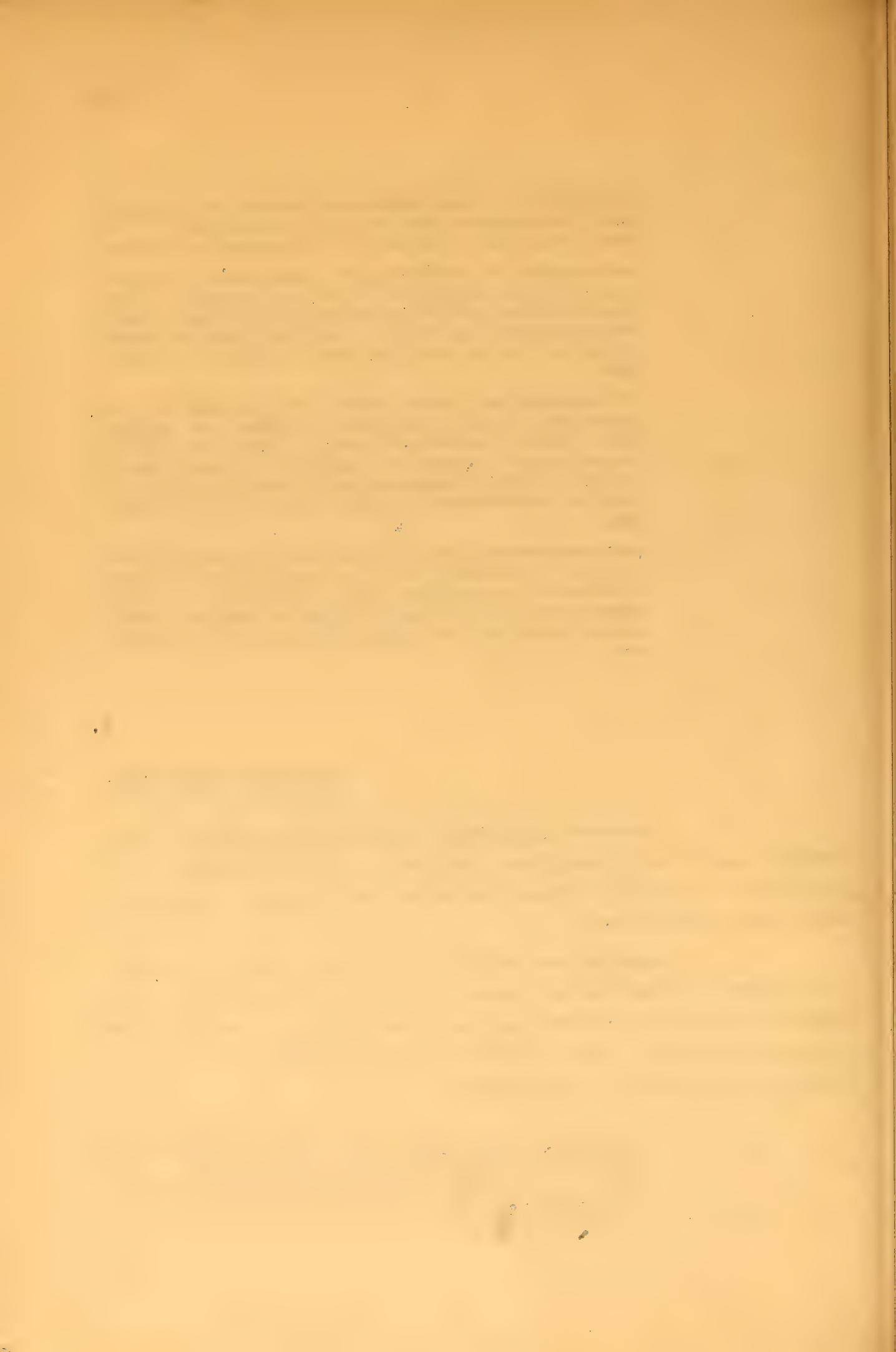
- financeiras, excetuando-se apenas as operações lastreadas com recursos externos e as realizadas com repasses de recursos oficiais;
- . manutenção da política de redução de subsídios diretos em geral e, em particular, continuidade da política de preços dos derivados de petróleo e do trigo, que reflitam de maneira mais fiel a evolução dos custos de produção;
 - . eliminação de limite quantitativo prévio às operações ativas do Banco Nacional de Habitação, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Crédito Cooperativo, tendo em vista o caráter marcadamente social de suas atividades;
 - . prosseguimento da política de integração entre os orçamentos fiscal e monetário, visando à absorção gradativa, pelo primeiro, dos desembolsos que lhe são próprios, mas que vinham sendo cobertos por expansão da base monetária.

POLÍTICA CREDITÍCIA

A absoluta prioridade concedida aos setores exportador, agrícola e energético continuou consubstanciada na assistência creditícia promovida pelas instituições financeiras a essas atividades.

A atuação da política de crédito rural orientou-se fundamentalmente para elevar a produção de alimentos e expandir as áreas destinadas à geração de energia a partir de fontes renováveis. Nesse sentido, foram adotadas, em 1961, as seguintes providências principais:

- . manutenção do conceito de "conta em aberto" no Orçamento Monetário para as operações de custeio agrícola e comercialização de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos;



- preços mínimos compensadores e, no caso da safra 1981/1982, com correção correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor entre o período de fixação e o mês inicial de colheita dos produtos considerados;
- elevação de 20% para 25% sobre os depósitos líquidos do limite mínimo obrigatório que as instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural deverão canalizar para as aplicações em crédito rural, com o objetivo de aumentar o aporte de recursos ao setor.
- dotação, no Orçamento Monetário, de recursos para o crédito rural, envolvendo expansão maior do que a atribuída ao conjunto das operações das Autoridades Monetárias.

Além disso, a interiorização da rede de agências, a instalação de postos avançados de Crédito Rural e de unidades de recebimento de proposta constituíram fator relevante para ampliar a assistência financeira à agropecuária, funcionando, ademais, como importante instrumento de democratização do crédito, por facilitar o acesso dos pequenos e médios produtores a fontes institucionais de financiamento.

As operações realizadas pelas Autoridades Monetárias junto ao setor rural alcançaram o fluxo de Cr\$ 339 bilhões, o que representou um incremento de 68,9% em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 1980.

As operações de custeio agrícola no Banco do Brasil indicaram, em dezembro, saldo de Cr\$ 490 bilhões, com incremento de 88,9%. Esse comportamento ressaltou a prioridade concedida à realização desses financiamentos destinados ao plantio, tratos culturais e colheita, mostrando cabalmente o apoio oficial ao desenvolvimento da agricultura.

A política de crédito às exportações orientou-se principalmente para o estímulo aos manufaturados e semimanufaturados. Nesse sentido, o Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX) registrou, ao final de 1981, o saldo de Cr\$ 185 bilhões.



contra Cr\$96 bilhões no exercício anterior, ou seja, um incremento da ordem de 92,5%. Os financiamentos destinados à produção e comercialização de manufaturados exportáveis atingiram o saldo de Cr\$261 bilhões com crescimento de 231,5% no ano.

No financiamento ao Programa Energético destacaram-se as aplicações realizadas no Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), representadas por Cr\$107 bilhões, que proporcionaram financiamentos de projetos industriais no valor de Cr\$59 bilhões e rurais de Cr\$48 bilhões.

Os financiamentos concedidos pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), administrado pela Caixa Econômica Federal, desde o seu início até novembro de 1981 atingiram a Cr\$34 bilhões. Nesse período, o FAS propiciou a construção de 20.125 salas de aula possibilitando 1.177.116 novas matrículas, 35.962 leitos hospitalares e 4.269 enfermarias. Além disso, beneficiou 172 entidades sindicais na aquisição e construção de 210.480m²

As aplicações do FAS nos Centros Sociais Urbanos desde 1975 beneficiaram uma população superior a 6.500 mil pessoas.

POLÍTICA DE MERCADO DE CAPITAIS

O maior rigor das políticas monetárias e fiscal adotadas, em 1981, em consonância com os objetivos de desaceleração do processo inflacionário e saneamento das contas externas, não chegou a constituir fator impeditivo à obtenção de resultados auspiciosos no mercado de capitais.

A política mais realista de correção monetária e a descompressão das taxas ativas de juros resultou em movimento semelhante ao nível das taxas de captação, favorecendo, de bremaneira a colocação de títulos federais, as emissões de tí

tulos privados e a captação de recursos via depósitos de poupança.

Recursos da ordem de Cr\$190 bilhões foram alocados para a capitalização das empresas, especialmente através da colocação de debêntures. A exemplo do que já ocorrera em 1980, essa modalidade de captação voltou a constituir importante alternativa de financiamento para as empresas.

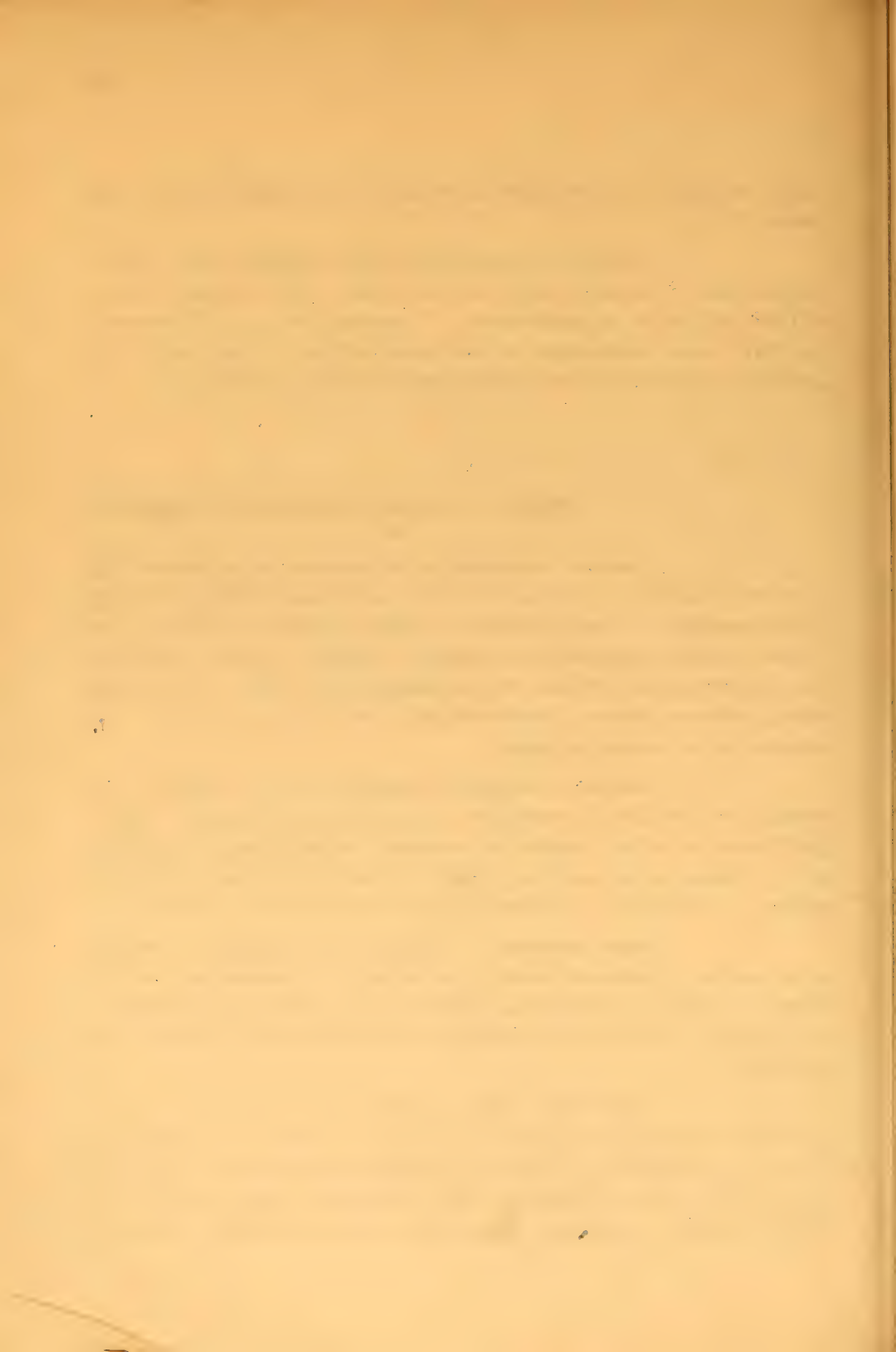
COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

A maior restrição ao desempenho da economia brasileira residia, ao início de 1981, no desequilíbrio do balanço de pagamentos. A necessidade de financiamento do déficit em conta corrente acarreta dependência externa e custos crescentes dos recursos obtidos nos mercados financeiros internacionais, além de tornar a economia nacional mais suscetível a variáveis de origem externa.

Tornou-se portanto imperioso que a política econômica em 1981 fosse conduzida no sentido de atenuar o desequilíbrio do setor externo da economia brasileira, objetivando a redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, através de resultado positivo na balança comercial.

Nesse sentido, a execução das políticas cambial e de comércio exterior esteve em perfeita consonância com as demais políticas econômicas voltadas ao controle da demanda e ao estímulo da oferta em setores prioritários da economia nacional.

A aplicação dessas políticas resultou em excepcional desempenho do comércio exterior em 1981. Registrou-se o maior superávit na balança comercial da história econômica do País (US\$1,2 bilhão), após apresentar déficit médio de US\$2,2 bilhões nos três anos anteriores e resultado negativo



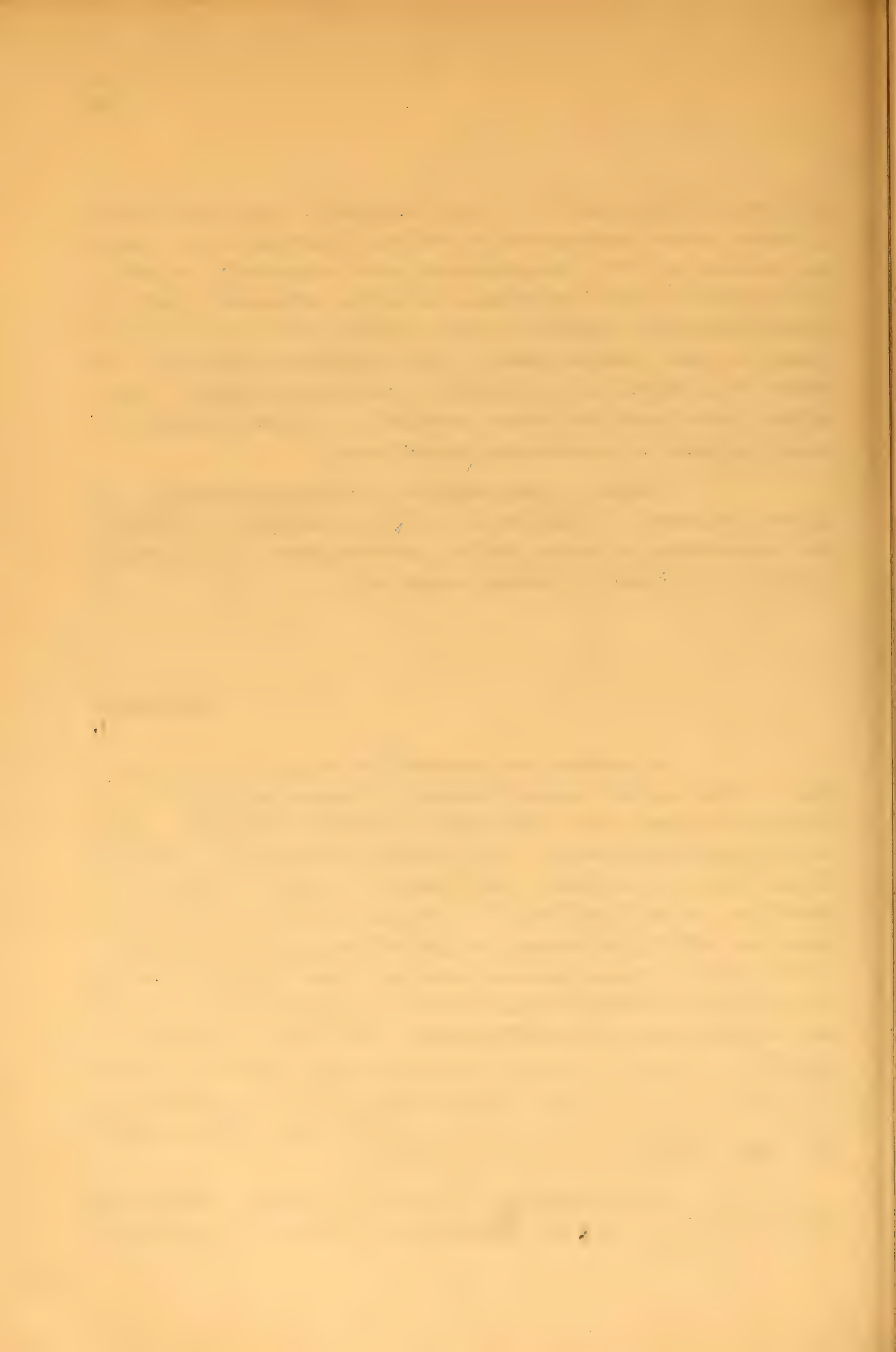
de US\$2,8 bilhões em 1980. Esse resultado é ainda mais significativo quando contraposto ao cenário desfavorável da economia mundial em 1981, caracterizado pelo crescimento econômico modesto de nossos principais parceiros comerciais, pelo re-
crudescimento das práticas protecionistas, pela elevação das taxas de juros internacionais, pela acentuada valorização do dólar norte-americano em relação às principais moedas europeias e pela queda nos preços mundiais de certos produtos básicos da pauta de exportações brasileiras.

Assim, a combinação de políticas monetária e fiscal adequadas, o realismo da política cambial e o controle das importações do setor público explicam parte do resultado positivo alcançado na balança comercial.

EXPORTAÇÕES

A evolução das exportações brasileiras nos últimos 15 anos mostra, inequivocamente, o enorme potencial da economia nacional para enfrentar os desafios impostos pela crise energética mundial e sua grande capacidade de resposta às políticas de estímulo. Não obstante o fato de nossas exportações, no período 1967-1981, terem passado de US\$1,7 bilhão para US\$23,5 bilhões, com taxa média anual de crescimento de 18,9%, o Brasil exporta atualmente uma proporção (menor de 10%) de seu Produto Nacional Bruto bastante inferior à da maioria dos países industrializados. É notável, portanto, supor que a taxa de expansão das exportações evoluirá ainda por longo período acima da taxa de crescimento da produção nacional, indicando assim o acerto da prioridade estabelecida no III Plano Nacional de Desenvolvimento.

O resultado alcançado em 1981 pelas exportações brasileiras foi expressivo: houve uma evolução de 15,7% em 1981



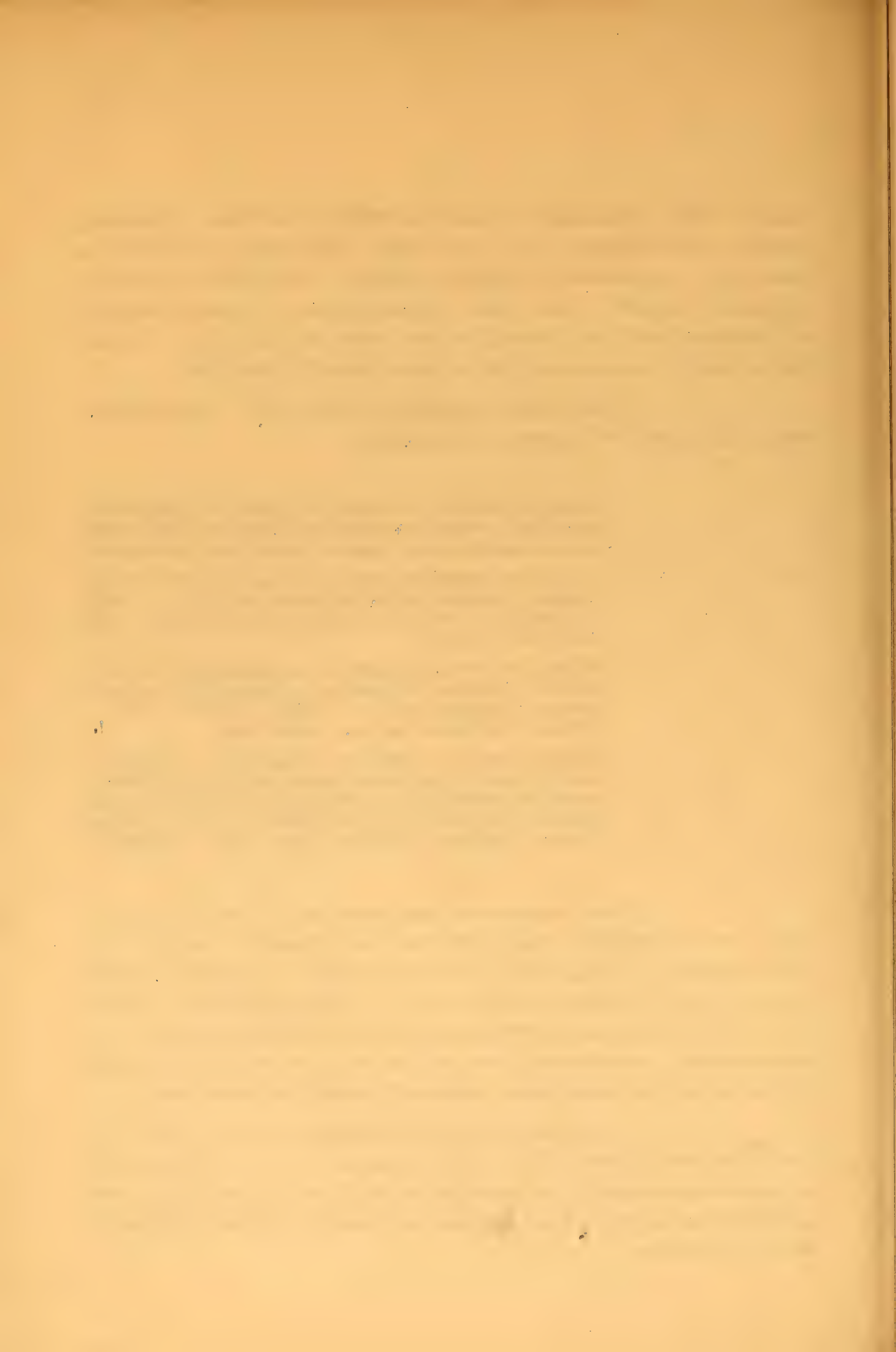
lação a 1980, atingindo o valor de US\$23,3 bilhões. Como mencionado anteriormente, esse resultado ganha maior relevância quando se consideram os fatores adversos ao comércio exterior ocorridos durante o ano, como o agravamento do quadro recessivo internacional, as elevações das taxas de juros e a queda dos preços internacionais de alguns produtos básicos.

As principais medidas de apoio às exportações brasileiras em 1981 foram as seguintes:

- . reinstituição do crédito-prêmio às exportações de produtos manufaturados, posteriormente estendida aos comerciantes exportadores;
- . fluxo de empréstimos da ordem de Cr\$174 bilhões, contra Cr\$28 bilhões em 1980, pela sistemática da Resolução 674, do Banco Central do Brasil;
- . fluxo de financiamentos no montante de Cr\$. Cr\$85 bilhões, através do Fundo de Financiamento à Exportação — FINEX, contra Cr\$.... Cr\$54,3 bilhões no ano anterior;
- . empréstimos às empresas comerciais exportadoras com fluxo aproximado de Cr\$13 bilhões, pela sistemática da Resolução 643, do Banco Central do Brasil. Em 1980, o valor desses financiamentos foi de apenas Cr\$4,2 bilhões.

O bom desempenho das exportações brasileiras de veu-se principalmente aos produtos manufaturados, cujas vendas cresceram 32,6%, tendo sua participação no total evoluído de 44,7% em 1980 para 50,9% em 1981. Vale mencionar, também, a crescente penetração de nesses produtos manufaturados em novos mercados, notadamente nos países em vias de desenvolvimento, além da extraordinária diversificação de nossa pauta.

Os produtos básicos responderam por 39,0% do valor total das exportações, tendo crescido 7% em 1981, enquanto os semimanufaturados, responsáveis por 9,0% da receita, apresentaram queda de 11% em relação às vendas externas efetuadas no ano anterior.



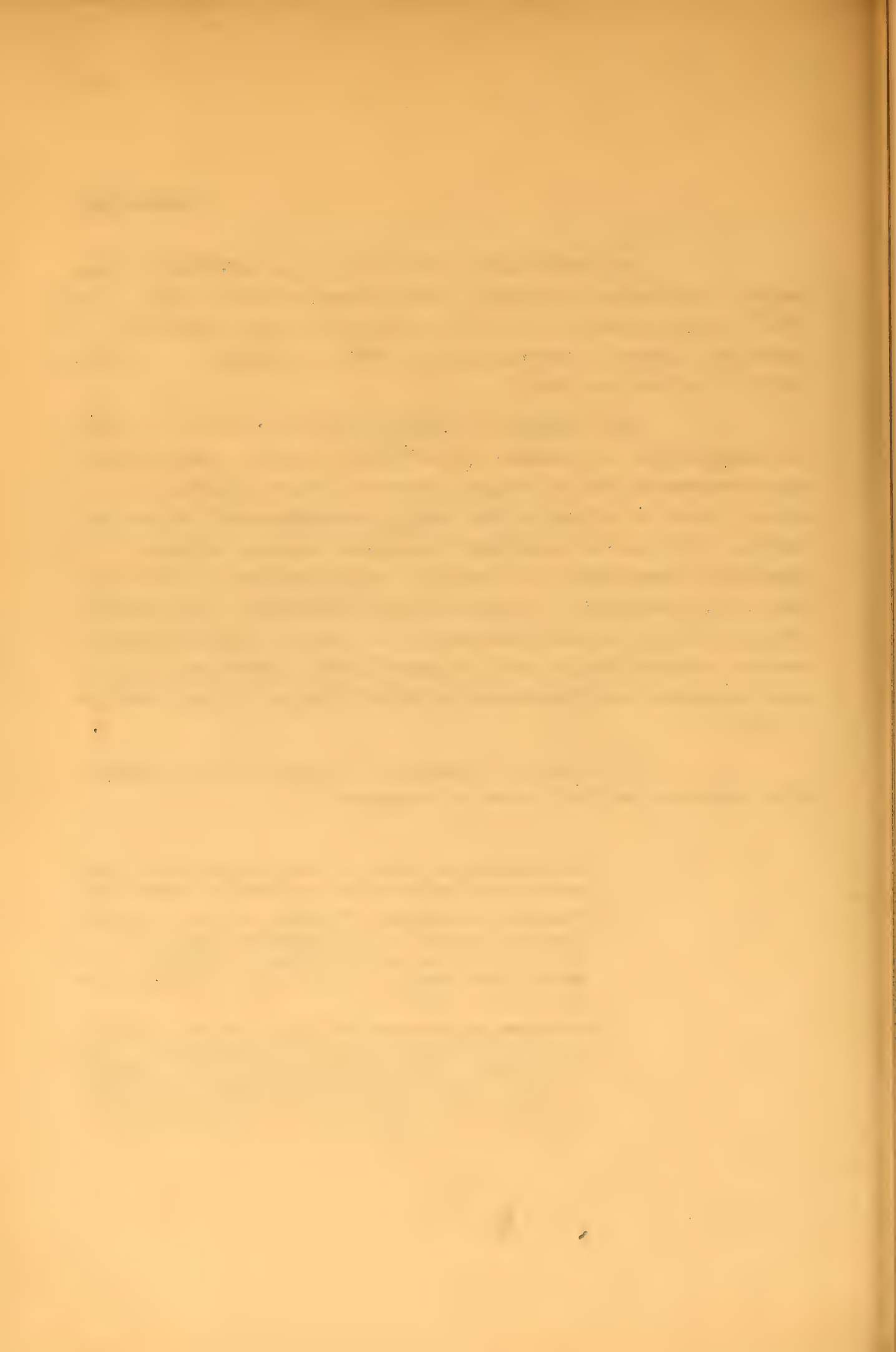
IMPORTAÇÕES

As importações nacionais, em consequência das medidas econômicas adotadas, registraram queda de 3,8% em 1981, contra aumento de 26,9% verificado no ano anterior. O total das compras externas foi de US\$22,1 bilhões, contra US\$22,9 bilhões em 1980.

Não obstante o rígido controle exercido sobre as importações, as compras de petróleo e nafta, representando aproximadamente 48% do total, levaram o maior dispêndio de divisas, fruto da elevação dos preços internacionais desses produtos, visto que em resultado de grande esforço nacional a quantidade importada de petróleo e nafta decresceu 7% em relação ao ano anterior. O valor ainda elevado das importações brasileiras foi devido basicamente ao aumento generalizado de preços internacionais, pois as quantidades importadas dos demais produtos experimentaram um decréscimo de 14% em relação a 1980.

As principais medidas de controle das importações adotadas em 1981 foram as seguintes:

- . manutenção do imposto sobre operações financeiras nas importações de bens e serviços;
- . fixação de limites rígidos para as importações do Governo e das empresas estatais, constituindo exceção apenas as compras externas destinadas à prospecção e produção de petróleo no País.
- . manutenção das medidas adotadas no sentido de que as importações de determinadas matérias-primas, bens de capital e de consumo durável, ficassem condicionadas à obtenção, por parte do importador, de financiamento no exterior.



POLÍTICA CAMBIAL, RESERVAS E ENDIVIDAMENTO EXTERNO

Ao lado das políticas monetária e fiscal executadas pelo Governo em 1981 a política cambial se destacou como uma das responsáveis pelo resultado alcançado na balança comercial.

A prática de acelerar as desvalorizações, não levando em conta a inflação externa, permitiu aumento real da taxa de câmbio, em benefício do exportador. Até o final de dezembro, ocorreram 35 minidesvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar, a um intervalo médio de 10,4 dias e taxa acumulada média de 1,93% em cada reajuste. A desvalorização acumulada no ano chegou a 95,1%, contra uma variação do INPC da ordem de 91,2% e da inflação nos principais parceiros de comércio do Brasil em moeda conversível da ordem de 9,8% (taxa até outubro, anualizada).

Os efeitos favoráveis dessa política foram no entanto em parte erodidos pela valorização do dólar norte-americano em relação às moedas européias e japonesa, principalmente. Nesse sentido, procurou o Governo compensar os efeitos negativos dessa valorização do dólar sobre as exportações brasileiras através do retorno dos incentivos fiscais e da expansão do crédito subsidiado às exportações.

A política de endividamento externo implementada em 1981 objetivou a redução da expansão da dívida em termos reais e a obtenção de recursos externos no montante necessário ao financiamento do déficit do balanço de pagamentos em transações correntes.

Em consequência das políticas adotadas foi possível não só lograr financiamento adequado para o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos como elevar o nível de reservas internacionais do País. Estas ascenderam a US\$7,5 bilhões ao final de 1981, superando em US\$ 597,4 milhões



o nível de dezembro de 1980.

O saldo de dívida externa alcançou, ao final de 1981, o valor de US\$61,4 bilhões, com crescimento de apenas 14,1% sobre o saldo de fins de 1980. Deduzindo-se as reservas verifica-se que a dívida líquida cresceu 15% em 1981, contra aumento de 16,7% em 1980.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS E JUROS INTERNACIONAIS

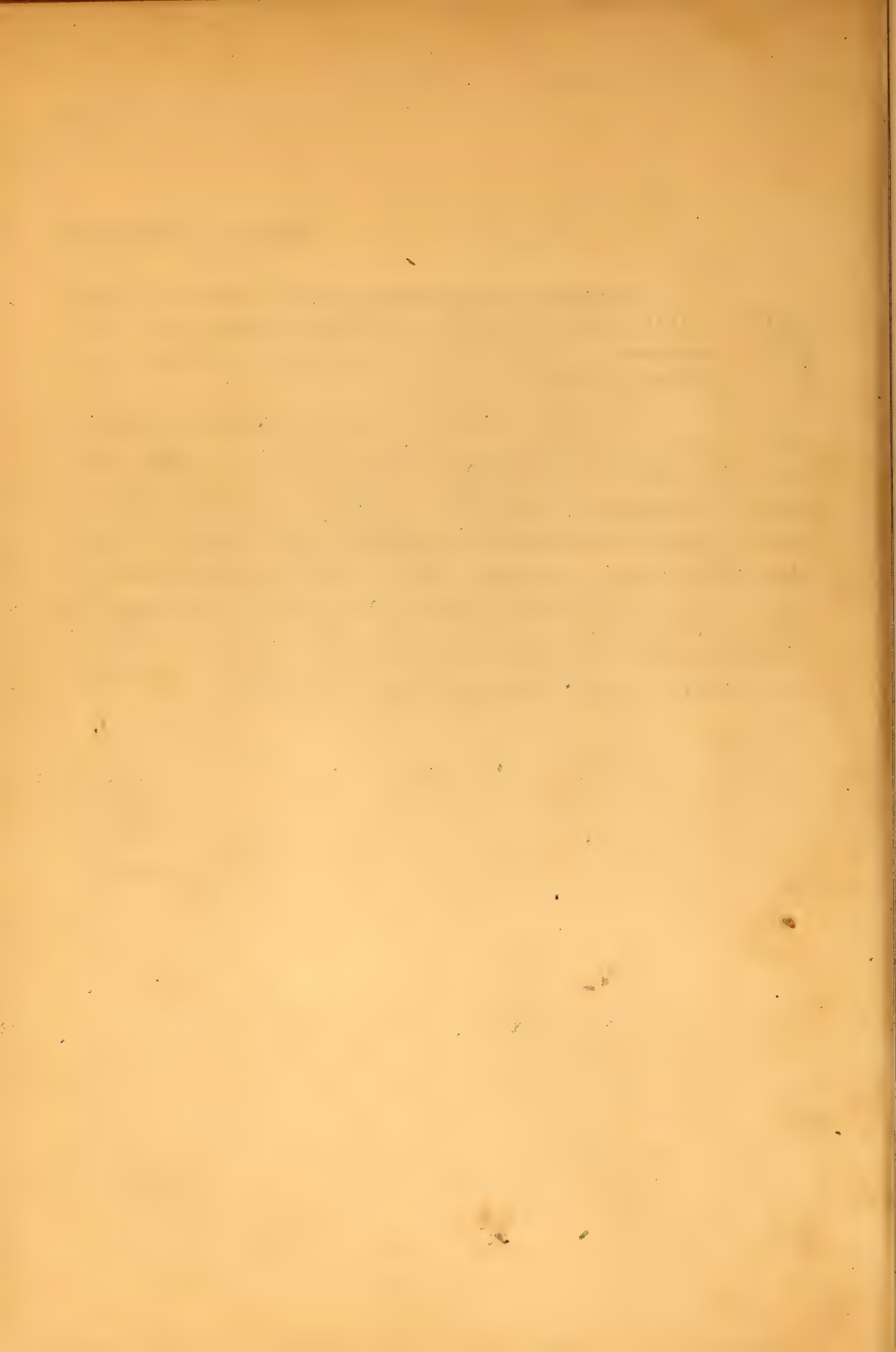
Os níveis elevados das taxas de juros caracterizaram o comportamento do mercado financeiro internacional no decorrer de 1981. Embora não alcançado os recordes do final de 1980, as taxas estiveram, em termos médios, superiores. Assim, a taxa interbancária de Londres-"Libor" - para empréstimos em dólares a prazo de 6 meses situou-se, em média anual, em 16,8%, tendo seus valores oscilado entre 19,7% e 18,8%, enquanto em 1980 a média foi de 13,9%, com um máximo de 19,9% e um mínimo de 8,9%. O mesmo observou-se com a "prime rate" norte-americana, que, no decorrer de 1981, oscilou entre 20,5% e 15,75%, comparativamente com 21,5% e 11,0% verificados em 1980.

Como já assinalado, durante o exercício de 1981 foram contratados no exterior recursos suficientes para assegurar ao País o financiamento de seu déficit em conta corrente, além de possibilitar aumento das reservas internacionais. Mesmo com os níveis das taxas de juros internacionais, a captação de recursos externos contou com a melhoria da liquidez nos mercados financeiros, ocasionada em parte pelo menor crescimento econômico dos países industrializados.

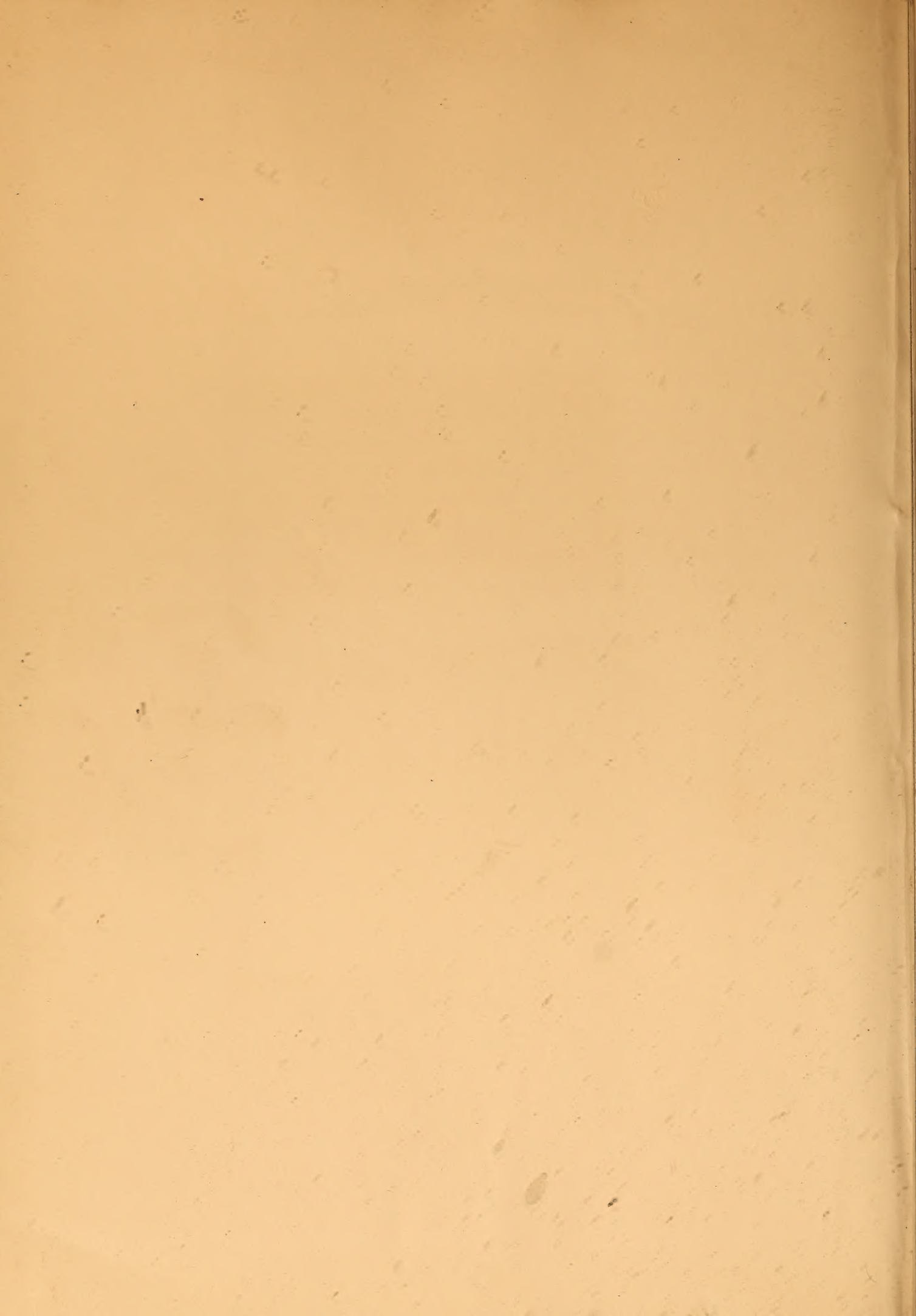
BALANÇO DE PAGAMENTOS

Estimativas preliminares para o balanço de pagamentos de 1981 indicam superávit de US\$600 milhões, em decorrência, basicamente, do significativo ingresso de capitais ocorrido no último trimestre do ano.

A balança comercial - superavitária em US\$1,2 bilhão - após registrar déficit de US\$2,8 bilhões em 1980, contribuiu efetivamente para a redução, estimada de US\$1,8 bilhão, no déficit em transações correntes. Observa-se que essa melhoria poderia ter sido ainda mais significativa não fossem as elevadas taxas de juros incidentes sobre o endividamento externo, que fizeram com que o dispêndio líquido com juros se elevasse em US\$2,7 bilhões sobre o valor de 1980. Desta forma, o déficit de serviços registrou crescimento de 22,4% em 1981, situando-se em US\$1,2 bilhões (exclusive reinvestimentos).







BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

836-83

336.181

B823d

Brasil. Pres. da República.

AUTOR Seplan. Sec. Central

de Controle Interno

TÍTULO Balanços Gerais da
União- 1981

Devolver em

Número do Leitor

BOLSO DE LIVROS - DMF. 1.300

